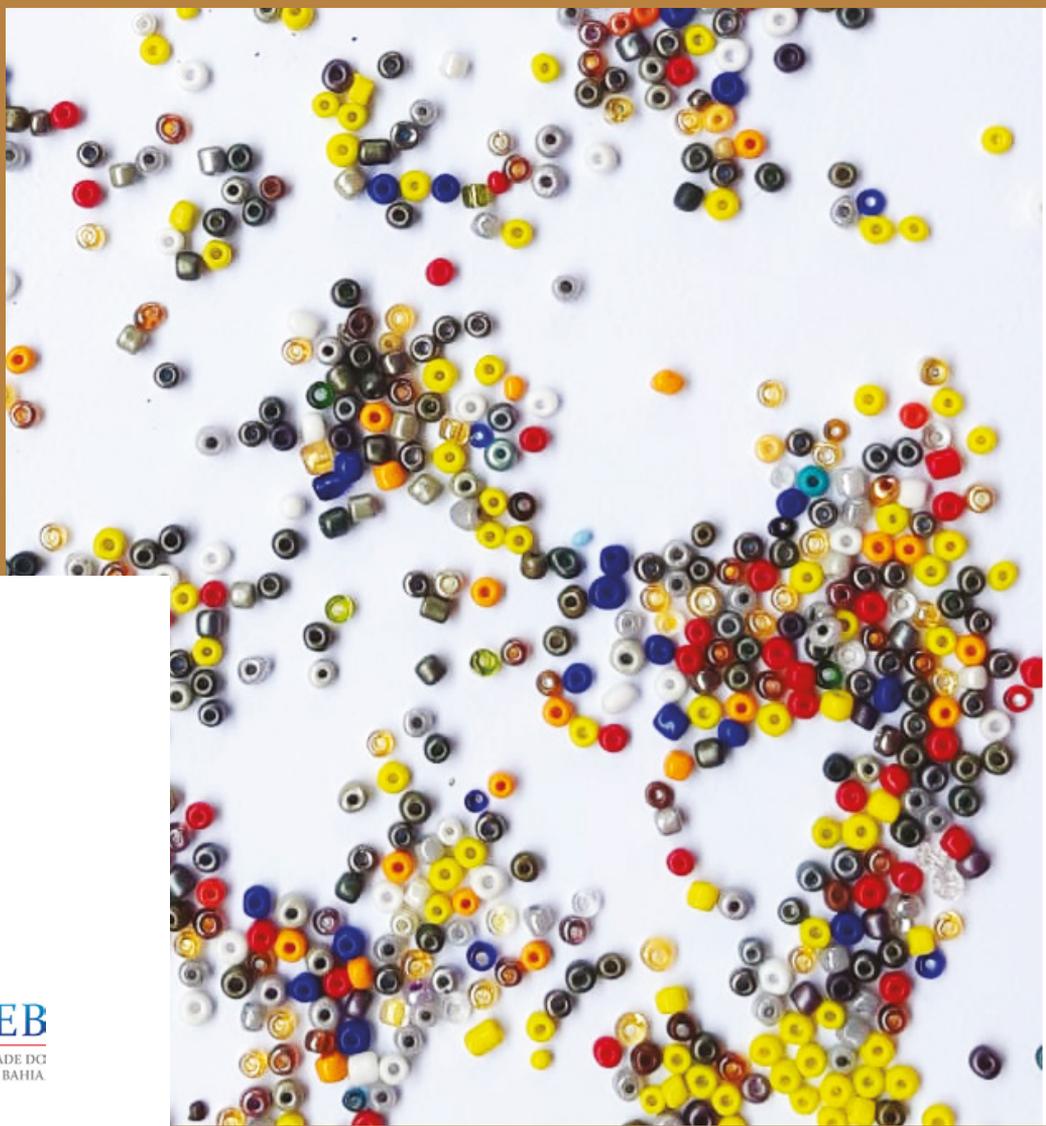


MISSANGAS

ESTUDOS EM LITERATURA E LINGUÍSTICA



ANO 4
NÚMERO 8
JUL - DEZ
2023



PPGL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

EDIÇÃO
COM TEMA LIVRE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Reitora: Adriana Marmorì

Vice-Reitora: Dayse Lago

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS X

Diretor: Ariosvaldo Alves Gomes

Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras: Literatura e Linguística.

Coordenadora: Crysna Bomjardim da Silva Carmo

Editor-Chefe

Prof. Dr. Celso Kallarrari de Souza Silva (UNEB, Campus X)

Editores

Prof.ª Dr.ª Ivana Teixeira Figueiredo Gund (UNEB, Campus X)

Prof.ª Dr.ª Karina Lima Sales (UNEB, Campus X)

Prof. Dr. Volker Karl Lothar Jaeckel (UFMG)

Conselho Editorial Nacional

Prof.ª Dr.ª Adriana Santos Batista (UFBA)

Prof. Dr. André Rezende Benatti (UEMS)

Prof.ª Dr.ª Bruna Fontes Ferraz (CEFET-MG)

Prof. Dr. Bruno Oliveira Maroneze (UFGD)

Prof. Dr. Carlos Ribeiro (UFRB)

Prof.ª Dr.ª Crysna Bomjardim da Silva Carmo (UNEB/Campus X)

Prof. Dr. Décio Bessa (UNEB/Campus X)

Prof.ª Dr.ª Fabiana Carneiro da Silva (UFPB)

Prof. Dr. José Alonso Torres Freire (UFMS)

Prof. Dr. José Mario Botelho (FFP-UERJ, Brasil)

Prof.ª Dr.ª Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres (UNEB/Campus X)

Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP)

Prof. Dr. Marcos Bagno (UNB)

Prof.ª. Dr.ª Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU)

Prof.ª Dr.ª Maria Isaura Rodrigues Pinto (UEMS)

Prof. Dr. Pedro Mota Perini-Santos (UFVJM)

Prof. Dr. Ricardo Nascimento Abreu (UFS)

Prof.ª. Dr.ª. Rosana Cristina Zanelatto Santos (UFMS)

Prof. Dr. Urbano Cavalcante Filho (IFBA/UESC)

Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto (USP)

Prof. Dr. Wellington Furtado Ramos (UFMS)

Conselho Editorial Internacional

Prof. Dr. Alberto Bejarano (Instituto Caro y Cuervo), Bogotá, Colômbia.

Prof.ª Dr.ª Carla Maria Ataíde Maciel (UPM), Moçambique

Prof. Dr. Fabio Esposito (Universidad Nacional de La Plata), Argentina

Prof.ª Dr.ª Fabiola Cecere (Ca'Foscari – University of Venice), Itália

Prof. Dr. João Muteteca Naeuge (Universidade Lueji A'Nkonde), Dundo, Angola

Prof. Dr. Márcio Undolo (Universidade Lueji A'Nkonde), Angola

Prof. Dr. Marco Thomas Bosshard, Europa-Universität Flensburg, Alemanha

Prof.ª Dr.ª Maria Alexandra A. Guedes Pinto (Universidade do Porto), Portugal

Prof. Dr. Rolf Kailuweit (Heinrich Heine Universität Düsseldorf), Alemanha

Prof.ª Dr.ª Rosa Pérez Zancas (Universitat de Barcelona), Espanha

Prof.ª Dr.ª Vanessa Castagna (Ca'Foscari – University of Venice), Itália

PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS - PPGL - UNEB - Campus X

Setor de Publicações

Missangas: Estudos em Literatura e Linguística

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/missangas>

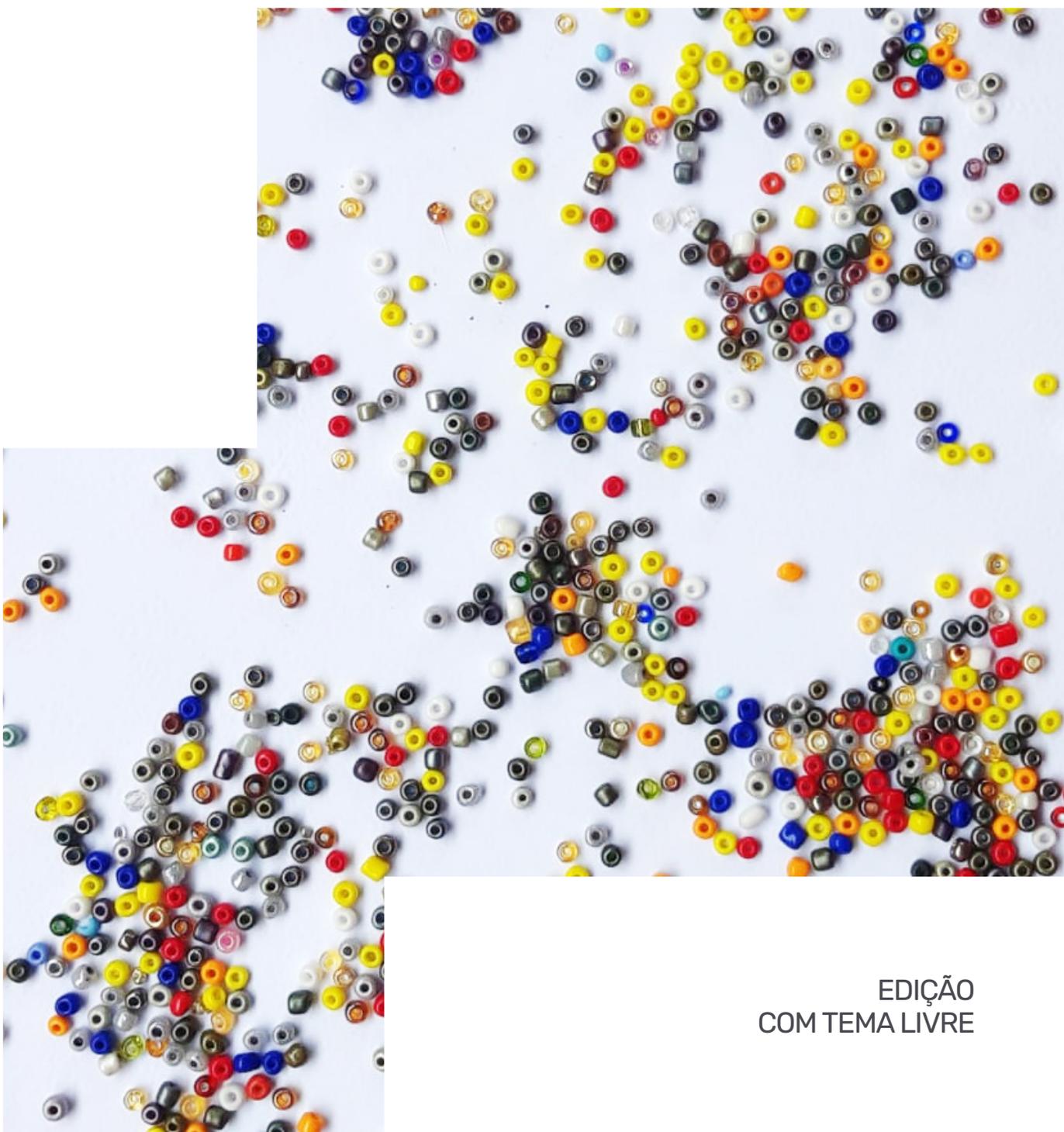
Av. Kaikan, s/n, Bairro Kaikan Sul – Teixeira de Freitas, Bahia

CEP 45.992-255 - BRASIL

Tel. (73) 3263-8054/8055

MISSANGAS

ESTUDOS EM LITERATURA E LINGUÍSTICA



EDIÇÃO
COM TEMA LIVRE

Copyright ©

Todos os direitos reservados aos autores dos artigos. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editores	Prof. Dr. Celso Kallarrari de Souza Silva (UNEB, Campus X) Prof.ª Dr.ª Ivana Teixeira Figueiredo Gund (UNEB, Campus X) Prof.ª Dr.ª Karina Lima Sales (UNEB, Campus X) Prof. Dr. Volker Jaeckel (UFMG)
Revisão e Normalização	GridCom Soluções
Projeto Gráfico e Diagramação	Fernanda Oliveira

FICHA CATALOGRÁFICA BIBLIOTECAS UNEB

Missangas: estudos em literatura e linguística [Recurso eletrônico] / Literatura baiana e outras artes. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. Campus X – v. 4, n. 8 (jul./dez., 2023) – Teixeira de Freitas: UNEB, 2023-

ISSN 2763-5279 (eletrônico)

1. Literatura. 2. Linguística 3. Tema livre
I. Universidade do Estado da Bahia. II. PPGL III. Título.

Maura Icléa Cardoso de Castro CRB-5/708

CDD 800
CDU 82 + 81

Indexadores e base de banco de dados:



PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS - PPGL - UNEB - Campus X
Setor de Publicações
Missangas: Estudos em Literatura e Linguística
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/missangas>
Av. Kaikan, s/n, Kaikan Sul - Teixeira de Freitas, Bahia
CEP 45.992-255 - BRASIL
Tel. (73) 3263-8054/8055

SUMÁRIO

7

APRESENTAÇÃO

Celso Kallarrari de Souza Silva
Ivana Teixeira Figueiredo Gund
Karina Lima Sales
Volker Karl Lothar Jaeckel

11

ARTIGOS

A ESCRITA INTIMISTA NA POESIA DE FLORBELA ESPANCA

Bruna Giorno Bomfim Santana
Cibele Soares Hermano
Ivana Teixeira Figueiredo Gund

26

A INFLUÊNCIA DOS DISCURSOS RELIGIOSOS NOS DISCURSOS SOBRE EDUCAÇÃO DAS FAKE NEWS

Eliton Paulino Rodrigues da Silva
Adriana Santos Batista

48

ATOS DE FALA E ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ: ANÁLISE DE ENUNCIADOS EM UMA AUDIÊNCIA TRABALHISTA VIRTUAL

Flávio de Campos Barbosa
Rosângela Alves Barbosa de Oliveira
Celso Kallarrari



67

**"E FORA DOS STORIES? TÁ TUDO BEM?":
UMA ANÁLISE DAS SOBREPOSIÇÕES EM UMA INTERAÇÃO
DE DEBATE NO PROGRAMA TELEVISIVO MINI SAIA, SAIA JUSTA**

*Igor José Souza Mascarenhas
Ana Carolina Fracalossi Goulart
Hericles Charles Dutra dos Santos
Maria Eduarda Abdias Bonfim
Mônica Ferreira Alves*

85

**LANGUAGE AND POLITICS: COGNITIVE-AFFECTIVE
CROSS-CUTTING DIALOGUES IN THE PUBLIC SPHERE**

*Gabriella Eldereti Machado
Sidney Lopes Sanchez Junior
Rodger Roberto Alves de Sousa*

104

**SEQUÊNCIAS TEXTUAIS E SUA ESTRUTURA MACROPROPOSICIONAL
EM CORPORA PRÉ-SELECIONADOS**

Guilherme Delgado Oliveira

122

SERÁ QUE ZRONGA É UMA LÍNGUA *PRO-DROP*?

Ernesto Mário Dimande

146

**"NÃO HÁ FEITIÇARIAS À VENDA": OS SABERES MEDICINAIS
ATRAVÉS DA TRADIÇÃO ORAL NO CONTO DE DORIS LESSING**

*Frederico Loiola Viana
Valdir Nunes dos Santos*

162

**"NÃO SE RESSOCIALIZA QUEM NÃO QUER"?
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE TEXTOS JURÍDICOS
SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS PRESAS**

*Alcides Gomes Oliveira
Rodrigo Oliveira Fonseca*



APRESENTAÇÃO

A Revista **Missangas: estudos em literatura e linguística**, vinculada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade do Estado da Bahia – UNEB (DEDC-X), ao divulgar produções de autores nacionais e internacionais sobre temas e problemas literários e linguísticos, tem como propósito acolher a pluralidade de diversos olhares sobre as múltiplas dimensões das ciências humanas em tempos e espaços variados, contribuindo para o debate científico neste momento de intensificação das relações internacionais no campo da produção acadêmica brasileira.

A Revista **Missangas** torna-se, portanto, um instrumento capaz de possibilitar – num mosaico de multiculturalidades – a construção de “nossos colares de contas amigadas”, aproximando e ligando mundos distintos pela via da publicação acadêmica, a fim de dar maior evidência às diferentes filiações teóricas e metodológicas de pesquisadores brasileiros e estrangeiros que vêm desenvolvendo conhecimento nas linhas de investigação relacionadas à literatura e linguística presentes no Programa de Mestrado em Letras do Campus X da Universidade do Estado da Bahia – UNEB e em outros Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* no país.

Esta é a oitava edição da Revista **Missangas: estudos em literatura e linguística**, composta por trabalhos dos mais diversos pesquisadores de universidades do país e do exterior: Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus X, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Florida Christian University* – FCU, Orlando, Fl, Universidade do Mindelo, Cabo Verde, e da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.

Abrimos este número com o artigo intitulado “A escrita intimista na poesia de Florbela Espanca”, de Bruna Giorno Bomfim Santana, Cibele Soares Hermano e Ivana Teixeira Figueiredo Gund. Nele, as autoras apresentam uma análise de aspectos do conceito escrita de si – discutido pela perspectiva de Michel Foucault (1992) – que se fazem presentes na produção dessa que é um dos principais nomes da poesia portuguesa. Os dissabores, as paixões e os traumas vivenciados pela poeta serviram de mote para a criação de versos intensos, carregados de dores e paixões, além de evidenciar também a não concordância às imposições socioculturais destinadas às formas do feminino dentro do contexto no qual viveu Florbela Espanca. Por esses motivos, seus poemas de matizes pessoais podem ser pensados como espaço de voz para a expressão de angústias e desejos femininos, bem como para a consolidação da escrita produzida por mulheres.

Eliton Rodrigues da Silva, em seu artigo “As influências dos discursos religiosos nos discursos sobre educação das *fake news*”, analisa o discurso religioso cristão no que tange à educação no Brasil em relação à ideologia de gênero. Para tanto, o autor utiliza, como objetos de investigação, vídeo e texto pautados em *fake news* a fim de compreender a maneira pela qual um conceito originário de discursos cristãos passou a constituir discursos sobre educação. Silva fundamenta sua escrita por meio da teoria Análise do Discurso Materialista e, por meio dela, reflete sobre os aspectos conservador, moralista e anticomunista que esses discursos apresentam.

No artigo “Atos de Fala e Estratégias de polidez: análise de enunciados em uma audiência trabalhista virtual”, os autores Flávio de Campos Barbosa, Rosângela Alves Barbosa de Oliveira e Celso Kallarrari analisarão a fala da juíza Kismara Brustolin que, em novembro de 2023, ganhou notoriedade, enquanto juíza substituta na Vara Trabalhista da cidade de Xanxerê, quando esta, em audiência online, adotou uma postura agressiva com uma testemunha convocada a prestar depoimento numa ação trabalhista, a partir da categoria de análise da Polidez e (Im) polidez do discurso, amparada na Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987) e dos Atos de Fala, de Austin (1990). Compreendeu-se, pois, que as FTAs, nos atos de fala dos enunciados analisados, podem acontecer tanto de maneira voluntária quanto involuntária, sendo capazes de afetar a imagem (positiva ou negativa) tanto do falante quanto do ouvinte e que, quando estratégias comunicacionais não se fazem presentes na comunicação, os atos de fala tendem a ser impolidos, como predominantemente ocorreu nos enunciados expressos pela juíza, cujos atos de fala compõem parte do *corpus* deste artigo.

O artigo “E fora dos *stories*? tá tudo bem?: uma análise das sobreposições em uma interação de debate no programa televisivo Mini Saia, Saia Justa”, escrito por Igor José Souza Mascarenhas, Ana Carolina Fracalossi Goulart, Hericles Charles Dutra dos Santos, Maria Eduarda Abdias Bonfim e Mônica Ferreira Alves, propõe uma reflexão sobre saúde física e psicológica, de forma especial, relacionada às pessoas que vivem imersas em redes sociais. A partir desse assunto bastante atual e relevante, os autores investigam a conversação espontânea e naturalística ocorrida em um episódio televisivo e, dentro dele, observam se as sobreposições comprometem o

desenvolvimento da interação e também discutem a necessidade de expressar-se.

“*Language and politics: cognitive-affective cross-cutting dialogues in the public sphere*”, artigo de Gabriela Eldereti Machado, Sidney Lopes Sanchez Junior e Rodger Roberto Alves de Souza, tem como objetivo investigar a relação entre a linguagem política e as transversalidades cognitivo-afetivas na esfera pública, a partir de um *corpus* de análise composto de diferentes contextos políticos e ideológicos, qual seja, discursos políticos, pronunciamentos públicos, entrevistas, debates e campanhas eleitorais. Para tanto, utiliza-se de uma abordagem crítica que tem como finalidade identificar os elementos discursivos capazes de despertar emoções e criar interações afetivas com o público, além de divisões e antagonismos entre os diferentes grupos políticos, apresentando tendências, padrões e conclusões relevantes.

“Sequências textuais e sua estrutura macroproposicional em corpora pré-selecionados” é o artigo de Guilherme Delgado Oliveira. Nele, o autor, a partir de *corpora* formados por excertos de textos literários, faz uma análise empírica das estruturas macroproposicionais das sequências descritiva, argumentativa, explicativa, narrativa e dialogal nos materiais empíricos selecionados e citados. Para tal propósito, delinea a estrutura macroproposicional da sequência descritiva do excerto do conto “Saga” (1989), um excerto do discurso argumentativo de Saramago (1998), o texto “Nascidas para voar (Gomes) de Gomes, e, por fim, o conto “Os dois amigos” (Muller, 1985). Segundo o autor, “as sequências, constructos de caráter autónomo, homogêneo e abstrato, permitem-nos compreender as estruturas linguística e semântica dos textos e, por outro lado, combinam-se emergindo, entretanto, uma em detrimento de outra. Revelou-se que as estruturas macroproposicionais dessas sequências, em falta, podem ser inferidas, não comprometendo, por isso, a coerência e a compreensão do todo textual”.

O artigo “Será que zronga é uma língua *pro-drop*?”, de Ernesto Mário Dimande, trata-se de uma análise paramétrica do sujeito nulo da língua bantu, amparada na Teoria de Princípios e Parâmetros de Chomsky (1981). Essa língua é, atualmente, falada na zona sul de Moçambique, na Província de Maputo. O objetivo desse artigo é determinar, com base em evidências empíricas, se a zronga é ou não é uma língua *pro-drop*; se ela possui uma morfologia verbal capaz de permitir a interpretação de sujeitos expletivos e explicitar o comportamento dos verbos climáticos em relação ao parâmetro do sujeito nulo. Teoricamente, a análise de dados está ancorada na Teoria de Princípios e Parâmetros, proposta por Chomsky (1981). A análise, composta de um questionário respondido por 20 falantes nativos das 4 variantes da língua zronga, sugere que essa língua enquadra-se no grupo de línguas *pro-drop*.

Os autores Frederico Loiola Viana e Valdir Nunes dos Santos trazem o artigo “Não há feitiçarias à venda: os saberes medicinais através da tradição oral no conto de Doris Lessing”, no qual discutem como a autora subverte o sistema e a lógica colonialista ao criticar a tentativa de apropriação cultural por parte dos padrões brancos – no caso do conto, a apropriação dos conhecimentos médicos ancestrais dos povos negros de África –, destacando a resistência da personagem

Gideon, que se nega a entregar seus saberes tradicionais. Assim, na escrita de Lessing se estabelece um jogo de forças e uma denúncia da colonização europeia que se impôs violentamente sobre outros territórios, mas que, sobretudo por meio da resistência dos povos colonizados, não conseguiu eliminar por completo a presença e o legado ancestral dessas culturas.

Alcides Gomes Oliveira e Rodrigo Oliveira Fonseca são os autores do último artigo intitulado “Não se ressocializa quem não quer”? uma análise discursiva de textos jurídicos sobre a ressocialização de pessoas presas”. O objetivo deste artigo é analisar criticamente a narrativa da função ressocializadora da pena de prisão e explorar as formações imaginárias em torno do discurso jurídico de ressocialização no espaço prisional. Foram mobilizados textos jurídicos em que o processo de ressocialização aparece sob alinhamento, suspeita ou contradição em relação à Lei de Execução Penal (LEP). A abordagem teórico-metodológica é a da Análise de Discurso de linha materialista (AD), apoiada em um estudo do arquivo histórico, jurídico e político em torno da função ressocializadora da pena de prisão. A análise demonstrou, ao final, uma dupla condenação das pessoas privadas de liberdade, contrariando as premissas ressocializadoras assumidas pela LEP.

No final do quarto ano e 8ª edição da *Missangas*, gostaríamos de agradecer a confiança dos nossos colegas, da coordenação do Programa de Mestrado em Letras – PPGL, da direção acadêmica do DEDC-X e das universidades parceiras. Saudamos a todos que, na função de autores/pesquisadores, pareceristas, revisores e editores, têm contribuído para fazer deste periódico científico um instrumento importantíssimo na divulgação dos estudos literários e linguísticos de referência na pesquisa em nosso país. Agradecemos, sobretudo, à reitoria da UNEB pelo apoio financeiro para a continuidade e manutenção desta e das futuras edições, por meio do Programa de Apoio à Publicação de Periódicos associados aos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* da UNEB (PROEP-PÓS), em parceria intersetorial Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação (PPG) e Secretaria de Relações Internacionais (SERINT).

Editores

Prof. Dr. Celso Kallarrari de Souza Silva (UNEB, Campus X)
Prof.^a Dr.^a Ivana Teixeira Figueiredo Gund (UNEB, Campus X)
Prof.^a Dr.^a Karina Lima Sales (UNEB, Campus X)
Prof. Dr. Volker Karl Lothar Jaeckel (UFMG)

A ESCRITA INTIMISTA NA POESIA DE FLORBELA ESPANCA

*Bruna Giorno Bomfim Santana*¹

*Cibele Soares Hermano*²

*Ivana Teixeira Figueiredo Gund*³

Resumo: Este artigo apresenta uma análise crítica e reflexiva sobre a produção literária e a biografia da escritora portuguesa Florbela Espanca a partir da representação do feminino. O presente estudo será norteado pela perspectiva da escrita de si, conceito discutido por Michel Foucault (1992). Analisaremos no presente texto o uso insistente da primeira pessoa, observando sua repetição como elemento discursivo que corporifica o entrelaçamento do eu indivíduo com o *eu* autor, evidenciando a linha tênue entre esses. Outrossim, esta pesquisa também tem por objetivo analisar de que forma se dá a representação da imagem feminina na produção literária de Florbela Espanca, contextualizando seu lirismo, a história da mulher dentro da conjuntura histórico-literária e a produção literária florbeliana na construção de seu estilo intimista.

Palavras-chave: Literatura; Florbela Espanca; Eu; Escrita de si.

Introdução

O presente artigo tem por finalidade analisar, discutir e entrelaçar a epistemologia sobre a escrita de si, conceito discutido por Michel Foucault em “A escrita de si”, publicado como parte da obra *O que é um autor?* (1992), com os poemas de Florbela Espanca “Eu”, presente na obra *O livro de mágoas* (1919), “A mulher”, da obra *Trocando olhares* (1917), e “Volúpia”, da obra *Charneca em flor* (1931). O estudo evidencia a produção literária e a biografia da escritora portuguesa Florbela Espanca, a partir da representação do feminino na construção de diferentes sentidos que se interligam, a saber, intimista, coletivo e erótico.

1 Mestranda pelo Programa de Mestrado em Letras – PPGL da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, linha de pesquisa Estudos Literários. Graduada em Letras pela UNEB. E-mail: brunapoesia@hotmail.com

2 Mestranda pelo Programa de Mestrado em Letras – PPGL da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, linha de pesquisa Estudos Literários. Graduada em Letras pela UNEB. E-mail: cibelesoareshermano@gmail.com

3 Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Educação – Campus X. E-mail: igund@uneb.br

Faz-se necessário deslindar a perspectiva intimista da autora à luz do texto de Michel Foucault, “A escrita de si” (1992), como uma busca do “eu”, um descobrimento de si mesmo que será traduzido por uma obsessão pelo “ser” demonstrado por meio de paradoxos que refletem angústias sentidas pelo sujeito poético diante da vida.

Florbela Espanca foi uma mulher com estilo de vida diferente do que se esperava do modelo feminino em seu contexto histórico. Alguns a têm apenas como uma escritora dramática, mas preferimos evidenciá-la como uma feminista inovadora, que se defrontou com preconceitos. Em geral, o que se pode perceber é que, mesmo de forma camuflada por seu sentimentalismo, é possível reconhecer uma representação feminina em sua literatura, pois, em seu lirismo, a poeta propagou acentuadamente o amor *eros*, a libido feminina, com voz marcante. Com isso, atreveu-se a derrubar os limites esperados para a escrita de mulheres em seu tempo.

Analisar de que forma se dá a representação da imagem feminina na produção poética de Florbela Espanca implica contextualizar seu lirismo não só pela perspectiva literária mas também de forma sócio-histórica para compreender quão importante foi seu legado.

Destarte, sendo a literatura um espaço simbólico onde formações ideológicas transitam e alimentam o imaginário social, interpelar contextos cotidianos que se escondem/transitam na escuridão do seu próprio tempo caracteriza uma literatura que dissolve a fissura que existe entre realidade e ficção: a escrita de si. Assim, torna-se possível vislumbrar na poesia florbeliana um terreno fértil para análises e discussões sobre a sua estética literária no contexto da verossimilhança e da escrita intimista.

1 A voz do feminismo que ecoa na literatura

Ao longo da história ocidental sempre existiram mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e, muitas vezes, pagaram com suas próprias vidas. Como exemplo das perseguições e dos estados de opressão aos quais as mulheres foram submetidas cultural e socialmente, tem-se o papel da Igreja Católica, ao perseguir, no período da Inquisição, qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas insofismáveis. Contra essa e muitas outras formas de subjugação do feminino surgiram respostas materializadas em protestos e discursos que deram origem ao movimento feminista, em âmbito mundial. Sobre esse movimento, Ilze Zirbel, aponta que,

A primeira grande onda feminista, de um ponto de vista mais global, é identificada com os movimentos em massa de mulheres que irromperam na cena pública de vários países no final do século XIX e início do século XX, identificados com a luta pela isonomia e pelo sufrágio (voto) (ZIRBEL, 2021, p. 12).

Esse feminismo inicial, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e só aparecerá novamente, com importância, na década de 1960. No decorrer destes trinta anos um livro marcará as mulheres e será fundamental para a nova onda do feminismo: *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. O movimento se alastrou pela França, onde os estudantes tentaram uma aliança com operários, o que teve reflexos em todo o mundo. Foi também nos primeiros anos da década que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeiro nos Estados Unidos, e logo depois na Alemanha. Betty Friedan lança em 1963 o livro que seria um marco do novo feminismo: *A mística feminina*. Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres.

O feminismo aparece como um movimento libertário que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação – mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que estas tenham liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Essas considerações mostram que o feminismo tem raízes profundas na luta e engajamento de inúmeras mulheres que buscavam reduzir a desigualdade das relações, melhorar as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, bem como garantir a equidade em relação aos direitos conferidos aos homens.

O masculino imperava em todos os espaços sociais, toda a estrutura de poder – governo, justiça, Igreja e mesmo os lares – significava espaço de coerção onde regras de condutas femininas eram ditadas pelo masculino ficando a mulher, o feminino, reduzida ao calar-se. Simone de Beauvoir, assevera a respeito da submissão imposta às mulheres:

As mulheres nunca, portanto, constituíram um grupo separado que se pudesse para si em face do grupo masculino; nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens. A condição concreta da mulher não é afetada pelo tipo de filiação que prevalece na sociedade a que pertence; seja o regime patrilinear, matrilinear, bilateral ou indiferenciado (não sendo nunca a indiferenciação), ela se encontra sempre sob a tutela dos homens; a única questão consiste em saber se após o casamento ela fica sujeita à autoridade do pai ou do irmão mais velho – autoridade que se estenderá também aos filhos – ou se ela se submete a partir de então, à autoridade do marido (BEAUVOIR, *s/d*, p. 100).

Nesses sistemas sociais as mulheres são vistas como bens de família com todos os valores advindos de uma tradição patriarcal secular. O calar-se como parte da submissão, passividade e dependência da mulher reflete a dominação histórica – do masculino sobre o feminino – alimentada por padrões históricos e culturais. Dentro dessa ótica, o feminismo denunciou a subordinação e exclusão do mundo

econômico que acaba por provocar uma estratégia que aponta para a literatura como um itinerário seguro que possibilitou a relativização da perspectiva pendular: esposa e mãe. Nesse contexto, a literatura permite à mulher adentrar num campo que vai além dos papéis sociais que eram previstos para a figura feminina.

No campo literário, a mulher com maior grau de instrução vai conquistando gradualmente seu lugar. Tal fenômeno, que aconteceu em escala internacional, ocorreu também em Portugal, primeiro em caráter doméstico, nas reuniões para o chá e posteriormente, nas revistas femininas que publicam não só seus artigos, mas, também, suas produções literárias. Nesse contexto histórico surge Florbela Espanca. A autora escreve sua obra poética perpassada por sua história de vida. Isso garante aos poemas uma ótica particular; ou seja, são construídos a partir de uma perspectiva feminina, o que garante visibilidade e certo reconhecimento negados outrora. Por meio da força de seus versos, ela passa a se posicionar perante as demandas sociais vigentes.

Quando a mulher passa a ser portadora do seu próprio discurso, da sua palavra e das suas ideias, sua presença é apontada, e sua identidade evidenciada. A literatura de autoria feminina rompe obstáculos e desestabiliza dogmas seculares. A escrita, então, torna-se instrumento de poder. Jacques Rancière defende, em sua obra *Política da escrita*, o ato de escrever com uma maneira de se posicionar no mundo.

[...] antes de ser o exercício de uma competência, o ato de escrever é uma maneira de ocupar o sensível e dar sentido a essa ocupação. Não é por ser o instrumento do poder, nem por ser a via real do saber que a escrita é coisa política. Ela é coisa política porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição (RANCIÈRE, 2017, p. 7).

É nessa partilha do sensível, do ato de escrever como ato político e ético, que o feminino aparece na composição de um discurso que suscita posicionamentos críticos, que ouve as vozes e se mistura a elas, reconhece-se nos espaços sociais e também no campo literário. Nessa perspectiva a escrita feminina, referenda-se como contemplativa e de caráter revolucionário intimamente feminista, mas, em se tratando da poeta em questão, a segunda referência é o que melhor corresponde e traduz a sua obra.

Como vemos, o movimento feminista tem raízes antigas. Nasceu com a modernidade e evolui desde o século XVIII até a atualidade, expressando o descontentamento das mulheres destinadas a sempre servir e a domesticar-se, atreladas aos afazeres do lar. Uma das formas de “escapar” dessa condição pré-estabelecida, seria dedicar-se à literatura. Ao trazer à superfície questões ligadas à rotina, aos sentimentos e aos anseios por meio da escrita – ou seja, trazer a vida privada das mulheres para o âmbito público –, a autoria feminina pautada em uma concepção feminista trouxe a necessidade de pensar novas condutas e práticas em relação às mulheres.

2 Vida que se transborda em versos: o existir de Florbela Espanca

A portuguesa Florbela D’Alma da Conceição Espanca nasceu no Alentejo, em Vila Viçosa, em 8 de dezembro de 1894. Filha ilegítima de João Espanca, foi registrada como filha de pai incógnito. Apesar disso, foi criada pelo pai biológico e por sua esposa, desde o seu nascimento. Em novembro de 1903, aos sete anos de idade, Florbela escreve seu primeiro poema “A vida e a morte”. Segundo a própria, “já as coisas da vida lhe davam vontade de chorar e lhe tiravam o sono”.

As principais obras de Florbela Espanca são poemas, no entanto a poeta apostou também na narrativa em diversos momentos ao longo da sua vida. Os dois livros de contos da autora, *As máscaras do destino* e *O dominó preto*, foram publicados após a sua morte e estão reunidos na coletânea *Contos completos*.

O poema “A vida e a morte” e o soneto “A bondade, o som de Deus...” são os seus primeiros trabalhos conhecidos, reflexo da intensidade do sentimento e da angústia pessoal, dois temas presentes na produção poética de Florbela Espanca que se fizeram mote para grande parte de seus versos. Tais temas perpassaram sua vivência e vincularam-se à personalidade depressiva da poeta, tanto que, em 1907, ela foi diagnosticada com uma depressão que a acompanhou até o fim de sua vida.

Essa doença que atormentava Florbela desde a juventude agravou-se com o passar dos anos e dos insucessos no amor. Aos 19 anos, ela se casa com Alberto Moutinho, seu colega de liceu. Depois de um aborto e de um claro afastamento, a relação acabaria por terminar em divórcio em 1921. No mesmo ano decide casar com António Guimarães, oficial de artilharia, que havia conhecido quando se mudou para a capital para estudar Direito na Universidade de Lisboa. Em 1923 um novo aborto e acusações de maus tratos ditam a separação do casal. Foi também nesse ano que foi publicado o *Livro de Soror Saudade* que confirmava a profunda tristeza da poeta. Já em 1925 contrai matrimônio com Mário Laje, um conhecido de longa data que havia de tornar-se seu amigo próximo. O último casamento da autora foi também o único de cariz religioso.

Os desgostos que começaram com a morte da mãe – e a quem dedicou o conto “Mamã!” –, marcaram os 36 anos de vida de Florbela Espanca. O primeiro livro publicado, *O livro de mágoas* (1919) deixou evidente os tons melancólico e passional que seriam lidos nos versos escritos por ela. Os conflitos amorosos, a impossibilidade de concepção e a falta de aceitação pelos círculos literários mais exigentes ditaram muita da mágoa que pautou a vida da autora. No entanto, foi a morte do irmão, Apeles Espanca, que lançou Florbela para o abismo. Esse momento infeliz inspirou-a a escrever o livro *As máscaras do destino*.

No último ano de vida, Florbela Espanca dedicou-se à escrita de um diário (*Diário do último ano*), o único que se conhece da escritora. Foi também neste período que privou com Guido Battelli, professor da Universidade de Coimbra, seu amigo e responsável pela publicação póstuma daquela que é atualmente vista como a sua obra-prima, *Charneca em flor*, e do livro *Juvenilia*, ambos em 1931.

No mesmo ano foi também publicado *Cartas de Florbela Espanca a Dona Júlia Alves e a Guido Batelli*.

Florbela suicidou-se com o uso de barbitúricos no dia em que iria festejar seu trigésimo sexto aniversário e às vésperas da publicação de *Charneca em Flor*. Percebe-se que sua vida amorosa marcada por divórcios, inconformismos e frustrações com a moral e costumes tenha sido o mote para uma escrita à frente do seu tempo. A poeta escreveu contos, poemas e cartas, uma obra repleta de lirismo que revela as concepções da autora sobre o amor, a condição da mulher, o erotismo.

Os paradoxos inerentes ao feminino e a feminilidade tecem toda a produção literária de Florbela Espanca. Sua obra de cunho autobiográfico é imprescindível para o entendimento do contexto social em que as mulheres de sua época viviam. O ser mulher em sua poesia escamoteia entre a insubmissão e o conformismo, entre o erótico e o casto como forma de escape. Sua escrita transpirava a liberdade da palavra, a exteriorização dos desejos do seu eu.

Ressalta-se que, em relação à escrita feminina, a escrita de si teve um papel político substancial, pois foi negada às mulheres a participação na esfera pública. Em razão da censura do social, muitas não conseguiam expressar plenamente os pensamentos e sentimentos em suas obras. Assim, encontravam na escrita refúgio para o “eu”, além de instrumento de denúncia velada naquele mundo predominantemente masculino dos interditos sociais.

3 A escrita de si florbeliana sob a ótica de Michel Foucault

A obra de Florbela Espanca é vasta e tem sido alvo de muitas interpretações. Diários, cartas e poemas são escritas que expressam as dores, tristezas e perdas da escritora. Sua escrita intimista é um mergulho em busca de descobrir-se demonstrado por paradoxos que refletem as angústias sentidas pelo eu poético.

Em sua quase totalidade, pode-se notar a insistente busca do “eu” com uma conotação confessional onde o “desabafo” revela sua inabilidade de aceitar a própria realidade, o que já aponta características pertinentes à escrita de si. A tristeza e a solidão são patentes no soneto “Hora que passa”:

Vejo-me triste, abandonada, só
bem como um cão sem dono e o que procura
mais pobre e desprezada do que Job
a caminhar na via da amargura
(ESPANCA, 2012, p. 175)

O uso da primeira pessoa, a confissão do estado de abandono apontados nos versos suscitam o caráter intimista, confessional que, no conjunto da obra florbeliana, podem-se reconhecer como aspectos da perspectiva da escrita de si, de

Michel Foucault (1992), que estabelece uma relação do ser consigo, tão adequada e completa quanto possível.

“A escrita de si”, texto publicado pela primeira vez em 1983 junto com outros cinco artigos que compõem a obra *O que é um autor?*, de Foucault, traz uma discussão que propõe pensar sobre a escrita e sua função transformadora do indivíduo. Sobre esse indivíduo, pode-se dizer que é pensado no texto em questão pela perspectiva transcrita de um trecho da *Vita Antonii*, de Atanásio, uma vez que possui seu sentido principal numa relação de complementaridade com a *anachoresis*, cujo autor dimensiona a escrita como uma forma de cuidado consigo mesmo, como um exercício de autoconhecimento, como uma direção a ser seguida para encontro do próprio reconforto (Foucault, 1992).

O soneto “Eu”, publicado na obra *Livro de mágoas* (1919), apresenta nos primeiros versos um eu poético visivelmente marcado pelo gênero feminino e que se diz perdido – “Eu sou a que no mundo anda perdida, Eu sou a que na vida não tem norte” (ESPANCA, 2021, p. 154) – no entanto a conotação de estar perdido se refere não ao espaço geográfico, a uma localização física, mas a uma condição psicológica. Há claramente uma tensão entre o ego, o id e o ser – “Sou a que chora sem saber porquê” (ESPANCA, 2012, p. 154). O eu poético e também, por que não dizer, o eu de Florbela naquilo que a compõe como indivíduo, choca-se no campo das convenções e relações morais – “Alma de luto sempre incompreendida!” (ESPANCA, 2012, p. 154). Vejamos:

EU

Eu sou a que no mundo anda perdida,
Eu sou a que na vida não tem norte,
Sou a irmã do Sonho, e desta sorte
Sou a crucificada... a dolorida...

Sombra de névoa tênue e esvaecida,
E que o destino amargo, triste e forte,
Impele brutalmente para a morte!
Alma de luto sempre incompreendida!

Sou aquela que passa e ninguém vê...
Sou a que chamam triste sem o ser...
Sou a que chora sem saber porquê...

Sou talvez a visão que Alguém sonhou,
Alguém que veio ao mundo pra me ver,
E que nunca na vida me encontrou!
(ESPANCA, 2012, p. 154)

A perdição de Florbela dentro de si coloca-a num estado de reclusão na tentativa de se encontrar e se reconhecer enquanto ser, indivíduo. Nos versos, o eu poético confunde-se com a personalidade da autora, traz a dor vivida por ela para as palavras. A materialidade do verso se faz com aquilo que a aflige como ser humano e como mulher. Por isso não há como separar, nesses poemas compostos pela escrita de si, a arte literária e a pessoa que escreve. Ainda mais quando se realiza a anacorese, momento no qual o isolamento permite a confissão dos sentimentos e angústias por meio da escrita.

Essa ideia de anacorese, do verbo *anakhoreîn*, vem do grego e denomina a ação de “retirar-se”, “recolher-se”. Essa terminologia provém de monges ou ermitãos cristãos que viviam em retiro e solidão, especialmente nos primórdios do cristianismo, dedicando-se à oração e à escrita de liturgias, a fim de alcançar um estado de graça e pureza de alma. O termo *anacoreta* também é utilizado para denominar um penitente que se afastou do convívio humano para viver na mais completa solidão, procurando expiar seus pecados via meditação.

Nos versos “Sou a irmã do Sonho, e desta sorte / Sou a crucificada... a dolorida...” (ESPANCA, 2012, p. 154), o eu poético demonstra estar alienado, perdido, e ainda se descreve como a irmã do sonho, aquela que prefere viver em outra realidade que não a que a circunda. É a dolorida, é a que a sofre, pois o exercício de conhecer a si mesmo emerge do sentimento doloroso. É a escrita de movimentos interiores que dissipa as sombras do ser, ao trazer à luz os movimentos do pensamento, revelando a alma de quem escreve.

A esse respeito, no artigo “A escrita de si”, Foucault nos apresenta os pensamentos de Sêneca e Epicteto que ressaltam a importância dos exercícios de pensamentos sobre si mesmo. O primeiro resalta que é preciso ler e escrever, e o segundo associa a escrita à meditação como instrumento de reflexão do real. Sobre isso, Foucault afirma que:

A escrita de si mesmo aparece aqui claramente na sua relação de complementaridade com a anacorese: atenua os perigos da solidão; dá o que se viu ou pensou a um olhar possível; o facto de se obrigar a escrever desempenha o papel de um companheiro, ao suscitar o respeito humano e a vergonha; podemos, pois, propor uma primeira analogia: aquilo que os outros são para o asceta numa comunidade, sê-lo-á o caderno de notas para o solitário. Mas, simultaneamente, uma segunda analogia se coloca, referente à prática da ascese como trabalho não apenas sobre os actos mas, mais precisamente, sobre o pensamento: o constrangimento que a presença alheia exerce sobre a ordem da conduta, exercê-lo-á a escrita na ordem dos movimentos internos da alma; neste sentido, ela tem um papel muito próximo do da confissão [...] (FOUCAULT, 1992, p. 129).

Nesse sentido, o soneto em questão também pode ser considerado uma escrita de si, já que Florbela se recolhe e dedica-se a alcançar “o estado de graça” necessário para a autoaceitação, confessando suas angústias diante de si e do outro.

Apesar de os sentimentos intimistas estarem presentes em vários de seus poemas, nos sonetos “A Mulher I e II”, que fazem parte da obra *Trocando olhares* (1917), Florbela Espanca, com um grito de feminilidade que reverbera a posição da mulher dividida entre os seus desejos e sua condição social, apresenta-nos a angústia de ser mulher numa sociedade que reprime os sentimentos femininos:

A Mulher I

Um ente de paixão e sacrifício,
De sofrimento cheio, eis a mulher!
Esmaga o coração dentro do peito,
E nem te doas coração, sequer!

Sê forte, corajoso, não fraquejes
Na luta: sê em Vénus sempre Marte;
Sempre o mundo é vil e infame e os homens
Se te sentem gemer hão-de pisar-te!

Se às vezes tu fraquejas, pobrezinho,
Essa brancura ideal de puro arminho
Eles deixam pra sempre maculada;

E gritam então vis: “Olhem, vejam
É aquela a infame!” e apedrejam
a pobrezita, a triste, a desgraçada!
(ESPANCA, 2012, p. 35)

No poema “A Mulher I”, o eu poético apresenta sua dor, demonstrando que a vida da mulher é um sacrifício em que a mesma precisa sempre se sujeitar ao mundo dominante masculino. A sujeição da mulher é retratada pelo eu poético por meio do silenciamento coercitivo do patriarcado, como vemos nos versos 7 e 8 da segunda estrofe do soneto: “Sempre o mundo é vil e infame e os homens / Se te sentem gemer hão de pisar-te!” (ESPANCA, 2012, p. 35).

Parece que há uma carga social em ser mulher visto que a tradição cultural dominante tem se perpetuado com experiências emudecedoras reproduzidas de forma contínua ao longo da história. A negação da legitimidade da mulher como sujeito foi uma realidade até pouco tempo atrás. No contexto histórico-temporal da autora, “pisar-te” não era apenas uma metáfora usada em textos literários, mas uma realidade comum. Como delata Kate Millet, em sua obra *Política sexual*:

[...] a situação das mulheres no quadro do sistema patriarcal é tal que delas se espera justamente que sejam passivas, que sofram, que sejam

objetos sexuais; é indubitável que a sua socialização as incita, com mais ou menos sucesso, a desempenhar este papel (MILLET, 1974, p. 198).

O eu poético deixa claro que a não concordância com o sistema vigente e o comportamento diferente do tradicional resultam na marginalização da mulher, como descrito no poema, no verso 13, “é apedrejada”, ou seja, marcada preconceituosamente pelo *statu quo* vigente. No último terceto, os versos “E gritam então os vis: ‘Olhem, vejam / É aquela a infame’ e apedrejam / A pobrezita, a triste, a desgraçada!” (ESPANCA, 2012, p. 35) evidenciam o estigma da mulher fora dos padrões da sociedade.

Como citado, a vida de Florbela é marcada por frustrações e perdas. Esse poema aborda um tema que fez parte da construção da sua história, pois, assim como o eu poético, ela fora estigmatizada por desconstruir o padrão patriarcal de feminilidade, e, possivelmente, esse poema seja um relato de parte da sua vida amorosa marcada por divórcios e desilusões, pois “Escrever é, pois, ‘mostrar-se’, dar-se a ver, fazer aparecer o próprio rosto junto ao outro” (FOUCAULT, 1992, p. 136).

Pensar nas palavras de Florbela implica pensar não apenas no seu próprio eu, mas, também, em toda uma coletividade feminina. Sendo assim, sua voz individual por vezes apresenta um caráter coletivo. Sobre essa questão da voz individual, por vezes, reverberar também a própria coletividade, Foucault propõe pensarmos:

Num mesmo coração há vozes altas, baixas e medianas, timbres de homem e de mulher: “Nenhuma voz individual se pode aí distinguir; só o conjunto se impõe ao ouvido... Assim quero eu que seja com a nossa alma, que ela faça boa provisão de conhecimentos, de preceitos, de exemplos tirados de mais do que uma época, mas convergentes numa unidade” (FOUCAULT, 1992, p. 134).

Essa diversidade de vozes ecoa por meio do fazer literário e torna-se uma etapa essencial no processo do exercício de escrita de si que se constitui em valores, ideias e crenças de uma coletividade, repleta de informações acerca do pensamento humano.

A exemplo disso, Foucault aborda algumas formas utilizadas para o exercício da escrita de si, sendo nomeados de *hypomnemata* e correspondência. Os *hypomnemata* eram cadernos pessoais que serviam de agenda, cuja finalidade poderia ser funcionar como um guia de conduta: neles eram feitas anotações sobre o que se tinha lido, ouvido, falado, e poderiam conter também fragmentos de obras, outras vozes que faziam parte de um coletivo que representavam experiências, memórias a respeito de fatos, eventos que fizeram parte daqueles que o utilizavam. Os cadernos de notas também serviam de base para textos que seriam enviados para outras pessoas. No intuito de ajudar o seu destinatário disponibilizando conselhos, consolo, críticas, repreensões, o remetente passa por um processo de treinamento no qual vai se exercitando de modo que, ao confrontar situações semelhantes às

vivenciadas pelo destinatário de suas correspondências, alcance uma maior experiência e saiba lidar com tais eventualidades de forma menos complexa. Essa troca de escritas permite um compartilhamento de experiências e vivências, além disso, viabiliza aproximação do eu escritor para com o eu leitor.

Há uma relação de semelhança estabelecida entre as *hypomnematas* e cartas com a poesia de Florbela, pois ambas escritas são compostas por vozes individuais e coletivas que suscitam uma práxis. Há força política no discurso presente na poesia de Florbela, visto que, ao mesmo tempo que ela escreve sobre si, também escreve sobre outro, uma vez que os fatos vividos pela autora e a maneira como aparece na sua produção literária borram fronteiras temporais e sociológicas, entrelaçando sua história individual às histórias sociais.

[...] a singularidade e o coletivo pluralizam os discursos e, por sua vez, o modo de pensar e atuar dos sujeitos na sociedade. Ao escreverem sobre suas lembranças, seu cotidiano, trazem os rastros das desigualdades sociais, das marcas de violências nos corpos, dos discursos sobre a sexualidade, dentre outros. Assim, por em relação os discursos que perpassam nos textos dos escritores, no nosso caso das escritoras, nos permitem não só visualizar as trajetórias pessoais, mas o outro (marcas discursivas) que se expressa nessas escritas (SILVA; MOREIRA, 2016, p. 20).

O coletivo de vozes característico da escrita de si, e presente na escrita de Florbela, personifica parte das experiências vividas por ela durante o percurso da sua vida, o que possibilita a ressignificação da imagem da mulher.

Assim, um terceiro ponto abordado na escrita de Florbela é o amor *eros*. A procura do amor sempre foi uma constante na vida da poeta que, concomitante com a busca de um amor idealizado, também buscava um amor carnal, a realização dos seus desejos sexuais. Classificada por muitos teóricos como portadora de uma identidade dúbia, Florbela aparece por vezes como um ser feminino frágil, vulnerável e por outras vezes ousada, escrevendo sobre seus desejos físicos de mulher indo de encontro às normas sociais vigentes que não aceitavam bem que as mulheres tivessem desejo, pois esse era um privilégio masculino.

O erotismo constitui sem dúvida uma novidade na escrita feminina, sendo Florbela uma das precursoras dessa temática. A poeta adentra em trajetos que a mulher não era dada a percorrer à época em que foram escritos e recorre a elementos sensuais que remetem ao amor carnal, sempre partindo da perspectiva da mulher. Nesse sentido, Maria Lúcia Dal Farra nos mostra Florbela Espanca como “o antimodelo do feminino, da concepção de mulher – e nisto reside, sem dúvida, a força mais primária da sua obra, cuja lucidez indomável questiona, insurrectamente, a condição feminina e os históricos papéis sociais conferidos à mulher” (DAL FARRA, 2002, p. 93).

Na obra *Charneca em flor*, datada de 1931, a sexualidade e o desejo permeiam toda sua escrita, e sua proposta é caráter erótico. Sobre essa temática nos versos da poeta portuguesa, Adilene da Silva Justino comenta que:

Considerando que é neste último livro que Florbela realiza a libertação da figura feminina apta a viver o erotismo, será interessante observarmos o sentido literal da palavra “charneca”. Este termo significa um terreno agreste, rústico, que não tem muita vegetação, não frutifica e não dá flores. No entanto, ao acrescentar, muito sabiamente, o vocábulo charneca à expressão “em flor”, o sentido é totalmente modificado: sugere uma mulher aberta à sexualidade cuja representação nos poemas se dá através de um eu lírico feminino (JUSTINO, 2016, p. 12).

Na referida obra, Florbela Espanca coloca já no título a sugestão de florescer num terreno infértil, o que suscita uma situação inusitada e revela a transgressão de sua escrita ao apresentar um eu lírico feminino que revela seus desejos, deixa florescer o erotismo. No poema “Volúpia”, apresenta indícios da sensualidade do eu poético, a começar pelo título do poema que significa prazer sexual. Vejamos o poema:

Volúpia

No divino impudor da mocidade,
Nesse êxtase pagão que vence a sorte,
Num frêmito vibrante de ansiedade,
Dou-te o meu corpo prometido à morte!

A sombra entre a mentira e a verdade...
A nuvem que arrastou o vento norte...
– Meu corpo! Trago nele um vinho forte:
Meus beijos de volúpia e de maldade!

Trago dalias vermelhas no regaço...
São os dedos do sol quando te abraço,
Cravados no teu peito como lanças!

E do meu corpo os leves arabescos
Vão-te envolvendo em círculos dantescos
Felinamente, em voluptuosas danças...
(ESPANCA, 2012, p. 209)

Uma leitura possível é que o eu poético utiliza o corpo para anunciar ao outro o seu desejo. Na primeira estrofe, afirma a entrega do seu corpo como parte de um ritual sexual, exprimindo sua condição de excitação e êxtase, o que já denotava um confronto com os valores morais de sua época, pois é a mulher que dá o seu corpo, é ela que se sobrepõe ao homem: “No divino impudor da mocidade, / Nesse êxtase pagão que vence a sorte, / Num frêmito vibrante de ansiedade, / Dou-te meu corpo prometido à morte!” (ESPANCA, 2012, p. 209). A presença do desejo feminino nos versos desse poema coaduna com o que Francesco Alberoni afirma

a respeito da importância da mulher no jogo de sedução. Para ele: “A sedução feminina faz funcionar a excitação erótica no homem, provoca nele o desejo, acende-o como se acende uma tocha” (ALBERONI, 1986, p. 46). Sendo assim, o que se lê no poema é a consciência de que ela exerce uma forma de poder dentro da relação sexual, uma vez que é ela quem envolve o parceiro, abraça-o e a ele se oferece. Além disso, há a libertação de um corpo feminino que, voluptuosamente, felinamente, se dá o direito do prazer.

Nesse tom provocativo, no segundo quarteto, Florbela faz uma analogia do corpo com um vinho forte que entorpece o parceiro e o envolve com “[...] beijos de volúpia e de maldade!” (ESPANCA, 2012, p. 209). A palavra “maldade” insinua que o eu poético não nutre um amor com pretensões matrimoniais para com o parceiro, mas um amor centrado na atração sexual. Como nos diz Alberoni, “Existe uma estreita ligação entre o erotismo tátil, muscular, entre a capacidade de sentir os odores, os perfumes, os sons, e o prazer de ser desejada de modo contínuo [...], a mulher quer sentir a presença física [...] de seu objeto de desejo” (ALBERONI, 1986, p. 29).

No primeiro terceto, a ideia do domínio sexual feminino sob o parceiro, que é o seu objeto de desejo, continua com o primeiro verso que metaforiza o órgão genital feminino comparando-o a dalias vermelhas, que ela oferece como um presente para o seu par, no segundo verso a palavra “abraço” complementa a ideia sugerida pelo eu poético de ato sexual descrevendo a agregação dos dois corpos: “Trago dalias vermelhas no regaço... / São os dedos do sol quando te abraço / Cravados no teu peito como lanças!” (ESPANCA, 2012, p. 209). O eu poético aparece como protagonista do ato sexual, sendo o agente ativo dessa relação, é quem o traz para si, quem abraça, quem crava seus dedos sobre o outro corpo.

Na sequência, no segundo terceto, a dança mencionada como “dança voluptuosa” está associada tanto à sedução preliminar quanto aos movimentos corporais durante o ato sexual, o que sinaliza a consumação do ato: “E do meu corpo os leves arabescos / Vão-te envolver em círculos dantescos / Felinamente, em voluptuosas danças...” (ESPANCA, 2012, p. 209).

Com a análise desses versos, pode-se inferir que o erotismo e a criação poética florbeliana são duas instâncias imbricadas da existência da mulher. Como foi visto na análise do poema, a carga erótica presente nos versos apresenta uma postura que não era comum entre as mulheres escritoras contemporâneas da autora. Florbela Espanca é aquela que vai romper tabus e abrir caminhos para novas possibilidades de produção literária feminina.

Considerações

Alcançando contornos femininos surpreendentes, a poesia de Florbela Espanca nos revela um paradoxo: mulheres que transitam no limiar do claro-escuro, do terno e do áspero, do amor e do desamor. Sua escrita infiltra a imagem de mulher não

compatível com o senso comum de sua época, quebrando uma expectativa inicial de que suas poesias tratam de assuntos banais do cotidiano feminino, quando na verdade, elas assumem caráter universal, já que a essência feminina revelada nos versos conversa com uma coletividade.

Sua escrita envereda pelo caminho da renovação, das vozes que transgridem, das mulheres de vanguarda. Compreender sua trajetória é entender a incorporação de uma mulher como agente no campo literário que se contrapôs a um mundo hegemonicamente masculino. Ademais, teorias como a de Foucault, relativas à escrita de si nos ajudam a compreender o eu de Florbela Espanca e toda a sua complexa produção literária, mas não o suficiente para decifrá-la.

Nesse sentido, estudar Florbela Espanca na perspectiva da escrita de si, não só revela sua obra como um incômodo aos padrões vigentes, levando-nos a refletir pelos olhos de quem representa um coletivo, mas, também, permite pensar a sua trajetória de mulher, capaz de enxergar e combater o escuro do seu tempo.

THE INTIMATE WRITING IN FLORBELA ESPANCA'S POETRY

Abstract: *This paper presents a reflective critical analysis of the literary production and biography of the Portuguese writer Florbela Espanca, based on the representation of the feminine. It will be guided by the perspective of self-writing discussed by Michel Foucault. In this paper we analyze the insistent use of the first person, observing its repetition as a discursive element that embodies the intertwining of the individual self with the author function, highlighting the fine line between them. Furthermore, this research also aims at analyzing how the female image is represented in Florbela Espanca's literary production, contextualizing her lyricism, the history of women within the historical-literary conjuncture and Florbela's literary production in the construction of her intimate style.*

Keywords: *Literature; Florbela Espanca; Self; Writing the self.*

Referências

ALBERONI, Francesco. *O erotismo: fantasias e realidades do amor e da sedução*. Tradução de: Elias Edel. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

ANCHORITE. *Online Etymology Dictionary*, 2024. Disponível em: <https://www.etymonline.com/word/anchorite>. Acesso em: 28 jul. 202.

AUTORA do mês: Florbela Espanca, a trágica escritora que gostava de escrever poemas de amor. *FNAC EXPERT*, 2019. Disponível em: <https://www.fnac.pt/Autora-do-Mes-Florbela-Espanca-a-tragica-escritora-que-gostava-de-escrever-poemas-de-amor/cp1852/w-4>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BEUAVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967. v. I.

- DAL FARRA, Maria Lúcia. Florbela erótica. *Cadernos Pagu*, Unicamp, n. 19, 2002.
- ESPANCA, Florbela. *Poesia de Florbela Espanca*. Porto Alegre: L&PM, 2012. v. I.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *O que é o autor*. Lisboa: Passagens, 1992.
- JUSTINO, Adilene da Silva. *Charneca em flor: o erotismo revelado em três poemas de Florbela Espanca*. Universidade Estadual da Paraíba, 2016.
- MILLET, Kate. *Política sexual*. Tradução de: Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Lisboa: Dom Quixote, 1974.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2017.
- SILVA, Gislene Alves da; MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. A escrita de si de sujeitos femininos e sua diferença cultural. *Pontos de interrogação*. v. 6, n.1, p. 11-28, jan./jun. 2016.
- ZIRBEL, Ilze. Ondas de feminismo. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 7, n. 2, 2021, p. 10-31.

Recebido em 27 de agosto de 2023

Aceito em 01 de outubro de 2023

A INFLUÊNCIA DOS DISCURSOS RELIGIOSOS NOS DISCURSOS SOBRE EDUCAÇÃO DAS *FAKE NEWS*

Eliton Rodrigues da Silva¹

Adriana Santos Batista²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o discurso religioso de vertente cristã sobre a educação brasileira. Para isso, serão analisados textos que versam sobre a educação brasileira no que concerne a “ideologia de gênero”. Um dos textos é a transcrição de um vídeo do canal do pastor Silas Malafaia no YouTube, no qual o mesmo define “ideologia de gênero”, e o outro texto é proveniente de *fake news* veiculada em 2020, sobre o mesmo “conceito”³. A base teórica é a Análise do Discurso Materialista, com foco especial nos conceitos de formações imaginárias e memória discursiva, tomados de Pêcheux (1997) e Courtine (2009). A metodologia consiste em mobilizar os conceitos para analisar os textos divididos em sequências discursivas, buscando entender de que forma um conceito originário de discursos cristãos passou a constituir discursos sobre educação. As conclusões possíveis a partir das análises apontam que os discursos sobre educação das *fake news* retomam os discursos moralista e anticomunista que atravessam a sociedade brasileira desde o século XX.

Palavras-chave: “Ideologia de gênero”; Fake news; Análise do Discurso

Introdução

Ao considerarmos como a educação brasileira foi estabelecida, podemos traçar um panorama que vai desde a educação promovida pelos colonizadores aos indígenas pelos padres Jesuítas, até o presente momento, no qual são muitas as narrativas em disputa. Há, assim, forte influência da Igreja Católica na educação

1 Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Língua e Cultura pela UFBA. E-mail: ers.rod@gmail.com. Atuou, neste artigo, na sua conceptualização, curadoria de dados, análise formal, investigação e escrita.

2 Doutora em Letras: Filologia e Língua Portuguesa (2016) pela USP; mestre em Letras: Filologia e Língua Portuguesa (2011) pela USP; bacharel e licenciada em Letras com habilitações em Português e Linguística (2008) pela USP. Professora da UFBA; líder do Grupo de Estudos sobre Texto e Enunciação (GETEn). Faz parte do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura e do Doutorado em Ciências de Educação do Instituto Superior de Ciências da Educação do Sumbe, Angola. Atuou, neste artigo, na supervisão para a execução e planejamento da atividade de pesquisa e escrita.

3 Utilizamos aspas duplas para destacar que este conceito, na verdade, não existe. Entretanto, há um uso recorrente deste em muitos textos, como os que são analisados neste artigo, e por isso o “conceito” será problematizado.

brasileira em seus primórdios, onde o objetivo era converter o indígena à fé cristã, compulsoriamente. Já a educação oferecida aos filhos dos colonos, também católica, era o prenúncio da possibilidade de continuação dos estudos no exterior (Universidade de Coimbra). Não havia educação acadêmica em nível superior para as mulheres. Esse monopólio da Igreja sobre a educação brasileira perdurou até meados do século XVIII, e coexistiu com a pedagogia tradicional até meados do século XV (Saviani, 2011).

Apesar das transformações pelas quais a sociedade brasileira passou através dos anos, a influência do cristianismo ainda é grande na educação brasileira, mesmo em sistemas educacionais ofertados pelo Estado, que é laico. Isso se dá não necessariamente na construção dos fundamentos do ensino ofertado, mas também através dos discursos sobre educação que são veiculados na sociedade, que podem influenciar a opinião pública sobre o referido tema.

Ao definir “discursos sobre educação”, caracterizamos aquilo que é dito sobre o todo dos processos educacionais, e também sobre os seus principais agentes: os educadores, as escolas, o material escolar, as universidades e os cursos de formação de professores. Assim, é considerado um discurso sobre educação aquele que versa sobre elementos fundamentais que dão forma aos modelos educacionais existentes em voga.

Os discursos sobre educação adquirem grande relevância em períodos eleitorais. Em um eventual debate político entre candidatos ao governo, seja municipal, estadual ou federal, dificilmente esta será uma área apontada como não prioritária. O professor, talvez o maior expoente da área, muitas vezes precisa encarar o seu ofício como um sacerdócio, seja pela baixa remuneração em comparação a outras áreas, seja pelo envolvimento de muitos na vida da comunidade escolar, ou mesmo pela idealização existente quanto ao professor e sua área de atuação. Este profissional, por muitas vezes sobrecarregado com a quantidade excessiva de aulas, além de maior expoente da área da educação, acaba sendo também o mais enfraquecido, apontado como responsável pelo insucesso dos alunos no aprendizado, e também criticado por aquilo que ensina em sala.

A educação, a partir de seus expoentes, como o docente; o material escolar; as normatizações, diretrizes e planos educacionais construídos pelo poder público, se constitui como território de disputas, no qual a existência de diferentes formações ideológicas passa a ser considerada problemática, além de haver também a demanda por uma suposta neutralidade. Qualquer corrente de pensamento que ultrapasse a barreira do que considerem como neutralidade passa a ser combatida por conservadores que, ao direcionarem seu olhar à educação brasileira, trazem um discurso moralista anteriormente vinculado ao discurso religioso, próprio das instituições Católicas, mas no contexto brasileiro também fortemente associados às instituições Evangélicas.

A combinação da virada conservadora sobre a educação e um pleito eleitoral favorecem que discursos sobre a educação atravessem a sociedade brasileira.

Especificamente no pleito eleitoral de 2018 para a presidência da república, a educação adquiriu maior atenção, considerando pleitos anteriores. O candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, havia sido ministro da Educação no governo Lula. Essa pode ser uma das razões pelas quais muito do que foi dito sobre educação neste período tenha tido por base informações falsas. As *fake news*, enquanto conteúdos desinformativos veiculados através das redes sociais, foram de grande relevância na definição dos resultados de pleitos eleitorais nos Estados Unidos, Brasil e Reino Unido, nos quais políticos conservadores se sagraram vencedores.

No Brasil, as temáticas de *fake news* veiculadas no período eleitoral de 2018 estavam, em grande parte, relacionadas à educação. As *fake news* relacionadas à educação constituem discursos sobre educação a partir de narrativas desacreditadas em um trabalho de investigação, realizados por agências de *fact-checking*. Ainda assim, a veiculação em massa de *fake news* a partir de redes sociais, num momento em que há um acréscimo na confiabilidade por parte de brasileiros em notícias veiculadas através de redes sociais (REUTERS, 2018), faz com que estes discursos não possam ser ignorados. A confiança atribuída pelo brasileiro em conteúdos veiculados pelas redes sociais pode ser um dos fatores que torna possível a veiculação de *fake news* sem que haja verificação quanto a veracidade. Mesmo a verificação de conteúdos por agências de *fact-checking* não parece diminuir o compartilhamento de *fake news*.

Considerando a replicação de conteúdos desinformativos sobre educação, e sua possível influência no resultado das eleições presidenciais de 2018, cabe analisar o que se diz sobre educação em tais conteúdos. Para este trabalho, faremos usos dos conceitos de formações imaginárias e memória discursiva, basilares na análise do discurso materialista. Analisar discursos sobre educação provenientes de conteúdo desinformativo pode contribuir para entender a influência do discurso religioso no discurso sobre educação, bem como possibilita refletir sobre a sociedade brasileira atual. Isso porque conceitos recorrentes em *fake news* de temáticas voltadas para a área da educação são oriundos de um discurso religioso Católico-Evangélico.

Uma das principais temáticas presentes no discurso sobre educação é aquilo que ficou conhecida como “ideologia de gênero”, a partir de narrativas que tratavam de dependências das escolas, material escolar, regência de aulas, entre outros tópicos. Conteúdo desinformativo a partir da temática supracitada foi veiculado por diversas vezes nos dois últimos pleitos eleitorais para a presidência da república do Brasil. Este trabalho analisará dois deles, sendo o primeiro uma perspectiva emitida a partir do líder religioso Silas Malafaia sobre o tema, e o segundo uma narrativa que versa sobre a possível obrigatoriedade da “ideologia de gênero” pelas escolas.

De início, cabe observar que o uso do termo “ideologia de gênero” não é reconhecido por acadêmicos, e é uma resposta da Igreja Católica aos estudos sobre gênero, conforme explicitam Miskolci e Campana (2017). Conforme os autores, os textos do Cardeal Ratzinger (posteriormente Papa Bento XVI) já se constituíam

como um instrumento político-discursivo contra o feminismo e o avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos. Posteriormente, com a publicação do livro *La Ideologia del género*, Jorge Scala (2010) estabelece que a “ideologia de gênero” tem o potencial de destruir o ser humano e acabar com a sociedade. Assim o combate à “ideologia de gênero” surge nos dias atuais tal qual outrora a Igreja combatia o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos (Miskolci & Campana, 2017).

Especificamente no Brasil, o termo “ideologia de gênero”, oriundo deste discurso originalmente católico, foi tornado popular a partir de dois acontecimentos, nos quais a presença de religiosos e atores políticos conservadores foram fundamentais: O veto por parte da Presidente Dilma Rousseff ao programa Escola sem Homofobia, em 2011, e a sanção da lei nº 13005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio 2014-2024.

O programa Escola sem Homofobia foi criado para compor parte do programa Brasil sem Homofobia, do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. O programa consistia no envio de cartilhas e vídeos informativos para professores, com o objetivo de combater a homofobia no ambiente escolar, a partir de financiamento e orientação técnica do Ministério da Educação (MEC), porém produzido por organizações não-governamentais como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Entretanto, líderes religiosos e políticos conservadores, entre eles o então deputado federal Jair Bolsonaro, passaram a atacar o referido programa, apelidando-o pejorativamente de “kit gay”.

O apelido em questão é como o programa se tornou mais conhecido na sociedade brasileira, especialmente com a divulgação midiática dando ênfase a este apelido, em um dos casos em que o desdém e a desinformação sobre um referido conteúdo se tornam mais conhecidos do que o conteúdo em si. Acusações de líderes religiosos e políticos conservadores quanto ao material produzido pelo programa Escola sem Homofobia se tornaram conhecidas com a divulgação midiática. A acusação talvez mais conhecida foi a de que o material enaltecia e incitava a homoafetividade entre crianças em idade escolar, e que este material seria usado em sala de aula por professores.

A pressão de políticos e líderes religiosos contra o programa, a exemplo de Jair Bolsonaro, que talvez seja um dos maiores atores da ofensiva, com discursos na Câmara de Deputados, e também em programas de televisão, acabou resultando no cancelamento da distribuição do caderno, com o governo de Dilma Rousseff cedendo (Maracci & Machado, 2022). Com isso, o material parou de ser produzido e nunca chegou a ser encaminhado às escolas. Digno de nota é que este material seria destinado aos professores, não aos alunos, e somente para escolas de nível médio. No entanto, a narrativa que se fortaleceu, fruto de polêmica entre o parlamento, a Presidência da República, canais de telecomunicação e redes sociais digitais, foi a de que este seria um material a ser entregue a crianças, resultando em *fake news* veiculadas em redes sociais (Maracci & Machado, 2022).

Para além do retrocesso existente em deixar de implementar importante agenda de combate à homofobia no Brasil, o fato do governo ter cedido à pressão do grupo conservador acabou por fortalecer a pauta do conservadorismo e pôs em evidência líderes políticos que abraçaram o moralismo e a família como bandeira de luta, a exemplo de Bolsonaro. Cada vez mais em evidência, esses políticos se organizaram e fizeram de suas pautas uma grande agenda de oposição ao governo, o que futuramente renderia sólida candidatura a diferentes pleitos, incluindo ao da presidência da república em 2018. De acordo com Maracci & Machado (2022),

[...] o então deputado federal Jair Bolsonaro, que divulgava os perigos do suposto kit em pronunciamentos na câmara e programas de televisão aberta, logo se convertendo em vídeos curtos, publicados na plataforma Youtube e amplamente compartilhados em sites como o Facebook e o Twitter. Nesse momento da polêmica, tomavam destaque os materiais audiovisuais presentes no projeto, que se tornaram virais na época dado seu compartilhamento em larga escala, principalmente em forma de crítica (Maracci & Machado, 2022, n.p).

Para além das questões voltadas ao enfrentamento da homofobia e tolerância à diversidade sexual na escola, um dos temas que mais chamou a atenção da pauta conservadora foi o gênero. Ao tratar deste tema, no primeiro capítulo, o Caderno Escola sem Homofobia apresenta a seguinte distinção entre sexo e gênero:

Assim, de acordo com o senso comum, a conduta de mulheres e homens se origina de uma dimensão natural inscrita nos corpos – tal como ocorre com os animais, denominada “instinto” –, que seria a base de um tipo de personalidade e de um padrão de comportamento que se repetiria, monotonamente, em todos os seres femininos e masculinos. No entanto, o papel que a biologia desempenha na determinação de comportamentos sociais é fraco, pois a espécie humana é essencialmente dependente da socialização. O que cada pessoa é ou deixa de ser tem muito mais a ver com a maneira como foi tratada e inserida no meio social (Caderno Escola sem Homofobia, 2011, p. 20).

Percebemos neste fragmento que a distinção entre o sexo biológico do indivíduo e o seu gênero está em consonância com aquilo que é problematizado nos estudos de gênero, que se apresentam na academia através de pesquisadores como Butler (2018). Ao problematizar o gênero, a autora diz:

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo (Butler, 2018, p. 21).

Essa distinção entre o sexo e o gênero, problematizada a partir dos estudos de gênero e com frequência discutida também nos estudos feministas passou a ser combatida pelos mesmos líderes políticos e religiosos conservadores que fizeram coro ao descredibilizar o material do programa Brasil sem Homofobia e ao reduzi-lo a alcunha “kit gay”. Desta vez, no que concerne ao ataque aos estudos de gênero, há forte presença do discurso religioso, em associação àquilo que se diz sobre educação. Há assim o uso da alcunha “ideologia de gênero” para definir os estudos de gênero como ideologia, propagada nos espaços educativos das mais diversas formas. Sobre isso, Maracci & Machado dizem:

A suposta “ideologia de gênero” desenvolve uma coordenação entre diferentes situações experimentadas em âmbito nacional - como o Kit Gay -, tornando-as parte de uma mesma investida, que encontra parâmetros e similaridades com outros países, de modo a ameaçar a própria soberania nacional. A conexão do PNE com a “ideologia de gênero” se desdobra no discurso de Bolsonaro, alargando a ideia de Kit Gay como uma referência a conteúdos gerais que abordam a sexualidade e o gênero no campo da Educação (Maracci & Machado, 2022, n.p).

Desta forma, ao perceber o deslocamento de “ideologia de gênero” do discurso religioso para discursos sobre educação, e nestes a sua associação a conteúdo (des)informativo voltado para a referida área, a análise de textos que versam sobre tal temática pode nos permitir refletir sobre a influência religiosa na educação brasileira, discursivamente falando.

1 Referencial Teórico

Este trabalho tem como teoria basal os estudos iniciados por Michel Pêcheux, maior expoente do campo, que ficou conhecido como Análise do Discurso. Podemos considerar como marco fundador da Análise do Discurso a publicação, em 1969, de Análise Automática do Discurso, pelo filósofo Michel Pêcheux ([1969] 1997). Esta obra, além de marco inicial da nova disciplina, faz uso de conceitos construídos a partir de outros campos de estudos diversos, que embasam a teoria. Observando os estudos desenvolvidos em psicanálise por Jacques Lacan, num retorno a Freud e aproximando-se do estruturalismo, estipulou que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (Lacan, [1964] 1988, p. 25).

Pêcheux se aproxima do estabelecimento de conceitos basilares sobre a Análise do Discurso, que serão desenvolvidos neste capítulo teórico e, concomitantemente, temos a aproximação do autor com o materialismo histórico e dialético, através dos estudos marxistas realizados por Louis Althusser, do qual foi aluno, e cujos pressupostos sobre ideologia e sujeito são fundamentais para o desenvolvimento da teoria de Pêcheux.

Em tempo, esta aproximação com o materialismo histórico e dialético é digna de registro, haja vista que Pêcheux é considerado precursor da disciplina, mas não era e não é o único a representá-la. Paul Henry, Claudine Haroche, Catherine Fuchs, Denise Maldidier e Jean Dubois fazem parte do grupo que deu início à Análise do Discurso Materialista⁴, na tentativa de elaborar um sistema fechado, uma máquina discursiva em aproximação com a informática, até a criação do conceito de formação discursiva e da ideia do sujeito ideológico. Os estudos do grupo de Pêcheux e a Análise do Discurso Materialista foram continuados após a sua morte e, no Brasil, uma de suas maiores expoentes é Eni Orlandi.

Com a publicação de Análise Automática do Discurso, Pêcheux (1997) questiona o entendimento da língua como um sistema de sentidos que seriam obtidos de forma universal, própria, como se fosse um texto já acabado. Sobre isso, Pêcheux diz que “[...] é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção [...]” (Pêcheux, 1997, p.79).

Frente ao exposto, fica nítido que na Análise do Discurso Materialista não é possível considerar o discurso como objeto material de estudo, desconsiderando o extralinguístico como parte dos processos discursivos, ou seja, ignorando os fatores que condicionam o discurso. Logo, as condições de produção do discurso são parte de um processo que determina o que pode ser dito.

A Análise Automática do Discurso foi uma ruptura com a forma como o discurso era tratado pelos estudiosos da época, a partir da perspectiva materialista. A língua, enquanto estrutura não transparente, opaca, não pode ser meramente um instrumento de transmissão de mensagens de um emissor a um receptor, o que nos remete a uma retomada do esquema da comunicação de Jakobson, segundo um novo enfoque. Este novo enfoque é o conceito de formações imaginárias, fundamental para o desenvolvimento das análises aqui realizadas.

Para Pêcheux (1997, p. 82), “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Sendo assim, no processo discursivo, o dizer do sujeito ocorre a partir de representações imaginárias que fazem alusão a imagens de quem é o destinador, tanto para si quanto para o destinatário, ou mesmo quem é o destinatário para si mesmo ou para o destinador.

Ainda sobre o conceito de formações imaginárias que, juntamente com a memória discursiva, dá base a este trabalho de análise, tomaremos o quadro elaborado por Pêcheux (1997), adaptado para fins de análise, para tratar do tema “discursos sobre educação nas *fake news*”.

4 A Análise do Discurso Materialista se afasta de outras correntes também compreendidas como Análise do Discurso, por articular em suas entranhas o Materialismo Histórico e Dialético.

Quadro 1: Representações das formações imaginárias em Pêcheux e possíveis imagens depreendidas dos sujeitos no discurso sobre educação.

Posição	Questão implícita cuja resposta subentende a formação imaginária correspondente e representação das imagens	Possíveis imagens depreendidas a partir das posições ocupadas pelos sujeitos no discurso
A	“Quem sou eu para lhe falar assim?” Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	Que imagem o destinador faz de si próprio para falar sobre educação e gênero ao destinatário?
	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?” Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	Que imagem o destinador faz do destinatário para lhe falar sobre educação e gênero?
	“de que lhe falo assim?” Imagem de A sobre o tema	Que imagem o destinador faz sobre educação e gênero para falar ao destinatário?
B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?” Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	Quem imagem o destinatário faz de si próprio ao compartilhar conteúdo sobre educação e gênero?
	“Quem é ele para que me fale assim?” Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	Quem imagem o destinatário faz do destinador ao compartilhar conteúdo sobre educação e gênero?
	“de que ele me fala assim?” Imagem de B sobre o tema	Que imagem o destinatário faz de educação ao compartilhar conteúdo sobre educação e gênero?

Fonte: adaptado de Pêcheux (1997).

As questões implícitas a partir de A, bem como as possíveis imagens depreendidas, serão o ponto de partida para a análise dos textos. A partir de então, temos uma projeção do dizer do sujeito a partir de uma representação imaginária, que é uma posição do sujeito no discurso. Assim, A é o destinador da mensagem e B o destinatário. A imagem de A quanto a si mesmo, quanto a B (destinatário) e quanto ao tema é determinante para que A ajuste o seu dizer, de acordo com as imagens que opera.

A partir deste conceito, analisaremos uma transcrição da fala do Pastor Silas Malafaia, onde o mesmo dá a sua definição para o termo “ideologia de gênero”. Também o utilizaremos na análise de *fake news* sobre o tema.

A teoria de Pêcheux, com o tempo, passou por uma série de atualizações a partir de autocríticas de seu sistematizador, o que resultou em diferentes fases deste

campo teórico. Ao longo de seu desenvolvimento, diferentes concepções foram adotadas, enquanto outras foram abandonadas. Um exemplo de conceito abandonado por Pêcheux ao longo das fases da Análise do Discurso, divididas em três, foi o conceito de máquina discursiva, desenvolvido na primeira fase de sua teoria, na qual “[...] um processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos” (Pêcheux, 1997, p. 311).

Este conceito, por compreender que os discursos dos sujeitos estão atrelados a uma estrutura fechada em si mesma, só poderia conceber o processo discursivo como produtor de discursos surgidos de uma mesma estrutura, comum, na qual o sentido é construído entre sujeitos pertencentes a uma mesma máquina discursiva. Os processos discursivos, neste caso, são justapostos, num contexto em que “[...] a existência do outro está pois subordinada ao primado do mesmo: [...] pois ele é o fundamento combinatório da identidade de um mesmo processo discursivo” (Pêcheux, 1997, p. 313). Isto significa que o conceito de máquina discursiva não concebe a existência de um discurso contrário, não é possível, por exemplo, falar de liberalismo numa estrutura cujo cerne é o estadismo.

A partir do abandono desse conceito, Pêcheux toma emprestado de Michel Foucault o conceito de Formação Discursiva, já na segunda fase da Análise do Discurso, que determina o que pode ser dito por um sujeito de acordo com a posição ocupada, a partir de sua inscrição em determinada formação discursiva. Logo, uma formação discursiva existe em função da relação existente com outras formações discursivas.

Por fim, na terceira fase da teoria, Pêcheux passa a trabalhar com o interdiscurso, que opera com base na heterogeneidade, na qual o discurso do outro é parte constitutiva do discurso do sujeito. Assim, é abandonada completamente a homogeneidade discursiva do conceito de máquina discursiva e abraçada a heterogeneidade discursiva do conceito de interdiscurso, que constitui os discursos que atravessam as formações discursivas. Esses discursos são constituídos de já-ditos, discursos prévios que tornam possível o dizer. Isso nos remete ao conceito de memória discursiva, também basal nesta pesquisa.

Para definir este conceito, tomando a construção feita por Courtine (2009), que diz:

A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos; ela visa o que Foucault (1971, p. 24) levanta a propósito dos religiosos, jurídicos, literários, científicos, “discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer” (Courtine, 2009, p. 105-106).

A partir desta definição, podemos compreender memória discursiva como o sentido prévio de um discurso anterior, que se mantém ou se ressignifica em outros discursos. Estes discursos, produzidos a partir de outras condições de produção, podem ser retomados a partir da memória discursiva em discursos outros, feitos a partir de diferentes condições de produção.

A Análise do Discurso Materialista se configura, assim, como teoria que permite entender o discurso sobre educação oriundo de discurso de religiões cristãs, presente nas *fake news*, justamente por conceber o discurso como efeitos de sentido na interação de sujeitos. Não há sentido único, pronto. Por isso, os textos que aqui serão analisados segundo os conceitos de formação discursiva e memória discursiva, próprios desta teoria materialista. Estas análises compreendem a definição de um “conceito” não acadêmico, segundo a opinião do sujeito-destinador, que fala a um sujeito-destinatário, e produz sentidos a partir de então. Com a análise dos textos, buscaremos compreender quais são estes possíveis sentidos.

2 O corpus

Os textos que analisaremos neste trabalho compreendem períodos de tempo diferentes, consideravelmente próximos entre si, mas que envolvem contextos diferentes, e conseqüentemente condições de produção diferentes. Um compreende um período anterior a eleição de 2018, e o outro após este período, já findado o pleito, vencido por Jair Bolsonaro, candidato associado a extrema-direita. Cabe salientar que a disputa se deu entre o referido vencedor e o candidato Fernando Haddad, filiado ao Partido dos Trabalhadores e ex-ministro da educação.

Foi durante o período em que Haddad foi ministro da educação que muitas narrativas atacando a “ideologia de gênero” se apresentaram, direcionadas ao material escolar, a formação de professores, às universidades e até mesmo às dependências dos prédios escolares. Estas narrativas foram classificadas como falsas por agências de verificação de fatos, mas ainda assim estes conteúdos foram compartilhados de forma abundante, especialmente no período eleitoral.

Assim, a fala do Pastor Silas Malafaia, feita através de um vídeo⁵ publicado em seu canal oficial no Youtube e transcrita para este trabalho, compreende o período anterior à eleição de 2018, e foi feita cerca de um mês depois do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. Neste vídeo, o líder religioso busca dar uma definição para “ideologia de gênero”, e enquanto destinador, faz ajustes no seu dizer considerando o que pensa o destinatário sobre o tema e sobre si. Logo, posiciona-se como alguém que tem autoridade para trazer uma definição sobre o “conceito”.

5 <https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOL15Y>

Já o texto com conteúdo desinformativo⁶ é de 2020, ano em que o Brasil já era governado por Bolsonaro e o Ministério da Educação já estava sob seu domínio. Tanto a fala de Silas Malafaia quanto o conteúdo desinformativo tratam de “ideologia de gênero” e associam tal tema às escolas. Porém, este texto demonstra a suposta tentativa contínua de se instituir a “ideologia de gênero” mesmo quando o poder executivo já não era mais capitaneado pela esquerda.

A fala transcrita do Pastor que cabe a esta análise é a que segue, na sequência discursiva que chamaremos de S1:

A ideologia de gênero é uma crença, não é uma ciência, que os dois sexos, masculino e feminino, é uma construção social e cultural. Na verdade, a ideologia de gênero é a ausência de sexo. Vale qualquer coisa. Mas isso é escondido. Isso é escondido. Então, a ideologia de gênero só fala de relação de homem com homem, mulher com mulher. Mas a ideologia de gênero é um vale-tudo. Ela aceita o sexo bestial, sexo com animais. Ela aceita o incesto, que é a relação entre pais com filhos, irmãos e irmãs, a relação sexual. E a pedofilia, que é sexo com criança. Isso agora é escondido porque assusta.

E a segunda sequência, S2:

Sabe quem apoia a ideologia de gênero? Aqui no Rio de Janeiro é Freixo, Molon e Jandira. No Brasil PT, PCdoB, Psol e Rede. Aqui no Rio de Janeiro, dois candidatos e Bolsonaro contra. Marcelo Crivella e Bolsonaro. E eu quero saber a opinião, o que é que eles pensam. Osório, Índio e Pedro Paulo. É, isso é um assunto importante porque querem erotizar crianças na escola. E isso vale para todo o Brasil.

Quanto ao conteúdo desinformativo, cabe fazer uma observação antes de a ele apresentar: a forma que a nossa sociedade combate o que se convencionou chamar de *fake news* é pela exclusão do conteúdo, visando diminuir ou mesmo acabar com o seu alcance através da veiculação nas redes sociais. Isso faz com que estes dados sejam muito difíceis de trabalhar, pois num dado momento eles estão online, e no outro já não existem mais. Não há também possibilidade de se conseguir autorização para publicação deste tipo de conteúdo, pois não há como saber quem é o autor. Assim, para a realização deste trabalho, utilizamos uma transcrição da imagem disponível na página da agência de verificação de fatos Fato ou Fake, que classificou tal conteúdo como *fake news*, ou conteúdo desinformativo.

Eis então a terceira sequência discursiva, ou S3:

6 Conteúdo desinformativo classificado como tal pela agência Fato ou Fake, no seguinte endereço: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/11/04/e-fake-que-acao-do-psol-no-stf-quer-obrigar-escolas-a-adotar-ideologia-de-genero-e-instituir-banheiros-unissex.ghtml>

No dia 11 de novembro o STF irá votar a ADI 5668, ação movida pelo PSOL, para tornar a Ideologia de Gênero obrigatória nas escolas públicas e privadas. Se aprovada, as crianças escolherão se querem ser meninos ou meninas e os banheiros serão comuns.

À sequência discursiva, há uma imagem de um ilustrador japonês chamado Kasuga, que retrata o uso de um banheiro unissex por colegiais japoneses. Essa imagem faz parte do acervo do artista na plataforma Pixiv, cujo objetivo é fornecer suporte para artistas criarem e divulgarem suas obras, aproximando-os de admiradores através da plataforma virtual. Nesta plataforma, existe um filtro de conteúdo, e não é possível acessar a imagem original, publicada pelo autor, se essa imagem for classificada como disponível apenas para maiores de dezoito anos, o que é o caso desta imagem. Para acessá-la, é necessário criar uma conta na plataforma, e posteriormente desligar o filtro de conteúdo explícito. Porém, essa imagem foi utilizada em redes sociais como Facebook e Instagram, sem qualquer tipo de restrição, associada a conteúdos falsos, como o descrito em S3.

Essa mesma imagem, ilustrando um banheiro unissex e com a descrição de que era uma instalação desejada por partidos de esquerda brasileiros nos banheiros das escolas brasileiras, foi utilizada em diferentes períodos eleitorais brasileiros, inclusive o de 2022. Isso demonstra que o trabalho das agências de verificação de fatos deve ser constante e a longo prazo, talvez algo que deva perdurar por muito tempo na sociedade nos moldes atuais. Também, que a verificação de fatos por si só não soluciona o problema, e que a dúvida, o trabalho de investigação e a reflexão quanto a veracidade de um dado ou notícia não deve ser somente uma preocupação de jornalistas ou de profissionais que trabalhem com a informação, mas de toda a sociedade.

Para fins de análise da sequência discursiva, utilizaremos o texto vinculado a imagem, tal qual descrito em S3.

3 As análises

Observemos o descrito em S1. O destinador, figura já conhecida na sociedade brasileira como pastor da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo. No vídeo do qual as sequências discursivas foram transcritas, Silas Malafaia é apresentado como pastor na descrição do vídeo. Temos assim um sujeito-destinador que ocupa a posição de representante religioso ao falar. Porém, ao falar, ele não necessariamente se dirige a membros de sua igreja, como se estivesse no púlpito, ou em um programa de televisão voltado para assuntos religiosos. Sua fala parece ser voltada a um público geral, também contrário ao que chama de “ideologia de gênero”, com fins não necessariamente religiosos. Isso se mostra verdadeiro até pela plataforma utilizada, que o permite alcançar mais pessoas, além da igreja.

Ao considerar “ideologia de gênero” uma crença, não uma ciência, percebemos um alinhamento ao método científico para desmerecer aquilo que se pode

considerar uma crença, sem provas, sem raízes, sem bases. Há aqui um ajuste do dizer do destinador para falar ao destinatário, tomando uma estratégia que não se vê presente em meios religiosos. Se considerarmos que, desde Galileu e a defesa do heliocentrismo, a fé e o método científico se tornaram uma dicotomia, a utilização de ciência para desmerecer crença por parte de um líder religioso é uma inversão inusitada.

Também, ao dar a sua descrição do que considera ser “ideologia de gênero”, este sujeito o faz sem citar autores, livros, qualquer tipo de material que dê suporte ao seu dizer. Ou seja, se coloca no lugar de quem tem autoridade para falar, para definir, sem que haja necessidade de validação do seu dizer. Quando fala, fala para um destinatário que dificilmente o questionará, e que aceitará a sua palavra como verdade. Ou seja, mesmo que este destinatário não seja membro de sua igreja, este certamente é alguém com base cristã, e cuja base moral certamente verá essa descrição do tema em questão com repulsa.

Quanto ao tema, há uma associação de “ideologia de gênero” a práticas que vão desde tabus até crimes. Ao estabelecer que a “ideologia de gênero” é um vale tudo daquilo que uma sociedade com base cristã e conservadora considera repulso, e até mesmo a práticas criminosas, o destinador demonstra como o seu pensamento sobre o tema o relega a outras instâncias que já não são mais preocupações com fé, moral e bons costumes, mas com a decadência da sociedade, que poderia passar a legitimar práticas criminosas. Além disso, ao considerar que as reais intenções por trás desta dita ideologia são mascaradas, ou escondidas, o destinador considera que possíveis apoiadores são pessoas perversas, criminosas, uma vez que defendem tais práticas.

A análise de S2 demonstra como o destinador identifica quem são os defensores da ideologia. Ele cita nominalmente Marcelo Freixo, Alessandro Molon e Jandira Feghali, respectivamente eleitos deputado estadual e deputados federais pelos partidos PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e PSB (Partido Socialista Brasileiro), pelo Rio de Janeiro, em 2014. Também cita partidos associados à esquerda, PT (Partido dos Trabalhadores), PCdoB, PSOL e Rede (Rede Sustentabilidade). Assim, o destinador associa representantes políticos da esquerda no Rio de Janeiro e partidos políticos da esquerda a nível nacional como defensores da “ideologia de gênero”, e neste ínterim, os associa à todas as práticas supracitadas. Logo, se as “reais” intenções da “ideologia de gênero” são veladas, o destinador considera que seus defensores as escondem de seus eleitores, enquanto visam disseminar tal ideologia na sociedade brasileira.

O destinador também identifica aqueles que são contra tal ideologia. Ele cita o então deputado federal Jair Bolsonaro (atual ex-presidente do Brasil) e Marcelo Crivella (atual ex-prefeito do Rio de Janeiro). Esses dois políticos são associados com a direita brasileira, tendo sido eleitos através do voto de conservadores, católicos e evangélicos, para citar alguns exemplos. Marcelo Crivella, por exemplo, foi bispo da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), e venceu a disputa pela

prefeitura do Rio de Janeiro tendo como adversário o já referido Marcelo Freixo. Percebe-se assim que o destinador acaba por criar uma distinção clara entre quem são os que alegadamente defendem a “ideologia de gênero” e quem são os que a condenam: respectivamente, políticos de esquerda, progressistas; e políticos de direita, religiosos e conservadores.

São também identificados os políticos dos quais o destinador alega não saber a opinião, que são Carlos Osório, Pedro Paulo e Índio da Costa, respectivamente eleitos deputado estadual e deputados federais pelos partidos PMDB⁷ e DEM⁸, em 2014. Há aqui uma inquisição quanto ao posicionamento de tais políticos, visando-os também os classificar em polos opostos, os que defendem e os que combatem a “ideologia de gênero”.

Por fim, o destinador chama a atenção para o que considera um fato: os defensores de tal ideologia tem por objetivo “erotizar as crianças na escola”, e isso em todo o Brasil. Há aqui mais uma manifestação da imagem que o destinador faz do tema: a associação entre “ideologia de gênero” e educação, uma disseminação de tal ideologia na sociedade, por parte do Estado, através das escolas. Ou seja, há uma intenção, se já não prática, de aparelhamento das escolas brasileiras por políticos brasileiros associados há esquerda, para que as práticas ocultas da “ideologia de gênero” sejam instituídas. Logo, a imagem que o destinador faz do tema possibilita um discurso sobre educação em que há uma intenção ou prática real de destruição da sociedade brasileira, através das escolas (e agentes da educação), por agentes políticos de esquerda.

O discurso associando “ideologia de gênero” e escolas brasileiras se fez presente em muitos dos conteúdos desinformativos veiculados nos períodos eleitorais, sejam em pleitos federais, estaduais e municipais, desde que tal associação passou a ser feita. Com resultado disso, um discurso sobre educação passa a ser veiculado, no qual há amplo domínio da escola pela esquerda, seja através de professores, do material escolar, da intenção da obrigatoriedade da instituição da “ideologia de gênero” nas escolas por parte de parlamentares de esquerda. Assim, as crianças e adolescentes estão sob domínio da esquerda, a educação brasileira é considerada de esquerda, e o objetivo final é a destruição da sociedade como a conhecemos.

Uma de nossas sequências de análise, a sequência S3, conteúdo desinformativo veiculado em diferentes períodos eleitorais pela sua temática, teve um adendo especial em 2020, ano em que seria julgada a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 5668. Em S3, temos a inserção de um outro poder republicano, o Supremo Tribunal Federal, judiciário, no qual não há vinculação partidária obrigatória, diferente do poder legislativo. Há aqui a afirmação de que o PSOL está fazendo uso de uma ADI para que o poder judiciário torne obrigatória a “ideologia de gênero”. Como

7 PMDB é a sigla que representa o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atual MDB, Movimento Democrático Brasileiro.

8 DEM é a sigla que representa o Democratas, partido que se fundiu com o Partido Social Liberal para formar o União Brasil (UNIÃO).

resultado disso, temos em S3 uma afirmação quanto a possibilidade de crianças escolherem o seu gênero e também a criação de banheiros comuns, unissex, coletivos. O que está manifesto em S3 faz alusão à ADI nº 5668, que de fato existe e é possível consultar o seu teor no site do STF, onde se nota que foi protocolada pelo PSOL, e que se consultada no período em que se veiculou o conteúdo desinformativo presente na imagem, seria possível acompanhar o seu andamento.

Entretanto, o objetivo desta ação é dar cumprimento ao artigo nº 214 da Constituição, e em nada tem a ver com a “ideologia de gênero”:

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5668), na qual pede que o Supremo Tribunal Federal (STF) dê interpretação conforme a Constituição Federal ao Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei 13.005/2014) para reconhecer o dever constitucional das escolas públicas e particulares de prevenir e coibir o *bullying* homofóbico, consistente em discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, bem como de respeitar a identidade de crianças e adolescentes LGBT no ambiente escolar. A lei tem como objetivo dar cumprimento ao artigo 214 da Constituição Federal (Brasil, 2017).

A data 11 de novembro faz referência à manifestação do relator no STF sobre a referida ação. Sendo o ano em questão 2020, o então Presidente da República Jair Bolsonaro é uma das partes intimadas, numa ação que visa obrigar as escolas a coibir o bullying homofóbico, além de pedir que a identidade de crianças e adolescentes LGBT seja respeitada. A partir de então, ao retomarmos o conceito de formações imaginárias, podemos perceber os ajustes feitos pelo destinador da mensagem para falar ao destinatário. Ou seja, a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A (quem sou eu para lhe falar assim?), bem como a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A (quem é ele para que eu lhe fale assim?) e também a imagem quanto ao tema (de que lhe falo assim?). Em S3, podemos entender o sujeito-destinador como alguém que nivela os partidos de esquerda como iguais, possuindo um só objetivo, e a partir dessa imagem de si, entende o sujeito-destinatário como alguém que necessita ter essa percepção. Logo, nas condições postas em 2017-2018, no período de campanha eleitoral para a presidência da república, e no período para a manifestação do relator do objeto da ADI 5668, percebemos a manutenção da classificação uma de partidos de esquerda, possuindo um mesmo objetivo. Sendo o PSOL o ajuizador da ADI em questão em S3, esse discurso se potencializa.

Ainda, ao associar “ideologia de gênero” a uma obrigatoriedade por parte das escolas, instituída pelo STF, um dos poderes do Estado, nos remete à imagem do sujeito-destinador quanto ao tema “ideologia de gênero”, e conseqüentemente à imagem do destinador quanto à educação brasileira. Semelhante ao que se observa na análise de S2, percebe-se uma manifestação no discurso de que a educação brasileira é também dominada pela esquerda, ou de que há essa intenção. Também

é possível fazer considerações a respeito da imagem que o destinador tem do STF. Pode-se perceber que o STF tem a possibilidade de se alinhar à esquerda, responsável pela possível obrigatoriedade da “ideologia de gênero” nas escolas, ou fazer o contrário. Também de forma semelhante a S2, há uma associação entre a esquerda e a defesa da “ideologia de gênero”, e assim, conseqüentemente, o polo oposto, a direita, é associada ao lado que condena, implicitamente.

Assim, observamos uma manutenção do discurso sobre educação, “ideologia de gênero” e esquerda, onde todos os tópicos são unificados e um discurso sobre educação surge. Esse é um discurso no qual a educação brasileira é aparelhada pela esquerda, e cujo objetivo é a disseminação da “ideologia de gênero” nas escolas, resultando na destruição da sociedade atual e no surgimento de uma nova.

Para além do conceito de formações imaginárias, que tomamos para analisar estas três seqüências discursivas, a memória discursiva é um conceito de grande valia para entender o discurso sobre “ideologia de gênero” e educação. Isso porque é a memória discursiva que faz alusão a sentidos prévios de um discurso e sua manutenção ou resignificação em outros discursos. Podemos observar, por exemplo, a manutenção do sentido de aparelhamento da educação brasileira pela esquerda nos discursos em S2 e S3, por exemplo. É possível, a partir deste conceito, analisar os sentidos de “ideologia de gênero” outrora, e agora.

Conforme já mencionado, Miskolci e Campana (2017) apontam que a “ideologia de gênero” surge de uma reação católica à disseminação da agenda feminista na luta pela igualdade de direitos, possivelmente a partir da Conferência de Benjing (ONU, 1995), que ganha força nos anos 2000 no contexto latino-americano, em especial no eixo sul-americano. Os autores citam também que o Bispo Ratzinger (futuro Papa Bento XVI) já falava em 1997 sobre o perigo da “perspectiva de gênero”, e como a noção é perceptível no Documento de Aparecida (2007), e posterior disseminação do tema em outros textos, como o de Scala (2010). Mencionam também como a noção de “ideologia de gênero” tornou-se uma constante na política brasileira e por parte do que os autores chamam de “empreendedores morais” a partir da aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, no Brasil, pelo Supremo Tribunal Federal.

A partir das considerações dos autores, é possível notar como os estudos de gênero, se transformaram numa “perspectiva” ao serem atacados pela Igreja, e discursivamente transformados em uma ideologia. Com a constituição de gênero em ideologia, diversas associações são feitas ao termo, culminando em uma aberração terminológica, onde o que há de mais repulsivo pela sociedade ocidental passa a ser sinônimo de “ideologia de gênero”. Nota-se como um discurso originalmente católico se torna um discurso religioso-conservador, e também passa a ser um discurso sobre política e sobre educação. Também, como a esquerda brasileira é classificada como uma, e assim possuindo um mesmo objetivo-fim. Sobre essa constatação da esquerda a nível brasileiro, ampliamos este terreno novamente com base no que dizem Miskolci e Campana (2017, p. 743):

O antigo combate ao comunismo parece ter se convertido, na última década, em luta contra a esquerda latino-americana, algumas vezes identificada como chavezcastrismo em uma referência que une Cuba e Venezuela como contraexemplos a serem evitados. Se João Paulo II chegou ao papado no contexto de luta contra o comunismo na Europa, a renúncia de Bento XVI e a eleição de Francisco sugerem que a Igreja Católica considera que o eixo de enfrentamento mudou para a América Latina.

O combate ao comunismo de outrora, resta evidenciado na associação e nivelamento ao mesmo plano de diferentes partidos de esquerda. Os sentidos de associação entre a esquerda e educação evoca sentidos prévios, como os da associação entre comunismo e educação, através de agentes como professores, material escolar e instituições de ensino. A década de 1950 deu início ao período Macarthista nos EUA, que consistia num movimento, liderado pelo senador Joseph McCarthy, de caça aos comunistas, supostamente infiltrados no alto escalão do governo. Este movimento, de acordo com Santos (2019), “consistia em acusações a pessoas e empresas que supostamente teriam ideais comunistas ou estariam de alguma forma compactuadas com ideias lançadas pelo regime socialista”.

Este regime de perseguição resultou em interferências em múltiplas instâncias públicas e privadas do governo norte-americano, até mesmo no sistema de ensino, um dos principais alvos do movimento. De acordo com Santos (2019), “os livros didáticos (principalmente de História e Geografia) sofriam deformações e entregavam aos seus leitores ideais macarthistas, reforçando ainda mais o imaginário com ideias anticomunistas”. Para além dos materiais didáticos, os professores também foram alvos do macarthismo. No Estado de Nova York, ainda em 1949, a lei Feinberg foi utilizada como forma de constranger e perseguir professores que professassem ideais comunistas. Sobre este fato, Viana afirma que

de acordo com a lei, estava proibido a contratação de professores que simpatizassem com a ideologia comunista nas escolas públicas e teriam o poder de demitir os docentes que suspeitassem ser “comunistas”. Depois que a lei foi aprovada, os professores foram obrigados a fazer um juramento e assiná-lo, assegurando nunca terem concordado com as vertentes comunistas (Viana, 2020, p. 30).

As perseguições não se reduziam aos professores enquanto indivíduos, mas também às instituições de ensino como um todo, especialmente as universidades. Assim, toda a produção acadêmica passou por um processo de censura, se não diretamente, uma censura auto infligida, de forma a preservar as atividades desempenhadas pelos centros de ensino. Ainda de acordo com Viana (2020),

em 1953, esta caça aos comunistas havia chegado em Harvard, considerada um “reduto vermelho” por McCarthy, mas a universidade se opôs fortemente defendendo o seu legado de liberdade acadêmica. No

entanto, McCarthy forçou instituições que estavam relutantes através da ameaça de retirar as isenções fiscais de todas as entidades “comunistas ou simpatizantes do comunismo em sua folha de pagamentos”. O resultado foi que muitas universidades acabaram fechando suas portas. [...] professores universitários não utilizavam mais a palavra “capitalismo” e sim “industrialismo mundial” ou “industrialização”, para não arriscar ter problemas porque poderia ser considerado como uma crítica ao modelo e uma adesão ao seu oposto, o comunismo, tendo impacto direto nas liberdades individuais dos cidadãos estadunidenses. (Viana, 2020, p. 30-31).

Neste ínterim, conforme o comunismo vai se tornando um ameaça nacional, cria-se no imaginário do estadunidense a ideia de que comunistas são seres capazes das piores atrocidades, como a conhecida ideia de que seriam comedores de crianças (Santos, 2019). Estes discursos foram dissolvidos e cristalizados não somente no imaginário norte-americano, mas também no de cidadãos de outros países, para os quais estes ideais foram exportados, como o Brasil.

É justamente num ambiente em que o país declina de um regime democrático para um governo de militares, com a ditadura instaurada em 1964, que o discurso anticomunista, com tons de moralidade, passa a vigorar com mais força na sociedade brasileira. A presença da repressão e da caça aos comunistas em solo nacional é solo fértil para que instituições de ensino sejam violadas e perseguidas. É o que discorre Brito (2019), ao relatar o real viés de perseguições a instituições de ensino:

Um exemplo prático desse anticomunismo moral incitando a ação repressiva pode ser percebido numa operação policial na Universidade de Brasília (UnB) em 1973. Em um relatório que devassou a vida de jovens de residências universitárias na instituição, seus moradores foram qualificados de “pederastas” — adjetivo pejorativo atribuído a homossexuais —, enquanto o ambiente foi tido como um “deprimente” “antro de corrupção de costumes” e “acentuada promiscuidade”, “misturados com impregnação ideológica de esquerda”. [...] O relatório traçou um perfil destes jovens e refletiu sobre o clima da UnB para construir uma espécie de sociologia da subversão juvenil. Entre outros itens, aborda a residência estudantil, o clima de depravação, os desvios de objetivos, o afastamento da família, a influência dos colegas, a naturalização de comportamentos desviantes como o “homossexualismo” — expressão que patologizava a homossexualidade — e a liberdade sexual. [...] O documento reiterava a “intoxicação marxista” na UnB, a “insidiosa ação subversiva no meio estudantil”, “a atividade fotográfica, como arte, deturpada para o erotismo e em alguns casos, uma atividade sexual desregrada e quase grupal, [que] demonstra o interesse em utilizar a corrupção dos costumes” (Brito, 2019, p. 6-7).

Assim, percebemos como os sentidos prévios de associação entre comunismo e educação são retomados no discurso de “ideologia de gênero” e educação. O

discurso anticomunista se veste em nova roupagem num discurso antiesquerda, e a pauta moral de outrora é retomada através da “ideologia de gênero” e sua associação à educação brasileira. O ideal macartista de aparelhamento comunista das instituições estadunidenses, exportado para o Brasil, é retomado discursivamente através de desinformação, constituindo um discurso sobre educação que se faz presente na sociedade brasileira atual.

Considerações finais

Este trabalho buscou analisar o discurso religioso de vertente cristã sobre a educação brasileira, especificamente o discurso sobre educação das *fake news*, conteúdo desinformativo veiculado em 2016, antes da vitória de Bolsonaro nas urnas para a presidência da República, e em 2020, já durante o seu governo. Os diferentes contextos demonstram como o “conceito” de “ideologia de gênero”, tomado do discurso religioso e associado à área da educação, não deixa de ser uma suposta ameaça à sociedade brasileira mesmo com a vitória da direita nas eleições de 2018, o que alude à ideia de que outros poderes da República também teriam por objetivo, de alguma forma, disseminar tal “ideologia” nas escolas.

Com base nos conceitos de formações imaginárias e memória discursiva propostos por Pêcheux (1997) e Courtine (2009), respectivamente, da Análise do Discurso Materialista, podemos perceber, em análise de três sequências discursivas, como o sujeito-destinador, ao falar, ajusta o seu dizer de forma a dirigir sua mensagem a sujeitos de vieses religiosos-conservadores, preocupados com os rumos tomados pelo país a partir da participação da esquerda no governo do país. Também, como um tema cunhado a partir do discurso religioso adquire novos sentidos que culminam em um discurso sobre educação, essencialmente desinformativo, parte daquilo que atualmente rotulamos *fake news*. Neste ínterim, o destinatário da mensagem, que talvez não seja partícipe em política, passará a ser caso se preocupe com a educação do país, a nível macro ou micro.

Também, constatamos discursivamente como sentidos de moralidade do discurso religioso-conservador, bem como o discurso anticomunista, são retomados em discursos sobre educação, através da associação entre “ideologia de gênero” e educação. Essa associação se faz através dos agentes de educação de diferentes maneiras, como a atuação de professores nas escolas, o material escolar, as universidades e escolas.

É possível, assim, concluir que o discurso objetivando coibir a “ideologia de gênero” é retomado de discursos prévios que atravessaram a sociedade brasileira no século passado. O fantasma do comunismo nas instituições ainda se faz presente no imaginário de muitos, e é preciso manter esse inimigo imaginário vivo e sempre presente nos discursos para que o combate ao mesmo seja necessário. Talvez por essa razão a luta contra a desinformação tenha se tornado uma constante na

sociedade brasileira atual, especialmente em períodos eleitorais. Por isso, é esperado que as reflexões a partir destas análises possam contribuir com o combate à desinformação, especialmente no que concerne a área da educação.

THE INFLUENCE OF RELIGIOUS DISCOURSE IN SPEECHES ABOUT FAKE NEWS' EDUCATION

Abstract: This article's goal is to analyze religious discourse of Christian nature about Brazilian education. In order to do that, this paper analyses texts that deal with Brazilian education, mainly on what concerns "gender ideology". One is a video transcription hosted on YouTube by Pastor Silas Malafaia, in which he defines "gender ideology", and the other is a fake news text about the same concept. The theory basis is Materialistic Discourse Analysis, focusing on the concepts of imaginary formations and discursive memory, by Pêcheux (1997) and Courtine (2009). The methodology consists in taking the concepts to analyze the texts, divided in discursive sequences, trying to understand how a concept originated in religious discourse now constitutes discourses about education. The possible conclusions based on the analysis point out that fake news discourses on educations retake moralist and anticommunist discourses that are still present in Brazilian society since the twentieth century.

Keywords: "Gender ideology"; Fake news; Discourse Analysis

Referências

BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Partido pede que escolas de todo o país sejam obrigadas a coibir bullying homofóbico. 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 05 set. 2023.

BRITO, Antônio. "Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida": anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 26 – e2019305 – 2019

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018.

CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA. 2011. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EdUFSCAR, 2009, p. 104-106.

DOMINGOS, Roney. É #FAKE que ação do PSOL no STF quer obrigar escolas a adotar ideologia de gênero e instituir banheiros unissex. *G1*, São Paulo, 04 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/11/04/e-fake-que-acao-do-psol-no-stf-quer-obrigar-escolas-a-adotar-ideologia-de-genero-e-instituir-banheiros-unissex.ghtml>> Acesso em: 14 dez. 2022.

FACULDADE CATÓLICA DE BELÉM. *Documento de Aparecida*. 2007. Disponível em:<https://facbel.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/doc_aparecida.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023

LACAN, Jacques. *O seminário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

MALAFIA, Silas. Pr. Silas Malafaia: O que é Ideologia de Gênero? [*Canal Silas Malafaia Oficial*] 29 de setembro de 2016. 3m 40s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOL15Y>>. Acesso em: 27 set. 2023.

MARACCI, João Gabriel; MACHADO, Paula Sandrine. Kit gay: Mapeando controvérsias nas redes de uma ofensiva antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 22, n. 53, p. 37-51, abr. 2022. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2022000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “*Ideologia de gênero*”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*. V. 32, n. 3. Set-Dez. 2017.

ONU MULHERES. *Conferência de Benjing*. 1995. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET, F.; HAK, T. Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

REUTERS, Institute. *Digital News Report 2018*. 2018. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/digital-news-report-2018.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2023

SANTOS, R. *Medo, Paranoia, Macarthismo e o século XXI: usando o episódio 22 de além da imaginação em sala de aula*. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 67, n.1, p. 283-306, jan./jun. 2019

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas SP,: Autores Associados, 2011.

SCALA, Jorge. *La ideologia de género o el género como herramienta de poder*. 1ª ed – Rosario: Ediciones Logos Ar, 2010.

VIANA, Julia. *Capitão América na Guerra Fria: A construção do anticomunismo como estratégia de política externa Estadunidense*. TCC (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis. 2020.

Recebido em 20 de julho de 2023

Aceito em 29 de agosto de 2023

ATOS DE FALA E ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ: ANÁLISE DE ENUNCIADOS EM UMA AUDIÊNCIA TRABALHISTA VIRTUAL

Flávio de Campos Barbosa¹

Rosângela Alves Barbosa de Oliveira²

Celso Kallarrari³

Resumo: Em novembro de 2023, um caso ganhou notoriedade nos meios de comunicação e redes sociais do Brasil: na condição de juíza substituta na *Vara Trabalhista da cidade de Xanxerê*, Santa Catarina, a magistrada Kismara Brustolin, durante uma audiência *online*, adotou uma postura agressiva com uma testemunha que fora convocada a prestar depoimento em uma audiência de ação trabalhista. O vídeo da audiência foi publicado e ganhou rapidamente a atenção do público devido à maneira como o depoente fora tratado pela magistrada. Neste artigo, será realizada a análise da fala da referida juíza, estabelecida nas teorias linguísticas da Pragmática, de modo especial, na categoria da Polidez e (im)polidez do discurso, tendo como objetivo geral examinar a fala da magistrada mediante a Teoria da Polidez e dos Atos de Fala. Ademais, tem como objetivos específicos: i) compreender a Teoria da Polidez e suas aplicações; ii) analisar as falas da juíza a partir da interpretação da teoria da polidez e suas categorias; iii) identificar as estratégias comunicacionais da magistrada em sua atuação no caso citado. Para tal propósito, este estudo apoia-se nas teorias de Polidez e (im)polidez de Brown e Levinson (1987), de modo especial, nos conceitos Polidez Negativa e Positiva (Aguilar, 2017), Barreto e Filho (2019); na teoria dos Atos de fala com a categoria de “Força Ilocutória”, de Austin (1990), bem como no Princípio da Cooperação (PCO), de Grice (1982).

Palavras-chave: teoria da polidez, impolidez, magistrada, judiciário, atos de fala.

1 Mestrando no PPGL – Programa de Pós-Graduação em Letras – UNEB – Universidade do Estado da Bahia – Campus X, graduado em Licenciatura Plena em História pela UNEB – Universidade do Estado da Bahia, especialista em Docência do Ensino Superior pela FASB – Faculdade do Sul da Bahia e especialista em Coordenação Pedagógica pela FAEL – Faculdade da Lapa. E-mail: flvbr2@gmail.com

2 Mestranda no PPGL – Programa de Pós-Graduação em Letras – UNEB – Universidade do Estado da Bahia – Campus X, graduada em Letras pela FASF – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, especialista em O Ensino da Língua Portuguesa: Leitura e Escrita (Abordagem Interacionista) também pela FASF. E-mail: rosangelabarbosa3466@gmail.com

3 Doutor em Ciências da Religião pela PUC-Goiás. Professor do colegiado de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Estadual da Bahia – PPGL, UNEB. Graduado em Letras e Teologia. Faz parte do grupo de pesquisa GEICEL - Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens - GEICEL (CNPq/CAPES/UNEB). E-mail: ckallarrari@uneb.br

Introdução

A comunicação é essencial para as relações sociais, sendo um dos principais caminhos para que os indivíduos tenham a possibilidade de uma convivência harmoniosa ou conflituosa, levando em consideração as relações de hierarquia e comunicações do cotidiano, seja nos espaços públicos, políticos e religiosos, seja – no caso deste estudo, por exemplo – no âmbito jurídico.

Neste artigo, abordamos um caso específico em que, na condição de substituta, a juíza de direito Kismara Brustolin, da Vara Trabalhista de Xanxerê, Santa Catarina, ao dirigir-se a uma testemunha do processo em curso, adotou uma posição hierárquica na tentativa de impor, a respeito de si própria, uma imagem de superioridade perante seu interlocutor, sujeitando-o ao constrangimento e à humilhação. Tal circunstância abre margem para que se analise, no ato comunicacional, a utilização do princípio da (im)polidez como favorável ou desfavorável à construção da face dos envolvidos.

O caso ocorreu na Vara do Trabalho, no dia 28 (vinte e oito) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), na cidade de Xanxerê, Santa Catarina, durante uma audiência *online*, por meio de uma videoconferência que, posteriormente, foi publicada nas redes sociais, ganhando notoriedade não só nesse âmbito como também nos meios jornalísticos. A repercussão do caso justifica-se pela truculência e pela forma humilhante com as quais a referida juíza tratou a testemunha num processo trabalhista, conjuntura em que um cidadão buscava seus direitos na justiça do trabalho brasileira. (Scortecci, 2023).

No dia 28 de novembro do corrente ano (2023), a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) seccional de Santa Catarina, por meio da sua presidente (Cláudia Prudêncio), entrou com uma representação contra a magistrada, que – de forma impolida, truculenta e autoritária – repreendeu a testemunha, dirigindo-se a ela como “bocudo” e exigindo ser tratada como “Excelência”, situação que pode ser observada na matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo, sob a redação da jornalista Catarina Scortecci, 2023.

A partir desse caso, realizamos a análise do discurso adotado pela aludida magistrada, tendo como referencial o Princípio da Polidez (PP), de Brown e Levinson (1987), presente no campo teórico da pragmática. Para embasamento, utiliza-se também a teoria dos Atos de Fala, que, segundo Brown e Levinson (1987), são um risco à preservação face. Em termos de categorização, recorreremos, ainda, aos conceitos de Estratégia de Polidez, Princípio da Cooperação (PCO) e FTA (*Face Threatening Acts*), presentes no campo de estudo da Polidez na Pragmática.

Diante do exposto, este artigo busca analisar o caso em questão, apresentando como objetivo geral verificar as estratégias de polidez utilizadas pela magistrada ao direcionar-se à testemunha (também depoente ou declarante) presente no caso da ação trabalhista conduzida pela referida funcionária pública. Além disso, buscaremos analisar os atos de fala do depoente.

Em relação aos objetivos específicos, consideram-se os seguintes tópicos: i) compreender a Teoria da Polidez e suas aplicações; ii) analisar as falas da magistrada a partir da interpretação da Teoria da Polidez e dos Atos de Fala; iii) identificar as estratégias comunicacionais da juíza em sua atuação no caso, especificamente, apresentado neste artigo; iv) analisar as falas do depoente a partir das teorias da polidez e dos atos de fala.

Nesse contexto, cabe ressaltar que, ao ocupar o cargo de magistrada, função que possui notória relevância social e da qual se espera que a comunicação ocorra de forma respeitosa, equilibrada e polida, com a finalidade de amenização de conflitos, a posição adotada pela juíza referenciada destoa de tais premissas, fato que, após ganhar expansiva visibilidade por meio da Internet, suscitou grande inquietação e reação crítica em diversas mídias jornalísticas do país – *Estado Político*,⁴ *UOL Notícias*,⁵ *CNN Brasil*,⁶ *BBC News Brasil*,⁷ *Poder 360*⁸ e outros jornais eletrônicos –, bem como nas redes sociais de compartilhamento de vídeos, a exemplo do *TikTok*⁹ e do *YouTube*¹⁰.

Partindo, enfim, dos objetivos apresentados nesta seção, realizaremos, a seguir, as discussões cabíveis por meio das teorias mencionadas, considerando a polidez ou a impolidez dos discursos presentes no âmbito da Pragmática. Em seguida, tais teorias são utilizadas para a aplicação do gesto de análise e, ao final deste artigo, são percorridas as conclusões.

1 A Teoria dos Atos de Fala na Pragmática

A Pragmática, segundo Levinson (2007), estuda a linguagem a partir do seu uso e do contexto no qual a fala é utilizada. O emprego moderno do termo Pragmática pode ser atribuído ao filósofo Charles Morris, que se interessava por uma ciência dos signos; no entanto diversos autores desenvolveram teorias para que essa categoria de análise da linguística pudesse compreender os desafios metodológicos impostos por esse campo, sendo um deles a Teoria dos Atos de Fala, na década de 60, proposta pelo filósofo J. L. Austin.

4 *Juíza grita e humilha testemunha durante audiência; OAB reage* – 29/11/2023 (<https://www.estadopolitico.com.br/juiza-grita-e-humilha-testemunha-durante-audiencia-oab-reage/>)

5 *Juíza se exalta e grita com testemunha durante audiência em SC: 'Bocado'* – 28/11/2023 (<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/11/28/juiza-grita-testemunha-sc-bocado.htm>)

6 *CNJ vai apurar comportamento de juíza que gritou com testemunha em SC* – 29/11/2023 (<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cnj-vai-apurar-comportamento-de-juiza-que-gritou-com-testemunha-em-sc/>)

7 *'A resposta denota autoritarismo', diz presidente de comissão da OAB sobre gritos de juíza com testemunha* – 01/12/2023 (<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1v22kxq5dzo>)

8 *OAB pede providências contra juíza que gritou com testemunha* – 29/11/2023 (<https://www.poder360.com.br/justica/oab-pede-providencias-contra-juiza-que-gritou-com-testemunha/>)

9 <https://www.tiktok.com/@jornaldarecord/video/7307102566662425862>

10 *Juíza que gritou com testemunha é suspensa* /Jornal da Band (<https://www.youtube.com/watch?v=4FeuUwebQ4>)

Esse campo teórico abre caminho para a interlocução, ou seja, para que a análise possa ser realizada nos diálogos, nas situações comunicacionais, deixando margem para uma análise da Pragmática quanto ao uso da linguagem nas situações do cotidiano, o que pode ser chamado de visão performativa da linguagem, como propõe Arbo (2018).

A filosofia da linguagem de Austin está contextualizada na tradição britânica da filosofia analítica, da escola de Oxford. Como afirma Arbo (2018), essa escola filosófica parte de uma premissa clássica sobre os estudos das humanidades e, por isso, busca analisar a linguagem a partir do seu uso no cotidiano, em contraste com a de Cambridge, a qual analisa a linguagem por uma perspectiva formalista, vinculada à área das ciências e da matemática, de acordo com Arbo (2018).

Na Teoria dos Atos de Fala, alguns enunciados não afirmam, mas performam aquilo que afirmam e, num segundo momento, essa noção se estende para toda a linguagem. Para Austin (1990), por exemplo, quando se performa no altar o enunciado, “Aceito esta mulher como minha legítima esposa”; ou, numa cerimônia para quebrar a garrafa contra o casco de um navio, “Batizo este navio com o nome de *Rainha Elizabeth*”, proferir tais sentenças não é descrever o que se está fazendo, mas performar um ato performativo.

Batizar um navio é dizer (nas circunstâncias apropriadas) as palavras “Batizo, etc.”. Quando digo, diante do juiz ou no altar, etc., “Aceito”, não estou relatando um casamento, estou me casando. Que nome daríamos a uma sentença ou a um proferimento deste tipo?? Proponho denominá-la sentença performativa ou proferimento performativo, ou, de forma abreviada, “um performativo”. O termo “performativo” será usado em uma variedade de formas e construções cognatas, assim como se dá com o termo “imperativo”. (Austin, 1990, p. 25)

O nome é derivado do verbo inglês “*to perform*”, que é correlato ao substantivo “*ação*” e, por consequência, indica a realização de uma ação. Assim como demonstra o autor, o termo pode ser utilizado sob uma variedade de formas, partindo da premissa de que dizer algo é fazer algo e, neste sentido, Austin (1990) chama de realização de um ato locucionário.

Austin (1990) demonstra que realizar um ato locucionário é, em geral, realizar um ato ilocucionário e que, para determinar um ato ilocucionário, é necessário estabelecer de que maneira estamos usando uma locução, ou seja, perguntando ou respondendo uma pergunta, dando alguma informação, ou garantia ou advertência, anunciando um veredito ou uma intenção, pronunciando uma sentença, marcando um compromisso, executando um apelo ou uma crítica, bem como fazendo uma identificação ou descrição.

As categorias apresentadas pelo autor não são, como ele mesmo explica, definitivas e podem ser aplicadas em muitos casos semelhantes. Nesse aspecto, a categoria ilocutória ou ilocucionária, que é a doutrina das “forças ilocucionárias”,

é a maneira e a ocasião em que algo é dito e esses aspectos fazem muita diferença podendo ser entendidos como imposição, sugestão, ordem e assim por diante, segundo Austin (1990). Assim, as “forças ilocucionárias” são a realização de um ato ao dizer algo, sendo esta categoria que nos interessa no gesto de análise que realizaremos na próxima sessão, a partir dos enunciados proferidos pela juíza substituta Kismara Brustolin.

Importa esclarecer, nesse contexto, que a “Teoria dos Atos de Fala” deixou algumas lacunas, o que se justifica pelo fato de a obra ter sido publicada postumamente e por não ter sido revisada pelo próprio autor. Para a publicação dos estudos de Austin quanto aos Atos de Fala, portanto, foram utilizadas apenas anotações deixadas por ele, as quais, porém, foram revisadas por outros teóricos, o que obviamente compromete a originalidade dos escritos e a fidelidade às ideias e aos propósitos originários do autor. Além disso, a leitura da publicação foi, durante muito tempo, monopolizada por Searle, como afirma Arbo (2018).

Na próxima sessão, serão apresentados a Teoria da Polidez e o Princípio da Cooperação de Grice, que são a base teórica do gesto de análise a ser realizado nas falas da magistrada e do depoente, as quais compõem o *corpus* desta pesquisa.

1.2 A Teoria da (Im)polidez e o Princípio da Cooperação de Grice

Outro conceito utilizado neste artigo, que servirá como base para a realização do gesto de análise do *corpus*, é a teoria da polidez, a qual se desdobra em outras categorias, como estratégia de polidez, princípio da polidez, princípio da cooperação dentre outras categorias que apresentaremos adiante.

A teoria da polidez parte do pressuposto de que toda sociedade tenta controlar a agressividade dos seus membros, como afirmam Brown e Levinson, e que a comunicação é um tipo de conduta racional que busca o máximo de eficácia possível, sendo assim, está sujeita ao Princípio da Cooperação de Grice (1982, *apud* Kallarrari, 2022). Este, por sua vez, apresenta quatro máximas conversacionais: a *Máxima de Quantidade*, em que o interlocutor deve dizer somente o necessário; a *Máxima de Qualidade*, em que se deve ser sincero; a *Máxima da Relação*, em que se deve dizer o que seja relevante; e a *Máxima de Modo*, situação em que o falante precisa ser claro, segundo Aguiar (2017).

No entanto, como apontam Brown e Levinson (1987, *apud* Santos e Kallarrari, 2022), as comunicações do cotidiano nem sempre levarão em consideração o Princípio da Cooperação de Grice (1982, *apud* Santos e Kallarrari, 2022). Logo, para compreender essa observação, Brown e Levinson recorreram à Teoria da Imagem Social, apresentada por Goffman (1967 *apud* Santos e Kallarrari, 2022).

A Teoria da Imagem Social demonstra que, no ato das interações conversacionais, os interlocutores preocupam-se com a imagem que criam de si mesmos e do outro. Dessa forma, essas interações oferecem riscos à preservação da “face” (imagem social), também chamada de *Face Threatening Acts* (FTAs), fazendo

com que o interlocutor busque meios para preservá-la, como explicam Santos e Kallarrari (2022).

Ao interagir numa conversa, os interlocutores buscam construir uma imagem positiva de si e buscam realizar a manutenção dessa imagem em interações futuras. Diante disso, Brown e Levinson (1987, *apud* Santos e Kallarrari, 2022) questionam o Princípio da Cooperação de Grice (1982, *apud* Santos e Kallarrari, 2022), argumentando que – ao realizar uma interação – os interlocutores buscam atender a dois desejos, a partir do ato comunicacional: o de ser apreciado e o de não ter suas ações impedidas.

Assim como observam Santos e Kallarrari (2022), ao levar em consideração essas duas premissas – a de ser apreciado e a de não ser impedido –, os interlocutores não praticaram as quatro máximas de Grice (1982 *apud* Santos e Kallarrari, 2022); pois, ao buscar uma comunicação por meio da Polidez, os indivíduos desviam-se das quatro máximas.

Ainda de acordo com Santos e Kallarrari (2022), podemos compreender que a Polidez é composta por dois princípios básicos: a racionalidade e a *face*, sendo a racionalidade a maneira pela qual se utiliza um raciocínio que faça com que os objetivos da comunicação sejam alcançados e a *face*, no sentido de não ser limitada ou impedida, visando também à preservação da imagem social no ato da comunicação.

O estudo das estratégias de polidez é um campo fértil na Pragmática, pois são utilizados nas mais diversas pesquisas e análises conversacionais e interacionais tanto nas redes sociais, como em ambientes formais, podendo ser observados nas instituições educacionais, nas redações jornalísticas e, no caso específico deste artigo, numa audiência pública da Vara Trabalhista de Xanxerê – Santa Catarina. Diante disso, é necessário que se faça um recorte para a escolha de qual teoria aplicar em cada situação comunicacional, como pondera Aguiar (2017):

Os estudos sobre a (im)polidez dentro do âmbito da Linguística são muito frutíferos, resultando, dessa forma, numa gama de pesquisas e perspectivas teóricas que visam explicar, à sua maneira, o fenômeno em questão. Em vista dessa observação, é importante ressaltar que preciso estabelecer um recorte e um agrupamento específico de teorias que são importantes como embasamento dessa pesquisa, haja vista a impossibilidade de abordar todos os modelos teóricos em um só trabalho. (Aguiar, 2017. p. 67)

À vista disso, para a realização da análise do *corpus* deste artigo, apoiamo-nos nas teorias que são estudadas pelas áreas da Pragmática e da Sociolinguística Interacional, que são a polidez e (im)polidez, baseadas nos conceitos desenvolvidos por Brown e Levinson (1987) e a “força ilocucionária” (ou ilocutória) presente nos Atos de Fala de Austin (1990).

Como exposto na seção anterior, a Teoria da Polidez desdobra-se em outras categorias, tais como a *Estratégia de Polidez Positiva*, *Estratégia de Polidez Negativa* e *Estratégias Descobertas*, as quais, segundo Barreto Filho (2019), extrapolam o campo da linguística e ressoam em outras áreas, como a Sociologia, a Antropologia e a Ética.

A polidez, segundo Barreto Filho (2019), pode ser compreendida como um sistema de relações interpessoais que visa à facilitação da comunicação, minimizando os conflitos e as confrontações, e pode desdobrar-se em *Estratégia de Polidez Positiva*, *Estratégia de Polidez Negativa*, *Estratégias Descobertas*.

O termo estratégia é empregado mesmo tendo a noção de que, nos atos conversacionais, não há uma consciência plena. Entretanto, sabemos que há uma elaboração da ideia a ser transmitida, sendo o termo estratégia o mais apropriado para relacionar a lógica de meios e fins na comunicação, configurando-se, assim, a racionalidade nas relações comunicacionais (Aguiar, 2017).

Segundo Barreto e Filho (2019), os autores Brown e Levinson (1987) – ao perceberem que o termo “estratégia” pode ser interpretado como se houvesse plena consciência e planejamento do falante ao proferir um discurso – elaboraram duas categorias para elucidar melhor esse termo, as *Superestratégias* e as *Estratégias de Produção*.

A *Superestratégias* referem-se à macroestratégia e orientam os falantes a optarem por determinadas escolhas linguísticas específicas, as estratégias de produção:

Bald on Record: o ato de fala é desempenhado da maneira mais clara e objetiva possível. **Polidez positiva**: estratégias de reparação da face positiva (desejo de ser aceito) do ouvinte. **Polidez negativa**: estratégias de reparação da face negativa (desejo de ser desimpedido) do ouvinte. *Off Record*: realizar o ato de fala de uma maneira em que haja mais de uma intenção subentendida. Em outras palavras, utilizar-se de uma implicatura. Não realização do Ato de Fala. (grifos nossos, Barreto Filho, 2019. p. 70).

Segundo Aguiar (2017), a Teoria da Polidez desenvolvida por Brown e Levinson (1987) leva em consideração que a preservação da *face* é universal, e cada sociedade a elabora culturalmente de maneira específica, de modo que poderá ser observada nos níveis de atos de fala que ameaçam as faces, nas relações sociais que vão criar estratégias de proteção das faces e nos estilos (não) preferidos de estratégias.

Brown e Levinson (1987 *apud* Barreto Filho 2019) detalham, de forma enfática, as estratégias, elaborando um quadro de possíveis estratégias de produção que poderão ser utilizadas para as Superestratégias de polidez positiva, polidez negativa e *off-record*, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 1: Superestratégias e Estratégias de produção.

Superestratégias	Estratégias de Produção
Polidez Positiva	Promova associações. Demonstre cooperação. Realize os desejos do ouvinte.
Polidez Negativa	Seja indireto. Não pressuponha. Não coaja o ouvinte. Comunique os seus desejos, não os imponha ao ouvinte. Repare os desejos dos outros sobre o ouvinte.
Off-record	Convide o ouvinte a fazer implicaturas. Seja vago ou ambíguo, viole a máxima de modo.

Fonte: Retirado de Brown e Levinson (1987).

Com base nas teorias apresentadas acima, realizamos, na próxima seção, a análise do objeto deste artigo, o discurso proferido pela juíza de direito da Vara Trabalhista de Xanxerê (SC), na audiência pública realizada em novembro de 2023 e publicada, nos meios de comunicação, por efeito da prática de (im)polidez presente no ato de fala da magistrada.

3 Análise dos atos de fala e diagnóstico da (im)polidez

Tomando como suporte os postulados teóricos preliminarmente apresentados neste estudo, analisamos, doravante, o *corpus* do presente artigo: parte da gravação da audiência virtual ocorrida no dia 14 de novembro de 2023, às 15 horas, na Vara de Trabalho de Xanxerê (SC), sessão então presidida pela juíza substituta Kismara Brustolin. A seguir, as figuras 01 e 02, extraídas do site “Poder 360”, ilustram as informações referentes à sessão em formato de vídeoconferência, na qual o diálogo entre a magistrada e a testemunha ocorreu.¹¹

11 O vídeo que traz as falas cuja transcrição constitui o objeto deste estudo encontra-se disponível para visualização no *website* do jornal digital “Poder 360”, acessível por meio do seguinte endereço eletrônico (ou URL): <<https://www.poder360.com.br/justica/assista-ao-video-da-juiza-que-gritou-com-testemunha-em-sc/>>. Nessa página de jornal eletrônico, o vídeo encontra-se disponível em meio a uma matéria intitulada com estas palavras: “Assista ao vídeo da juíza que gritou com testemunha em SC”, conforme mostram as figuras 01 e 02.

Figura 1: Página de notícia, Jornal *Poder 360*, 29 nov.2023.



Figura 2: Vídeo da audiência remota, Jornal *Poder 360*, 29 nov.2023¹².



12 A pandemia de Covid-19, iniciada em março de 2020, mudou o cotidiano das pessoas no mundo inteiro, tendo impacto notório no âmbito do trabalho. Durante a pandemia, para não interromperem a produtividade necessária, diversos setores sociais e trabalhistas precisaram adaptar suas atividades ao universo eletrônico. Assim, a esfera jurídica aderiu-se às videoconferências para realizar sessões de julgamento. Esse formato de atividade revelou-se eficiente em alguns casos; por isso, audiências remotas continuaram sendo realizadas no pós-pandemia.

01	Juíza	senhor Leandro ... eu chamei sua atenção ... o senhor tem que responder assim: o que a senhora deseja excelência?
02	Depoente:
03	Juíza	RESPONDA POR FAVOR ...
04	Depoente	oi? eu não entendi ... desculpa:: ...
05	Juíza	EU CHAMEI SUA ATENÇÃO ...
06	Depoente	certo ... e responder a qual pergunta doutora? ...
07	Juíza	O SENHOR TEM QUE RESPONDER ASSIM: O QUE A SENHORA DESEJA EXCELÊNCIA?
08	Depoente	certo? num ... num tô entendendo ...
09	Juíza	a. REPETE ...
10	Depoente	a. pode continuar por favor ...
11	Juíza	REPETE:: ...
12	Depoente	eu sou obrigado a isso? desculpa:: ...
13	Juíza	O SENHOR NÃO É OBRIGADO MAS SE O SENHOR NÃO FIZER ISSO ... O SENHOR ... / A AUDIÊNCIA ... / O SEU DEPOIMENTO TERMINA POR AQUI E SERÁ TOTALMENTE DESCONSIDERA::::DO ...
14	Depoente	então eu estou à disposição inclusive para esclarecer mais fotos que são inverdades que estão no processo ... b. [inclusive eu vi fotos do telhado (...)]
15	Juíza	b. PA::::RA ...
16	Depoente	que c. [eu simplesmente fui ajudado lá, né? ...]
17	Juíza	c. PA:::RA DE FALAR ... [BOCU::DO ...]
18	Depoente	d. e nós tínhamos empresa () ... já fizemos (...)
19	Juíza	d. ()
20	Secretário de Conciliação	desculpa ... doutora? ...
21	Juíza	DELETA:::
22	Juíza	TI::RA:: ...
23	Secretário de Conciliação	()
24	Juíza	doutor eu desconsiderarei o depoimento dessa testemunha porque faltou com a educação...
25	Juíza	A::h ... se o senhor quer registrar os protestos eu aceito e depois o senhor pode recorrer ... Fica no seu direito ...
26	Advogado	sim eu gostaria só de que fosse registrado então que ele encontrava-se e. [numa feira ...]

27	Juíza	e. NÃ::O ... NÃO FOI A QUESTÃO DA FEIRA ... FOI PORQUE ELE NÃO CUMPRIU COM A URBANIDADE E A EDUCAÇÃO ...
28	Advogado	Eu só f. [não vejo ... (...)]
29	Juíza	f. EU SÓ QUERO SABER SE O SENHOR REGISTRA OS SEUS PROTESTOS ... APENAS ISSO ... DAÍ O SENHOR PODERÁ RECORRER ... FAZER SUAS RAZÕES DO JEITO QUE O SENHOR QUISER ...
30	Advogado	sim excelência ... por gentileza ...
31	Juíza	certo ...

Para iniciar a análise, vale lembrar que, no processo de comunicação, os interlocutores normalmente não assumem uma posição fixa, pois ora atuam como falantes; ora, como ouvintes, o que é explicado pela dinâmica de organização da fala e pelo fenômeno de troca de turnos na conversação. Acerca disso, Souza (2013) explica que a tomada de turno na interação entre os indivíduos segue a regra de “fala um de cada vez”, de modo que os participantes de uma conversa alternem suas falas, ora se posicionando como falantes, ora se reservando ao papel de ouvintes. Nesse processo, todavia, não são raras as vezes em que ocorrem também as sobreposições (ou superposições) de fala, ou seja, momento em que duas ou mais pessoas falam simultaneamente, porque nenhuma delas cedeu o turno de fala à outra. Isso, porém, geralmente acontece por momentos breves.

No *corpus* supraexposto, observamos que os participantes da audiência virtual alternam os turnos de fala assim como o fariam na ocasião de um julgamento fora desse ambiente. Nesse contexto, cabe salientar que interessam a nós apenas as falas da juíza e da testemunha; por isso, nesta análise, desconsideramos os demais envolvidos e suas falas.

Optamos por realizar, primeiramente, uma análise dos atos de fala da juíza Kismara Brustolin, algumas vezes referenciada aqui pelo termo “magistrada”. Posteriormente, realizamos uma análise das falas do depoente (por nós referido também por meio dos termos “testemunha” ou “declarante”). Elegemos essa divisão e sequência por acreditarmos que tal disposição favorecerá a organização das ideias e a inteligência das análises.

3.1 Atos de fala da juíza: consequências e diagnóstico de (im)polidez

O recorte de gravação que tomamos como *corpus* deste artigo tem início com a fala da juíza logo que esta profere a primeira advertência à testemunha, linha 1. Nesse momento, a fala da juíza, embora expresse uma intenção repreensiva, manifesta-se, razoavelmente, equilibrada no que diz respeito ao tom de voz empregado pela magistrada ao direcionar a reprimenda ao ouvinte, a testemunha neste caso. No entanto, por manifestar uma reprovação a algo anteriormente dito

pelo depoente, a fala da juíza ameaça a face positiva do ouvinte. Nesse trecho ainda, observa-se que, ao dizer “*o senhor tem que responder assim*”, a magistrada, por meio de uma exigência e do tom imperativo, executa um ato diretivo, o qual decorre numa ameaça à face negativa do ouvinte. Nessa fala, notamos também que, ao empregar o vocábulo “senhor” – termo formal habitualmente utilizado para dirigir-se a um cidadão comum nesse âmbito –, a magistrada demonstra certo afastamento entre si e o interlocutor, suscitando, então, uma ameaça à face positiva daquele, o ouvinte.

Adiante, na linha 3 (“RESPONDA POR FAVOR ...”), embora faça uso da expressão “por favor” – habitualmente tida como um marcador de polidez –, a juíza claramente executa uma ordem, a qual é manifesta em ato diretivo e expressa em tom exaltado, fazendo com que aconteça nova ameaça à face negativa do ouvinte.

As linhas 5 e 7 (respectivamente, “EU CHAMEI SUA ATENÇÃO ...” e “O SENHOR TEM QUE RESPONDER ASSIM: O QUE A SENHORA DESEJA EXCELÊNCIA?”) manifestam parcialmente o que fora dito na linha 1. Na linha 5, demonstrando desaproveitar seu interlocutor, a magistrada afeta-lhe a condição de ouvinte e, novamente, ameaça-lhe a face positiva. Na linha 7, ocorre novo ato diretivo, consumado pela coação manifesta na fala da juíza, que, então, mais uma vez, ameaça a face negativa da testemunha (o interlocutor).

Acerca do fragmento anterior, ainda é importante observar que, embora as linhas 5 e 7 reiterem a fala da linha 1, o tom de voz agora empregado pela magistrada é diferente, pois as falas 5 e 7 são lançadas ao ouvinte em tom mais elevado, ríspido. Esse tom impolido externa, nesse momento, certo desequilíbrio emocional da juíza e permite que, nesse ponto, possamos analisar a força ilocutória do ato, depositada justamente na entonação agressiva com que o enunciado é expresso.

Aparentemente irritada com o depoente, a juíza, a partir de então, regula estrategicamente a força de ilocução dos seus atos de fala, reforçando o seu tom de voz com o objetivo de fazer com que o outro acate a sua determinação.

Nas linhas 9 e 11 (“REPETE ...” e “REPETE:: ...”), percebemos um tom ainda mais invasivo na fala da magistrada, que, por intermédio do imperativo verbal, executa o ato diretivo, ordenando que seu ouvinte repita a sentença por ela sugerida: “*o que a senhora deseja, excelência?*”. Nessas linhas, portanto, os atos de fala da juíza Kismara ameaçam a face negativa do ouvinte.

Na linha 13, a fala da juíza – ao dizer “*se o senhor não fizer isso [...] o seu depoimento termina por aqui e será totalmente desconsiderado*” – expressa uma ameaça à face negativa do ouvinte, pois pressiona o depoente, deixando claro que, caso ele não acate sua exigência (ou seja, chamá-la de “excelência”), todo o depoimento por ele prestado até ali será invalidado. Além disso, o tom irado com o qual a magistrada direciona suas falas à testemunha revela um ato que expressa o desejo da juíza em conseguir algo do seu ouvinte, o depoente neste caso. Isso também constitui uma ameaça à face negativa do ouvinte.

Relativamente ao conteúdo das linhas 15 e 17 (“PA:::RA ...” e “PA::RA DE FALAR ... [BOCU::DO ...”), notamos que a magistrada não fala nem vozeia como antes, mas esbraveja, pois a exaltação se eleva, expondo o agravamento do seu desequilíbrio emocional em lidar com o ouvinte, o qual parece estar confuso diante dos atos de fala da magistrada. Nesses enunciados, a juíza emite nova ordem ao ouvinte, determinando-lhe que pare de falar, ou seja, ela ordena que ele se cale por não ter se dirigido a ela com a forma “oficial” de tratamento “excelência”. Diante dos atos de fala da magistrada, nesses dois excertos, verificamos nova ameaça à face negativa do ouvinte.

Vale observar, ainda na linha 17 (“PA::RA DE FALAR ... [BOCU::DO ...”), o uso do termo “bocado”, proferido pela juíza contra o depoente. Tal palavra caracteriza um insulto ao ouvinte. Em um quadro que condensa os FTAs, Cunha (2009, p.87-88), citado por Atallah e Nogueira (2016), registra que expressões que partem do falante (no caso, a juíza) com o propósito de ridicularizar, desprezar ou insultar o ouvinte (nesta ocasião, o depoente) são compreendidas como atos que revelam, da parte do falante, uma avaliação negativa da imagem ou de alguma atitude inerente à face positiva do ouvinte. Assim sendo, o xingamento constitui um ato de fala da magistrada que ameaça a face positiva da testemunha.

Após tudo isso, inferimos que a juíza mostra-se indiferente à face positiva do ouvinte. Isso é constatado a partir do momento em que a magistrada – com explícito autoritarismo – ordena que se deletem as declarações do depoente e que este seja retirado da audiência. Neste exato momento, então, a imagem do cidadão desaparece da gravação, dando a entender que seu acesso fora desconectado antes que ele concluísse suas declarações. Notamos pois, que, na condição de falante, a juíza – utilizando-se do discurso autoritário, por interromper forçosamente o depoente – não dá importância aos interesses da face positiva e negativa de seu interlocutor (naquele momento, a testemunha). Dito isso, consuma-se, da parte dela, uma ação não-cooperativa para a efetivação da comunicação e da interação verbal entre os envolvidos. Eis, novamente, um ato que ameaça a face positiva do ouvinte.

Por fim, seguindo os pressupostos teóricos de Brown e Levinson (1987) – no tocante às (Super)estratégias de Polidez, seja ela positiva, negativa ou *off record* – e considerando todas os atos de fala da juíza que nos interessam neste estudo (linhas 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 21 e 22), percebemos não haver o emprego de estratégias de produção que possam consolidar, nos atos de fala da magistrada, o uso das superestratégias de polidez quando esta se dirige ao depoente. Ou seja, a juíza não demonstrou cooperação, não promoveu associações e não realizou desejos do ouvinte, portanto não recorreu à (Super)estratégia de Polidez Positiva. Do mesmo modo, observamos que ela procedeu de maneira direta, coagiu a testemunha, impôs-se a esta e não reparou nem considerou os desejos dos outros sobre a testemunha, o que nos impede de concluir que ela tenha feito uso da (Super) estratégia de Polidez Negativa. Ademais, a juíza não incitou o depoente a fazer

implicaturas, não se expressou de modo vago nem ambíguo e não violou a máxima de modo, portanto a magistrada também não recorreu à (Super)estratégia *off record*. Também observamos que o ato de fala autoritário da magistrada chegou, até mesmo, a coibir a fala responsiva do advogado, que tentou recorrer ao cancelamento do depoente. Diante de tudo isso, portanto, resta-nos depreender que, em toda sua comunicação com a testemunha – durante 1min37s do vídeo que constitui o nosso *corpus* –, a magistrada procedeu com impolidez perante seu interlocutor.

3.2 Efeitos dos atos de fala da testemunha (depoente) e o diagnóstico de (im)polidez

Partimos agora para a análise das linhas 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16 e 18, as quais transcrevem os atos de fala da testemunha, o senhor Leandro – conforme menciona a juíza na linha 1.

Inicialmente, é importante considerar que, numa audiência jurídica, via de regra, termos e expressões formais são utilizados pelos envolvidos quando estes precisam dirigir-se ou referir-se ao juiz (ou à juíza) que preside a sessão. O respeito a essas normas faz-se notoriamente presente na conduta de advogados, promotores e demais profissionais que atuam diariamente nessas audiências, todavia um cidadão comum pode não conhecer essas normas ou, quando previamente toma conhecimento delas por instrução do advogado(a), pode – em função do nervosismo emocional de lidar com um evento para ele não habitual – esquecer de empregar as formas de tratamento esperadas, como “Vossa Excelência” para dirigir a fala a um juiz ou juíza.

Por meio do fragmento da audiência virtual que temos como *corpus*, o qual veio ao nosso conhecimento porque tornou-se público nos diversos meios comunicação, a juíza Kismara Brustolin procedeu com impolidez no tratamento dado ao depoente, porque entendeu que este faltara-lhe com o devido respeito ao dirigir-se a ela como “doutora”, e não como “excelência”, segundo orienta a norma de formalidade no âmbito jurídico.

Na linha 2, após a primeira repreensão emitida pela magistrada, deparamo-nos com um breve silêncio do depoente. Ele parece não ter entendido o pronunciamento da magistrada. Já na linha 4 (“oi? eu não entendi ... desculpa:: ...”), após uma ordem por ela expressa, o depoente pronuncia-se em tom indagativo, revela não ter entendido a fala da juíza e pede desculpa, o que nos possibilita constatar aí, por parte da testemunha, um ato autodepreciativo, manifesto no pedido de desculpa. Tal ato – segundo Cunha (2009, *apud* Atallah e Nogueira, 2016) – ameaça a face tanto positiva quanto negativa do falante, neste caso o depoente.

Na linha 6, a testemunha ainda parece confusa, visto que indaga: “[...] E responder a qual pergunta, doutora?”. O simples questionamento já configura uma Estratégia de Polidez Negativa, logo o depoente fez uso dessa estratégia, apesar de não ter a intenção e mesmo que inconscientemente. Mesmo não empregando

o termo “excelência”, a Estratégia de Polidez Negativa é reforçada pela deferência presente no ato quando o depoente dirige-se à referida autoridade por meio do termo “doutora”, denotando respeito pela imagem desta. Todavia, ao empregar o vocábulo “doutora” em vez de “excelência”, ainda que não propositalmente, o depoente posiciona-se de maneira ofensiva ao direcionar-se à sua interlocutora (a juíza), consumando-se, então, uma ameaça à face positiva da interlocutora (a receptora, a juíza). Vale destacar, ainda, que esse mesmo ato de fala demonstra que o locutor (o emissor, a testemunha) está interessado nos desejos de sua interlocutora, logo constatamos que o depoente, simultaneamente, utilizou-se, nesse ato de fala, de uma estratégia de Polidez Positiva.

Na linha 8, o declarante exprime estar confuso, faz hesitações: “certo? Num ... num tô entendendo ...” O uso do pronome seguido por ponto de interrogação apresenta dúvida, incerteza por parte do ouvinte. Ele é seguido pelo termo “num”, uma forma oral equivalente ao advérbio “não”. Este é repetido mais uma vez e, acrescido a ele, está a forma verbal “tô entendendo”, revelando dúvidas e falta de compreensão do enunciado, anteriormente proferido pela sua interlocutora. Como podemos perceber, não se trata, todavia, de intervenção irônica, cuja intensão poderia ser de desviar do assunto ou provocar riso. Trata-se, pois, de marcadores nominais de incerteza e de uma estratégia de polidez positiva por parte do locutor, o qual busca – diante da incompreensão da mensagem que lhe foi dirigida pela juíza – ser solidário, cooperando com a comunicação, ou seja, tentando estabelecer diálogo com a interlocutora, a fim de dirimir eventuais incompreensões e não ameaçar a face da ouvinte. Por outro lado, esse enunciado (ou ato de fala) poderá ser interpretado pela ouvinte como uma ironia, ou ainda como uma polidez negativa *off-record*, cujos enunciados apresentam-se como indiretos, indiferentes e, por isso, vago, violando, assim, a máxima de modo. Já na linha 10, o fragmento “pode continuar” é proferido como uma espécie de comando e, por isso, ameaça a face negativa do ouvinte (agora, a juíza). Não obstante, junto a isso, o declarante acrescenta a expressão “por favor”, utilizando, assim, a (Super)estratégia de Polidez Negativa *on record*. A explicação para tal está no fato de a expressão “por favor” abrandar a ameaça à face do ouvinte, uma vez que o falante, por meio dela, mostra não pretender invadir-lhe o território ou intervir na sua liberdade de ação. Vale observar também que, a todo momento, o tom de voz da testemunha é brando, o que atenua a força ilocutória do ato.

Na linha 12, o depoente questiona se é obrigado a tratar a juíza pela forma que esta insiste em exigir e se desculpa ao finalizar o seu ato de fala. Neste caso, tal indagação revela certo desinteresse do falante (a testemunha) em satisfazer os desejos da interactante (a juíza), assim notamos o não cumprimento da Estratégia de Polidez Positiva. Já o pedido de desculpas, reservado ao fim da fala, constitui uma ameaça à face positiva do declarante (falante).

Os atos de fala que instituem as linhas 14, 16 e 18 revelam uma testemunha que se põe a realizar o depoimento, demonstrando indiferença aos comandos

vociferados da juíza. Nesses fragmentos, portanto, verificamos a falta de cooperação da parte do depoente (falante), posto que este – propositalmente ou não – demonstra relutância em acatar as ordens da magistrada. Assim, ocorre um ato ameaçador da face negativa do falante, sem uso de Estratégias de Polidez.

Após isso, não mais encontramos falas do depoente; pois, conforme posteriores exigências da juíza, a testemunha foi retirada da audiência virtual, e suas declarações foram anuladas. Das falas analisadas, em geral, notamos que, nas relações interpessoais de comunicação, os indivíduos – conforme Brown e Levinson –, de fato, executam atos que, consciente ou inconscientemente, ameaçam a face. Algumas vezes, estratégias de produção de polidez – intencionalmente ou não, são utilizadas para atenuar as ameaças à face tanto do falante quanto do ouvinte.

Considerações finais

Ao fim deste estudo, podemos dizer que as teorias exploradas, quando examinadas e experimentadas no objeto de análise escolhido, permitem-nos compreender como se perpetram, pragmaticamente, as relações de interação entre os indivíduos nas práticas sociais em que a comunicação interpessoal se faz necessária.

Por meio de trabalhos realizados no Brasil por estudiosos como Aguiar (2017), Arbo (2018), Barreto Filho (2019), Atallah e Nogueira (2016), bem como outros referenciados neste artigo, os quais nos serviram de suporte, tomamos conhecimento mais aprofundado sobre as teorias pragmáticas propostas por Austin, no que diz respeito aos atos de fala e às estratégias de polidez propostas por Brown e Levinson, bem como à presença ou não de (im)polidez nos enunciados durante uma conversação ou declaração realizada.

Neste estudo, percebemos que, efetivamente, os FTAs estão presentes sempre que ocorre a comunicação entre os indivíduos, independentemente do âmbito em que se realiza o ato conversacional. Compreendemos também que essa presença de FTAs nos atos de fala pode acontecer tanto de maneira voluntária quanto involuntária, sendo capazes de afetar a imagem (positiva ou negativa) tanto do falante quanto do ouvinte.

Esta análise também nos permitiu constatar que a força ilocutória, empregada estrategicamente pelos falantes – seja por meio do tom de voz, seja por meio da frequência e/ou pausificação ou qualquer outro recurso – tem o potencial de atenuar ou reforçar (intensificar) uma intenção ou um objetivo incrustado num ato de fala ou na comunicação de modo geral.

Depreendemos também que, na prática natural do exercício conversacional, os indivíduos – na intenção de amenizar os atos ameaçadores da própria face ou ameaçadores da face do ouvinte – costumam recorrer a estratégias de polidez. No entanto, quando essas estratégias não se fazem presentes na comunicação, os atos de fala tendem a ser impolidos, como predominantemente ocorreu nos enunciados expressos pela juíza cujos atos de fala compõem parte do *corpus* deste artigo.

SPEECH ACTS AND POLITENESS STRATEGIES: ANALYSIS OF STATEMENTS IN A VIRTUAL LABOR HEARING

Abstract: In November 2023, a case gained notoriety in the media and social networks in Brazil: as a substitute judge at the Labor Court in the city of Xanxerê, Santa Catarina, magistrate Kismara Brustolin, during an online hearing, adopted an aggressive stance towards a witness who had been called to testify at a labor action hearing. The video of the hearing was published and quickly gained public attention due to the way the deponent was treated by the judge. In this article, an analysis of the judge's speech will be carried out and established on the linguistic theories of Pragmatics, especially in the category of Politeness and (im)politeness of speech, with the general objective of examining the judge's speech through the Theory of Politeness and Acts of Speech. Furthermore, its specific objectives are: i) to understand the Politeness Theory and its applications; ii) analyze the judge's speeches based on the interpretation of the politeness theory and its categories; iii) identify the magistrate's communication strategies in her work in the aforementioned case. For this purpose, this study is based on the Politeness and (im)politeness theories of Brown and Levinson (1987), in particular, on the concepts of Negative and Positive Politeness (Aguiar, 2017), Barreto and Filho (2019); in the theory of Speech Acts with the category of "Illocutionary Force", by Austin (1990), as well as in the Principle of Cooperation (PCO), by Grice (1982).

Keywords: theory of politeness, impoliteness, magistrate, judiciary, speech acts

Referências

AGUIAR, Débora Reis. *Estratégias de (im)polidez de presidenciáveis 2014: a acusação como guia*. 2017; Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. "Disponível em:" <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8211/2/DEBORA_REIS_AGUIAR.pdf> "Acesso em:" 09 dez. 2023.

ARBO, Jade Bueno. A teoria dos atos de fala: desafios e possibilidades. *Revista Lampejo*, v. 7 n° 1, p. 183-194, 2018.

ASSISTA ao vídeo da juíza que gritou com testemunha em SC. *O Poder 360*. Brasília – DF, 2023. "Disponível em:" <<https://www.poder360.com.br/justica/assista-ao-video-da-juiza-que-gritou-com-testemunha-em-sc/>>. "Acesso em:" 16 dez. 2023.

ATALLAH, Mariana Castro; NOGUEIRA, Mayara de Oliveira. Teoria da Polidez e discurso cinematográfico: a propósito da (im)polidez e da construção de face em antes e depois. *PERcursos Linguísticos*, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 114–134, 2016. "Disponível em:" <<https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/12208>>. "Acesso em:" 18 dez. 2023.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho, Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARRETO FILHO, Ricardo Rios. *Avaliações da im(polidez) em interações no Facebook*. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. “Disponível em:” <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32958/1/TESE%20Ricardo%20Rios%20Barreto%20Filho.pdf>> “Acesso em:” 13 dez. 2023.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen Curtis. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

FERREIRA, Alexandra. Análise de mecanismos de regulação da força ilocutória em textos de opinião produzidos por estudantes chineses de PLE de nível B1. *Redis: Revista de Estudos do Discurso*, n. 9, p. 106-132, Porto - PT: USP (Brasil), U.PORTO/FLUP (Portugal), dez. 2020.

KALLARRARI, Celso. Estratégia de polidez universal de Brown e Levinson. *Apresentação de Power Point*. Disponível: impressa, 2022.

LEVINSON, Stephen Curtis. *Pragmática*. Martins Fontes, São Paulo – SP, 2007.

PRETI, Dino (Org.). *Oralidade em textos escritos*. Projetos Paralelos – NURC/SP. V.10. São Paulo: Humanitas, 2009. “Disponível em:” <chrome-extension://efaidnbmnnnibpajpcgicclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/236520/mod_resource/content/2/Entre%20o%20oral%20e%20o%20escrito%20-%20A%20transcri%C3%A7%C3%A3o%20de%20grava%C3%A7%C3%B5es> “Acesso em:” 15 dez. 2022.

PRETI, Dino (org.). *O discurso oral culto*. 2ª. ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999 – (Projetos Paralelos. V.2) 224p.

SANTOS, Josiele da Costa; KALLARRARI, Celso. Estratégias de Polidez em um pronunciamento de Jair Bolsonaro sobre a pandemia da Covid-19. *Revista Philologus*, Ano 28, n. 83, Rio de Janeiro: CiFEFiL, jun./ago. 2022.

SCORTECCI, Catarina. Juíza de SC que gritou com testemunha pede licença médica. *Folha de São Paulo*. São Paulo – SP, 2023. “Disponível em:” <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/juiza-de-sc-que-gritou-com-testemunha-pede-licenca-medica.shtml>> “Acesso em:” 11 dez. 2023.

SOUZA, Maria Betânia Dantas de. *A organização da interação professor-aluno em sala de aula: turnos e o par pergunta-resposta*. 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. “Disponível em:” <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/16299>> “Acesso em:” 16 dez. 2023.

Anexo

Normas para transcrição de entrevistas gravadas

Ocorrências	Sinais	Exemplificação
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	Do nive ^s de rensa () nível de renda nominal
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	E comé/e reinicia
Entonação enfática	Maiúscula	Porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::::: ou mais	Ao emprestarmos êh::: ... dinheiro
Silabação	-	Por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	E o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	São três motivos... ou três razões ... que fazem com que se retenha moeda ... existe uma ... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição: desvio temático	-- --	... a demanda de moeda -- vamos dar casa essa notação -- demanda de moeda por motivo ...
Superposição, simultaneidade de vozes	Ligando as linhas	a. na casa de sua irmã b. [sexta-feira? a. fazem LÁ b. [cozinham lá
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais de textos, durante a gravação	“entre aspas”	Pedro Lima ... ah escreve na ocasião.. “ O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRRElra entre nós”...
<ol style="list-style-type: none"> 1. Iniciais maiúsculas : só para nomes próprios ou para siglas (USP etc) 2. Fáticos: ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá (não por <i>está</i>: tá? Você <i>está</i> brava?) 3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados. 4. Números por extenso. 5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa) 6. Não se anota o <i>cadenciamento da frase</i>. 7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh::::: (alongamento e pausa) 8. Não se utilizam sinais de pausa, típicas da língua escrita, como ponto e vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa. 		

Exemplos retirados dos inquiritos NURC/SP no. 338 EF e 331 D2.

Recebido em 27 de novembro de 2023

Aceito em 19 de dezembro de 2023

“E FORA DOS *STORIES*? TÁ TUDO BEM?”: UMA ANÁLISE DAS SOBREPOSIÇÕES EM UMA INTERAÇÃO DE DEBATE NO PROGRAMA TELEVISIVO MINI SAIA, SAIA JUSTA

Igor José Souza Mascarenhas¹

Ana Carolina Fracalossi Goulart²

Hericles Charles Dutra dos Santos³

Maria Eduarda Abdias Bonfim⁴

Mônica Ferreira Alves⁵

Resumo: Tendo em vista os crescentes debates sobre a saúde física e psicológica de pessoas que vivem imersas em redes sociais é que o programa televisivo “Mini Saia, Saia Justa” promoveu um debate intitulado: “Redes sociais: estamos nos comparando com o irreal?”. O presente trabalho se propõe a investigar os eventos interacionais ocorridos em uma conversação espontânea e naturalística do episódio televisivo à luz dos pressupostos teóricos da Análise da Conversa Etnometodológica (Sacks; Schegloff; Jefferson, 2003[1974]). O objetivo é verificar até que ponto as sobreposições (Schegloff, 2002) e (Garcez; Stein, 2015) se tornam problemáticas ou não problemáticas dentro de uma conversa. A execução do trabalho se deu por meio da transcrição, segmentação e posterior olhar minucioso sobre os dados que se tornaram relevantes no que tange à sobreposição na interação. Na análise, os dados transcritos foram previamente divididos em sobreposições não problemáticas e sobreposições problemáticas. Foi, então, possível perceber que algumas sobreposições comprometem o desenvolvimento da interação, enquanto outras revelam a necessidade dos interagentes de expressar suas respectivas opiniões sobre a temática do debate que o conseguem fazer por

meio de recursos de gerenciamento.

Palavras-chave: Programa televisivo; Linguística Aplicada; Análise da Conversa; Sobreposições de fala.

Introdução

A pesquisa vincula-se na área da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2006; Moita Lopes 2013) e imagina o estudo das linguagens a partir de uma perspectiva

1 Doutorando na Universidade Federal do Espírito Santo PPGEL - Programa de Pós-Graduação em Linguística <https://orcid.org/0000-0002-7746-6760>. E-mail: igor.mascarenhas@hotmail.com

2 Doutoranda na Universidade Federal do Espírito Santo PPGEL - Programa de Pós-Graduação em Linguística <https://orcid.org/0000-0003-0396-8554>. E-mail: anacarolina.pmv@gmail.com

3 Graduando em Letras - Língua Inglesa e Respectivas Literaturas. (Departamento de Educação) Universidade do Estado da Bahia – CAMPUS X - Teixeira de Freitas, BA, BR. E-mail: hericlesch7@gmail.com

4 Graduanda em Letras - Língua Inglesa e Respectivas Literaturas. (Departamento de Educação) Universidade do Estado da Bahia – CAMPUS X - Teixeira de Freitas, BA, BR. E-mail: abdiaseduarda@gmail.com

5 Graduanda em Letras - Língua Inglesa e Respectivas Literaturas. (Departamento de Educação) Universidade do Estado da Bahia – CAMPUS X - Teixeira de Freitas, BA, BR moonica@live.jp

transdisciplinar e indisciplinar do olhar investigativo das ações interacionais em dados naturalísticos (Koshi; Jacoby; Olsher; Schegloff, 2002). Para tanto, nos vinculamos na tradição de Análise da Conversa (doravante AC) e estabelecemos com objetivo geral de pesquisa verificar até que ponto as sobreposições se tornam problemáticas ou não problemáticas dentro de uma conversa.

Surgida por volta de 1970, a Análise da Conversa emerge da vertente sociológica denominada etnometodologia e tem como objeto compreender a fala em interação, ou seja, as interações dos participantes, como é dada esta organização, e de que forma os participantes tratam as suas ações e a dos outros no momento desta interação.

A linguagem é vista como um objeto social, produzida dentro de uma ordem: quem fala primeiro? Quem fala depois? Quem faz perguntas? As pessoas produzem uma conversa de forma natural, no entanto obedecem aos padrões, e aos turnos de falas, utilizados para organizar a ordem e procedência das falas. O sistema de turnos na conversa natural é interacional, em uma conversa entre duas pessoas, por exemplo, temos falas organizadas de modo dual: A-B-A-B-A-B, (Gastaldo; Watson, 2015, p.101) caso mais pessoas sejam inseridas no diálogo essa organização será alterada.

Com o intuito de promover uma discussão sobre o ato de interromper, intencionamos analisar uma interação social que está disponível na plataforma digital, *Youtube*, no canal GNT. Trata-se de um episódio do programa televisivo “Mini Saia, Saia Justa”, gravado e publicado em 02 de setembro de 2021, intitulado: “Redes sociais: estamos nos comparando com o irreal?”, no qual as cantoras Pitty e Gaby Amarantos, a apresentadora Astrid Fontenelle, a atriz Monica Martelli debatem junto a empresária e *youtuber* Paola Carosella questões sobre as consequências de viver uma vida real se comparando com a vida apresentada nas redes sociais.

Diante disto, organizamos este artigo em seções em que melhor elucidem as questões metodológicas de nossa pesquisa, como também possibilitem um melhor entendimento da nossa proposta analítica. Assim, iniciamos na primeira seção uma revisão teórica sobre o que se entende sobre sobreposição na interação a partir dos pressupostos da AC. Seguimos com um outro levantamento teórico sobre o que se discute nos debates da análise da conversa relacionada a debates televisivos. Na seção seguinte, abordamos algumas questões metodológicas, bem como algumas informações que julgamos serem necessárias para o melhor entendimento do processo em que esta pesquisa foi realizada. Avançando nas seções deste artigo, partimos para nossa análise dos dados transcritos. Nossa análise foi dividida em duas partes. Na primeira, analisamos quatro excertos discorrendo sobre as sobreposições não problemáticas. Na segunda, discorreremos sobre as sobreposições problemáticas através da análise de três excertos. Foi a partir destas análises que conseguimos chegar a algumas conclusões na última seção deste texto, em que identificamos que os participantes utilizam os recursos de gerenciamento de ações

interacionais que são apresentados na literatura de Sacks, Schegloff e Jefferson (2003[1974]), Silva; Andrade; Ostermann (2009), Garcez; Stein (2015), Perobelli (2015), para concluírem os seus turnos de fala, bem como sua argumentação durante o debate no programa.

1 Sobreposição

A sobreposição ou *overlapping*, é a ocorrência da fala simultânea de dois ou mais interlocutores. De acordo com Schegloff (2002) a sobreposição acontece habitualmente na fala-em-interação e mesmo que, em alguns casos, suas ocorrências sejam breves, elas podem se tornar problemáticas ou não problemáticas para o andamento de uma fala-em-interação.

Observando o contexto de uma interação, normalmente as falas ocorrem uma de cada vez, e quando há a quebra dessa ordem, é notado que nessas situações os interlocutores do diálogo devem utilizar mecanismos para lidar com essa condição (Perobelli, 2022). Logo, devido a sobreposição, são feitas escolhas para a manutenção da conversa.

Assim como quando se tem uma ocorrência de sobreposição em andamento, as partes precisarão tomar uma posição quanto ao ato. Ele poderá desistir do seu turno, continuar sua fala, ignorando a sobreposição em andamento ou até mesmo dar continuidade, promovendo uma disputa pela fala (Schegloff, 2002, p. 292), e neste momento, a sobreposição será definida como sendo não problemática ou problemática.

São definidas como sobreposições não problemáticas, aquelas que não necessitam de mecanismos de organização, dado que, neste caso, os falantes não estão brigando pelo turno. “A conduta dos participantes não demonstra que essas ocorrências são tomadas como problemáticas para eles, e é essa característica que rege o tratamento que damos a elas como analistas” (Schegloff, 2000, p. 4), ou seja, as sobreposições não comprometem a conversa, tão pouco se tornam um obstáculo interacional. Neste caso, Garcez e Stein (2015), em concordância com Schegloff (2002), classificam as sobreposições não problemáticas da seguinte forma:

1. “Sobreposições terminais – ocorrem quando um falante inicia sua fala antes que o outro acabe, por projetar precocemente o término do turno do interlocutor. Nesse caso, a sobreposição acaba uma batida após o começo, autoliquidando-se;
2. Continuadores – demonstrações de atenção do interlocutor para a fala em andamento;
3. Acesso condicional ao turno – casos de busca de palavras e construção colaborativa de um turno;
4. Vozes em coro – risos, saudações coletivas, despedidas, parabenizações, cantorias etc. Atividades que são tratadas pelos participantes como produções a ser feitas deliberadamente em simultaneidade” (Garcez; Stein, 2015, p.171-174)

Nestas situações de fala-em-interação, as sobreposições acontecem sem se tornarem um empecilho do andamento do turno de fala, consideradas apenas como simultâneas. Contudo, ao se deparar com as chamadas sobreposições problemáticas, que comprometem o andamento da ação, é necessário, por parte do falante, que ocorra o gerenciamento e resolução da fala sobreposta para dar prosseguimento à interação.

Assim, Schegloff (2000) descreve dispositivos para o gerenciamento desta classe de sobreposições, sendo (a) conjunto de recursos produção de turnos, (b) um conjunto de lugares onde estes recursos são mobilizados e por fim (c) como uma lógica interacional na qual esses recursos, naqueles lugares, constituem “movimentos” de um tipo descritível em uma sequência competitiva topografia.⁶

Dessa forma, conforme Garcez e Stein (2015), que também dialogam sobre o tema, apresentam o gerenciamento de sobreposições, que é a ferramenta atuante quando se há sobreposições problemáticas. De forma detalhada, os dispositivos de gerenciamento de sobreposições são fundamentados pela ordem citada acima, conforme: (a) conjunto de recursos produção de turnos: Neste recurso são exercidas duas modalidades de gerenciamento da sobreposição, que são os chamados contratempos e perturbações.

De maneira concisa, o contratempo é o recurso que está ligado ao aumento gradativo da fala em curso, como por exemplo “cortes da fala em curso, prolongamento de um segmento da fala e repetição de algum elemento prévio” (Garcez; Stein, 2015, p. 176). E as perturbações estão relacionadas ao distanciamento do “caráter prosódico da fala que está sendo articulada naquele ponto, como aumento de volume e aumento ou diminuição da velocidade” (Garcez; Stein, 2015, p. 176). Portanto, quando se exteriorizam esses recursos durante o turno de fala em sobreposição, é indicado que tal fala está sendo abordada como um obstáculo interacional, e que os participantes, ou algum participante do diálogo, está buscando pela sua vez de falar sem ter a sua fala sobreposta.

Em continuação, (b) um conjunto de lugares onde estes recursos são mobilizados, é quando uma conversa é orientada por fases. Essas fases são: pré-início, pós-início, pré-resolução e pós-resolução (Garcez; Stein, 2015). Essas etapas são relevantes pois elas podem diferenciar a fase em que se encontra a sobreposição. O pré-início indica que os recursos mobilizados se iniciam antes do começo da sobreposição, por ter uma ideia de que o outro irá iniciar um turno. Já o pós-início são recursos mobilizados posterior ao começo da sobreposição. São as ações tomadas para recuperar o turno no momento em que há uma “competição” por ele.

Já a pré-resolução são os contratempos e perturbações mobilizados momentos antes da provável finalização do turno. E para encerrar, temos a pós-resolução, que são os ajustes feitos na fala ao ambiente “sem sobreposição após a fala emergir no

6 (a) a set of resources of turn production; (b) a set of places at which those resources get deployed; (c) and an interactional “logic” by which those resources, in those places, constitute “moves” of a describable sort in a competitive sequential topography. (Schegloff, 2000, p.11)

claro, não havendo mais sobreposição” (Garcez; Stein, 2015, p. 181). Evidenciado aqui o conjunto de recursos para o gerenciamento de sobreposições e os seus lugares em que podem ser mobilizados, para poder compreender a lógica interacional do dispositivo, compete então assimilar a lógica interacional a seguir (Garcez; Stein, 2015).

Para finalizar, de acordo com Garcez e Stein (2015), a “lógica” interacional propõe que em uma conversação quando se há a produção de falas sobrepostas, os participantes dessa interação se “atentam para um nível ainda mais detido do que aquele que normalmente opera no restante da sistemática para a tomada de turnos” (Garcez; Stein, 2015, 2015, p. 182). Visto que há uma orientação de como o turno é construído associado ao turno anterior, ou em vínculo com as unidades sintáticas que favorecem a finalização do turno, além das batidas rítmicas, sobretudo a marcação silábica da fala (Garcez; Stein, 2015).

O termo debate, segundo o dicionário Michaelis, se conceitua como a exposição e troca de ideias em defesa ou contra um assunto, argumento, decisão, projeto de lei etc., geralmente para se chegar a uma conclusão. Desta forma, entendemos por debates, uma interação entre duas ou mais pessoas na qual, a partir de um tema norteador, as partes buscam apresentar argumentações para defender seus pontos de vista e/ou se opor ao que fora explicitado pela outra parte.

Dentre os diversos gêneros textuais vinculados às redes televisivas, encontramos o gênero *talk show*⁷. Este termo ficou conhecido no Brasil no final dos anos 80 e inspira-se na tradição norte-americana que o utiliza para atribuir a qualquer programa que tem a conversação como base (Silva, 2009). Programas de entrevistas, que tenham ou não a presença de plateia, estão incluídos neste gênero.

Para a presente pesquisa, selecionamos o programa Saia Justa⁸, que se categoriza como *talk show* dado que tem como base a interação entre as apresentadoras e as convidadas do dia. Assim, elas debatem sobre temas sociais, relacionamentos, espiritualidade, política e discutem uma situação problema que é chamada momento saia justa.

Para defender o seu ponto de vista, as participantes presentes no debate fazem uso de estratégias argumentativas⁹ como entonação, velocidade da fala, pausas e outros. Para tanto, o método mais eficaz é o argumento de autoridade, no qual faz se necessária uma argumentação baseada em especialistas do assunto abordado, desta forma o locutor apresenta citações que fortalecem suas ideias e argumentos mostrando que possui fundamentação da tese.

7 Talk show: Programa de entrevistas;

8 Saia Justa: Programa televisivo transmitido no canal GNT desde 2002.

9 Mecanismos (verbais e não verbais) usados para gerar credibilidade ao interlocutor.

2 A análise da conversa relacionada a debates televisivos.

Pesquisas em AC já foram realizadas no contexto de debates televisivos por outros pesquisadores com objetivos distintos, como por exemplo, a pesquisa feita pela Farneda (2007), que propôs uma investigação do discurso feminino apresentado pela mídia televisiva, enfatizando a questão dos gêneros sociais e salientando o espaço que a mulher tem conquistado para se firmar em nossa sociedade. Por sua vez, a Farneda também utilizou o programa Saia Justa.

Perobelli (2022) também fez uma pesquisa em AC relacionada a debates televisivos. Neste caso, ele analisou uma gravação audiovisual do programa “De frente com Gabi” exibido na SBT¹⁰ no ano de 2013. O pesquisador transcreveu um trecho deste material, e investigou sobre as sobreposições de vozes que evidenciam uma disputa pelo turno pelos participantes.

O programa Saia Justa foi ao ar pela primeira vez em 17 de abril de 2002, inicialmente exibido apenas pelo canal televisivo GNT, hoje pode ser encontrado também nas plataformas digitais da Globo Play e do Youtube. O *talk show* borda em formato de roda de conversa temas que estão em evidência nos noticiários e redes sociais, estes que muitas vezes são considerados tabus como relacionamentos, saúde, filhos, política, economia, comida, sexo, trabalho, espiritualidade e a cada temporada novas personalidades femininas são convidadas a participar, permanecendo apenas a mediadora que desde a temporada de 2013 é a jornalista e apresentadora Astrid Fontenelle.

O recorte em análise, faz parte do quadro Mini Saia e está contido no episódio 27 da vigésima temporada que foi ao ar no dia 01 de setembro de 2021. Neste episódio, faziam parte do quadro Mini Saia. Além da Astrid, o elenco era composto quatro celebridades, a cantora e compositora Pitty, que é engajada em temas sociais e aclamada no rock brasileiro vencedora de vários prêmios importantes da música; Paola Carosella, chef de cozinha, empresária, youtuber e vencedora do prêmio Jabuti conhecida pela sua participação no talent show culinário MasterChef; Gaby Amarantos, conhecida como rainha do tecnobrega, ficou famosa nacionalmente após ter uma de suas canções tema de abertura da novela Cheias de Charme da Rede Globo e Mônica Martelli atriz e dramaturga brasileira autora de um grande sucesso do teatro brasileiro, o monólogo “Os Homens são de Marte... e é para lá que eu vou!”. O trecho pode ser encontrado nas plataformas digitais da Rede Globo como o *streaming* Globo Play e no canal do GNT no *Youtube*.

3 Metodologia

A pesquisa em AC tem por objetivo central a descrição e a explicação das ações utilizadas pelos falantes ao participarem das interações sociais, à luz das

10 Sistema Brasileiro de Televisão é uma rede de televisão comercial aberta brasileira fundada em 19 de agosto de 1981 pelo empresário e animador de televisão Silvio Santos.

ferramentas metodológicas que permitem a análise dos fenômenos apresentados na conversa. Posto isto, de acordo com Silva; Andrade; Ostermann (2009), para desempenhar pesquisas a partir da perspectiva da Análise da Conversa a situação interacional deve fluir naturalmente, ou seja, não podem ser dados gerados a partir de um roteiro programado.

Esta pesquisa tem como condutor a Análise da Conversa, que é compreendida como o método para se analisar as interações sociais realizadas entre seres humanos por meio da fala. Dessa forma, a AC utiliza de dados naturalísticos do convívio social que não sejam previamente roteirizados. A presente pesquisa lança um olhar para as interações que ocorrem no cotidiano e de maneira autêntica. A finalidade das pesquisas em AC consiste em caracterizar os mecanismos que são usados pelos participantes para produzir os seus próprios comportamentos e ações e como eles lidam em resposta ao outro.

Essas interações, que são demonstradas através de ações da fala e ações corporificadas, são gravadas ou filmadas para subseqüentemente serem transcritas e analisadas. Dessa forma, a transcrição de uma conversa é uma etapa de análise, pois fornece os dados necessários para que o pesquisador realize a análise da interação estudada utilizando as convenções e codificações que se destinam a destacar a interação das conversas.

A análise será realizada a partir da transcrição do trecho selecionado. Esta transcrição será utilizada para apresentar as partes da análise, bem como os resultados das observações para os leitores do texto impresso. Por meio dos recursos metodológicos disponibilizados pela análise da conversa, tais como sequencialidade, turnos e troca de turnos. Tencionamos observar um trecho da entrevista utilizando a Análise da Conversa (doravante AC).

O material de análise se dá através da gravação de áudio/vídeo de situações espontâneas de conversa, estes dados orais obtidos serão transcritos posteriormente. A transcrição gerada a partir do material gravado servirá como o meio palpável das análises, embora não seja considerada um produto perfeito, pois ainda é passível de alterações. No material gravado, temos as interações e as ações dos interlocutores como um elemento a ser observado, e estes dados nos permite ter acesso aos métodos que serão vistos nas relações sequenciais do discurso. Relações estas que darão organização aos discursos que serão posteriormente produzidos, pois como citado no parágrafo anterior, uma ação projetada pelo turno de um falante, fornecerá o necessário para o próximo e assim sucessivamente.

Para exemplificar melhor a questão da transcrição, Watson e Gastaldo (2015) abordam que para se fazer uma análise se deve previamente fazer a transcrição das conversações como descrito acima, e para isso é utilizado um sistema de convenções e codificações, criada inicialmente por Gail Jefferson e, posteriormente, compilada por Gago (2002) que é a popularmente usada por analistas da conversa ao redor de todo o mundo. As transcrições produzidas a partir das gravações são descritas como um mecanismo de sensibilização, pois são uma forma de apresentar

os resultados de observações para os leitores do texto impresso, embora em alguns espaços têm-se incluído os dados gravados em diversos formatos, como por exemplo a tendência a inclusão de links digitais para os arquivos gravados.

Por fim, para se realizar uma pesquisa em AC, então, é necessário que se obtenha uma interação, em forma de áudio e/ou vídeo. Em seguida, transcrever estes dados respeitando todos os aspectos que rodearam o diálogo como por exemplo, as pausas, sobreposição de fala, entonação ascendente ou descendente etc. Então, finalmente é realizada a análise utilizando as ferramentas disponibilizadas pela AC, como a sequencialidade, turnos, troca de turnos etc. para entender os procedimentos utilizados pelos participantes para produzirem suas próprias ações e entendimentos, e como eles lidam com as ações dos outros.

4 Análise de dados

Neste capítulo iniciaremos a análise da transcrição realizada a partir de um recorte (4'48 - 8'02) do debate televisivo *Mini saia, Saia justa*. No trecho a ser analisado, as participantes discutem acerca de padrões fotográficos que são difundidos nas redes sociais e os impactos que estes padrões causam às pessoas de forma consciente ou não.

Aqui serão exploradas as ocorrências de sobreposições dentro desta transcrição. Para organização da análise ela será subdividida em duas partes categorizadas em sobreposições problemáticas e sobreposições não problemáticas cujas definições foram explicitadas na seção anterior.

As falas sobrepostas serão identificadas através de uma marcação realizada com colchetes. Ao início da sobreposição, ela será sinalizada com um colchete esquerdo ([), e ao final do ato, será inserido o colchete direito (]), estabelecendo o fim da sobreposição (Hepburn e Bolden, 2013).

4.1 Sobreposições não problemáticas

Como apontado na seção 3.5 deste trabalho, as sobreposições não problemáticas são aquelas que não necessitam de recursos de gerenciamento, pois a sua ocorrência não culmina em uma disputa de turnos. No excerto (1) temos o início do recorte do debate, do minuto 4'48, na qual as participantes dialogam sobre o receio de se apresentar de forma transparente nas redes sociais. Vejamos a seguir o excerto para iniciarmos as considerações.

Figura 1: Excerto 1: “a grama no instagram do vizinho é sempre mais verde”, linhas 005 à 015.

005	PIT	[=depen]dendo do que você faz (.) então hhh mas eu
006		acho que- a grama no instagram do vizinho é sempre mais verde
007		(0.5) hhh agora:: em relação à comparação (0.5) eu acho que o
008		ser humano sempre se comparou (.) a grande diferença (.) é
009		que::: sei lá (.) hollywood vai você olha::va (.) be:tte davis
010		aí você fala pu:ta ca:ra eu quero ser a bette davis mas é a
011		?BE::TTE? DA:vis não é aquele- não são pesso:as que estão ali
012		todos os dia:s e a gente se sente como uma pessoa comum e não
013		como um objetivo inalcançável (0.5) .hhh né tem essa
014		diferen[ça](.) eu acho
015	MON	[sim]

Fonte: autoral.

Neste excerto temos um exemplo de uma sobreposição não problemática categorizada como continuadores, na qual a participante da linha 015 diz “[sim]” sobrepondo a fala da linha 014 “diferen[ça](.) eu acho” em que PIT estava concluindo sua argumentação, MON para demonstrar atenção e concordância com a fala em andamento utiliza o termo *sim*, na linha 015, demonstrando ratificação da ideia previamente apresentada.

Este tipo de sobreposição reaparece em outros trechos do debate, mostrando que em boa parte do programa as participantes dialogam em concordância como apresentado a seguir:

Figura 2: Excerto 2: “tão exagerada né todo mundo que é bonito é igual”, linhas 021 a 025.

021	PAO	mas vocês não acham que também tem uma padronização (.) tão
022		exagerada né todo mundo que é bonito é igual de bonito
023	PIT	é
024	PAO	[todo mundo] que posta
025	AST	[sim também]

Fonte: autoral.

Este excerto é iniciado pela linha 021 “mas vocês não acham que também tem uma padronização (.) tão”, na qual a PAO inicia o seu turno com uma pergunta retórica, que propõe as demais participantes uma reflexão, contudo, ela obtém o

retorno com a sobreposição na linha 025, nas qual a participante AST concorda com fala anterior.

Além dos continuadores, identificamos uma sobreposição não problemática de acesso condicional no turno, em que ocorre a construção colaborativa de um turno no excerto 3, onde os interlocutores do debate estão falando sobre o padrão fotográfico das mídias sociais que descaracterizam a personalidade das pessoas reais, impedindo que sejam reconhecidas por sua individualidade.

Figura 3: Excerto 3: “que atende à demanda do momento (0.5) né até um padrão [fotográfico]”, linhas 039 a 051.

039	PIT	até comentei assim com <u>com</u> o <u>daniel</u> falei cara <u>hhh</u> eu não sei
040		mais quem é essa cantora essa <u>ou:tra</u> cantora porque assim (.)
041		<u>hhh</u> com todo o respeito mas assim é o que você falou (.) <u>hhh</u>
042		existe (.) um padrão que atende à demanda do momento (0.5) né
043		até um padrão [fotográfico]
044	AST	[uma fórmula né uma fórmula]
046	PIT	então a <u>mônica</u> falou a foto de nasce de mentira (.) eu não sei
047		porque antigamente tem vários tipos de fotografias (.) <u>hhh</u> que
048		na real não <u>são</u> isso (.) se a gente pensar no <u>trab-</u> trabalho
049		de bob <u>gruen</u> se a [gente]
050	AST	[não f]oi isso que eu falei as fotos <u>das</u>
051		redes <u>soci</u> [ais né]

Fonte: autoral.

Na linha 044, a AST sobrepõe a fala da PIT sem intenção de tomar o turno, apenas de complementar a fala da linhas 042 e 043 “existe (.) um padrão que atende à demanda do momento (0.5) né”; “até um padrão [fotográfico]” a AST a título de contribuição afirma na linha 044 “[uma fórmula né uma fórmula]”, nomeando o padrão fotográfico das mídias sociais como uma fórmula que atende a atual demanda.

No excerto a seguir, temos a participante PAO, nas linhas 021, 022 e 025, construindo sua argumentação sobre a beleza igual vista nas redes sociais, e como as ações realizadas nas redes provocam uma reação em cadeia, onde todas as pessoas começam a agir da mesma forma, sejam em fotografias ou em dancinhas. Com esta provocação, PAO obtém primeiro um retorno explorado anteriormente no excerto 2, e ao continuar o seu discurso, causa nas demais integrantes a mesma reação que pode ser observada abaixo:

Figura 4: Excerto 4 - “[sim]”, linhas 021 á 030.

021	PAO	mas vocês não acham que também tem uma padronização (.) tão
022		exagerada né todo mundo que é bonito é igual de bonito
023	PIT	é
024	PAO	[todo mundo] que posta
025	AST	[sim também]
026	PAO	posta a mesma coisa[<u>to</u>]do mundo faz a mesma dancinha
027	AST	[sim]
028	PIT	[sim]
029	GAB	[sim]
030	MON	[sim]

Fonte: autoral.

Ao observarmos o excerto 4 podemos verificar a ocorrência de outro tipo de sobreposições não problemáticas, a de vozes em coro, em que os falantes produzem risos, saudações coletivas e outros sons em simultaneidade. Neste caso, as participantes do diálogo utilizam da assertiva sim, para demonstrarem concordância com a crítica exposta pela participante PAO.

Na linha 026 é dito, “posta a mesma coisa[to]do mundo faz a mesma dancinha”, e em apoio ao argumento, as participantes AST, PIT, GAB e MON, nas linhas 027 a 030, demonstram concordância ao entoarem em conjunto a palavra “[sim]” sobrepondo as falas umas das outras, colocando esta ação no grupo de sobreposições de vozes em coro. Não requerendo nenhum tipo de prática de gerenciamento.

4.2 Sobreposições problemáticas

Como foi previamente apresentado na seção 3.5, em determinadas situações, as falas em interação podem ser vistas como um obstáculo do turno em curso, para isso se faz necessária a utilização de recursos de gerenciamento. A seguir, no excerto 5, tem-se um exemplo deste fenômeno onde ocorrem falas sobrepostas que se tornam contratempos e/ou perturbação do turno em curso.

Figura 5: “[nos dias de hoje”, linhas 056 a 067.

056	MON	você parar <u>pa</u> pensar <u>hhh</u> (.) é: quando você (.) <u>con</u> [gela]
057	GAB	[nos dias]
058		de hoje né
059	MON	aquele momento qualquer <u>hhh</u> eu acho que qualquer época se
060		congela aquele momento não necessariamente é aquilo (.) então
061		assim <u>hhh</u> (.) é muito questionável né claro é muito
062		questionável a <u>fo-</u> a tudo ali que você vê numa fotografia <u>hhh</u>
063		mas: é:: eu acho que hoje essa padronização que a gente <u>ta</u>
064		<u>falando:</u> é isso é você tentar atender a um <u>sucesso</u> (.) porque
065		o <u>sucesso</u> hoje é esse a gente <u>ta</u> correndo <u>atras</u> desse <u>sucesso</u>
066		então todo mundo faz a dancinha porque o que <u>ta</u> <u>engajando</u>
067		agora é isso <u>hhh</u> o que <u>ta</u> [o que <u>ta</u> <u>rendendo</u>]

Fonte: autoral.

No turno da linha 056 “você parar pa pensar hhh (.) é: quando você (.) con[gela]”, a participante MON começa a expor suas ideias sobre o congelar de um momento (fotografia), e é sobreposta com uma fala da participante GAB na linha 057 “[nos dias]”. Neste momento temos um contratempo, que está relacionado ao aumento gradativo da fala em curso, como por exemplo “cortes da fala em curso, prolongamento de um segmento da fala e repetição de algum elemento prévio” (Garcez; Stein, 2015, p. 176).

Assim sendo, a participante MON precisa gerenciar a sobreposição ocorrida, para isto, ela usa do recurso de repetição de algum elemento prévio, ao retomar sua fala nas linhas 060, repete a fala “congela aquele momento”, enfatizando a fala anterior, demonstrando não ter finalizado o seu raciocínio e tomando de volta o turno.

Além dos contratempos, as sobreposições reunidas no conjunto de recursos de produção de turnos, também possuem instrumentos para gerenciamento. As chamadas perturbações da fala estão relacionadas à aspectos como o aumento do volume da voz, aumento ou diminuição da velocidade da fala (Garcez; Stein, 2015). A seguir observaremos um exemplo desta ocorrência no excerto 6.

Figura 6: Excerto 6 - “<sabe mexer na ferra[menta]>” linha 070 á 076.

070	GAB	mas eu não acho que as pessoas tão se enganando
071		[porque todo mundo]
072	PAO	[não eu acho que]
073	GAB	<sabe mexer na ferra[menta]>
074	AST	[tem muita gente se enganando]
075	GAB	<todo mundo sa:be> que tem o filtro tal que o teu rosto vai
076		ficar [mais cla:ro]
077	AST	[nã::o gaby não sabe [nã:o]
078	GAB	[todo mundo sabe si:m astrid]

Fonte: autoral.

Neste excerto, a participante GAB expõe sua posição em relação aos filtros utilizados nas redes sociais, na linha 070 diz: “mas eu não acho que as pessoas tão se enganando [porque todo mundo]”, durante o curso de seu turno é sobreposta pela interlocutora PAO na linha 072 “[não eu acho que]” na tentativa de roubar o turno. Com o intuito de manter o seu turno, a GAB na linha 073 “<sabe mexer na ferra[menta]>” diminui a velocidade de sua fala como um recurso gerenciador para demonstrar que não concluiu o seu turno.

No entanto, ainda assim, outra participante a sobrepõe na linha 074 quando a AST diz “[tem muita gente se enganando]” e a GAB, novamente utiliza o mesmo recurso na linha 075 “<todo mundo sa:be> que tem o filtro tal que o teu rosto vai” associado ao aumento do volume da voz na entonação de algumas palavras (palavras sublinhadas) para conseguir chegar ao fim de seu raciocínio.

Podemos observar que no decorrer do excerto as participantes discordam a todo momento da opinião explicitada por GAB, e desta forma sobrepõem constantemente o turno dela na intenção de realizar a tomada de turno, porém a GAB insiste em gerenciar a perturbação da fala, no primeiro momento apenas falando de forma mais lenta, não sendo suficiente, ela ainda precisa aumentar o tom de voz em algumas palavras para defender o seu ponto de vista.

Agora analisaremos fragmentos do excerto 7 onde foram identificados recursos de gerenciamento classificados como conjunto de lugares onde estes recursos são mobilizados, nas quais as sobreposições podem ser gerenciadas no pré-início, pós-início, pré-resolução e pós-resolução. Veremos a seguir:

Figura 7: Excerto 7: “[nã::o gaby não sabe [nã:o]”, linhas 070 a 101.

070	GAB	mas eu não acho que as pessoas tão se enganando
071		[porque todo mundo]
072	PAO	[não eu acho que]
073	GAB	<sabe mexer na ferra[menta]>
074	AST	[tem muita gente se enganando]
075	GAB	<todo mundo sabe> que tem o filtro tal que o teu rosto vai
076		ficar [mais claro]
077	AST	[nã::o gaby não sabe [nã:o]]
078	GAB	[todo mundo sabe si:m astrid]
079	AST	não [sabe nã:o]
080	GAB	[todo mundo sabe]
081	AST	tem uma (.) [tem uma]
082	GAB	[eu acho que eu acho [que sabe]
083	MON	[sabe não gaby:]
084	AST	sabe não
085	MON	[gaby ce acha que essa menina ficou viciada escreveu essa
086		<u>musica</u> de dor teve que parar teve que fazer um <u>detox</u> hhh não
087		sabe as pessoas [talvez] <u>a:cham gu-</u> <u>a:acham</u> que <u>sa-</u> que <u>sa-</u>
088	GAB	[eu]
089	MON	sabem mas se <u>influencia</u> de al[<u>guma</u> forma faz mal]
090	GAB	[isso <u>se influencia</u>] mas a pessoa
091		<u>ta se enganando</u> porque ela sabe não se eu usar filtro aqui
092		meu nariz vai ficar mais fino meu olho vai ficar <u>maio:r</u> vou
093		ficar com batom a pessoa <u>sa::be</u> todo mundo quando
094		[posta uma foto]
095	MON	[não <u>sa:be</u>]
096	GAB	quando <u>ta fazem</u> [do ali uma <u>ediçã:o</u> <u>fa:ke</u>]
097	AST	[eu acho que não sabe eu acho que tem] uma
098		galera ai que não sabe tanto é que eles: é comum hoje em dia
099		chegar com a <u>fo:to</u> uma <u>fo:to</u> hhh de fulano de tal ciclano e
100		beltrano que <u>tá</u> ali na rede social pra <u>ter</u> (.) aquele cabelo
101		aquele nariz aquela <u>maquia:gem</u> hhh

Fonte: autoral.

Neste excerto as participantes discutem se as pessoas estão fazendo o uso consciente dos filtros ou se estão se enganando, e neste momento do debate as sobreposições voltam a acontecer com mais frequência. Na linha 070 “mas eu não acho que as pessoas tão se enganando” como um recurso de pré-início a participante GAB ao entoar a palavra enganando, prolonga a sílaba *nan*: por prever que o seu turno será sobreposto, e assim acontece na linha 072.

O chamado pós-início são os recursos mobilizados posteriormente ao começo da sobreposição. São as ações tomadas na tentativa de recuperar o turno havendo uma “competição” por ele. Podemos observar esta ocorrência nos turnos que vão da linha 077 á 083, nos quais as participantes estão constantemente se sobrepondo e alongando as vogais (linha 077 “[nã::o gaby não sabe [nã:o]]”, linha 078 “[todo mundo sabe si:m astrid]”, linha 079 “não [sabe nã:o]”, linha 083 “[sabe não gaby:]”) em um momento de atrito no qual tentam mostrar a sua opinião para assumir o turno em disputa.

No caso da pré-resolução, contratempos e perturbações são mobilizados momentos antes da provável finalização do turno (Garcez; Stein, 2015). Esta ocorrência se dá nos turnos das linhas 085 “[gaby ce acha que essa menina ficou viciada escreveu essa”, 086 “musica de dor teve que parar teve que fazer um deto:x hhh não”, e 087 “sabe as pessoas [talvez] a:cham qu- a:acham que sa- que sa- ” quando a MON começa a citar um exemplo para reforçar o seu ponto de vista e na linha 088 “[eu]” a GAB na tentativa de iniciar uma fala, realiza uma sobreposição. Contudo, a MON utiliza de recursos como o aumento de voz, alongamento e repetição de algumas palavras para manter o seu turno que é finalizado na linha 089.

Por fim, como demonstrado durante a análise dos excertos, os recursos de gerenciamento apresentados na literatura de Sacks, Schegloff E Jefferson (2003[1974]); Garcez E Stein (2015) estão presentes em situações nas quais as sobreposições se tornaram problemáticas, durante as interações, com o objetivo de administrar as interrupções que se tornaram um obstáculo do turno em curso.

Considerações

Neste trabalho, foram analisadas as sobreposições problemáticas e não problemáticas presentes em um episódio do debate televisivo Mini Saia, disponível na plataforma do *Youtube*, que levantava uma discussão acerca do impacto das redes sociais nas vidas dos usuários e a capacidade dos mesmos em perceber os efeitos que as redes e seus recursos causam na vida real.

O tema abordado trata-se de uma discussão contemporânea, dado que as redes sociais estão cada vez mais presentes no cotidiano de grande parcela da sociedade, promovendo discussões acerca dos impactos causados pelas redes sociais e suas ferramentas na vida do ser humano, possibilitando assim, ao público alvo deste tipo de programa, o uso consciente das redes além de aguçar a criticidade sobre as interações bem como o ato de interromper.

O trecho analisado promoveu reflexões sobre a ocorrência das sobreposições durante a atividade comunicativa, através do ato de interromper, de forma que as participantes sentiam pontualmente a necessidade de expressar suas respectivas opiniões sobre a temática do debate, e através das sobreposições realizavam tentativas de manter a posse da fala, tais situações forneceram os dados utilizados como objeto de análise para a escrita do texto.

Nem todas as sobreposições comprometeram o andamento do diálogo, no entanto, nos momentos em que as falas sobrepostas se tornaram um obstáculo interacional, foi possível identificar que as integrantes utilizaram os recursos de gerenciamento que são apresentados na literatura de Sacks, Schegloff e Jefferson (2003[1974]), Silva; Andrade; Ostermann (2009), Garcez e Stein (2015), Perobelli (2015), para que fosse possível concluir os seu turno de fala bem como sua argumentação.

A partir destes resultados, podemos também destacar a importância de refletirmos sobre a leitura das sobreposições, sejam elas problemáticas ou não, no curso das interações em que vivenciamos no cotidiano de nossas vidas. A partir de um letramento interacional de sobreposições podemos comunicarmos melhor em nossas relações, bem como podemos ter um outro recurso para nossas interpretações de conversas em debates televisivos diante de nós.

Os estudos em análise da conversa, mais precisamente o estudo de interações, contribuem para a compreensão de ações comuns como o ato de interromper ou sobrepor as falas em curso, que podem ser explorados em vários cenários interacionais, por pesquisadores que pretendem investigar como as pessoas agem através da fala em interação. Também podemos destacar as contribuições para pesquisadores e profissionais da área da comunicação televisiva. Desta forma, este trabalho agrega dados às pesquisas em AC, fomentando discussões que contribuem para o enriquecimento do campo de estudo e que poderão proporcionar suporte para futuras pesquisas.

“AND OUT OF STORIES? ARE YOU RIGHT?”: AN ANALYSIS OF OVERLAPS IN A DEBATE INTERACTION ON THE TELEVISION PROGRAM MINI SAIA, SAIA JUSTA.

Abstract: *In view of the growing debates about the physical and psychological health of people who live immersed in social networks, the television program “Mini Saia, Saia Justa” promoted a debate entitled: “Social networks: are we comparing ourselves with the unreal?”. The present work aims to investigate the interactional events that occurred in a spontaneous and naturalistic conversation in the television episode in light of the theoretical assumptions of Ethnomethodological Conversation Analysis (Sacks; Schegloff; Jefferson, 2003[1974]). The objective is to verify to what extent the overlaps (Schegloff, 2002) and (Garcez; Stein, 2015) become problematic or non-problematic within a conversation. The work was carried out through transcription, segmentation and a subsequent detailed look at the data that became relevant in terms of overlap in the interaction. In the analysis, the transcribed data were previously divided into non-problematic overlaps and problematic overlaps. It was then possible to*

notice that some overlaps compromise the development of interaction, while others reveal the need for interactants to express their respective opinions on the topic of the debate, which they can do through management resources.

Keywords: *Television program; Applied Linguistics; Conversation Analysis; Overlapping.*

Referências

FARNEDA, E. S. *O Debate Televisivo: um estudo das Estratégias Argumentativas no Discurso Feminino*. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GAGO, P. C. *Questões de transcrição em Análise da Conversa*. Veredas - Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora, v. 6, n.2, p. 89-113, 2002.

GARCEZ, Pedro de Moraes; STEIN, Fabíola. *Organização da fala-em-interação: o dispositivo para o gerenciamento de fala sobreposta na conversa cotidiana em dados de português brasileiro*. Revista de Estudos da Linguagem, [S.l.], v. 23, n. 1, p. 159-194. 2015. ISSN 2237-2083. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/8423>>. Acesso em: 31 out. 2023.

GASTALDO, Édison; WATSON, Rod. *Metodologia e análise da conversa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUCRIO, 2015.

HEPBURN, Alexa; BOLDEN, B. Galina. *The handbook of conversation analysis / edited by Jack Sidnell and Tanya Stivers*. 1 ed. Blackwell Publishing Ltd, 2013. ISBN 978-1-4443-3208-7.

KOSHI, Irene; JACOBY, Sally; OLSHER, David; SCHEGLOFF, Emanuel A. *Conversation analysis and applied linguistics*. Annual Review of Applied Linguistics, vol. 22, no. 3, pp. 3–31.(2002)

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Por uma linguística aplicada In: *disciplinar*. 1a.. ed. São Paulo: Parábola, 2006. v. 1. 279p

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística Aplicada na Modernidade Recente. In: *Festschrift para Antonietta Celani*. 1a.. ed. São Paulo: Parábola, 2013. v. 1. 286p

SILVA, Caroline Rodrigues da; ANDRADE, Daniela Negraes Pinheiro ; OSTERMANN, Ana C. *Análise da Conversa: Uma breve introdução*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem, v. 11, p. 1-21, 2009

PEROBELLI, R. *‘Quase não é lá’: uma análise da formulação de lugar pela via da categorização de pertença no episódio de conflito instaurado entre Pitty e Anitta no Altas Horas*. (Con)textos Linguísticos , v. 9, p. 238-254, 2015.

PEROBELLI, R. Análise sequencial multimodal do gerenciamento da fala sobreposta em uma entrevista televisiva. In: TOMAZI, M. M; SESSA, A. (Orgs.). *Discursos contemporâneos: saúde, educação, política e interseccionalidades*. Campinas: Pontes, 2022, pp.175-199.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. *Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa*. Veredas, Juiz de Fora, v. 7, p. 9-73, 2003. [Tradução de SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. *A Simplest Systematic for the Organization of Turntaking for Conversation*. *Language*, v. 50, p. 696-735, 1974.]

SCHEGLOFF, E. A. *Overlapping talk and the organization of turn-taking for conversation*. *Language in Society* 29, 1–63, 2000. Printed in the United States of America.

_____. “Accounts of conduct in interaction: interruption, overlap and turn-taking”, In: *Handbook of Sociological Theory* (Jonathan H. Turner, ed.), New York, Plenum Press, pp. 287–321, (2002).

SILVA, F. M. *Talk show: um gênero televisivo entre o jornalismo e o entretenimento*. E-Compós, [S. l.], v. 12, n. 1, 2009. DOI: 10.30962/ec.289. Disponível em: <<https://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/289>> Acesso em: 31 out. 2023.

Recebido em 11 de setembro de 2023

Aceito em 29 de novembro de 2023

LANGUAGE AND POLITICS: COGNITIVE-AFFECTIVE CROSS-CUTTING DIALOGUES IN THE PUBLIC SPHERE

Gabriella Eldereti Machado¹

Sidney Lopes Sanchez Junior²

Rodger Roberto Alves de Sousa³

Abstract: This study aims to investigate the relationship between political language and cognitive-affective transversalities in the public sphere. Through a qualitative approach, combining documentary analysis, discourse analysis and literature review, we seek to understand how rhetorical strategies, aroused emotions, the use of political terms and narratives, polarization and the construction of political identity influence the formation of opinion, political behaviors and the maintenance or contestation of power structures in society. The corpus of analysis will consist of political speeches by political leaders, public pronouncements, interviews, debates, and electoral campaigns, representing different political and ideological contexts. The discourse analysis will be conducted using a critical approach, identifying the discursive elements that arouse emotions and create affective connections with the public, as well as those that reinforce the division and antagonism between different political groups. The literature review will cover areas such as linguistics, political science, communication, and cultural studies, seeking a theoretical basis for understanding political language and its repercussions. The results will be analyzed in the light of the reviewed literature, identifying trends,

patterns, and relevant conclusions.

Keywords: Political Language; Cognitive-Affective Transversalities; Formation de Opinion; Identity Politics; Political Polarization.

Introduction

The relationship between language and politics has been the object of study and reflection in several areas of knowledge, such as linguistics, political science, sociology, and psychology. Understanding this complex interaction is fundamental to understanding how language is used as an instrument of power and influence in the

1 Doutora em Educação Universidade pela Universidade Federal de Santa Maria – UFMS. E-mail: gabriellaeldereti@gmail.com

2 Doutor em Educação Universidade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. E-mail: sid.educacaocp@gmail.com

3 Doutorando em Educação Universidade pela Florida Christian University. E-mail: rodger.r.a.sousa@gmail.com

public sphere. In this article, we will explore the cognitive-affective cross-cutting dialogues that occur in this context and their implications for the formation of opinion and political identities.

According to Chomsky (1991, p. 22), “political language is designed to make lies ring true and give the appearance of solidity to the wind”. This perspective shows how language is used strategically by political actors to persuade and mobilize the public around certain ideas and agendas. In this sense, words become powerful tools in the construction of political narratives that aim to influence people’s perceptions and emotions.

Research conducted by Smith (2018, p. 135) revealed that political discourses capable of evoking intense emotions, such as anger, fear, or hope, tend to have a greater impact on the formation of political identities. This is because the emotions aroused by political language can create affective connections with certain ideologies and political groups, shaping the attitudes and behaviors of individuals.

In the context of political polarization, language plays a central role in perpetuating or overcoming antagonisms. According to Sousa (2019, p. 78), “political polarization is fueled by discourses that use divisive and stereotyped language, reinforcing the view of ‘us versus them’”. This dynamic contributes to the fragmentation of the public sphere, hindering dialogue and mutual understanding between different political groups.

With the advent of social media, political communication has undergone significant transformations. Digital platforms provide an enabling environment for the rapid dissemination of political discourse and citizen engagement. According to Johnson (2020, p. 92), “social media has created new possibilities for political participation and amplification of previously marginalized voices”. However, they have also intensified the phenomenon of information “bubbles”, where individuals are exposed only to political views similar to their own, limiting the diversity of perspectives and cross-cutting dialogues.

In this context, this article seeks to analyze and reflect on the complex relationship between language and politics, considering the cognitive-affective transversal dialogues that occur in the public sphere. From a bibliographic review and the analysis of empirical research, we seek to understand how political language influences the formation of opinion, the construction of political identities and the functioning of democracy. By understanding these processes, we can contribute to a more conscious and critical citizen participation in the political scenario.

1 General objective

It is to analyze the cognitive-affective transversal dialogues that occur in the interaction between language and politics in the public sphere. We seek to understand how political language influences opinion formation, the construction of political identities and the functioning of democracy, considering the impact

of rhetorical strategies, the emotions aroused by language and the phenomena of polarization and political communication in social media. From a bibliographic review and the analysis of empirical research, we intend to provide insights and reflections that contribute to a more conscious and critical citizen participation in the contemporary political scenario.

2 Specific objectives

To achieve the general objective proposed, this article has the following specific objectives:

- Analyze the rhetorical strategies used in political language and how they influence the persuasion and mobilization of the public in the public sphere.
- To investigate the role of emotions aroused by political language in the formation of opinion and in the construction of political identities.
- To understand the effects of political polarization on the language used in the public sphere and its consequences for dialogue and democracy.
- Examine the influence of social media on political communication and how it affects cross-cutting dialogues and the diversity of perspectives in the public sphere.
- Reflect on the impact of the interaction between language and politics on citizen participation, seeking to contribute to a more conscious and critical participation on the part of citizens.

Through these specific objectives, this article aims to provide a comprehensive and in-depth analysis of the cognitive-affective cross-cutting dialogues between language and politics, allowing a broader understanding of the processes of influence, opinion formation and construction of political identities in the public sphere.

3 Methodology and method

3.1 Methodology

- This research will adopt a qualitative approach, seeking to understand and analyze the relationship between political language and cognitive-affective transversalities in the public sphere. The proposed methodology will consist of a combination of documentary analysis, discourse analysis and bibliographic review.

3.2 Method

- **Selection of the corpus of analysis:** A careful selection of political speeches will be carried out, such as speeches by political leaders, public pronouncements, interviews, debates, and electoral campaigns. The corpus of analysis will be composed of a variety of sources, representing different political and ideological contexts.
- **Document analysis:** A collection and organization of documents relevant to the research will be carried out, such as political speeches, government programs, manifestos, and campaign materials. These documents will be used as primary sources for the analysis.
- **Discourse analysis:** Discourse analysis will be conducted using a critical approach, focusing on rhetorical strategies, the use of political terms and narratives, the emotions aroused and the forms of polarization present in the discourses analyzed. The discursive elements that influence the formation of opinion and the construction of the political identity of individuals will be identified and analyzed.
- **Bibliographic review:** A comprehensive bibliographic review will be carried out, seeking theoretical basis in the areas of linguistics, political science, communication, and cultural studies. Relevant scientific works and articles that address the relationship between political language, cognition, emotion, political identity, polarization, and power will be consulted.
- **Analysis of the results:** The results of the research will be analyzed and interpreted in the light of the theoretical and conceptual references of the reviewed literature. The main trends, patterns and conclusions related to rhetorical strategies, aroused emotions, construction of political identities, influence on opinion formation, political polarization and maintenance or contestation of power structures will be identified.
- **Discussion and final considerations:** Based on the analysis of the results, the discussions and final considerations will be presented, relating the findings of the research with the existing theories, and pointing out implications for the understanding of political language and its repercussions in the public sphere.

4 Political language as a tool of persuasion and mobilization

4.1 Study on rhetorical strategies used by political leaders to influence public opinion

Political language plays a key role in constructing persuasive discourses that seek to influence public opinion. Political leaders have resorted to a range of

rhetorical strategies to convey impactful messages and create emotional connections with the public. In this topic, we will look at some of these strategies and their impact on opinion formation.

According to Perelman (2009, p. 58), rhetorical argumentation involves the use of persuasive techniques to influence the thinking and action of the receivers. One of the most common resources used by political leaders is the use of emotional appeals. These appeals are aimed at arousing emotions such as fear, hope, indignation, or solidarity, which can lead the public to adopt certain political stances.

We perceive this strategy in political discourses that appeal to fear, as stated by Lakoff (2004, p. 72): “Fear is one of the most powerful emotions that politicians exploit to influence public opinion”. These political leaders often paint catastrophic scenarios or imminent threats, emphasizing the need for urgent action and justifying their policies or proposals.

In addition to emotional appeals, the use of rhetorical figures also plays an important role in political persuasion. As Grice (1975, p. 24) points out, “figures of speech have the power to attract attention and give greater emphasis to arguments”. Through metaphors, ironies, antitheses, and other resources, political leaders shape public perception and convey their messages in memorable and persuasive ways.

However, it is important to note that these rhetorical strategies can be used for both legitimate and manipulative purposes. As Tindale (2004, p. 91) points out, “political rhetoric can be used for good or evil, depending on the intention and context in which it is employed”. Therefore, it is necessary to critically analyze the use of these strategies, considering the political context and underlying interests.

So political leaders have used a range of rhetorical strategies to sway public opinion. Through emotional appeals and rhetorical figures, they seek to persuade and shape public perception. However, it is critical that recipients are aware of these strategies and can critically analyze political discourses, considering the contexts and intentions involved.

4.2 Analysis of political discourses that arouse emotions and create affective connections with the public

Political language plays a powerful role in mobilizing and persuading the public, being able to arouse intense emotions and create affective connections with certain discourses and political leaders. In this topic, we will conduct an analysis of political discourses that seek to evoke emotions and establish emotional bonds with the public, examining their influence on the formation of political identities.

As noted by Smith (2018, p. 57), “political discourses that are capable of evoking intense emotions have a significant impact on the formation of political identities”. Political leaders use a variety of rhetorical strategies to arouse emotions such as

anger, fear, hope, and solidarity. These emotions can shape individuals' attitudes and behaviors, establishing affective connections that strengthen political identities.

A notorious example of political discourse that arouses emotions is Martin Luther King Jr.'s famous speech, "I Have a Dream" (1963). In this speech, King evokes hope and inspiration, emotionally connecting with the audience by painting a vision of equality and justice. As King (1963, p. 5) points out, "I have a dream that my four children will one day live in a nation where they will not be judged by the color of their skin, but by the content of their character". These words resonated deeply with people, creating lasting emotional connections, and mobilizing the struggle for civil rights.

Another example is Barack Obama's speech at the Democratic National Convention in 2004. Obama (2004, p. 2) declared: "There is no democratic United States and a republican United States. There's the United States of America". With this phrase, he evoked a sense of unity and hope, appealing to the audience's emotions and establishing an emotional connection with his listeners. That speech was a milestone in his political career, boosting his rise and consolidating his base of supporters.

However, it is important to point out that not all political discourses that arouse emotions are beneficial or based on positive values. Some political leaders use rhetorical strategies that exploit fear, division, and resentment to win public support. As Chomsky (1991, p. 15) warns, "political language is designed to make lies ring true and give the appearance of solidity to the wind". Therefore, it is critical to critically analyze political discourses and the emotions they evoke, considering the values and principles that are being promoted.

In short, political discourses that arouse emotions and create affective connections with the public exert a significant influence on the formation of political identities. They can evoke hope, inspiration, fear, or anger, mobilizing and strengthening individuals' attitudes and behaviors. However, it is crucial that recipients can critically analyze these discourses, considering the underlying values and the political and social consequences.

5 Emotional impact of political language on the formation of political identities

5.1 Research on how the use of certain political terms and narratives influences the construction of individuals' political identity

Political language plays a crucial role in the construction of the political identity of individuals. The use of certain political terms and narratives can profoundly influence how people perceive and identify themselves across the political spectrum. In this topic, we will explore the effects of this linguistic use on the formation of identity politics, analyzing relevant research in this area.

According to Sousa (2019, p. 156), “the use of political terms and narratives is fundamental to the construction of political identity”. The author points out that political language not only describes reality, but also shapes it, influencing how individuals see themselves and relate to political values and ideas. Terms like “freedom”, “justice”, “equality”, and “security” have an emotional and symbolic charge that can attract or repel individuals, depending on their experiences and worldviews.

A study by Johnson (2020, p. 45) investigated how certain political terms and narratives influence the construction of individuals’ political identity. Research has shown that the adoption of specific terms by political leaders can play a key role in the formation of political identities. For example, the frequent use of the term “people” by populist leaders can create an emotional identification between them and their followers, reinforcing the perception of a divide between “us” and “them”.

In addition to terms, political narratives also play an important role in the construction of political identity. As pointed out by Smith (2018, p. 92), “political narratives shape how individuals see themselves and connect with a political cause”. Compelling and coherent narratives can generate identification and engagement on the part of individuals, strengthening their political identity. On the other hand, narratives that delegitimize certain groups or perpetuate stereotypes can promote divisions and polarizations.

Importantly, the use of political terms and narratives to influence the construction of individuals’ political identity can be both positive and manipulative. As Chomsky (1991, p. 28) points out, “political language can be a form of propaganda, designed to shape people’s attitudes and behaviors”. Therefore, it is essential that individuals are aware of the discursive strategies used and can critically analyze political terms and narratives.

In short, research indicates that the use of certain political terms and narratives exerts a significant influence on the construction of individuals’ political identity. Political language can arouse emotions, shape perceptions, and strengthen identifications with groups or ideologies. For a conscious political participation, it is essential that individuals can analyze and question the discursive strategies used, considering the contexts and interests involved.

5.2 Research into how emotions aroused by political language can shape citizens’ political attitudes and behaviors

Political language is a powerful tool for influencing and mobilizing citizens, capable of arousing intense emotions and shaping their political attitudes and behaviors. In this topic, we will undertake an investigation into how emotions aroused by political language can influence the actions and positions of citizens, examining relevant research in this area.

According to Nussbaum (2016, p. 73), “political language has the power to evoke intense emotions such as anger, fear, hope, and empathy”. The words and speeches used by political leaders can touch the emotional fibers of citizens, stimulating reactions and political engagement. These emotions can shape individuals’ attitudes and behaviors, influencing their participation in the political process and their electoral choices.

Research conducted by Petersen *et al.* (2019, p. 315) investigated how emotions aroused by political language can affect political attitudes and behaviors. The study found that anger, in particular, can be a powerful catalyst for political mobilization. When citizens are exposed to angry-laden political speech, it can lead to increased political participation and support for protest movements.

Another emotion often aroused by political language is fear. As noted by Marcus *et al.* (2018, p. 42), “fear can be a powerful motivator for adherence to certain ideologies and policies”. Political leaders can use narratives that emphasize threats and dangers to mobilize public support around certain policies or agendas. Fear can influence the formation of conservative attitudes and behaviors, such as the search for security and stability.

However, it is important to point out that not all emotions aroused by political language are negative. Hope and empathy, for example, also play a significant role in shaping political attitudes and behaviors. Political language that promotes a better future, social equality, or solidarity can inspire individuals to take action and actively engage in politics (ZÚÑIGA *et al.*, 2017, p. 89).

The emotions aroused by political language play a crucial role in shaping citizens’ political attitudes and behaviors. Anger, fear, hope, and empathy are just some of the emotions that can influence individuals’ policy choices and engagement. It is critical that citizens are aware of these emotional influences and adopt a critical stance towards political language, assessing their own reactions and considering the values and principles underlying political discourses.

6 Language and political polarization

6.1 Study on how political polarization affects communication and the use of language in the public sphere

Political polarization is an increasingly present phenomenon in the public sphere, affecting the way we communicate and use language in the political context. In this topic, we will conduct a study to understand how political polarization influences communication and language use, analyzing relevant research in this area.

As highlighted by Sunstein (2017, p. 28), “political polarization occurs when a group’s opinions and beliefs become extreme and divergent, resulting in a lack of consensus and communication difficulties”. Political polarization creates an environment in which different groups and individuals have difficulty dialoguing and

finding common ground. This is reflected in communication and the use of language, where inflammatory speech, personal attacks, and stereotyping are often employed.

A study by Mutz (2018, p. 62) investigated how political polarization affects communication in the public sphere. The research found that polarization tends to restrict the flow of information between different groups, leading to the formation of “filter bubbles” where people are mostly exposed to opinions and perspectives similar to their own. This can lead to a poor understanding of the arguments and contrary positions, compromising the quality of the dialogue and the search for collaborative solutions.

The use of language in the public sphere is also affected by political polarization. As pointed out by Hawkins *et al.* (2019, p. 105), “political polarization often leads to a rhetoric of demonization and dehumanization, where opponents are portrayed as enemies to be fought”. This kind of inflammatory language tends to deepen divisions and make it difficult to build bridges between different political perspectives. Constructive dialogue gives rise to personal attacks and the disqualification of the other, undermining the possibility of mutual understanding.

It is important to emphasize that political polarization in communication and language use is not a one-sided phenomenon. It is nurtured both by political leaders and public figures and by individuals in their everyday interactions. As noted by Sunstein (2017, p. 56), “political polarization is reinforced when people seek information that confirms their existing beliefs and avoids those that challenge them”. This behavior is reflected in the choice of sources of information, the selective sharing of content on social networks and personal interactions, perpetuating division, and polarization.

In short, political polarization has a significant impact on communication and the use of language in the public sphere. It hinders dialogue and mutual understanding, encouraging the formation of filter bubbles and divisive rhetoric. To overcome these challenges, it is essential to promote a more inclusive communication environment, based on respect, constructive dialogue, and the search for shared solutions

6.2 Analysis of discourses that reinforce the division and antagonism between different political groups

Political communication plays a crucial role in building relations between the different political groups. However, in many cases, the discourses used by political leaders and public figures tend to reinforce the division and antagonism between these groups. In this topic, we will conduct an analysis of the political discourses that fuel this divide and explore relevant research in this area.

According to Fairclough (2015, p. 42), “political language can be used to establish symbolic boundaries, construct collective identities, and mobilize support

around a cause”. However, when political discourses are permeated by narratives of confrontation and polarization, this can lead to the strengthening of stereotypes and the fragmentation of society.

An analysis by Van Hauwaert and Krouwel (2020, p. 345) of political rhetoric on social media identified the recurrent use of discourses that reinforce the divide between different political groups. These speeches are often based on simplifying complex issues, attacking people, and disqualifying the political opponent. This creates an environment of hostility and antagonism, making it difficult to dialogue and build bridges between different political perspectives.

Another study by Mateus *et al.* (2018, p. 178) analyzed the discourses of political leaders and identified rhetorical strategies that fuel division and polarization. Among these strategies are the use of pejorative terms to refer to opposing political groups, the amplification of ideological differences, and the dissemination of false information to delegitimize the other side. These rhetorical tactics deepen the antagonism and mistrust between political groups, hindering any possibility of mutual understanding.

However, it is important to stress that division and antagonism are not exclusive to a single political group. According to Golder and Stramski (2017, p. 169), “discourses that reinforce division and polarization can be found across different ideological spectrums”. The use of incendiary language and the establishment of “us versus them” narratives are common political strategies in various ideological currents, perpetuating division, and antagonism.

Thus, the analysis of political discourses that reinforce the division and antagonism between different political groups reveals the existence of rhetorical strategies that contribute to the fragmentation of society. The use of polarizing narratives, personal attacks, and delegitimization of the other side are common practices that hinder constructive dialogue and the search for collaborative solutions. It is essential to promote a more responsible political communication, based on mutual respect and the search for understanding, to build a more cohesive and inclusive society.

7 Language and power in the public sphere

7.1 Research on the role of political language in maintaining or contesting power structures in society

Political language plays a key role in society, both in maintaining and contesting power structures. In this topic, we will explore relevant research investigating the role of political language in the reproduction or transformation of these structures, providing a deeper understanding of this dynamic.

As pointed out by Foucault (2014, p. 27), “political language is not only a reflection of existing power relations, but also an active tool for their maintenance

or contestation”. Through language, political discourses can reinforce and legitimize existing power structures, perpetuating inequalities, and injustices, or they can challenge and question these structures, seeking to promote social change.

Research by Fairclough (2017, p. 89) examined the role of political language in maintaining power structures. The study highlighted how certain political discourses can reproduce hierarchical relationships, naturalizing inequalities and marginalizing socially subalternized groups. This discursive reproduction of power structures contributes to the perpetuation of relations of domination and oppression in society.

On the other hand, research such as that of Chouliaraki and Fairclough (2017, p. 112) emphasizes the transformative potential of political language. These studies show how certain political discourses can challenge established power structures, giving voice to marginalized groups and promoting awareness and social mobilization. Through a politically engaged and emancipatory language, it is possible to contest inequalities and seek a more just and inclusive society.

Importantly, the relationship between political language and power structures is complex and multifaceted. As Butler (2015, p. 73) points out, “political language is a field of symbolic struggle, where different actors and groups vie for meaning and power”. Through the strategic use of language, political agents can influence collective perception and understanding, shaping the narratives and discourses that circulate in society.

Therefore, research on the role of political language in the maintenance or contestation of power structures reveals the crucial importance of this element in social dynamics. Through language, political discourses can reinforce or challenge the inequalities and injustices present in society, affecting the reproduction or transformation of power structures. Understanding this complex relationship is fundamental for a critical analysis and for the search for a more just and egalitarian society.

7.2 Critical analysis of political discourses that perpetuate social inequalities or promote inclusion and equality

Critical analysis of political discourses plays a key role in understanding how language is used to perpetuate social inequalities or promote inclusion and equality. In this topic, we will explore relevant research that has conducted a critical analysis of political discourses with the aim of identifying how these discourses can reinforce or challenge existing inequalities in society.

A research conducted by Fraser (1997, p. 71) highlights the importance of analyzing political discourses from a critical perspective, seeking to identify how social inequalities are perpetuated or contested through language. According to the author, political discourses can reproduce stereotypes, marginalize socially

subalternized groups and make their experiences invisible, contributing to the maintenance of inequalities.

On the other hand, research such as Maia's (2018, p. 182) demonstrates how engaged and inclusive political discourses can challenge structures of inequality. Through political language that values diversity, promotes equal rights and gives voice to minorities, it is possible to create narratives that seek social inclusion and the transformation of power relations. These political discourses can strengthen social movements and generate mobilizations for social justice.

A critical analysis of political discourses can reveal rhetorical strategies used to perpetuate social inequalities. According to Van Dijk (2008, p. 193), the use of stereotypes, generalizations and discourses of exclusion are some of the tactics employed by political agents to maintain the current social order. These discourses often reinforce prejudices and contribute to the reproduction of existing inequalities.

However, it is important to note that political discourses that promote inclusion and equality also exist. Authors such as Hooks (2015, p. 27) defend the importance of a political language that is sensitive to issues of gender, race, class, and other forms of oppression. These political discourses can challenge power structures and propose a more just and egalitarian view of society.

Critical analysis of political discourses is critical to understanding how language is used to perpetuate or challenge social inequalities. Through this analysis, it is possible to identify rhetorical strategies that contribute to the reproduction of inequalities, as well as engaged political discourses that promote inclusion and equality. Understanding the impact of these discourses is essential to promote a more conscious and transformative political language, aiming to build a more just and egalitarian society.

8 Political communication in times of social media

8.1 Study on how social media platforms influence political language and interactions in the public sphere

Social media platforms have played an increasingly significant role in the contemporary public sphere, impacting political language and social interactions. In this topic, we will explore relevant research that investigates how social media platforms influence political language and shape interactions in the public sphere.

A study conducted by Castells (2012, p. 26) highlights the importance of social media in the dissemination and formation of public opinion. The author points out that these platforms offer a space for the expression and sharing of political discourses, allowing ideas and narratives to spread quickly and widely. The political language used on social media can influence users' opinion and shape their perceptions of political issues.

In addition, research such as that of Boyd and Ellison (2008, p. 211) explores how social media facilitates interaction between users, allowing engagement in political discussions and the formation of virtual communities. These platforms provide a democratic space for citizens to express their opinions, debate ideas, and engage in political activities. The language used in social interactions on social media plays a key role in building the digital public sphere.

However, it is important to highlight the challenges associated with the use of social media platforms in the public sphere. Authors such as Tufekci (2017, p. 65) point out that algorithms and custom filters can create information bubbles, limiting the diversity of political perspectives to which users are exposed. This can result in polarization and a fragmented view of political reality. In addition, the brevity and instantaneous nature of interactions on social media can lead to simplifications and polarizations in political discourse.

The study of how social media platforms influence political language and interactions in the public sphere reveals the central role of these platforms in shaping public opinion and engaging citizens politically. The language used on social media can influence users' perceptions and political attitudes, while interactions on these platforms allow for the formation of virtual communities and the expression of different points of view. Understanding these dynamics is fundamental for a critical analysis and for the promotion of a more plural and democratic digital public sphere.

9 Analysis of digital political campaigns and their impact on opinion formation and political participation

Digital political campaigns have become an integral part of the communication strategies of candidates and political parties. With the growth of social media and other digital platforms, political campaigns have increasingly utilized online resources to reach voters, shape opinions, and encourage political participation. In this topic, we will explore relevant research that analyzes the impact of digital political campaigns on opinion formation and citizen political participation.

A study by Kruijckemeier *et al.* (2019, p. 164) highlights that digital political campaigns have the potential to reach a wider and more diverse audience compared to traditional campaign strategies. These campaigns can leverage the characteristics of digital platforms to target voters, personalize messages, and promote direct interactions with audiences. This can influence voters' opinion formation by providing them with access to political information and encouraging civic engagement.

In addition, research such as that of Enli and Skogerbø (2013, p. 247) emphasizes the importance of digital political campaigns in political mobilization and participation. Digital platforms provide opportunities for the active participation of citizens, allowing them to share content, express their opinions and engage in

political debates. This strengthens the connection between voters and candidates, as well as promoting greater political participation on the part of the electorate.

However, it is critical to consider the challenges and limitations of digital political campaigns. Authors such as Lilleker and Jackson (2016, p. 186) point out that the spread of false information and political polarization can be aggravated in the digital environment. The rapid spread of content on social media can result in the spread of misleading information and the formation of information bubbles, where voters are exposed only to perspectives aligned with their own opinions. This can negatively affect informed opinion formation and healthy political participation.

In conclusion to the subtopic, the analysis of digital political campaigns reveals their significant impact on opinion formation and political participation. These campaigns take advantage of the characteristics of digital platforms to reach and engage a diverse audience, influencing voters' opinion and encouraging their active participation in the political sphere. However, it is important to address the challenges related to the spread of disinformation and political polarization in digital campaigns, aiming to promote more transparent, inclusive, and informed political communication.

10 Results and discussions

It has been observed that digital political campaigns have the potential to reach a wider and more diverse audience compared to traditional strategies. Through digital platforms, candidates and political parties can target voters and personalize their messages, reaching specific groups and adapting their approach according to the characteristics of the target audience. This can influence voters' opinion formation, allowing them to be exposed to different political perspectives and access information relevant to political decision-making.

In addition, the literature has pointed out that digital political campaigns play a crucial role in the mobilization and political participation of citizens. Digital platforms provide opportunities for voters to actively engage in political discussions, share campaign-related content, express their opinions, and participate in online debates. This direct interaction with voters strengthens the connection between candidates and the electorate, as well as promotes greater political participation on the part of citizens.

However, challenges and limitations related to digital political campaigns have also been identified. The spread of false information and political polarization were singled out as issues of concern. The speed and breadth with which information circulates on social media can facilitate the spread of misleading content and contribute to the formation of information bubbles, where voters are exposed only to perspectives aligned with their own opinions. This can lead to a distorted understanding of the facts and make it difficult to form informed, evidence-based opinions.

Thus, the results and discussions point to the importance of addressing these challenges and promoting more transparent, inclusive, and informed political communication. It is essential to develop strategies to combat the spread of misinformation, promote digital literacy, and encourage diversity of perspectives in online policy discussions. In addition, it is necessary for candidates and political parties to understand the potential of digital political campaigns to engage and mobilize the electorate, but also to take responsibility for using these platforms ethically and responsibly.

In short, the reviewed literature demonstrates that digital political campaigns have a significant impact on opinion formation and political participation. By tapping into the capabilities of digital platforms, it is possible to reach a diverse audience, influence voter opinion, and strengthen the connection between candidates and the electorate. However, it is critical to address the challenges related to the spread of disinformation and political polarization to promote more transparent, inclusive, and informed political communication in digital political campaigns.

11 Final considerations

This study highlights the importance of understanding and analyzing the role of political language in the public sphere. Through the investigation of rhetorical strategies, emotional discourses, the terms, and narratives used, the emotions aroused and political polarization, it was possible to verify the influence of political language on the formation of opinion, on the political identity of individuals, on political behaviors and on the maintenance or contestation of power structures in society.

Critical analysis of political discourses has revealed how certain discourses can perpetuate social inequalities or promote inclusion and equality. This analysis is critical to understanding how the words and narratives used by political leaders can shape the perception of reality, construct political identities, and influence citizens' attitudes and behaviors.

In addition, research on the emotional impact of political language has highlighted how emotions aroused by political discourses can shape citizens' political attitudes and behaviors. The affective connection established between political leaders and the public can generate engagement, mobilization, and influence voters' decision-making.

Research into the use of political terms and narratives has revealed how careful choice of words can influence the construction of individuals' political identity. The use of certain terms can create identifications and belonging to certain political groups, reinforcing worldviews, and strengthening adherence to certain ideologies.

With this, the analysis of the impact of social media platforms on political language and interactions in the public sphere highlighted the importance of understanding how these platforms influence political communication and

citizen participation. Social media offers a conducive space for political engagement, but it also presents challenges related to the spread of misinformation and political polarization.

Finally, in view of these considerations, it is essential that studies on language and politics in cognitive-affective transversalities continue to deepen, seeking to better understand the linguistic and discursive mechanisms that permeate the political sphere. These researches contribute to the formation of a more critical, conscious, and participatory society, where political language is used in a responsible, ethical, and inclusive way, promoting dialogue, respect, and the construction of a more just and democratic society.

DIÁLOGOS TRANSVERSAIS COGNITIVO-AFETIVOS NA ESFERA PÚBLICA

Resumo: Este estudo tem como objetivo investigar a relação entre a linguagem política e as transversalidades cognitivo-afetivas na esfera pública. Através de uma abordagem qualitativa, combinando análise documental, análise de discursos e revisão bibliográfica, busca-se compreender como as estratégias retóricas, as emoções despertadas, o uso de termos e narrativas políticas, a polarização e a construção da identidade política influenciam a formação de opinião, os comportamentos políticos e a manutenção ou contestação das estruturas de poder na sociedade. O corpus de análise consistirá em discursos políticos de líderes políticos, pronunciamentos públicos, entrevistas, debates e campanhas eleitorais, representando diferentes contextos políticos e ideológicos. A análise dos discursos será conduzida utilizando uma abordagem crítica, identificando os elementos discursivos que despertam emoções e criam conexões afetivas com o público, assim como aqueles que reforçam a divisão e antagonismo entre diferentes grupos políticos. A revisão bibliográfica abrangerá áreas como linguística, ciência política, comunicação e estudos culturais, buscando embasamento teórico para a compreensão da linguagem política e suas repercussões. Os resultados serão analisados à luz da literatura revisada, identificando tendências, padrões e conclusões relevantes.

Palavras-chave: Linguagem política; Transversalidades cognitivo-afetivas; Formação de opinião; Identidade política; Polarização política.

LENGUA Y POLÍTICA: DIÁLOGOS TRANSVERSALES COGNITIVO-AFECTIVOS EN LA ESFERA PÚBLICA

Resumen: Este estudio tiene como objetivo investigar la relación entre la lengua política y las transversalidades cognitivo-afectivas en la esfera pública. A través de un enfoque cualitativo, que combina análisis documental, análisis de discursos y revisión bibliográfica, se busca comprender cómo las estrategias retóricas, las emociones despertadas, el uso de términos y narrativas políticas, la polarización y la construcción de la identidad política influyen en la formación de opiniones, los comportamientos políticos y el mantenimiento o cuestionamiento de las estructuras de poder en la sociedad. El corpus de análisis consistirá en discursos políticos de líderes políticos, declaraciones públicas, entrevistas, debates y campañas electorales, representando diferentes contextos políticos e ideológicos. El análisis de los discursos se realizará utilizando un enfoque crítico, identificando los elementos discursivos que despiertan emociones y generan conexiones afectivas con el público, así como aquellos que refuerzan la división y el antagonismo entre diferentes grupos políticos. La revisión bibliográfica abarcará áreas

como lingüística, ciencia política, comunicación y estudios culturales, buscando fundamentos teóricos para comprender el lenguaje político y sus repercusiones. Los resultados se analizarán a la luz de la literatura revisada, identificando tendencias, patrones y conclusiones relevantes.

Palabras clave: Lengua Política; Transversalidades Cognitivo-Afectivas; Formación de Opinión; Identidad Política; Polarización Política.

Bibliography

BOYD, D.; ELLISON, N. B. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2008.

BUTLER, J. *Notes Toward a Performative Theory of Assembly*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

CASTELLS, M. *Networks of indignation and hope: social movements in the age of the internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHOMSKY, Noam. *Media Control: The Spectacular Achievements of Propaganda*. Nova Iorque: Seven Stories Press, 1991.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2017.

ENLI, G.; SKOGERBØ, E. *Personalized Campaigns in Party-Centred Politics: Twitter and Facebook as Arenas for Political Communication*. *Information, Communication & Society*, v. 16, n. 5, p. 757-774, 2013.

FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2017.

FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. 3. ed. Abingdon: Routledge, 2015.

FOUCAULT, M. *The Order of Discourse*. São Paulo: Loyola Editions, 2014.

FRASER, N. *Justice Interruptus: Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition*. New York: Routledge, 1997.

GOLDER, M.; STRAMSKI, J. *Ideological Segregation among Online Collaborators: Evidence from Wikipedians*. *Social Science Quarterly*, v. 98, n. 1, p. 163-187, 2017.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (ed.). *Syntax and Semantics*. Volume 3: Speech Acts. Nova York: Academic Press, 1975.

HAWKINS, K. *et al.* The Mobilization of Resentment: Populism, Polarization, and the Politics of Emotion. *British Journal of Political Science*, v. 49, n. 4, p. 1.045-1.070, 2019.

HOOKS, B. *Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom*. New York: Routledge, 2015.

- JOHNSON, M. A. *The Power of Political Language: How Rhetoric Shapes Identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
- JOHNSON, Mark. Online Politics: Embracing New Possibilities or Reinforcing Old Divides? *Political Science Quarterly*, v. 135, n. 1, 2020.
- KING JR., M. L. I Have a Dream. 1963. Available at: <http://www.americanrhetoric.com/speeches/mlkihavedream.htm>. Accessed: 22 May 2023.
- KRUIKEMEIER, S. *et al.* *Using Twitter to Mobilize Protest Action: Online Mobilization Patterns and Action Repertoires in the Occupy Wall Street, Indignados, and Aganaktismenoi Movements*. *Information, Communication & Society*, v. 22, n. 2, p. 162-181, 2019.
- LAKOFF, G. *Don't Think of an Elephant!: Know Your Values and Frame the Debate*. Vermont: Chelsea Green Publishing, 2004.
- LILLEKER, D. G.; JACKSON, N. Towards an Information Age Electoral Manifesto: A Road Map for Digital Election Communication Research. *Journal of Information Technology & Politics*, v. 13, n. 2, p. 184-196, 2016.
- MAIA, R. P. The Political Language of Feminism: The Case of the Women for Peace Movement. *Journal of Feminist Studies*, v. 26, n. 1, p. 177-199, 2018.
- MARCUS, G. E. *et al.* Fear and Loathing across Party Lines: New Evidence on Group Polarization. *American Journal of Political Science*, v. 62, n. 1, p. 34-49, 2018.
- MATEUS, S. *et al.* Electoral Discourse in the 2015 Portuguese Legislative Elections: A Content Analysis. *Journal of Language and Politics*, v. 17, n. 2, p. 171-191, 2018.
- MUTZ, D. C. Status Threat, Not Economic Hardship, Explains the 2016 Presidential Vote. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 115, n. 19, p. E4330-E4339, 2018.
- NUSSBAUM, M. C. *Anger and Forgiveness: Resentment, Generosity, Justice*. New York: Oxford University Press, 2016.
- OBAMA, B. Democratic National Convention Keynote Address. 2004. Available in: <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2012/06/28/president-obama-iowa-then-and-now>. Accessed: 18 May 2023.
- PERELMAN, C. *Treatise on Argumentation: The New Rhetoric*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- PETERSEN, M. B. *et al.* Trumping Hate? How Threats of Violent Consequences Shape Support for Donald Trump. *Journal of Experimental Political Science*, v. 6, n. 4, p. 312-319, 2019.
- SMITH, J. *Political Narratives and the Production of Legitimacy: Discourse, Identity, and Power in US Congressional Debates*. New York: Routledge, 2018.

SMITH, Jane. *Emotional Politics: How Feelings Shape the Political Sphere*. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

SOUSA, C. S. A. de. The construction of political identity: contributions from Political Psychology. *Psychology & Society*, v. 31, e181475, 2019.

SOUSA, Pedro. *Polarization and Populism: A Linguistic Perspective*. *Discourse & Society*, v. 30, n. 1, 2019.

SUNSTEIN, C. R. *#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media*. Princeton: Princeton University Press, 2017.

TINDALE, C. W. *Fallacies and Argument Appraisal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TUFEKCI, Z. *Twitter and Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest*. New Haven: Yale University Press, 2017.

VAN DIJK, T. A. *Discourse and Power*. São Paulo: Context, 2008.

VAN HAUWAERT, S. M.; KROUWEL, A. The Effect of Online Populism and Political Sophistication on Euroscepticism: Evidence from a Dutch Online Panel. *European Journal of Political Research*, v. 59, n. 2, p. 344-366, 2020.

ZÚÑIGA, H. G. *et al.* Emotional News, Issue Importance, and Political Participation. *Communication Research*, v. 44, n. 1, p. 84-107, 2017.

Recebido em 23 de outubro de 2023

Aceito em 18 de novembro de 2023

SEQUÊNCIAS TEXTUAIS E SUA ESTRUTURA MACROPROPOSICIONAL EM CORPORA PRÉ-SELECIONADOS

Guilherme Delgado Oliveira¹

Resumo: Com este artigo, pretende-se diferenciar, inicialmente, gênero de tipos textuais. Seguidamente, a partir de *corpora*, formados por excertos de textos, fez-se a análise empírica das estruturas macroproposicionais das sequências descritiva, argumentativa, explicativa, narrativa e dialogal nos materiais empíricos selecionados e citados. Tomando, como ponto de partida, os estudos de Adam (2011), delineamos a estrutura macroproposicional da sequência descritiva do excerto do conto “Saga” (1989) que, embora incompleta, contém as principais macroproposições (da pré-tematização da palavra cidade, à sua listagem e à expansão), resultando numa estrutura hierarquizada, uma característica dessa sequência (ADAM, 2011). Seguiu-se à análise de um excerto do discurso argumentativo de Saramago (1998) cuja estrutura macroproposicional é formada essencialmente por três macroproposições (P.arg.1+P.arg.2+Parg.3) do tipo explicativo (ADAM, 2011). Posteriormente, analisou-se o texto “Nascidas para voar” (GOMES, 2008) originando a estrutura macroproposicional (Pe1+Pe2+Pe2+Pe3) da sequência explicativa, baseada na exposição de um tema cuja Pe1 foi inferida. Finalmente, estudou-se o conto “Os dois amigos” (MULLER, 1985), constituído por três sequências narrativas

[Seq.1+Seq.2+Seq.3...] nas quais se inserem a sequência dialogal, sob forma de pergunta, resposta e avaliação, e a sequência descritiva a nível do segmento infraproposicional. Com este estudo, conclui-se, por um lado, que essas sequências, constructos de caráter autónomo, homogéneo e abstrato, permitem-nos compreender as estruturas linguística e semântica dos textos e, por outro lado, combinam-se emergindo, entretanto, uma em detrimento de outra. Revelou-se que as estruturas macroproposicionais dessas sequências, em falta, podem ser inferidas, não comprometendo, por isso, a coerência e a compreensão do todo textual.

Palavras-chave: Tipologia textual; Gênero textual; Protótipo textual; Sequência textual; Estrutura macroproposicional.

Introdução

Este trabalho discorre sobre as sequências textuais e as suas estruturas macroproposicionais. Primeiramente, fez-se uma breve caracterização dos tipos

1 Licenciado em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses pela Universidade do Mindelo. Mestre em Estudos Portugueses – Investigação e Ensino pela Universidade Aberta, Portugal. Doutor em Estudos Portugueses – Especialidade em Linguística Portuguesa pela Universidade Aberta, Portugal. Professor da EICM – Mindelo e colaborador da Universidade de Cabo Verde – FCSHA em várias áreas de Linguística e Literatura. E-mail: guilherme.oliveira@docente.unicv.edu.cv

textuais, contrapondo-os aos gêneros, tendo como ponto de partida os teorizadores Werlich (1955), Petitjean (1989), Marcuschi (2002), Adam (2011) e Silva (2012). Em seguida, efetuamos uma reflexão acerca de três das cinco sequências – descritiva, argumentativa, explicativa –, tendo como base Adam (2011). Demonstramos, na prática, a partir de excertos, as suas estruturas macroproposicionais. Num terceiro momento, através do conto tradicional “Os dois amigos”, empreendemos uma análise teórico-prática acerca das sequências textuais que o enformam – a narrativa e a dialogal. Desse modo, pudemos conciliar e refletir sobre todos esses cinco protótipos que se configuraram como modelos de caráter autônomo, dotados de uma organização interna própria aos níveis formal e semântico, importantes para a compreensão do objeto da Linguística Textual.

Este estudo é o resultado de uma pesquisa efetuada na unidade curricular Linguística Textual: Aspectos de Sintaxe, Semântica e Pragmática do Português, no âmbito do Doutorado em Estudos Portugueses – Especialidade em Linguística Portuguesa pela Universidade Aberta.

1 Fundamentação teórica

Usam-se indiscriminadamente os conceitos de tipos de textos e gêneros textuais. Basta lermos, por exemplo, o enunciado de uma prova de português, para nos apercebermos da dimensão do problema. Quando se quer pedir, por exemplo, o enquadramento de um determinado material empírico no gênero a que pertence, em vez de se dizer “insere o texto no gênero adequado”, solicita-se, muitas vezes, “para identificar o tipo de texto”.

Na Linguística Textual, tipo e gênero textuais não se confundem. Contrariamente aos gêneros, que se caracterizam pela utilização de vários critérios na sua definição (ADAM, 2011), dada a sua complexidade e heterogeneidade, categorizando-se como classes abertas, os tipos recorrem a um único critério (PETITJEAN, 1989), configurando-se, assim, numa classe fechada. Para além disso, encontram-se, ambos, situados no interior do material empírico, pois são propriedades internas do próprio texto, como veremos mais adiante com a classificação de Adam (2011), não no sentido de tipologias textuais, mas de sequências.

Marcuschi (2002, p. 4), no artigo “Gêneros textuais: definição e funcionalidade”, apresenta-nos os principais traços que definem os tipos de textos:

- i) constructos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas;
- ii) constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados e não são textos empíricos;
- iii) sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspetos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;
- iv) são designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição.

Com estes traços enformadores dos tipos de texto, constatamos que eles se apresentam em número reduzido, sob forma de constructos e decorrem de um esforço de classificação.

Os gêneros textuais, por sua vez, não são resultados de qualquer tipologização, mas, sim, veiculam as classes de texto que circundam na sociedade.

Silva (2012) é também outro investigador que se tem dedicado ao estudo dessa área do saber. Ao discorrer sobre os tipos de texto, o referido autor apresenta duas propostas (SILVA, 2012, p. 115-117). A primeira baseada em Werlich (1975), que se insere na tradição da retórica clássica. A segunda correspondente a uma das três modalidades explicitadas no *Dicionário de Termos Linguísticos* (2008).

A proposta de Werlich (1975) fundamenta-se no modo de organização cognitiva dos conteúdos e nos processos psicológicos envolvidos. O investigador agrupa-os em cinco categorias (i) narrativos – centram-se nos processos cognitivos de percepção dos acontecimentos no tempo, envolvendo eventos protagonizados por um ou mais entidades; (ii) descritivos – incluem-se nos processos cognitivos de percepção das entidades no espaço, que estão associados, por exemplo, com o retrato físico de uma pessoa; (iii) argumentativos – decorrem dos processos cognitivos de avaliação e tomada de posição do locutor; (iv) expositivos – centralizam-se nos processos cognitivos de análise e síntese de representação concetuais; (v) instrucionais – relacionam-se com a antevisão de comportamentos futuros.

Na segunda proposta, além dos cinco tipos de Werlich (1975), acrescentam-se mais três: os conversacionais, preditivos e literários. Porém, Silva (2012, p. 117-118) a partir de Adam (2011), através de pertinentes reflexões, demonstra que entre os textos preditivos e os instrucionais há semelhanças, por se referirem a eventualidades que se dão num intervalo de tempo indeterminado, mas necessariamente posterior àquele em que os textos são produzidos e que se dirigem a um público-alvo potencial. Os referidos autores assinalam, também, as características linguísticas que aproximam estas tipologias textuais (preditivos e instrucionais), sendo, por isso, e segundo a classificação de Adam (1987), inseridas numa única tipologia, a injuntivo-instrucional.

Do mesmo modo, Silva (2012, p. 119-120) esclarece que os literários não podem ser considerados uma tipologia textual. O critério de natureza socioprofissional adotado para a sua classificação centra-se nos tipos discursivos e não no modo de organização cognitiva dos seus conteúdos e processos psicológicos envolvidos, como defendido anteriormente por Werlich (1975). Por outro lado, os textos literários contrariam os princípios de monotipia e homogeneidade já que podemos encontrar, a título de exemplo, num conto literário, os tipos descritivo, narrativo, dialogal, etc.

Um outro aspecto a ser salientado diz respeito à heterogeneidade textual. Silva (2012, p. 119), argumenta que dificilmente um texto narrativo é exclusivamente narrativo pelo que, em menor grau, se ressaltam seqüências de outros tipos, como a dialogal, a descritiva, entre outras. O mesmo se aplica aos outros tipos de

sequências. É importante pontuar que tipos de textos e tipos de sequências textuais são duas classificações distintas, porque incidem em unidades diferenciadas: textos completos e segmentos de textos, respectivamente, embora aparentadas a nível do critério (cognitivo) em que assentam (com exceção da sequência dialogal num critério enunciativo).

É precisamente por causa dessa heterogeneidade composicional da totalidade textual que Adam (2011) propôs, metodologicamente, uma tipologia sobre unidades homogêneas e menores, seja em extensão, seja em complexidade composicional. Tais unidades designam-se por sequências textuais.

Uma sequência concetualiza-se enquanto:

[...] uma unidade textual relativamente autônoma e dotada de uma organização interna própria, tanto de ordem semântica como formal, hierarquicamente situada entre o nível inferior dos períodos e o nível superior e englobante do texto. Essas unidades de textualização podem ser narrativas, descritivas, argumentativas, explicativas e dialogais (DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO, 2008, p. 123).²

Essa noção, adotada por Adam (2011), expõe ideias importantes para compreendermos o conceito de sequências. O autor, ao elegê-las, evita, assim, as noções de heterogeneidade e complexidade que os tipos textuais poderiam encerrar.

Tal metodologia assumida deixa sobressair, na perspectiva de Adam (2011 *apud* SILVA, 2012, p. 125) sequência enquanto a noção de unidade com autonomia, de estrutura hierarquizada, decomponível em macroproposições ligadas entre si e relacionadas com a totalidade do texto.

Apercebemo-nos, de acordo com o exposto, de que os diferentes tipos e modos de articulação das sequências têm granjeado uma atenção efetiva dos teorizadores da Linguística Textual, revelando-se centrais para a compreensão do objeto dessa disciplina, o texto.

Assim, quando examinamos um material empírico, devemos considerar duas perspectivas de análise, uma alusiva aos aspectos formais e de conteúdos – internas ao texto – e outra relacionada às suas configurações externas das quais emergem a situação comunicativa e a intenção, bem como o contexto da produção discursiva. Nesse âmbito, o que nos interessa é a primeira, pois é nela que se espelham as cinco sequências prototípicas de Adam (2011): narrativas, descritivas, argumentativas, explicativas e dialogais. As quatro primeiras são, na perspectiva do investigador, monogeradas, isto é, produzidas por um único locutor, enquanto a última é poligerada, devido ao fato de envolver, pelo menos, dois interlocutores.

É dessa forma que aparece uma das inovações da teorização de Adam (2011), o critério de natureza enunciativa. A esse adiciona-se o caráter cognitivo, como acima discutido por Silva (2012), a partir de Werlich (1975), para concetualização

2 Disponível em: https://area.dge.mec.pt/gramatica/DT_2008.pdf. Acesso em: 31 out. 2021.

das sequências. Esses protótipos são, contudo, infratextuais,³ embora saibamos que um todo textual possa representar-se por uma única sequência.

Para melhor observarmos a relação texto (totalidade), sequências textuais (fragmentos textuais, com autonomia), macroproposições (subpartes das sequências, dotadas de estrutura própria) e proposições (as diferentes fases das macroproposições), tomemos o esquema sistematizador de Adam (2009, p. 30), pois é bastante elucidativo: “[TEXTO [SEQUÊNCIAS [MACROPROPOSIÇÕES [PROPOSIÇÕES]]]]”.

Uma sequência envolve um conjunto de macroproposições. Os elementos que as enformam podem organizar-se hierarquicamente ou horizontalmente. As macroproposições da sequência descritiva são, a título ilustrativo, um modelo representativo da estrutura vertical, como veremos mais adiante, enquanto as sequências narrativa e explicativa horizontais. Adam (2011, p. 205) refere-se a uma sequência como uma estrutura suportada por **(i)** uma rede relacional hierárquica: uma grandeza analisável em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem; **(ii)** uma entidade relativa autônoma, dotada de uma organização interna que lhe é própria, e, portanto, em relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do qual faz parte o texto. A seguir, caracterizaremos as cinco sequências mencionadas a partir de um *corpus* textual.

1.1 Sequência descritiva

Para demonstrarmos as características da sequência descritiva e o caráter hierárquico das suas macroproposições, apropriemo-nos de uma passagem do conto “Saga”, em *Histórias da terra e do mar*, de Sophia de Mello Breyner Andresen, mesmo que incompleta, visto carecer da operação de relacionamento, como postulado por Adam (2011):

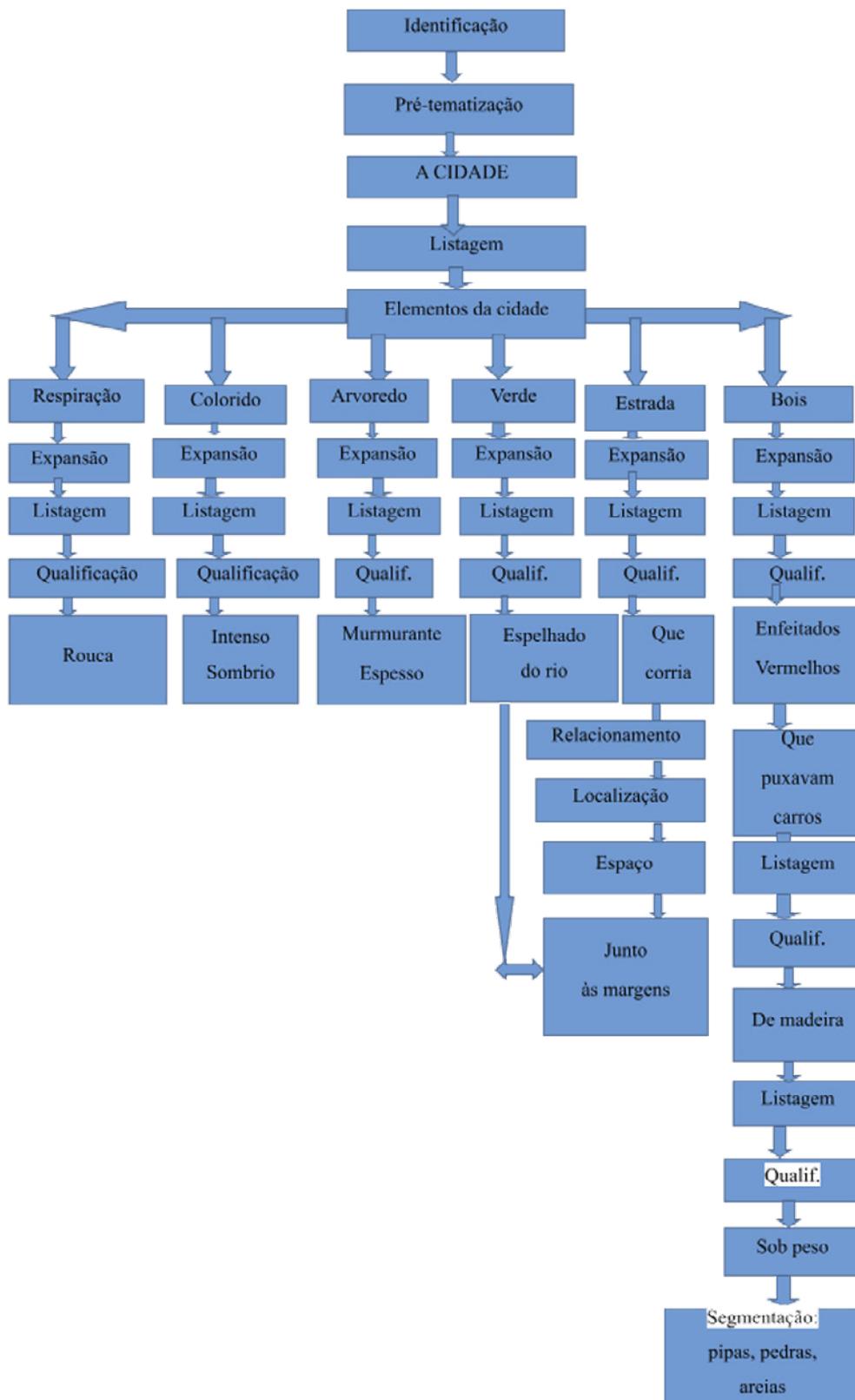
Hans amou desde o primeiro momento a respiração rouca da cidade, o colorido intenso e sombrio, o arvoredado murmurante e espesso, o verde espelhado do rio. Na estrada que corria junto às margens viam-se bois enfeitados e vermelhos, puxando carros de madeira que chiavam sob o peso de pipas, pedras e areias (ANDRESEN, 1989, p. 86).

Na figura⁴ que se segue, apresenta-se a estrutura macroproposicional do excerto descritivo de Sophia de Mello Breyner Andresen.

3 Vide esquema 4 de Adam (2011, p. 61). Na verdade, as sequências textuais fazem parte da estrutura composicional dos textos e representam um dos níveis ou planos de análise textual.

4 A figura é relativa ao Texto 1 (excerto do conto “Saga”, In *Histórias da Terra e do Mar*, 1989, p. 86).

Figura 1: Figura representativa da estrutura macroproposicional do Texto 1.



Fonte: Legenda: qualif.. é abreviatura de qualificação. Elaborada pelo autor (2023).

1.2 Sequência argumentativa

Para fundamentar a estrutura macroproposicional da sequência argumentativa, Adam (2011, p. 233-234), parte dos modelos teorizados por Toulmin (1958) e Moeschler (1985). Em ambas as propostas, ressaltam a ideia de que o movimento entre as premissas e a conclusão constitui a razão de ser de qualquer sequência argumentativa. As únicas inovações introduzidas nesse novo protótipo prendem-se, essencialmente, com a tese anterior (P.arg.0), isto é, uma conclusão inicial que se faz a partir dos primeiros dados fornecidos pelo texto, e o conceito de dialogismo, subjacente a qualquer sequência argumentativa, por se dirigir a um ou mais interlocutor.

Adam (2011, p. 232-237), apresenta-nos três princípios que sistematizam este esquema mental **(i)** uma tese anterior (P.arg.0), como explicitado acima, contra a qual se posiciona a conclusão (P.arg.3), ou seja, a nova tese defendida pelo locutor a qual pode estar subentendida; **(ii)** a macroproposição, que corresponde a dados (P.arg.1), ou melhor, aos argumentos nos quais ancoram a conclusão, que apresentam informações relevantes e dão apoio à ancoragem das inferências (P.arg.2), isto é, os implícitos princípios que sustentam os dados relacionando, por seu turno, parte da informação já contida nos dados de (P.arg.1) com nova informação que irá permitir a chegada à conclusão (P.arg.3.); **(iii)** a (P.arg.3) aponta uma nova tese, contrapondo a anterior, porquanto registra conteúdos diferentes quer dos da P.arg.1 quer os da P.arg.2.

A teorização de Adam (2011, p. 234-235), resulta, por sua vez, em dois níveis: 1) **justificativo** – (P.arg.1+P.arg.2+P.arg.3) – nesse nível, o interlocutor não se considera, e a estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos colocados; 2) **dialógico ou contra-argumentativo** (P.arg.0+P.arg.4) – nesse nível, a argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório) real ou potencial. A estratégia argumentativa visa uma transformação dos acontecimentos.

Tomemos o excerto do discurso de Saramago⁵ como um exemplo manifesto da sequência argumentativa:

(P.arg.1) Alguém não anda a cumprir o seu dever. **(P.arg.2)** Não andam a cumprir-lo os governos, porque não sabem, porque não podem, ou porque não querem. Ou porque não lho permitem aquelas que efectivamente governam o mundo, as empresas multinacionais e pluricontinentais cujo poder, absolutamente não democrático, reduziu a quase nada o que ainda restava do ideal da democracia. Mas também não estão a cumprir o seu dever os cidadãos que somos. Pensamos que nenhuns direitos humanos poderão subsistir sem a simetria dos deveres que lhes correspondem e que não é de esperar que os governos façam nos próximos 50 anos o que não fizeram nestes que comemoramos. **(P.arg.3)** Tomemos então, nós, cidadãos comuns, a palavra. Com a mesma veemência com

5 SARAMAGO, José. Discurso pronunciado por José Saramago no dia 10 de dezembro de 1998 no banquete Prêmio Nobel. 1998. Disponível em: <https://www.josesaramago.org/discurso-pronunciado-por-jose-saramago-no-dia-10-de-dezembro-de-1998-no-banquete-premio-nobel/>. Acesso em: ggg

que reivindicamos direitos, reivindicuemos também o dever dos nossos deveres. Talvez o mundo possa tornar-se um pouco melhor (SARAMAGO, 1998, p. 1 – grifo nosso).

De acordo com a proposta de Adam (2011), uma sequência pode ocorrer num texto sem que todas as macroproposições estejam explicitadas. É o que sucede nesse caso, porquanto não se constata a presença das macroproposições **P.arg.0** (tese anterior, cujo sentido se resume a uma espécie de conclusão inicial decorrente das primeiras informações) e **P.arg. 4** (correspondente aos argumentos que nos remetem a uma conclusão, oposta à expectável, feita sobretudo por regras inferenciais). As P.arg.0 e P.arg. 4 são geralmente negociadas com um contra-argumentador (auditor) real ou potencial (cf. ADAM, 2011, p. 235). Situam-se, por isso, no âmbito do primeiro nível acima descrito, isto é, a estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos colocados.

No excerto apresentado, apuramos um movimento argumentativo gradual, que nos conduz à **Conclusão (P.arg.3)**. Note-se, logo, no primeiro período, a macroproposição relativa aos **Dados (P.arg.1)**, na qual se destaca a ideia principal, ou seja, a informação relevante: “Alguém não anda a cumprir o seu dever”. Nos seis enunciados seguintes, correspondentes à macroproposição ao **Apoio às inferências**, o locutor expõe as razões pelas quais acha que os governos não andam a cumprir o seu dever (não sabem, não querem, não podem, ou porque outras entidades não os deixam, ou ainda porque os cidadãos não cumprem os seus deveres). A partir de “Tomemos então, nós, cidadão comuns” até “tornar-se um pouco melhor”, delimita-se a Conclusão (P.arg.3). Nessa macroproposição, observamos, como referido por Silva (2002, p. 157), a presença de conteúdos diferentes dos que estão inseridos nas macroproposições (P.arg.1 e P.arg.2), mas motivados pela conjugação de ambas. Assim, concluímos que, devido à inércia de os governos cumprirem os seus deveres, os cidadãos não só necessitam reivindicar o seu direito, mas também cumprir o seu dever, para que o mundo seja cada vez melhor.

1.3 Sequência explicativa

O protótipo explicativo, ainda que, em algumas situações, confundido com o argumentativo, distingue-se desse, de acordo com Hencmns (2001 *apud* SILVA, 2012, p. 162) por causa da força ilocutória, pois “a argumentação tem como objetivo tornar aceitável uma dada tese [...] e a explicação pretende dotar o alocutário de um conhecimento que ele não possui, fazendo-lhe compreender o como e o porquê de uma dada questão”.

Num processo interativo, sempre que um dos interlocutores coloca uma questão sobre a qual urge uma elucidação, estamos perante tal sequência textual. Num curso de doutoramento, por exemplo, uma das sequências textuais mais utilizadas, além da argumentativa, é a explicativa, pois revelamos constantemente a

necessidade de recorrer aos nossos docentes, a quem reconhecemos autoridade, a fim de obtermos uma explicação sobre um determinado assunto em pauta, cujo objetivo é satisfazer uma necessidade cognitiva. Muitas vezes, fazemos o esclarecimento em forma de uma questão, sob apresentação de ilações que desembocam em outras explicações.

Silva (2002, p. 163) aponta algumas das questões que estão na origem de uma sequência explicativa: **(i)** pedidos de definição, de paráfrase, de tradução ou interpretação; **(ii)** pedidos de teorização ou esquematização.

Coltier (1986) e Adam (1992) organizaram a estrutura macroproposicional desse protótipo, destacando três procedimentos: 1) Questionamento (Pe1) – inclui uma questão equivalente a *Porquê?* ou *Como?* ou *Em que consiste?* 2) Resolução (Pe2) – integra um ou vários enunciados equivalentes aos que se iniciam por *Porque*. 3) Conclusão (Pe3) – expressa uma ou mais asserção incontestável. Veja-se, a seguir, o texto, no qual achamos estar espelhado tal protótipo.

Nascidas para voar

(Pe1) Lá diz um ditado que se reconhece uma ave pelas asas; nenhum outro grupo animal tem penas.

(Pe2) As penas são formadas por uma substância córnea (queratina) e a sua arquitectura é uma autêntica maravilha.

(Pe2) Mas voar requer mais do que uma estrutura perfeita das penas. Todo o corpo da ave está concebido para o voo: os ossos são extraordinariamente leves; os pulmões oferecem prestações extraordinárias; as crias desenvolvem-se no ovo, fora da mãe; a cabeça não tem dentes, aliviando sobrecargas na parte anterior.

(Pe3) As circunstâncias do voo explicam, em síntese, muitas características das aves e as peculiaridades do seu modo de vida (GOMES, 2008, p. 51 – grifo nosso).

Torna-se evidente que o texto apresenta a sequência explicativa. Nele, expõe-se reflexivamente um tema. Pretende-se, nesse caso, de uma forma mais objetiva possível, para explicar ao leitor/alocutário como se define a classe prototípica *ave*. Assim, se tomarmos as macroproposições enformadoras dessa sequência explanadas por Adam (2011), diríamos que o questionamento **(Pe1)** não aparece explicitado, podendo ser, contudo, inferido no provérbio (1º parágrafo), parte introdutória do texto, através da questão: *Como reconhecer uma ave?* A macroproposição **(Pe2)** evidencia-se no segundo e terceiro parágrafos, os quais oferecem ao alocutário uma resposta à problemática implícita levantada na **Pe1**. Reflete, assim, sobre a importância das penas e do corpo para distinguirmos o protótipo ave. A **Pe3** manifesta-se, por seu turno, no terceiro parágrafo, sob forma de uma asserção – baseada na ideia da sintonia ave-voo. Trata-se, pois, de um remate do que se propôs na **Pe2**, no qual se apresenta uma das características mais relevantes da categorização ave.

2 A sequência narrativa a partir do conto “Os dois irmãos”

O texto “Os dois irmãos” (MULLER, 1985 *apud* ROCHA *et al.*, 1999, p. 42-43) enquadra-se no gênero conto, pois corresponde a uma narrativa em prosa, que gira em torno de duas personagens, nesse caso, dois amigos, os mancebos. As personagens são em número restrito – os dois amigos, os soldados e o rei leproso não exibem grande complexidade de caráter. O espaço e o tempo configuram-se limitados.

Apresenta marcas da oralidade e do maravilhoso, além de não possuir um autor explícito, pelo que esta versão foi recolhida e fixada na escrita por Adolfo Simões Muller. Note-se ainda a sua dimensão pedagógica, pois nos transmite uma lição de vida.

Em relação às sequências textuais, é evidente a presença de duas, **a narrativa e a dialogal** (a partir de agora Sn e Sdi, respectivamente), embora se assinale pontualmente a **descritiva de forma muito incompleta (Sde)**, sendo essa última e a primeira monogeradas, e a segunda, poligerada, conforme a concepção de Adam (2011).

A Sn é a dominante, dado que abre e encerra o conto. Além de ser a mais extensa, pode também resumi-lo.

A Sdi evidencia-se sempre que se notam as intervenções dos dois mancebos, os protagonistas da narrativa, e as das personagens secundárias, os soldados. Por constituírem o corpo da interação verbal, incluírem os conteúdos que as personagens pretendem comunicar e serem menos ritualizados e previsíveis, de acordo com Silva (2002, p. 172), classificam-se como **intervenções transacionais**.

A sequência descritiva surge pontualmente no interior das Sn, ainda que muito incompleta, quando se apercebe da caracterização da conduta dos mancebos.

Postas essas observações iniciais, passaremos a explicitar, primeiramente, com base na composição textual, as estruturas macroproposicionais das três sequências da narrativa encontradas no texto “Os dois amigos”, para depois prosseguirmos a analisar minuciosamente as dialogais.

Assim, começaremos com a Sn1. O conto principia-se com uma **situação inicial** (Pn1), na qual nos são dados a perceber dois eventos (e1 + e2), que se traduzem em [e1] dois casais de lavradores que tiveram dois filhos no mesmo dia e [e2] entraram para o serviço militar também no mesmo dia. Verifica-se que entre os dois eventos ocorre uma breve descrição do caráter dos amigos, através da adjetivação ‘muito amigos’, ‘mau’ e ‘bom’, o que nos permite falar em segmentos descritivos infraproposicionais muito incompletos. Assim, o primeiro parágrafo explicita o ponto de partida da narrativa. Conhecem-se os protagonistas: os ‘dois amigos’. Por se tratar de um conto tradicional, o espaço e o tempo são indefinidos, ainda que se note alusão às palavras ‘mesmo ano’ e ‘serviço militar’, o que nos possibilita fazer, de forma imprecisa, o enquadramento espaço-temporal da narrativa.

Certifica-se, seguidamente, no segundo parágrafo, **a macroproposição complicação** (Pn2), que altera o equilíbrio da Pn1. O mancebo mau persuade o bom, e ambos desertaram do serviço militar. Essa fuga acarreta, a partir do terceiro

parágrafo até ao nono, um conjunto de outras eventualidades, que se resumem nas **Reações** (Pn3), apresentadas sob forma dos seguintes eventos: o descanso dos dois amigos debaixo de uma árvore; a compartilha do rancho do mancebo bom; [...], o repouso, seguido da fuga longe das estradas; a refeição egoísta do mancebo mau; a proposta e a contraproposta dos mancebos. A **Resolução** (Pn4) traduz o *clímax* da primeira sequência narrativa, efetivado nos seguintes eventos: a extração do olho do amigo bom; a fuga do mau e o desamparo do bom; o trepar da árvore para se esconder das feras e a escuta da conversa dos soldados, determinantes para o desfecho da primeira sequência da narrativa. Desse modo, a macroproposição **Resolução** representa, por um lado, o auge da ação da primeira sequência da narrativa e permite ao leitor retê-lo na memória. Ocasiona, por outro lado, um certo relaxamento, que conduz a um novo equilíbrio. Conclui-se, finalmente, com a **Situação final**, que representa a restituição da visão do mancebo bom, após ter aplicado o sumo das folhas da árvore milagrosa. O enunciado “ficou completamente curado” assinala, concomitantemente, a situação final da primeira sequência da narrativa, acima descrita, e inaugura a segunda, sob a forma da **Situação inicial (Pn1)**. Tal macroproposição responde-nos às questões: quem? (o mancebo bom), quando? (logo que amanheceu), sem nos trazer a resposta à questão: onde? Poderá ser deduzida e respondida através do contexto da primeira sequência narrativa – ‘numa floresta’.

Essa segunda sequência da narrativa apresenta-se **de forma incompleta**, visto que não se pode encontrar uma (Pn2). Não se atesta qualquer motivo dinâmico que gera tensão, embora possamos também inferi-lo, a partir da conversa dos soldados na Sn1 (“... os habitantes andam desesperados por falta de água” e “... um rei de certo país está cego por virtude da lepra que lhe corrói o corpo”). Verificam-se, entretanto, dois eventos, em forma de Reações (Pn3) – [e1]: ‘colheu mais folhas’ [e2]: ‘guardou-as num lenço’ –, que nos conduzem a uma possível Resolução (Pn4), em que o mancebo bom efetiva, em primeiro lugar, o milagre de repor a nascente e, em segundo, cura a lepra e restitui a visão do rei. Essa macroproposição Pn4 envolve o *clímax* da Sn2. A Pn5 resulta, por sua vez, na recompensa do mancebo, traduzidos nos seguintes enunciados: “Se no primeiro sítio o compensaram com muito dinheiro, no segundo o rei deu-lhe a mão da princesa em casamento”.

Passando à terceira e última sequência narrativa, que se mostra completa, afirmaríamos que a Situação inicial (Pn1) tem o seu início em “Andava o genro do rei” e termina em “um dos batalhões do reino”. Há um novo enquadramento espaço-temporal, que nos é facultado principalmente pela oração subordinada adverbial temporal “quando viu o seu desalmado companheiro alistado em um dos batalhões do reino”, cujos protagonistas, embora sejam os mesmos da Sn1, possuem, agora, estatutos diferentes – o mancebo bom tornou-se príncipe e o mau soldado do reino. Esse “*status*” dissemelhante justifica-se, por um lado, pela dinâmica da narrativa, isto é, pela sua evolução e, por outro, pela moralidade, que está subjacente a esse conto popular. A Complicação (Pn2) é introduzida pelos

eventos “mandou-o ir ao palácio e deu-se a conhecer”. Esses acontecimentos modificam completamente a Pn1. Posteriormente, no parágrafo iniciado em “Nessa mesma noite” até “a árvore milagrosa”, insere-se a macroproposição Reação (Pn3), responsável pelo aparecimento, no parágrafo seguinte, da Resolução (Pn4). Nessa macroproposição, nota-se a aventura do mancebo mau e a fúria dos soldados, que culminam, por sua vez, na Situação final (Pn5), cuja consequência é o impiedoso homicídio do mancebo mau.

Diríamos, em suma, que essas três sequências da narrativa, que compõem o conto, ocorrem dispostas da seguinte forma: [**Seq.1+Seq.2+Seq.3...**]. Classificam-se, de acordo com Adam (2011), como **coordenadas**, pois a sequência narrativa um sucede-se a dois, que antecede, por seu turno, a três.

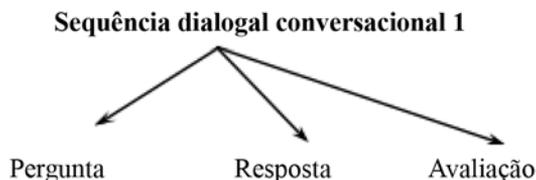
Outros dois aspectos nos parecem importante realçar. O primeiro refere-se ao desfecho das sequências narrativas. No conto, narra-se um conjunto de eventualidades, cujo produto final converge em direção a três desenlaces completamente diferentes. Os dois primeiros envolvem o mancebo bom, sendo positivos, e o último desenlace, que envolve o mancebo mau, negativo. Tais situações finais resultam na moral veiculada implicitamente pela narrativa: “a amizade entre os dois filhos de casais camponeses amigos não resistiu à maldade e ao egoísmo”. Assim, a **avaliação (PnΩ)** dessa narrativa, embora omissa, parece-nos mais do que evidente. O segundo aspecto concerne aos elementos microtextuais. Nas sequências narrativas, torna-se visível o uso de verbos dinâmicos e no pretérito perfeito, preferencialmente, a título ilustrativo, ‘aproximou-se’, ‘partiu’, ‘saiu’, ‘foi postar-se’. Esses verbos imprimem avanço à narrativa. De fato, essas formas verbais (e de movimento) são uma das características mais significativas desse protótipo.

2.1 A sequência dialogal a partir do conto “Os dois amigos”

Examinaremos, nesta subseção, as sequências dialogais. Como se verifica no texto, há **quatro sequências dialogais conversacionais (Sdi)**, que, em algumas situações, se interligam. Tais protótipos evidenciam-se pelo uso do discurso direto, ou seja, o da primeira pessoa, sinalizado, no texto, pela presença de travessões.

Na primeira sequência narrativa, insere-se uma **dialogal**, cujos interlocutores são os mancebos. As intervenções mostram-se sob a forma de um par adjacente. O mancebo bom interpela o mau. Esse, por sua vez, responde-lhe. O bom apresenta uma constatação que contraria a atitude do mau, em forma de avaliação: “— Mas eu dividi o meu rancho contigo”. O mau retorque-lhe com uma contraproposta: “— E eu dou-te um bocado de pão se me deixares tirar-te um olho com a ponta da minha navalha”.

Essa primeira sequência dialogal poderá esquematizar-se de acordo com Silva (2012, p. 178), como representado:



Afigura-se num par adjacente e comprova a ausência da intervenção fática, tratando-se, desse modo, de uma sequência incompleta, que continua a desenvolver-se ao longo da narrativa.

Ainda, na primeira sequência narrativa, encaixa-se uma nova sequência dialogal transicional, cujos participantes são, agora, os quatro soldados. A intervenção dos soldados empreende uma certa dinamicidade e resulta, com as outras sequências narrativas, nas três situações finais anteriormente analisadas.

Constata-se uma terceira sequência dialogal transicional inacabada, representada através da intervenção do mancebo mau, quando questiona à Sua Alteza sobre a cura e o casamento com a princesa. A resposta não lhe é dada em discurso direto, mas é apresentada pelo narrador em forma de narração.

Exibe-se, por último, uma quarta **Sdi**, complementando a segunda. Materializa-se pela boca dos dois soldados que exteriorizaram o segredo acerca do poder das folhas da árvore milagrosa.

Seria, contudo, um exercício muito redutor efetuar a análise das sequências dialogais, separadas das narrativas, pois ambas se complementam. Assim, se consideramos a disposição desses constructos inseridos no conto, teremos o seguinte esquema macroproposicional do todo textual (*vide* Quadro 2):

[Sn1 + Sdi1+ Sn1+ Sdi2+ Sn1+ Sn2+ Sn3+ Sdi3+ Sn3+ Sdi.4+ Sn3].

Quadro 1: Estrutura macroproposicional do conto “Os dois amigos”⁶ segundo as sequências textuais de Adam (2011).

Sequências textuais	Texto	Macroproposições
Sn1	<p>Dois casais de lavradores, muito amigos, tiveram dois filhos nascidos no mesmo dia: uma das crianças era muito boa, a outra tinha um carácter muito mau. No entanto, eram ambos amigos. Entraram no mesmo ano para o serviço militar.</p> <p>O mau, depois de estar na praça seis meses, começou a desinquietar o bom para ambos desertarem. Este quis dissuadir o amigo e afinal acedeu, e ambos desertaram mesmo. Levavam nas marmitas o rancho do dia.</p> <p>Depois de andarem muito tempo perdidos pelos matos, foram descansar sob uma árvore. O mancebo bom tirou da sua marmita o rancho e ambos o comeram a meias. Adormeceram depois, acordando já tarde, e seguiram o seu caminho, fugindo sempre das estradas, com receio de serem presos.</p> <p>No dia seguinte, quase ao sol-posto, foram descansar sob uma árvore. O mancebo mau tirou da sua marmita o rancho e pôs-se a comê-lo sozinho.</p>	Pn1+ Pn2+ Pn3+ ...
Sdi1	<p>- Não me dás do teu rancho?</p> <p>- Não – respondeu o mau.</p> <p>- Mas eu dividi o meu rancho contigo.</p> <p>- E eu dou-te um bocado de pão, se me deixares tirar-te um olho com a ponta da minha navalha.</p>	P+R+A
Sn1	<p>Estranhou o companheiro tal proposta, mas, como tinha muita fome, deixou tirar o outro por idêntico motivo. E o mariola, depois de ver o companheiro cego, desamparou-o.</p> <p>O infeliz ficou por algum tempo junto da árvore; depois, porém, sentido uivar as feras, aproximou-se do tronco e trepou pela árvore a esconder-se por entre as folhas. À meia-noite ouviu o galopar de um cavalo. Era um sujeito que vinha montado e parou sob a árvore. Esperou algum tempo até que chegaram outros indivíduos também montados.</p>	[+ Pn3 continuação] + Pn4 ...

6 Gabriela Rocha *et al.* (*Língua portuguesa – discursos*, 1999, p. 42-44 – grifos do autor).

Sequências textuais	Texto	Macroproposições
Sdi2	<p>- Demoram-se – disse o primeiro.</p> <p>- É verdade – respondeu um dos que acabava de chegar.</p> <p>- Estive numa cidade e vi que os seus habitantes andam desesperados por falta de água. Temos ali boa colheita.</p> <p>- E todavia passa ao lado da Capela de São Sebastião um rio de água esplêndida – observou o terceiro.</p> <p>- Quanto a mim – disse o quarto –, venho satisfeito, pois o rei de certo país está cego por virtude da lepra que lhe corrói o corpo.</p> <p>- Bem sei – disse o primeiro –, e mal sabe ele que estamos à sombra de uma árvore cujas folhas não só curam todas as doenças, mas têm a virtude de dar olhos a quem os perdeu.</p> <p>- Fazes mal em falar alto! Às vezes, as moitas têm olhos e as pedras têm ouvidos.</p> <p>- Neste deserto não pode estar ninguém – observou o primeiro. E todos se foram embora.</p>	<p>Conjunto de intervenções dos quatro soldados</p> <p>+</p> <p>um par adjacente (do 1º soldado e um dos companheiros)</p>
Sn1	Logo que amanheceu, desceu o infeliz da árvore, colheu umas folhas, picou-as em duas pedras e aplicou o sumo sobre os olhos. Ficou completamente curado.	... +Pn5
Sn2	<p>[Logo que amanheceu, desceu o infeliz da árvore, colheu umas folhas, picou-as em duas pedras e aplicou o sumo sobre os olhos. Ficou completamente curado.] Colheu mais folhas e guardou-as no lenço.</p> <p>Partiu para a terra onde havia falta de água e fez o milagre de lhe dar uma boa nascente. Saiu dali para o país onde reinava o rei leproso e curou-o da doença, restituindo-lhe também a vista.</p> <p>Se no primeiro sítio o compensaram com muito dinheiro, no segundo o rei deu-lhe a filha em casamento.</p>	<p>Pn1 + [Pn2?]</p> <p>+Pn3+ [Pn4?]</p> <p>+ Pn5</p>
Sn3	Andava o genro do rei visitando as suas tropas, quando viu o seu desalmado companheiro alistado em um dos batalhões do reino. Mandou-o ir ao palácio e deu-se a conhecer. Ficou o malvado aflito, mas o príncipe disse-lhe que não lhe tencionava fazer mal algum, apesar da infâmia que ele praticara.	Pn1+ Pn2 + ...
Sdi3	- Mas – disse o mau – como foi que Vossa Alteza readquiriu a vista e foi casar com a princesa?	<p>P</p> <p>(a resposta aparece na narração em baixo)</p>
Sn3	<p>O mancebo contou-lhe toda a verdade, omitindo o incidente relativo ao descobrimento da água.</p> <p>Nessa mesma noite, desertou o soldado e foi logo postar-se sob a árvore milagrosa.</p> <p>Esperou a meia-noite. Eis senão quando houve ele o tropel de cavalos. Eram diversos cavaleiros que vinham muito irritados. Chegaram ao pé da árvore e disse um:</p>	... Pn3+ Pn4 +

Sequências textuais	Texto	Macroproposições
Sdi.4 (continuação da Sdi.2)	- Quando tu respondeste que por detrás da Capela de São Sebastião corria um rio de água esplêndida e que a lepra do rei se curava com as folhas desta árvore, fiz logo sentir a inconveniência da tua resposta, dizendo-te que muitas vezes as moitas têm olhos e as pedras ouvidos. Infelizmente, alguém te ouviu! - E talvez – respondeu o increpado – que hoje aqui esteja de novo a espiar-nos!	Intervenções
Sn3	Foram acima da árvore e encontraram o soldado. Fizeram-no em posta.	...+ Pn5

Fonte: elaborado pelo autor.

Embora as sequências textuais tenham autonomia própria, a coerência textual resulta da articulação das mesmas. Verifica-se que as dialogais imprimem uma certa dinamicidade à narrativa, e o conteúdo textual gera sentido global graças à combinação das Sn e Sdi. É de notar ainda que a alternância dessas duas sequências mais representativas no texto faz com que usufruamos de um tipo de agenciamento sequencial heterogêneo de acordo com Adam (2011, p. 272).

Considerações finais

Com o desenvolvimento do trabalho, apercebemo-nos de que Adam (2011) dedicou uma atenção especial à temática das sequências textuais em detrimento dos tipos. As razões prendem-se essencialmente com o carácter autónomo e homogêneo desses constructos, o qual nos permite apurar um conjunto de traços formais, estáveis e internos ao próprio texto, alguns mais centrais, outros mais periféricos, relevantes para a sua compreensão.

Os tipos fundamentam-se em critérios de natureza cognitiva, tal como as sequências. Porém, essas últimas apoiam-se, ainda, noutra de carácter enunciativo, classificando-se como monogeradas (descritiva, narrativa, argumentativa e explicativa) e poligerada (dialogal), como defende Adam (2011).

Numa análise textual, estas sequências textuais nunca deverão ser tomadas rigidamente, sob pena de cairmos no erro, pois um mesmo material empírico poderá ter leituras diferentes quanto à delimitação e explicitação das macroproposições desses protótipos, fruto de uma certa flexibilização que encerram.

Outro aspecto tem haver com o tipo de sequências que enforma o material empírico. Nesse sentido, de acordo com a intenção comunicativa, o gênero discursivo, assim como a competência do locutor, selecionam-se as que melhor garantem o seu intento comunicativo. Num processo de interação verbal, se quisermos persuadir o nosso alocutário sobre um determinado assunto, é natural que

utilizemos a sequência argumentativa, porém isto não impede que se recorra, no mesmo texto (oral ou escrito), a dialogal ou explicativa, por exemplo. Vale salientar que, na maior parte das vezes, tais sequências combinam-se entre si, formando o todo, que é o texto, ocasionando a heterogeneidade sequencial. O conto “Os dois amigos” é uma prova irrefutável dessa constatação. Nele, observou-se a presença das sequências narrativa, dialogal e, de uma forma muito incompleta, a nível de segmentos infraproposicionais, a descritiva.

Esses constructos, ainda que abstratos, facilitaram a análise do conto. Funcionaram como espécie de uma gramática do texto. Sendo estáveis e calculáveis, permitiram-nos traçar as suas estruturas macroproposicionais e compreender não só as características linguísticas e formais que as enformam, como também o conteúdo textual que se vai tecendo, à medida que se vão articulando, formando uma unidade temática e de sentido.

Verificamos que as sequências aparecem, em alguns casos, incompletas, mas, por inferência, conseguimos recuperar algumas das suas omissas macroproposições, como, de resto, aconteceu com a segunda sequência narrativa do conto. Ficou também claro, através da análise empreendida, que os protótipos narrativos complementaram-se e possibilitaram a obtenção de situações finais distintas, por enformarem três sequências narrativas coordenadas. Do mesmo modo, pudemos reparar que, embora houvesse a coabitação natural das sequências narrativas e dialogais no mesmo material empírico, esse não se tornou incoerente. Isso porque uma delas é predominante, nesse caso a narrativa.

TEXTUAL SEQUENCES AND THEIR MACROPOSITIONAL STRUCTURE FROM PRE-SELECTED CORPORA

Abstract: *With this article, we intend to differentiate, initially, genre from textual types. Then, based on corpora, formed by text excerpts, an empirical analysis of the macropropositional structures of the descriptive, argumentative, explanatory, narrative and dialogical sequences was carried out in the selected and cited empirical materials. Taking, as a starting point, the studies of Adam (2011), we outline the macropropositional structure of the descriptive sequence of the excerpt from the short story “Saga” (1989) which, although incomplete, contains the main macropropositions (from the pre-thematization of the word city, to its listing and expansion), resulting in a hierarchical structure, a characteristic of this sequence (ADAM, 2011). This was followed by the analysis of an excerpt from Saramago’s (1998) argumentative speech, whose macropropositional structure is essentially formed by three macropropositions (P.arg.1+P.arg.2+Parg.3) of the explanatory type (ADAM, 2011). Subsequently, the macropropositional structure of the text “Born to fly” (GOMES, 2008) was analyzed, originating the macropropositional structure (Pe1+Pe2+Pe2+Pe3) of the explanatory sequence, based on the exposition of a theme whose Pe1 was inferred. Finally, the short story “The Two Friends” (MULLER, 1985) was studied, consisting of three narrative sequences [Seq.1+Seq.2+Seq.3...] in which the dialogical sequence is inserted, in the form of question, answer and evaluation, and the descriptive sequence at the level of the infrapropositional segment. With this study, it is concluded, on the one hand, that these sequences, constructs of an autonomous, homogeneous, and abstract nature, allow us to understand the linguistic and semantic structures of the text and, on the other hand, they combine to emerge, however, a to the detriment of*

another. It was revealed that the macropropositional structures of these sequences, which are missing, can be inferred and therefore do not compromise the coherence and understanding of the textual whole.

Keywords: Textual typology; Textual genre; Textual prototype; Textual sequence; Macropropositional structure.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues *et al.* 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- ANDRESEN, Sophia de Mello. *Histórias da terra e do mar*. Lisboa. 3. ed. Lisboa: Texto Editora Lda., 1989.
- GOMES, Álvaro. *Gramática pedagógica e cultural da língua portuguesa*. Porto Editora; Edições Flumen, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela *et al.* *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- PORTUGAL. *Dicionário terminológico*. [Lisboa]: Ministério da Educação; Direção-geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2008. Disponível em: https://area.dge.mec.pt/gramatica/DT_2008.pdf. Acesso: abr. 2018.
- ROCHA, Gabriela *et al.* *Língua Portuguesa 8º ano: discursos*. Constância Editoras. S.A, 1999.
- SARAMAGO, José. *Alguém não anda a cumprir o seu dever*. 1998. Disponível em: <https://www.josesaramago.org/discurso-pronunciado-por-jose-saramago-no-dia-10-de-dezembro-de-1998-no-banquete-premio-nobel>. Acesso em: 31 out. 2022.
- SILVA, Paulo Nunes da. *Tipologias textuais: como classificar textos e sequências*. Livraria Almedina; CELGA, 2012.

Recebido em 27 de outubro de 2023

Aceito em 10 de novembro de 2023

SERÁ QUE ZRONGA É UMA LÍNGUA *PRO-DROP*?

Ernesto Mário Dimande¹

Resumo: Neste artigo cujo título é “Será que zronga é uma língua *pro-drop*?”, fazemos uma análise paramétrica do sujeito nulo desta Língua Bantu, integrada no grupo *Tswa-Ronga* (S50), juntamente com Xichangana (S53) e Citshwa (S51), com o objetivo de determinar, com base em evidências empíricas, se zronga é ou não é uma língua *pro-drop*; averiguar se a língua em estudo possui uma morfologia verbal capaz de permitir a interpretação de sujeitos expletivos e explicitar o comportamento dos verbos climáticos em relação ao parâmetro do sujeito nulo. Teoricamente, a análise de dados está ancorada na Teoria de Princípios e Parâmetros, proposta por Chomsky (1981). Originalmente, a língua em estudo é falada na zona sul de Moçambique, especificamente na Província de Maputo e Cidade de Maputo, por 58 486 pessoas. Resumidamente, a análise de dados recolhidos através de um questionário estruturado escrito e administrado a 20 falantes nativos das 4 variantes da língua zronga sugere que esta língua enquadra-se no grupo de línguas *pro-drop*. Esta conclusão justifica-se pelo facto de o seu paradigma morfológico verbal ser diversificado, o que permite interpretar os sujeitos expletivos em todos os contextos.

Palavras-chave: Sujeito; Língua zronga; Línguas *pro-drop*.

Introdução

Um dos termos essenciais de uma oração, segundo Mateus *et al.* (2003) e Cunha e Cintra (2007), é o sujeito. A relevância deste elemento na estruturação da frase reside no fato de ser ele que desencadeia a concordância verbal (CV)², na construção de enunciados gramaticalmente corretos. Nesse processo sintático, verifica-se a transferência de determinados traços do controlador, como por exemplo, de número (singular/plural) e de género (masculino/feminino), a outras unidades lexicais (alvos) que constituem a frase. A sinalização destes traços é

1 Doutor em Linguística Teórica. Professor no Departamento de Linguística e Literatura, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais – FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane. E-mail: dimande40@gmail.com

2 Lista de abreviaturas: CN – classe nominal; CV – concordância verbal; Fut – futuro; Loc. – locativo; LB – línguas bantu; LSN – línguas de sujeito nulo; LSP – línguas de sujeito pleno; MCS – marca de concordância de sujeito; PB – português de Brasil; PE – português europeu; Pas – passiva; PD – prefixo dependente; PN – prefixo nominal; VF – vogal final.

formalmente feita através de determinados morfemas que na literatura linguística são denominados por marcas de concordância.

Apesar de o sujeito gramatical ser um elemento essencial na estruturação de construções, em algumas línguas, como por exemplo Português, este elemento sintáctico pode lexicalmente não estar expresso, sem, contudo, resultar na agramaticalidade.

Considerando o parâmetro de realização do sujeito, Chomsky (1981) subdivide as línguas naturais em dois grupos distintos, a saber: *i.* línguas *pro-drop* [+*pro-drop*] e *ii.* línguas não *pro-drop* [-*pro-drop*]. Estes grupos diferem pelo fato de as línguas + *pro-drop* permitirem a não realização lexical do sujeito, enquanto que as - *pro-drop* exigem que o sujeito seja lexicalmente realizado, visto que a sua ausência resulta na agramaticalidade da construção. No que concerne às línguas do grupo bantu, especificamente zronga,³ esta proposta de Chomsky (1981) suscita várias inquietações, entre as quais: *i.* será que zronga é uma língua *pro-drop*?; *ii.* Será que esta língua possui um paradigma morfológico verbal capaz de permitir a interpretação de sujeitos expletivos e *iii.* como se comportam os verbos climáticos em relação ao parâmetro linguístico em análise?

Guiando-se pelas perguntas formuladas no parágrafo precedente e, sobretudo por aquela que dá título ao presente artigo, pretendemos fundamentalmente efetuar uma análise paramétrica do sujeito nulo em zronga, com o objectivo de determinar, com base em evidências empíricas, se zronga é ou não é uma língua *pro-drop*; averiguar se a língua em estudo possui uma morfologia verbal capaz de permitir a interpretação de sujeitos expletivos e explicitar o comportamento dos verbos climáticos em relação ao parâmetro em estudo. Para o alcance destes objectivos, recorreremos ao método de pesquisa bibliográfica. A consulta de vários materiais, entre os quais, Chomsky (1981), Duarte (1993), Quarezemin (2006), Marins (2009) e Veríssimo (2017) permitiu, por um lado, compreender o comportamento de línguas como português (variantes europeia e brasileira), inglês, espanhol e italiano em relação ao parâmetro de sujeito nulo e, por outro lado, o refinamento que o mesmo vem sofrendo ao longo do tempo, com o estudo de outras línguas naturais.

Para além dos aspectos mencionados, a revisão de literatura também permitiu compreender que variantes dialectais de uma determinada língua podem registar mudanças, ao longo do tempo. A título de exemplo, Silva (2007), baseando de pesquisa recentes, entre os quais, de Duarte (1993) e Kato e Duarte (2003), defende que comparativamente ao português europeu (PE) que se mantém como língua de sujeito nulo (LSN), o português brasileiro (PB) regista “mudança na marcação do parâmetro do sujeito nulo (de uma língua [+ sujeito nulo] para uma língua [- sujeito nulo]) como consequência de reduções nos paradigmas pronominal e flexional” (SILVA, 2007, p. 45).

3 Neste artigo, adotamos a ortografia padronizada por Ngunga *et al.* (2011).

O *corpus* que suporta a análise aqui avançada foi constituído a partir de um questionário estruturado, administrado a um universo de 20 falantes nativos das 4 variantes da língua zronga, entre os quais, 8 do sexo feminino e 12 do sexo masculino. O pressuposto por detrás da inclusão de todas as variantes da língua zronga repousa no pressuposto de que a língua como sistema semiótico está condicionada à variação diastrática (social) e diatópica (regional ou geográfica). Nessa perspectiva, ao acautelar estas variações é imprescindível na medida em que permite obter conclusões consistentes, que reflitam o estágio actual da língua zronga.

De forma resumida, a participação dos informantes que constituem a amostra consistiu na construção de enunciados a partir dos pronomes, nomes de diferentes classes nominais (CN) e verbos climáticos previamente selecionados. Posteriormente, omitimos os sujeitos gramaticais das construções produzidas e as submetemos a outro grupo de informantes, para efeitos de julgamento da gramaticalidade, tendo em conta a não realização fonética deste elemento sintáctico.

O arcabouço teórico que suporta a análise é a Teoria de Princípios e Parâmetros, proposto por Chomsky (1981). Nessa teoria, o autor postula que a Gramática Universal é constituída por num conjunto de princípios rígidos, ou seja, leis gerais a que todas as línguas humanas devem obedecer e, de parâmetros, cujo valor final é atingido por meio da fixação de uma das duas opções (+ ou -). Nessa perspectiva, o sujeito constitui categoria gramatical universal, podendo realizar-se ou não, tendo em conta as especificidades de cada língua.

Em termos estruturais, organizamos o artigo em 5 seções. Esta introdução faz parte da primeira seção, onde para além de contextualizarmos o fenómeno em estudo, apresentamos os objectivos e os procedimentos metodológicos que adoptamos durante a pesquisa. Na seção 2, descrevemos a língua zronga. Na seção 3, fazemos a revisão de literatura sobre o sujeito *pro-drop* nas línguas naturais. Na seção 4, analisamos, com base nos dados empíricos recolhidos, o parâmetro do sujeito nulo na língua zronga. Por fim, temos a seção 5, dedicada às considerações finais, onde destacamos os aspectos mais importantes da nossa pesquisa.

1 Elementos da língua zronga

1.1 Grupo linguístico e variantes dialectais

De acordo com Ngunga e Faquir (2012), Zronga (S54) na classificação de Guthrie (1967-1971), é uma língua bantu (LB) integrada no grupo *Tswa-Ronga* (S50), juntamente com outras 2 línguas, designadamente changana (S53) e tshwa (S51). Essas 3 línguas caracterizam-se por uma inteligibilidade mútua (CONCEIÇÃO, 1999; SITOE; NGUNGA, 2000; NGUNGA; FAQUIR, 2012), o que significa que, o falante de uma delas, geralmente fala ou compreende as outras línguas do grupo. Todavia, em termos comparativos, Conceição (1999) esclarece que a língua com que Zronga estabelece maior grau de inteligibilidade é changana, não obstante existirem termos específicos para cada língua, conforme documenta o quadro comparativo a seguir:

Quadro 1: Grau de inteligibilidade entre as línguas do grupo *Tswa-Ronga* (S50).

#	Línguas do grupo Tswa-Ronga (S50)			Glossas
	Zronga (S54)	Changana (S53)	Tshwa (S51)	
1	<i>svifámbú</i>	<i>tinqathula</i>	<i>zvilatu</i>	‘sapatos’
2	<i>xilembe</i>	<i>xigqoko</i>	<i>cihuku</i>	‘chapéu’
3	<i>xifényó</i>	<i>Xifényó</i>	<i>cifenyu</i>	‘pente’
4	<i>mhunu</i>	<i>Munhu</i>	<i>munhu</i>	‘pessoa’
5	<i>lidrími</i>	<i>Rirími</i>	<i>lirimi</i>	‘língua’
6	<i>tatáná</i>	<i>b’ava</i>	<i>raru/dhadhani</i>	‘pai’
7	<i>kuválá</i>	<i>Kutsálá</i>	<i>kutsala</i>	‘escrever’
8	<i>kusvéká</i>	<i>Kusvéká</i>	<i>kubhika</i>	‘cozinhar’
9	<i>kubúyá</i>	<i>Kuvúyá</i>	<i>kuwuya</i>	‘vir’
10	<i>kuyambala</i>	<i>Kugqoka</i>	<i>kuambala</i>	‘vestir’

Fonte: elaboração própria.

Analisando o Quadro 1 constatamos que em termos globais, as três línguas do grupo *Tswa-Ronga* (S50) apresentam uma certa similaridade para os referentes de pente, pessoa, língua e escrever, o que sustenta a inteligibilidade mútua já referida. Entretanto, comparando especificamente zronga e changana, verificamos que apesar de os falantes usarem termos diferentes para designarem os referentes de sapatos, chapéu e pai, para os restantes casos, os termos usados são claramente próximos ou iguais. Por isso, concordamos com Conceição (1999) quando em termos de inteligibilidade, defende que a língua mais próxima de zronga é changana.

A língua zronga é falada na região sul de Moçambique, concretamente na Província de Maputo (distritos de Manhiça, Marracuene, Matola, Boane, Namaacha, Matutuíne e Moamba) e Cidade de Maputo (distritos municipais de *KaMpfumo*, *Nlhamankulu*, *KaMaxakeni*, *KaMavota*, *KaMubukwana*, *KaTembe* e *KaNyaka*) (SITOE; NGUNGA, 2000; NGUNGA; FAQUIR, 2012). Estes autores acrescentam que para além destas regiões, ela é também falada nas províncias de Gaza e Inhambane. Entretanto, Ngunga; Faquir (2012) acrescentam que os limites da língua ronga extravasam o traçado fronteiriço moçambicano para outros países da África Austral, designadamente: República do Zimbábue (zona meridional) e República da África do Sul (Província de Transvaal). Concordando com estes autores, Chambo *et al.* (2020) acrescentam que ela é igualmente falada no Reino de Eswatini. Este perfil transfronteiriço da língua em estudo resulta do processo da delimitação de fronteiras africanas, no período colonial, no contexto das decisões tomadas na Conferência de Berlim, realizada em Berlim (Alemanha), de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885. É que, como se sabe, a partilha de África pelas

potências europeias foi feita à margem da geografia das comunidades linguísticas africanas, o que resultou na divisão de tribos em diferentes estados.

Como sucede com qualquer língua natural, a língua zronga também apresenta variações dialectais, tendo em conta as regiões onde é falada. Assim, em Moçambique, a literatura reconhece a existência de 4 variantes dialectais, conforme o quadro que a seguir apresentamos:

Quadro 2: Variantes dialectais da língua zronga.

#	Variante dialectal	Local onde é falada
1	<i>Xikalanga (Xilwandle)</i>	Distrito da Manhiça
2	<i>Xinondzswana</i>	Distritos de Maracuene e Boane e Cidades de Maputo, Matola
3	<i>Xizingili (Xiputsru)</i>	De Ponta de Ouro à Catembe e Ilha de Inhaca
4	<i>Xihlanganu</i>	Distritos de Moamba e Namaacha.

Fonte: elaboração própria.

Conforme o Quadro 2, as variantes da língua zronga são: *xikalanga (xilwandle* ou *xintimana)*, falada no Distrito da Manhiça; *xinondzswana*, falada em Maracuene, Maputo, Matola e Boane; *xizingili* (ou *xiputsru*) falada na região que se estende de Ponta de Ouro à Catembe, incluindo a Ilha de Inhaca e *xihlanganu*, falada em Moamba e Namaacha.

Nesta seção apresentamos alguns elementos da língua em estudo, como forma de garantir a compreensão do tema em estudo. Entre os vários aspectos abordados, destacamos o grupo linguístico a que ela pertence, a sua localização geográfica e as suas variantes diatópicas. Esta caracterização continua na seção que se segue, sobre a distribuição de nomes em CNs.

1.2 Organização de nomes em classes nominais

Como se sabe, “a organização de nomes em classes em bantu tem, historicamente, uma base semântica” (NGUNGA, 2014, p. 127). Ou seja, os nomes das LB, incluindo os empréstimos, estão distribuídos em CNs, em função do significado e dos prefixos nominais (PNs). Esta característica também se regista na língua zronga, conforme demonstraremos.

Ao nível da Linguística Bantu, uma CN constitui “*sets of nouns that trigger the same agreement pattern*” (VAN DE VELDE, 2019, p. 238). Na mesma linha, Ngunga (2014) já definia CN como um “conjunto de nomes com o mesmo prefixo e/ou o mesmo padrão de concordância” (NGUNGA, 2014, p. 122).

Apesar de o critério de distribuição de nomes em CNs manifestar-se em todas LB, o número de CNs regista uma variação interlinguística (CANONICI, 1991), por conta de fatores evolutivos das línguas. Assim, Canonici (1991) considera que

enquanto em algumas línguas, determinadas CNs são ativas, em outras, estão desativadas. Entretanto, apesar desta variação, “*It is accepted that most languages have a minimum of 10 and a maximum of 19 or 20 classes*” (CANONICI, 1991, p. 74), sendo que, para o caso de zronga, a literatura disponível reconhece a existência de 13 CNs, conforme o quadro que a seguir apresentamos:

Quadro 3: Classes nominais da língua zronga.

CN	Prefixos	Orientação semântica	Exemplos
1	<i>mù-</i>	seres vivos humanos, principalmente	<i>mu-yivi</i> ‘ladroão’
2	<i>và-</i>		<i>va-yivi</i> ‘ladroões’
3	<i>mù-</i>	plantas, predominantemente	<i>m-bomu</i> ‘limoeiro’
4	<i>mi-</i>		<i>mi-mbomu</i> ‘limoeiros’
5	<i>li-</i>	animais e frutos, sobretudo	<i>lindrín’wana</i> ‘dialeto’
6	<i>mà-</i>		<i>mandrín’wana</i> ‘dialeto(s)’
7	<i>xí-</i>	coisas, basicamente	<i>xi-siwana</i> ‘pobre’
8	<i>svi-</i>		<i>svi-siwana</i> ‘pobres’
9	<i>(yi)N-</i>	alguns seres do reino animal, e outros	<i>m-bongolo</i> ‘burro’
10	<i>ti(N)-</i>		<i>ti-mbongolo</i> ‘burros’
11	<i>li-</i>	coisas longas, principalmente	<i>li-sima</i> ‘importância’
14	<i>vù-/wù-</i>	substâncias e abstractos	<i>wu-tivi</i> ‘saber’
15	<i>kù-</i>	nomes verbais; infinitive verbal	<i>ku-dondra</i> ‘capinar’

Fonte: elaboração própria.

No quadro apresentado as CNs, os PNs e os respectivos exemplos ilustrativos, tendo em conta o significado dos nomes que mais abundam em cada uma das classes. Como podemos observar, na língua zronga existem 13 CNs, das quais, de 1 a 10 organizam-se aos pares, sendo que, as classes 2, 4, 6, 8 e 10 constituem o plural das classes 1, 3, 5, 7 e 9, respectivamente. Particularmente, a classe 11 faz plural através da classe 10.

As formas básicas dos PNs das classes 1, 3, 5 e 9 realizam-se de diferentes formas, “devido à natureza dos segmentos vizinhos” (NGUNGA, 2014, p. 127), conforme ilustram os exemplos que a seguir apresentamos:

Classe 1

- 1a. *n’wáhuva/van’wáhuva* ‘mexoeira(s)’
ntúkúlú/vantúkúlú ‘neto(s)’
ønúná/vanúná ‘marido(s)’

Classe 3

- 1b. *n'wála/min'wála* ‘unha(s)’
nsinya/misinya ‘árvores(s)’
ønúlu/minúlu ‘certa(s) árvore(s) espinhosa(s)’

Classe 5

- 1c. *øphólisa/maphólisa* ‘polícia(s)’
øtíhló/matíhló ‘olho(s)’
øvókó/maókó ‘mao(s)’

Classe 9

- 1d. *mbita/timbita* ‘panela(s) de barro’
ndota/tindota ‘conselheiro(s)’
øhavu/tihavu ‘macaco(s)’

Analisando os exemplos acima verificamos que em (1a-b), o PN *mu-*, das CNs 1 e 3 pode realizar-se de 3 formas: *n'w-*, *n-* e *ø*. O PN *ø* ocorre também nos nomes da classe 5, conforme os exemplos em (1c). Aliás, Dimande e Chimbutane (2021) mostram que este prefixo ocorre na maior parte dos nomes desta classe. Em (1d) constatamos que para além do prefixo *ø*, o prefixo *(yi)N-*, CN 9, pode realizar em *m-* ou *n-*.

Em termos semânticos, é preciso explicar que apesar de cada um dos exemplos apresentados estar alinhado com o significado nos nomes que mais abundam em cada classe, é inegável que em cada uma das 13 CNs existem nomes semanticamente “deslocados”. Sobre este aspecto, é preciso lembrar que Ngunga (2014) já defendia que nas LB “são praticamente inexistentes as classes em que se encontram nomes que são exclusivamente da mesma categoria semântica” (NGUNGA, 2014, p. 127). A título de exemplo, na língua em estudo temos os nomes *mpóhlo/mi-mpóhlo* ‘moço(s) bonito(s)’; *øjaha/majaha* ‘rapaz(es)’; *xiduhati/sviduhati* ‘velho(s)’ e *nghwavana/tinghwavana* ‘prostituta(os)’ que apesar designarem seres humanos, não estão nas classes 1 e 2, mas sim, nas classes 3 e 4, 5 e 6, 7 e 8 e 9 e 10, respectivamente. Aliás, é preciso destacar que, mesmo as CNs 1 e 2 reservadas aos seres humanos, também albergam nomes de significados desajustados, como por exemplo, *mahulwána/vamahulwána* ‘curiango(s)’; *n'wábola/van'wábola* ‘certo(s) arbustro(s) trepador(es), com espinhos grandes’; *n'wáhuva/van'wáhuva* ‘mexoeira(s), painço(s), milho miúdo’; *ncwale/vancwale* ‘lontra(s)’; *n'wankolela* ‘enguia(s), congro(s)’ e *n'wántrángántrángá* ‘certo(s) pássaro(s)’.

A existência de nomes de significados diferentes em uma determinada classe também pode ser revista em Dimande e Chimbutane (2022), que na pesquisa do prefixo da classe 5, concluíram que esta classe “alberga uma diversidade semântica de nomes, incluindo nomes de seres humanos, animais irracionais, partes do corpo humano e de animais, frutos, medidas de tempo, derivados verbais que

exprimem modo ou maneira, objetos, doenças e meios de transporte” (DIMANDE; CHIMBUTANE, 2022, p. 879). É por isso que concordamos com Ngunga (2014), quando propõe que a única forma de acautelar este caos em termos de significados é o uso de advérbios de modo, no caso vertente, “principalmente”, “predominantemente”, “sobretudo” e “basicamente”, dando conta do significado dos nomes que mais abundam em uma determinada CN.

As 13 CNs que afirmamos que existem na língua em estudo resultam do fato de as classes diminutivas 12, 13 e as classes locativas 16, 17 e 18 não serem produtivas, conforme os exemplos que a seguir apresentamos:

2a.	<i>mhunu</i>	‘pessoa’	(cl.1) >	<i>*kamhunu</i>	<i>*tumhunu</i>	
b.	<i>movha</i>	‘carro’	(cl.3) >	<i>*kamovha</i>	<i>*tumovha</i>	
c.	<i>tuva</i>	‘pombo’	(cl.5) >	<i>*katuva</i>	<i>*tutuva</i>	
d.	<i>xipixi</i>	‘gato’	(cl.7) >	<i>*kapixi</i>	<i>*tipixi</i>	
e.	<i>mbilu</i>	‘coração’	(cl.9) >	<i>*kambilu</i>	<i>*tumbilu</i>	
f.	<i>likuku</i>	‘esteira’	(cl.11) >	<i>*kalikuku</i>	<i>*tulikuku</i>	
g.	<i>wulombe</i>	‘açúcar’	(cl.14) >	<i>*kawulombe</i>	<i>*tuwulome</i>	
h.	<i>kuda</i>	‘comer’	(cl.15) >	<i>*kakuda</i>	<i>*tukuda</i>	
3a.	<i>mhunu</i>	‘pessoa’	(cl.1) >	<i>*hamhunu</i>	<i>*kumhunu</i>	<i>*mumhunu</i>
b.	<i>movha</i>	‘carro’	(cl.3) >	<i>*hamovha</i>	<i>*kumovha</i>	<i>*mumovha</i>
c.	<i>tuva</i>	‘pombo’	(cl.5) >	<i>*hatuva</i>	<i>*kutuva</i>	<i>*mutu</i>
d.	<i>xipixi</i>	‘gato’	(cl.7) >	<i>*haxipixi</i>	<i>*kuxipixi</i>	<i>*muxipixi</i>
e.	<i>mbilu</i>	‘coração’	(cl.9) >	<i>*hambilu</i>	<i>*kumbilu</i>	<i>*mumbilu</i>
f.	<i>likuku</i>	‘esteira’	(cl.11) >	<i>*halikuku</i>	<i>*kulikuku</i>	<i>*mulikuku</i>
g.	<i>wulombe</i>	‘açúcar’	(cl.14) >	<i>*halombe</i>	<i>*kuwulome</i>	<i>*muwulombe</i>
h.	<i>kuda</i>	‘comer’	(cl.15) >	<i>*hakuda</i>	<i>*kukuda</i>	<i>*mukuda</i>

Conforme ilustram os exemplos acima apresentados, tanto a prefixação dos tradicionais prefixos diminutivos *ka-* e *tu-*, classes 12 e 13 respectivamente, quanto dos locativos *ha-*, classe 16; *ku-* classe 17 e *mu-* (classe 18), resulta em formas irreconhecíveis para os falantes nativos de zronga. Perante essa constatação, a pergunta que se coloca é, “como os falantes desta língua realizam a diminutivização e a locativização morfológicas?”. Para responder esta questão, analisemos os exemplos que se seguem:

4a.	<i>mhunu</i>	‘pessoa’	(cl.1) >	<i>xi-/svimhun’wana</i>	‘pessoa pequena’
b.	<i>movha</i>	‘carro’	(cl.3) >	<i>xi-/svimovhana</i>	‘carropequeno’
c.	<i>tuva</i>	‘pombo’	(cl.5) >	<i>xi-/svituvana</i>	‘pombinho(s)’
d.	<i>xipixi</i>	‘gato’	(cl.7) >	<i>xi-/svipixana</i>	‘gatinho(s)’
e.	<i>huku</i>	‘galinha’	(cl.9) >	<i>xi-/svihukwana</i>	‘pinto(s)’
f.	<i>likuku</i>	‘esteira’	(cl.11) >	<i>xi-/svikukwana</i>	‘esteirinha(s)’

g.	<i>wulombe</i>	‘açúcar’	(cl.14)	>	<i>xi-/svilombana</i>	‘poucoaçúcar’
h.	<i>kuda</i>	‘comer’	(cl.15)	>	<i>kudanyana</i>	‘comer um pouco’
5a.	<i>movha</i>	‘carro’	(cl.3)	>	<i>movheni</i>	‘no carro’
b.	<i>tiva</i>	‘lagoa’	(cl.5)	>	<i>tiveni</i>	‘na lagoa’
c.	<i>xipixi</i>	‘gato’	(cl.7)	>	<i>xipixeni</i>	‘no gato’
d.	<i>huku</i>	‘galinha’	(cl.9)	>	<i>hukwini</i>	‘no galinheiro’
e.	<i>likuku</i>	‘esteira’	(cl.11)	>	<i>likukwini</i>	‘na espeira’
f.	<i>kuda</i>	‘comer’	(cl.15)	>	<i>kudeni</i>	‘onde se come’

Em resposta à pergunta formulada no parágrafo precedente, os exemplos em (4) e (5) mostram que na língua zronga, a diminutivização e a locativização morfológicas realizam-se através da afixação do morfema descontínuo *xi-...-ana* e do sufixo *-ini*, respectivamente. Note-se que na locativização, a sufixação deste último morfema desencadeia um conjunto de processos fonológicos, como por exemplo, a elisão e a semivocalização, devido à necessidade de resolução de hiato resultante do encontro entre a vogal final (VF) do nome e a vogal inicial do sufixo locativo.

A discussão do sistema de CNs da língua ronga neste trabalho especificamente dedicado à análise paramétrica do sujeito nulo até pode parecer desnecessário. Entretanto, este exercício é indispensável na medida em que nas LB, o sistema de concordância sintáctica está intimamente ligado às CNs, como mostram os exemplos que se seguem:

6a.	<i>Xi-siwana</i>	<i>xi-f-ile.</i>	b.	<i>Svi-siwana</i>	<i>svi-f-ile.</i>
	7-pobre	8.MCS-morrer-Pass		8-pobres	8.MCS-morrer-Pass
	‘O pobre morreu.’			‘Os pobres morreram.’	

Em termos sintácticos, os exemplos em (6) mostram que realmente, a seleção da marca de concordância de sujeito (MCS) é feita em função da CN do núcleo do sintagma nominal. Assim, em (6a) constatamos que como *xisiwana* ‘pobre’, o núcleo sujeito, é da classe 7, a MCS é *xi-*, prefixada ao verbo *-f-* ‘morrer’. Contrariamente, em (6b) verificamos que a mudança da CN do núcleo para 8, automaticamente implica também que a MCS passe a ser *svi-*, da classe 8. Na literatura, este fenómeno é designado por concordância aliterativa, visto que os prefixos das CNs 7 e 8 são literalmente copiados aos alvos.

O que se pode inferir a partir dos exemplos acima analisados é que a discussão das CNs da língua zronga é importante na medida em que, as CNs “*are at the heart of an extensive system of concord (i.e., agreement) in Bantu*” (KATAMBA, 2003, p. 111). Assim, este exame fornece subsídios que permitem compreender o comportamento desta língua em relação ao parâmetro em estudo. Por isso, no quadro que se segue, resumimos as marcas de concordância seleccionadas por diferentes CNs:

Quadro 4: Marcas de concordância sintáctica na língua rongá.

CN	PI	PD	Objecto	Possessivo	Pronome	Numeral
1	mù-	á-	-mù-	va-	Yene	mù-
2	và-	vá-	-và-	mu-	Vone	và-
3	mù-	wú-	-mù-	mi-	Wone	wù-
4	mi-	yi-	-mi-	li-	Yone	yi-
5	li-	drí-	-li-	ma-	Drone	drì-
6	mà-	má-	-mà-	xi-	Wone	mà-
7	xí-	xí-	-xí-	svi-	Xone	xì-
8	svi-	sví-	-svi-	(yi)N-	Svone	svì-
9	(yi)N-	yí-	-yí-	ti(N)-	Yone	yìn-
10	ti(N)-	tí-	-tí-	li-	Tone	tìn-
11	li-	drí-	-drí-	vu-/wu-	Drone	drì-
14	vù-/wù-	drí-	-drí-	va-	Drone	drì-
15	kù-	kú-/sví-	-kú-/sví-	mu-	Kone	kú-/sví-

Fonte: elaboração própria.

Depois dessas duas seções especificamente dedicadas à contextualização e descrição língua rongá, na seção que se segue apresentamos o estado de arte sobre o parâmetro *pro-drop* nas línguas naturais.

2 O parâmetro *pro-drop* nas línguas naturais

Para uma melhor discussão do parâmetro *pro-drop* na língua zrongá, consideramos imprescindível, primeiro, ter claro os conceitos de sujeito, parâmetro *pro-drop* e, sobretudo, identificar as propriedades comuns das línguas de sujeito nulo. A clarificação destes conceitos e do comportamento sintáctico das línguas enquadradas neste parâmetro é importante na medida em que garante a sua operacionalização, na fase de análise de dados.

Uma análise minuciosa das gramáticas prescritivas e outros materiais relevantes sobre a gramática da língua portuguesa, entre os quais, Mateus *et al.* (2003); Cunha e Cintra (2007); Rocha Lima (2011); Kantchack (2012); Azevedo, Pinto e Lopes (2012) e Bechara (2015), permite concluir que sobre a definição do sujeito gramatical não há consenso. A divergência resulta fundamentalmente do fato de esta categoria gramatical ser definida com base em diferentes critérios linguísticos, a saber: *i.* critério semântico, quando se diz que o sujeito é o elemento que exerce ou sofre a acção expressa pelo verbo; *iii.* critério discursivo ou informacional, na qual se defende que o sujeito é o termo sobre o qual se faz alguma declaração e *iii.* critério sintáctico, quando o sujeito é definido como o termo com o qual o

verbo concorda em número e pessoa. Considerando que a adoção destes 3 critérios resulta em definições diferentes, importa destacar que neste artigo preferimos adotar este último critério.

Seguindo o critério sintático, Mateus *et al.* (2003) defendem que relativamente ao processo de controlo dos processos sintáticos, o sujeito gramatical é um elemento muito importante na medida que constitui, por um lado, “controlador categórico da concordância verbal” e, por outro lado, “controlador preferencial da anáfora frásica” (MATEUS *et al.*, 2003, p. 282).

Tendo em conta a possibilidade de realização do sujeito, Mateus *et al.* (2003) e Azevedo, Pinto e Lopes (2012) defendem que este pode estar expresso, podendo ser simples, (um só núcleo) ou composto (mais de um núcleo), ou nulo, nos contextos em que não está expresso. Nessa linha de pensamento, o sujeito nulo, o foco deste artigo, é definido como “uma interpretação de sujeitos referenciais (i.e. definidos) em sentenças finitas e declarativas nas quais um pronome, sintagma nominal ou expressão referencial não estariam realizados foneticamente, com a posição de sujeito permanecendo vazia” (VERÍSSIMO, 2017, p. 77). Este tipo de sujeito, de acordo com estes e outros gramáticos, apresenta 3 variantes, designadamente: *i.* subentendido (oculto), quando não está materialmente expresso na sentença, mas podendo, entretanto, ser identificado através de desinências verbais; *ii.* indeterminado, quando não há condições de especificar a que elemento o verbo está se referindo e, *iii.* expletivo, nos contextos em que é inexistente.

Sobre a génese do parâmetro *pro-drop*, a literatura reconhece que o embrião da ideia de um de sujeito nulo é, de acordo com Holmberg e Roberts (2009), atribuído aos estudos de Perlmutter (1971). Para estes autores, poderá ter sido Perlmutter (1971) o primeiro a descrever, sem nomear explicitamente, um princípio geral para explicar a existência de línguas naturais nas quais foneticamente o sujeito poderia não estar realizado (nulo), sem, contudo, comprometer a gramaticalidade de uma determinada sentença.

Posteriormente ao trabalho de Perlmutter (1971), Chomsky (1981) propõe oficialmente, de acordo com Duarte (1995), o parâmetro de sujeito nulo (parâmetro *pro-drop*), no contexto da Gramática Gerativa, a partir de uma análise comparativa entre o Inglês e as línguas românicas *pro-drop*, para dar conta da propriedade de o sujeito não ser foneticamente realizado, como reflexo de uma suposta “rica” especificação morfológica da concordância verbal. Concordando com Chomsky (1981), Silva (2017) esclarece que esta constatação resulta da riqueza morfológica “que é a responsável pela vinculação de categorias vazias (de tipo anafórico) que ficará na posição de sujeito quando da extração” (SILVA, 2017, p. 192).

Tendo em conta o parâmetro *pro-drop*, Chomsky (1957) citado por Duarte (1993); Quarezemin (2006), Villarinho (2006) e Marins (2009) postulam que as línguas naturais subdividem-se em dois grupos, a saber: (i) línguas de sujeito pleno (LSP) e (ii) LSN. A diferença entre estes dois grupos de línguas reside no fato de nas LSP ser obrigatório preencher, através de material fónico, todos os sujeitos

pronominais das sentenças, independentemente do contexto, enquanto que nas LSN, o sujeito pronominal pode ser nulo, sem, contudo, afetar a gramaticalidade das sentenças. Assim, constituem exemplos de línguas do primeiro grupo, o inglês, o alemão e o francês, e do segundo grupo, o português, o chinês, o italiano e o espanhol, (CHOMSKY, 1957 citado por DUARTE, 1993; MARINS, 2009). Para compreendermos a diferença entre LSP e LSN, analisemos o presente do verbo “comer”, no quadro comparativo que se segue, entre português e inglês:

Quadro 5: Conjugação do verbo comer nas línguas portuguesa e inglesa.

Línguas			
Português		Inglês	
Pronomes pessoais	Conjugação	Pronomes pessoais	Conjugação
Eu	Como	<i>I</i>	<i>eat</i>
Tu	Comes	<i>You</i>	<i>eat</i>
ele/ela	Come	<i>he/she/it</i>	<i>eats</i>
Nos	Comemos	<i>We</i>	<i>eat</i>
Vos	Comeis	<i>You</i>	<i>eat</i>
Eles	Comem	<i>They</i>	<i>eat</i>

Fonte: elaboração própria.

Conforme documenta o quadro, em Inglês, os pronomes absolutos *I* (eu), *you* (tu), *we* (nós), *you* (vocês) e *they* (eles) possuem a mesma forma verbal “*eat*”. Ou seja, estes pronomes não exercem influência na forma verbal. Contrariamente, em Português, os exemplos mostram que cada pronome absoluto possui a sua forma verbal, visto que cada um deles exerce influência na forma verbal, o que permite que mesmo em contextos de sujeito expletivo, através das desinências verbais, seja possível interpretar o respectivo sujeito. É esta constatação que explica que mesmo em uma construção como ‘**comes** manga’, seja possível saber que o sujeito oculto é “tu”, através do morfema desinencial “-es”.

Sobre a língua inglesa, Deus (2011) defende que a igualdade da forma verbal para todos pronomes absolutos faz com que em construções descontextualizadas seja obrigatório indicar o sujeito, sob pena de as desprovidas deste elemento sintáctico serem agramaticais e incomunicáveis, como mostram os exemplos que a seguir apresentamos:

7a. *We live in Lisbon.* ‘vivemos em Lisboa.’

b. **Live in Lisbon*

- 8a. **Rained in Lisbon*
b. *It rained in Lisbon*. ‘Choveu em Lisboa.’

(DEUS, 2011, p. 227)

Como ilustram os exemplos acima, a não realização dos pronomes “*we*” e “*it*” como núcleos de sujeitos, em (7b) e em (8a) respectivamente, torna impossível identificar os sujeitos das formas verbais “*live*” e “*rained*”. Por isso, as construções são consideradas agramaticais.

De acordo com Duarte (1995) e Marins (2009), a não realização de sujeito em algumas línguas não é um fenómeno que ocorre por acaso. Para estes autores, ela está associada à “rica” especificação morfológica do paradigma verbal. Assim, seguindo esta proposta, argumenta-se que “línguas como italiano, que apresentam seis oposições no paradigma flexional do verbo, licenciariam o sujeito nulo, que seria identificado através da desinência de número e pessoa” (MARINS, 2009, p. 7). Entretanto, com o refinamento do princípio *pro-drop*, através de análise de outras línguas constatou-se que a rica morfologia do paradigma verbal não é o único fator que licencia o sujeito nulo, (DUARTE, 1995), visto que o Chinês, uma língua com um paradigma verbal uniforme, desprovido de qualquer tipo de desinência, permite o apagamento e a identificação do sujeito (HUANG, 1984 citado por MARINS, 2009). Nessa perspectiva, Huang, Jaeggli e Safir (1989) citados por Marins (2009) concluem que o sujeito nulo é licenciado pela uniformidade morfológica dos paradigmas verbais. Deste modo, os autores defendem que tanto em línguas cujo paradigma flexional do verbo apresenta formas compostas somente pelo radical do verbo, quanto em línguas cujo paradigma exhibe desinências, o sujeito gramatical pode não se realizar, visto que enquanto no primeiro contexto é codificado pelo tópico discursivo, no segundo, o mesmo é identificado pela morfologia verbal.

Na mesma linha de pensamento apresentado no parágrafo precedente, Jaeggli e Safir (1989) citado por Duarte (1995) clarificam que um paradigma é considerado morfológicamente uniforme se constitui ou de formas derivadas (que podem incluir desinências de número, pessoa, tempo, modo, aspecto, etc., variando de língua para língua) ou de formas não derivadas (constituídas pelo radical apenas).

Analisando o comportamento das línguas de sujeito nulo e especificamente na tentativa de estabelecer a tipologia destes, Roberts e Holmberg (2010) e Holmberg (2010) citados por Zheng (2013) defendem que existe 3 tipos de línguas de sujeito nulo, a saber: *i*. línguas de sujeito nulo consistente; *ii* línguas de sujeito nulo parcial e *iii*. línguas de *pro-drop* radical (ou línguas de *pro-drop* discursivo). A diferença entre estes tipos, de acordo com os autores, reside no fato de as LSN consistente permitirem generalizadamente a omissão do sujeito nas frases finitas em vários contextos, por possuírem um paradigma flexional complexo, (como sucede com o PE, italiano e o espanhol), enquanto que as LSN parcial, caracterizam-se por não permitirem a omissão do sujeito em frases finitas apenas em algumas estruturas

(tais como aquelas em que ocorrem em sujeitos expletivos), como sucede no português europeu (PB) e finlandês. E por último, as LSN radical, aquelas que são favoráveis à omissão de sujeito nas frases finitas em vários contextos, apesar de serem desprovidos de qualquer marca flexional, como acontece em chinês e em japonês. Concordando com estes linguistas e socorrendo-se dos resultados do projeto desenvolvido em Cambridge desde o início do século XXI, por Teresa Biberauer, Ian Roberts e Anders Holmberg, também na perspectiva de estabelecer uma tipologia clara das LSN, Silva (2017) acrescenta 2 tipos designadamente, *iv*. línguas sem sujeito nulo, em que o sujeito nulo não é admitido, como sucede em Inglês e Francês, por causa do sistema flexional empobrecido e *v*. línguas de sujeito nulo expletivo, em que somente os sujeitos expletivos podem ser nulos, como sucede em alemão e crioulo de Haiti.

De acordo com Duarte (1993), Deus (2011) e Veríssimo (2017), apesar da classificação acima apresentada, entre linguistas, é consensual que as LSN apresentam propriedades comuns que as diferenciam das LSP, designadamente, *i*. a possibilidade de omissão do pronome sujeito em orações finitas; *ii*. a inversão da ordem sujeito-verbo em sentenças simples; *iii*. o Movimento-Qu de sujeito de longa distância; *iv*. os pronomes resumptivos vazios em sentenças encaixadas e *v*. a violação do filtro *that-t*, conforme os exemplos que a seguir apresentamos:

- | | | |
|------|--|------------|
| 9a. | Ø Parli italiano bravamente | [Italiano] |
| b. | Ø Hablas italiano muy bien | [Espanhol] |
| c. | Ø Falas italiano muito bem | [PE] |
| 10a. | Ha telefonato Carlo a il suo padre | [Italiano] |
| b. | Telefonou o Carlos ao seu pai | [PE] |
| 11a. | Chi <i>i</i> pensi che <u> </u> i viene alla festa? | [Italiano] |
| b. | Quemi você acha que <u> </u> i vem à festa? | [PE/PB] |
| 12a. | Ecco la ragazza che mi domando che possa venire | [Italiano] |
| b. | Essa é a moça que acho que possa vir | [PE/PB] |
| 13a. | Chi <i>i</i> crede che <u> </u> i partirà? | [Italiano] |
| b. | Quemi você acha que <u> </u> i partirá? | [PE/PB] |

(VERÍSSIMO, 2017, p. 78)

Os exemplos acima apresentados ilustram as propriedades das línguas *pro-drop*. Como podemos observar, em (9) constatamos que nas línguas italiana, espanhol e portuguesa (PE) é possível omitir o pronome sujeito em orações finitas. Na mesma linha, em (10) verificamos que no Italiano e no PE é possível inverter

a ordem sujeito-verbo em sentenças simples. Em (11), no Italiano, PE e PB verifica-se o movimento-Qu de sujeito de longa distância. Em (12) constatamos que no Italiano, PB e PE verificam-se os pronomes resumptivos (lembretes) vazios, em sentenças encaixadas e, por último, em (13), onde constatamos que em Italiano e em Português (variantes PB e PE) há violação do filtro *that-t*.

De forma resumida, nesta seção discutimos o conceito de parâmetro *pro-drop*, bem como as propriedades sintáticas das LSN. Assim, na seção que se procura responder às perguntas que guiam a nossa pesquisa, sobretudo a que constitui o título deste artigo.

3 O parâmetro *pro-drop* em zronga

Conforme referimos na seção introdutória, a presente seção é especificamente dedicada à discussão do parâmetro *pro-drop* na língua zronga, com o objectivo de determinar, com base em evidências, se zronga é ou não é uma língua *pro-drop*; averiguar se esta possui uma morfologia verbal capaz de permitir a interpretação de sujeitos expletivos e explicitar o comportamento dos verbos climáticos em relação ao parâmetro em estudo.

Para o alcance dos objectivos acima apresentados, analisamos diferentes contextos de núcleos de sujeito, entre os quais, aqueles em que estes são, por um lado, pronomes absolutos e, por outro lado, nomes de diferentes CNs e verbos meteorológicos. O exame inclui ainda os casos de inversão do sujeito gramatical para a posição pós-verbal. Assim, iniciamos a discussão abordando os pronomes absolutos.

3.1 Pronomes absolutos

14a. <i>Mine</i>	<i>ni-ta-v-a</i>	<i>mu-dondrisi.</i>
1.Pron absol. eu	1.MCS-fut-ser-VF	1-professor
‘Eu serei professor.’		
b. [<i>pro</i>] <i>ni-ta-v-a</i>	<i>mu-dondrisi</i>	
1.MCS-fut-ser-VF	1-professor	
‘[<i>pro</i> Eu] serei professor.’		
c. *[<i>pro</i>] \emptyset - <i>ta-v-a</i>	<i>mu-dondrisi</i>	
fut-ser-VF	1-Professor	

15a. <i>Hine</i>	<i>hi-ta-v-a</i>	<i>va-dondrisi</i>
1.Pron absol. nós	1.MCS-fut-ser-VF	2-professores
‘Nós seremos professores(as).’		
b. [<i>pro</i>] <i>hi-ta-v-a</i>	<i>va-dondrisi.</i>	
1.MCS-fut-ser-VF	2-professores	
‘seremos professores.’		
c. [<i>pro</i>] *∅- <i>ta-v-a</i>	<i>va-dondrisi.</i>	
fut-ser-VF	2-professores	

Os exemplos acima apresentados ilustram o parâmetro *pro-drop* em sujeitos simples, cujos os núcleos são os pronomes absolutos *mine* ‘eu’ e *hine* ‘nós’. Como podemos observar, cada um destes sujeitos projecta sobre o verbo -v- ‘ser/estar’ a sua marca de concordância, designadamente *ni-* e *hi-*, em (14a) e (15a) respectivamente. Paralelamente a estes dados, em (14b) e (15b) verificamos que a não realização dos sujeitos gramaticais não afeta a gramaticalidade das construções, visto que os mesmos estão mapeados através das marcas já identificadas. Por isso, inferimos que nestes contextos, que a realização do sujeito gramatical é redundante. Esta constatação parece ser válida, visto que em (14c) e (15c), a remoção destas marcas de concordância resulta na agramaticalidade, na medida em que impossibilita a identificação dos argumentos externos. Nessa perspectiva, concordamos com Mchombo (2004), quando refere que nas LB, a incorporação da marca de concordância de sujeito gramatical é de carácter obrigatório, sendo que “*Such obligatoriness is characteristic of grammatical agreement*” (MCHOMBO, 2004, p. 24).

O fenómeno descrito nos exemplos (14) e (15) não se verifica apenas nos contextos em que os núcleos dos sujeitos simples são os pronomes absolutos *mine* ‘eu’ e *hine* ‘nós’, primeiras pessoas do singular e do plural, respectivamente. Efectivamente, o quadro a seguir mostra, através da conjugação do verbo *kudondra* ‘estudar’ no pretérito perfeito, que cada pronome absoluto selecciona a sua marca de concordância:

Quadro 6: Conjugação do verbo *kudondra* ‘estudar’.

Pronomes absolutos	Glossas	Conjugação	Glossas
<i>mine</i>	‘eu’	<i>nidondrile</i>	‘estudei’
<i>wene</i>	‘tu’	<i>udondrile</i>	‘estudastes’
<i>yene</i>	‘ele/ela’	<i>adondrile</i>	‘estudou’

Pronomes absolutos	Glossas	Conjugação	Glossas
<i>hine</i>	‘nós’	<i>hidondrile</i>	‘estudámos’
<i>n’wine</i>	‘vós’	<i>nwidondrile</i>	‘estudastes’
<i>vone</i>	‘eles’	<i>vadondrile</i>	‘estudaram’

Fonte: elaboração própria.

Analisando o quadro, constatamos que o paradigma flexional da língua zronga é bastante complexo, visto que cada pessoa gramatical seleciona a sua marca de concordância. Efectivamente, o quadro mostra que nas três pessoas do singular, temos a marca *ni-* para *mine* ‘eu’; *u-* para *wene* ‘tu’ e *a-* para *yene* ‘ele/ela’. Diferentemente, no plural, temos *hi-* para *hine* ‘nós’; *n’wi-* para *n’wine* ‘vós’ e *va-*, para *vone* ‘eles/elas’.

Os dados até então analisados parece sugerirem que zronga é uma LSN, por conta da sua morfologia verbal complexa, que permite a plena interpretar os sujeitos gramaticais omissos. Entretanto, como nas línguas naturais no geral e especificamente na língua zronga, o pronome absoluto não é o único elemento sintacticamente susceptível de preencher a posição de núcleo de sujeito gramatical, nos exemplos que se seguem analisamos o parâmetro *pro-drop* nos contextos em que os núcleos de sujeitos gramaticais são nomes de diferentes CNs.

3.2 Nomes de diferentes classes nominais

16a. <i>Mariya</i>	<i>a-d-ile</i>	<i>nyama.</i>	‘Maria comeu carne.’
1. Maria	1.MCS-comer-Pass	9. carne	
b. <i>[pro]</i>	<i>a-d-ile</i>	<i>nyama.</i>	‘[ela] comeu carne’
	1.MCS-comer-Pass	9. carne	
c. <i>*[pro]</i>	<i>-d-ile</i>	<i>nyama.</i>	‘[ela] comeu carne’
<i>[ele(a)]</i>	<i>-comer-Pass</i>	9. carne	

17a. <i>Ntombhí</i>	<i>yi-ta-svéká</i>	<i>nyama.</i>	‘A menina cozinhará carne.’	
9.menina	9.MCS-fut-cozinhar-VF	9.carne		
b. [pro]	<i>yi-ta-svék-á</i>	<i>nyama.</i>	‘[ela] cozinhará carne.’	
[ele(a)]	9.MCS-fut-cozinhar-VF	9.carne		
c. * [pro]	<i>-ta-svéká</i>	<i>nyama.</i>		
fut-cozinhar		9.carne		
18a. <i>Mariya</i>	<i>na</i>	<i>Jowana</i>	<i>va-d-ile</i>	<i>nyama.</i>
1.Maria	e	1.Joana	2.MCS-comer-Pass	9.carne
‘Maria e Joana comeram carne.’				
b. [pro]	<i>va-d-ile</i>	<i>nyama.</i>	‘[elas] comeram carne.’	
	2.MCS-comer-Pass	9.carne		
c. [pro]	<i>*-d-ile</i>	<i>nyama</i>		
19a. <i>Xidakwa</i>	<i>ni</i>	<i>ntombhí</i>	<i>va-ta-lw-a.</i>	
7.bêbado	e	9.menina	2.MCS-fut-lutar-VF	
‘O bêbado e a menina lutarão.’				
b. [pro]	<i>va-ta-lw-a.</i>	‘[eles] lutarão.’		
	2.MCS-fut-lutar-VF			
c. [pro]	<i>*-ta-lwa.</i>			

À semelhança do que foi visto na subsecção precedente, os exemplos acima apresentados também ilustram o parâmetro *pro-drop*. Entretanto, estes diferem dos já analisados pelo facto de os núcleos dos seus sujeitos gramaticais não serem pronomes pessoais, mas sim nomes de diferentes CNs. Para além desta diferença, é preciso também assinalar a inclusão de sujeitos complexos. Assim, em (16) temos o núcleo *Mariya* ‘Maria’, nome da classe 1 e, em (17), o *ntombhí* ‘menina’, da classe 9. Já em (18), temos um sujeito complexo cujos núcleos são *Mariya* ‘Maria’ e *Jowana* ‘Joana’, todos da classe 1 e por último, em (19), onde os núcleos são *xidakwa* ‘bêbado’ e *ntombhi* ‘menina’, das classes 7 e 9, respectivamente.

Em cada uma das construções em (16a), (17a), (18a) e (19a), constatamos que os núcleos dos sujeitos simples e complexos projectam as suas marcas de concordância, destacadas a negrito. São estas marcas que fazem com que em (16b); (17b); (18b) e (19b), ainda que as posições dos sujeitos gramaticais estejam vazias, as construções continuem gramaticais, visto que é possível identificar os sujeitos omissos. Esta é a constatação que, mais uma vez, nos faz acreditar que zronga é uma LSN. Entretanto, antes de validarmos esta tese, vejamos se ela admite a inversão de sujeito:

20a. A-xi-nyikile	<i>sva-kuda</i>	<i>xi-pixi</i>	<i>mamana.</i>
1.MCS-7.MO-dar-Pass	8-comida	7-gato	1.mama
'Deu comida o gato a mama.'			
b. Dri-k-ile	<i>mati</i>	<i>jaha.</i>	
5.MCS-cartar-Pass	14-comida	5.gato	
'Cartou a água o rapaz.'			
c. Ma-phakel-ile	<i>ma-kadernu</i>	<i>ma-thixa.</i>	
6.MCS-distribuir-Pass	6.cadernos	6-professores	
'Distribuíram cadernos os professores.'			
d. Yi-trem-ile	<i>n-sinya</i>	<i>n-tombi.</i>	
9.MCS-cortar-Pass	9-árvore	9-menina	
'Cortou a árvore a menina.'			
e. Ti-svek-ile	<i>mpunga</i>	<i>ti-ntombhi.</i>	
10.MCS-cozinhar-Pass	3.arroz	10-meninas	
'Cozinharam arroz as meninas.'			
f. Va-yak-ile	<i>yindlu</i>	<i>va-vanuna.</i>	
2.MCS-construir-Pass	9.casa	2-mães	
'Construíram a casa as mães.'			
g. Svi-nyik-iw-ile	<i>m-punga</i>	<i>svi-siwana.</i>	
8.MCS-dar-Pas-Pass	3-arroz	8-pobres	
'Foram dados arroz os pobres.'			

Nos exemplos em (20) constatamos que gramaticalmente, a língua zronga admite a inversão da ordem sujeito-verbo, visto que apesar de os sujeitos gramaticais *mamana* ‘mama’ (cl.1), em (20a); *jaha* ‘rapaz’ (cl.5), em (20b); *mathica* ‘professores’ (cl.6), em (20c); *ntombhi* ‘menina’, em (20d); *tontombhi* ‘meninas’ (cl.10), em (20e), *vavanuna* ‘homens’ (cl.2), em (20f) e *svisiwana* ‘pobres’ (cl.8), em (20g) ocuparem a posição pós-verbal, as construções continuam gramaticais, graças a incorporação das respectivas marcas de concordância destacadas a negrito, nas respectivas estruturas verbais.

Mais uma vez, estes dados cimentam a tese de que a língua zronga comporta-se como uma LSN. Esta conclusão ainda pode ser revista nos exemplos que a seguir apresentamos, onde analisamos os casos de verbos climáticos:

3.3 Verbos meteorológicos

21a. *Mpfula* *yi-n-ile* *namuntlha.* ‘Chove, hoje.’
 9.chova 9.MCS-chover-Pass Adv.hoje

b. *Yi-n-ile* *namuntlha.* ‘Chove, hoje.’
 9.MCS-chover-Pass Adv.hoje

c. **-n-ile* *namuntlha.*

22a. *Tilu* *dri-ta-druma* *tinhav-eni.* ‘Vai trovejar nas montanhas.’
 5.céu 5.MCS-Fut-trovejar 10.montanhas-Loc

b. *dri-ta-drum-a* *tinhav-eni.* ‘Trovejará, nas montanhas.’
 5.MCS-MTFut- trovejar-VF 10.montanhas-Loc

c. **-ta-druma,* *tinhav-eni.*

23a. *Dambu* *dra-x-a.* b. *dra-x-a.* c. **x-a.*
 5.sol 5.MCS-amanhecer-VF 5.MCS-amanhecer-VF 5.MCS-amanhecer-VF
 ‘Está a amanhecer.’ ‘Está a amanhecer.’

Os exemplos (21-23) ilustram o parâmetro *pro-drop* nos contextos em que os núcleos de sintagma verbal são verbos meteorológicos. Como podemos constatar,

em (21a), (22a) e (23a), as construções aparecem com os seus respectivos argumentos externos, ou seja, os sujeitos gramaticais *mpfula* ‘chuva’, *tilu* ‘céu’ e *dambu* ‘sol’. À semelhança dos exemplos até então analisados, em (21b), (22b) e (23b), constatamos que a omissão destes não impossibilita a gramaticalidade, visto que através das marcas de concordância selecionadas, é possível recuperar os argumentos externos.

Depois destas análises, passamos à última seção do artigo, onde fazemos o balanço do trabalho realizado, destacando as principais constatações.

Considerações finais

No presente artigo efectuámos a análise paramétrica do sujeito nulo na língua zronga, do grupo bantu, integrada no grupo *Tswa-Ronga* (S50), juntamente com *Xichangana* (S53) e *Citshwa* (S51), com objectivo de determinar se ela é ou não é uma língua *pro-drop*; averiguar se esta língua possui uma morfologia verbal capaz de permitir a interpretação de sujeitos expletivos e explicitar o comportamento dos seus verbos climáticos em relação ao parâmetro em estudo. Como referimos, a aqui avançada esteve ancorada na Teoria de Princípios e Parâmetros, proposto por Chomsky (1981).

O alcance dos objectivos desta pesquisa exigiu a revisão da literatura e a recolha de um *corpus* que pudesse suportar as análises, através de um questionário estruturado, administrado a um universo de 20 falantes nativos das 4 variantes dialectais da língua zronga, designadamente: *xizingili* (*xiputsru*); *xikalanga* (*xilwandle*); *xinondzrwana* e *xihlanganu*.

De uma forma resumida, o trabalho realizado mostra que zronga é uma LSN parcial, graças ao seu paradigma flexional complexo, que permite a interpretação de sujeitos expletivos, em todos os contextos, conforme vimos nos Quadros 2 e 3. Na verdade, mesmo no contexto em que o sujeito gramatical não esteja foneticamente realizado, é possível identificá-lo, através das desinências verbais. Este fenómeno também se verifica nos verbos climáticos.

Considerando que a análise aqui avançada ainda é preliminar, nos futuros trabalhos gostaríamos de aprofundar o estudo do parâmetro *pro-drop*, abordando outros aspectos atinentes a este, como por exemplo, os casos orações encaixadas e a violação do filtro *that-t*.

IS ZRONGA A PRO-DROP LANGUAGE?

Abstract: In this article whose title is “Is Zronga a pro-drop language?”, we make a parametric analysis of the null subject of this Bantu language, integrated in the *Tswa-Ronga* group (S50), together with *Xichangana* (S53) and *Citshwa* (S51), with the objective of determining, based on empirical evidence, whether or not Zronga is a pro-drop language; verify if the language under study has a verbal morphology capable of allowing the interpretation of expletive subjects and explain the behavior of climatic

verbs in relation to the parameter of the null subject. Theoretically, data analysis is anchored in the Theory of Principles and Parameters, proposed by Chomsky (1981). Originally, the language under study is spoken in the southern part of Mozambique, specifically in Maputo Province and Maputo City, by 58,486 people. Briefly, the analysis of data collected through a structured questionnaire written and administered to 20 native speakers of the 4 variants of the Zronga language suggests that this language fits into the pro-drop group of languages. This conclusion is justified by the fact that its verbal morphological paradigm is diversified, which allows the interpretation of expletive subjects in all contexts.

Keywords: Subject; Zronga language; Pro-drop languages.

Referências

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CANONICI, Noverino. *A manual of comparative Bantu languages*. Durban: University of Natal, 1991.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CONCEIÇÃO, M. da. A brief look at sociolinguistics of Xirhonga and other languages spoken in Mozambique. In: HARGUS, S.; CONCEIÇÃO, M. da (ed.). *Xirhonga linguistics*. 1999. p. 9-30.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.
- DEUS, Sofia. O tétum-díli como língua não-pro-drop: na senda do caboverdiano. *Textos seleccionados. XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, 2011. p. 226-241.
- DIMANDE, Ernesto; CHIMBUTANE, Feliciano. Reexaminando o prefixo nominal da classe 5 na língua ronga. *Domínios de Lingu@gem*, v. 16, n. 2, p. 870-899, 2022.
- DUARTE, M. Lamoglia. A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro. 1995. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- DUARTE, M. Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (ed.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campina: Editora da Unicamp, 1993. p. 107-128.
- HOLMBERG, A.; ROBERTS, I.; Introduction: parameters in minimalist theory. In: BIBERAUER, T. et al. *Parametric variation: null subjects in minimalist theory*. Cambridge University Press, 2009.
- KANTHACK, Gessilene Silveira. *Letras vernáculas: sintaxe da língua portuguesa*. Santa Cruz: Universidade Estadual de Santa Cruz, Santa Cruz, 2011.

- KATAMBA, Francis. Bantu nominal morphology. *In*: NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard (ed.). *The Bantu languages*. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2003. p. 103-120.
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- MARINS, Juliana Esposito. *O parâmetro de sujeito nulo: uma análise contrastiva entre o português e o italiano*. 2009. 98 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- MCHOMBO, Sam. *The syntax of Chichewa*. Cambridge University Press, 2004.
- NGUNGA, Armindo *et al.* (ed.). *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do IV seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 2023.
- NGUNGA, Armindo. *Introdução à linguística bantu*. 2. ed. Maputo: Imprensa Universitária, 2014.
- NGUNGA, Armindo; FAQUIR, Osvaldo (ed.). *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do III seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 2011.
- QUAREZEMIN, Sandra. A focalização do sujeito e a inversão livre no português brasileiro. *Estudos Lingüísticos XXXV*, Santa Catarina, p. 1.793-1.801, 2006.
- SILVA, Maria Cristina Figueiredo. O estado da arte dos estudos sobre sujeitos nulos, posições de sujeito e marcas flexionais. *Gramática Gerativa: celebrando os 60 anos de Syntactic Structures (1937-2017)*, v. 13, n. 2, p. 191-211, 2017.
- SITOE, Bento; MAHUMANE, Narciso; LANGA, Pércida. *Dicionário xirhonga-português*. Maputo: Texto Editores, 2008.
- SITOE, Bento; NGUNGA, Armindo (org.). *Relatório do II seminário sobre a padronização da ortografia de línguas moçambicanas*. Maputo: NELIMO, 2003.
- SOARES DA SILVA, Humberto. O parâmetro do sujeito nulo no português e no espanhol. *Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, Rio de Janeiro, p. 45-62, 2007.
- VAN DE VELDE, Mark. Nominal morphology and syntax. *In*: NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard (ed.). *The Bantu languages*. 2. ed. London: Routledge, 2019. p. 237-269.
- VILLARINHO, Clara N. Gonçalves. Sujeito nulo no português brasileiro: elementos para sua análise a partir de situações experimentais. *In*: VILLARINHO, Clara N. Gonçalves. *Linguagem: teoria, análise e aplicações*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2006.

ZHENG, Yi. *Aquisição do sujeito nulo por parte dos alunos chineses que adquirem português europeu como língua segunda*. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

Recebido em 30 de março de 2023

Aceito em 19 de agosto de 2023

“NÃO HÁ FEITIÇARIAS À VENDA”: OS SABERES MEDICINAIS ATRAVÉS DA TRADIÇÃO ORAL NO CONTO DE DORIS LESSING

*Frederico Loiola Viana¹
Valdir Nunes dos Santos²*

Resumo: Neste artigo, o objetivo é analisar o conto “Não há feitiçarias à venda”, de Doris Lessing, uma autora britânica do século XX, a partir de teorias que fundamentam as discussões acerca dos saberes medicinais africanos através da tradição oral (BINJA, 2020; DOMINGOS, 2015; NASCIMENTO, 2008). O pressuposto metodológico inclui a pesquisa bibliográfica, para compreender aspectos relacionados à identidade do indivíduo (HALL, 2006) e questões eurocêntricas enraizadas nos conhecimentos africanos (HALL, 2003; FANON, 2008; MBEMBE, 2018). A abordagem que imprimimos neste trabalho de pesquisa é de caráter qualitativo. O personagem que protagoniza a ficção é Gideon, negro, cozinheiro e que sabe manusear as ervas medicinais para tratar de doenças. Ele cura o filho dos seus patrões, os quais, após perceberem o resultado, querem saber o nome da planta para entregar aos cientistas. No entanto, Gideon, compreendendo a ação de cura por meio das ervas medicinais como questões da tradição oral e de ancestralidade. Por isso, guarda para si os saberes que têm sobre o poder dos povos negros sobre a planta. A análise, nos exigiu que estabelecêssemos um diálogo mais próximo com a autora a ponto de percebermos sobre questões de subalternização da

mulher na sociedade africana, o preconceito e de elementos identitários e costumes africanos. Nesta obra, especificamente a autora subverte o sistema ao analisar o contexto colonialista por meio da tradição africana. Ou seja, ela aponta para a dominação de corpos femininos e negros. A dominação e o poder tinham como fatores a destruição do pertencimento identitário e cultural da comunidade. Lessing, então, coloca Gideon em um lugar de resistência à apropriação, não admitindo a entrega dos conhecimentos médicos.

Palavras-chaves: Saberes medicinais; Tradição oral; Doris Lessing; África.

Introdução

Em meio a um terreno fértil de histórias locais, de rituais e símbolos de experiências, em que transitam homens-testemunhas, como nos sugeriu Isabel Aretz

1 Mestre do Programa de Pós-graduação em Letras – PPGL da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Graduado em Letras Língua Inglesa e Literaturas pela UNEB–DEDC, Campus X. E-mail: fredyloy@hotmail.com

2 Doutor em Belas-Artes pela Universidade de Lisboa. Mestre em Teatro pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Coordenador do projeto de Extensão e Pesquisa “As manifestações culturais em Helvécia no Extremo Sul da Bahia: a dança bate-barriga como fabricante de performances afrodescendentes”. E-mail: vnsantos@uneb.br

(1983), também transita Doris Lessing. Como uma mulher branca vivendo em África, Doris Lessing desde cedo soube do seu lugar social, bem como o daqueles que foram subjugados pelo sistema colonialista. A maioria de suas obras trata da sua visão como mulher inserida em um sistema patriarcal e preconceituoso, que tinha como premissa não apenas dominar corpos, mas eliminar seus traços identitários. É nesse contexto que as suas obras ganham um caráter social e político e fazem da autora uma voz engajada, no que tange a construção social dos seus personagens e narrativas.

Lessing nasceu em Kermanshah, no Irã, mas mudou-se quando criança para a Rodésia do Sul (atual Zimbábue), antes, colônia do império inglês. Tais relações sociais e identitárias vistas pela autora neste país fazem parte do imaginário criativo de sua escrita. Lessing viveu na Rodésia do Sul até seus 30 anos, quando se mudou para Londres; só retornou ao país em 1956, logo depois foi proibida de regressar por razões políticas; retornou em 1982.

The Collected African Stories ou Coletânea de Contos Africanos são contos reunidos em dois volumes, sendo o primeiro intitulado *A Terra do Velho Chefe* e o segundo, *Sabores do Exílio*. Os contos foram escritos durante o período em que viveu na Rodésia do Sul, e foram compilados nesses volumes, que mostram a relação difusa de uma sociedade imersa em vários preconceitos.

Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de analisar o conto “Não há feitiçaria à venda”, que se encontra no primeiro volume da coletânea, a partir de teorias que fundamentam as discussões acerca dos saberes medicinais africanos através da tradição oral. O personagem que protagoniza a ficção é Gideon, um negro, cozinheiro e que sabe manusear as ervas medicinais para tratar de doenças. Depois de curar o filho dos patrões, por meio de ervas medicinais, Gideon se vê constrangido e usado, após seus patrões solicitarem dele a planta milagrosa e quase entregar os conhecimentos passados por gerações a cientistas. Assim, a narrativa configura-se de forma a combater o preconceito referente às habilidades africanas, que até os dias atuais tem contribuído de forma significativa para as ciências médicas.

O pressuposto metodológico inclui a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, intenta-se compreender questões relacionadas à identidade do indivíduo e questões eurocêntricas enraizadas nos saberes africanos. A pesquisa é de caráter qualitativo. Conforme explica Flick (2004), os aspectos importantes para a pesquisa qualitativa são a escolha correta de métodos e teorias, que ajudam a reconhecer e analisar diferentes perspectivas, através de reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa e na variedade de métodos. Assim, compreender que a obra tem uma relação intrínseca com a sociedade e as questões apresentadas é de suma importância.

Por Lessing ser uma voz engajada, ela se enquadra na função do autor, proposta por Michel Foucault no livro intitulado *O que é o autor?* (1992). Nele, Foucault explica que o autor tem a responsabilidade de interferir no processo subjetivo do texto. Assim, o autor mostra para seus leitores os diversos discursos que estão implícitos dentro de sua escrita subjetiva. Então, para o autor, está aí a sua função,

auxiliar na disseminação de discursos na sociedade. O autor produz discursos que, por sua vez, ajudam na construção de outros discursos.

Foucault expõe que todos os discursos são importantes para a sociedade, pois querem transmitir alguma coisa e/ou alcançar alguma camada social. Desse modo, a visão que Lessing tem sobre a sua realidade e que foi transmitida para os livros fez com que muitas pessoas se identificassem com os discursos presentes nas obras. Questões como a subalternização da mulher branca na sociedade africana, o preconceito dos brancos contra os negros, bem como a identidade e os costumes africanos são representados pela autora e fizeram dela uma voz ativa contra o patriarcado e preconceito racial no sul da África.

No que diz respeito ao conto “Não há feitiçaria à venda”, a autora exemplifica que os saberes medicinais da cultura africana não podem ser negligenciados ou dados a qualquer um; no caso do conto, aos cientistas. Também é possível perceber o valor que é dado por Gideon para a tradição dos seus antepassados. Para os africanos, a tradição oral tem um valor inestimável, uma importância indispensável, pois é através dela que são passados os mais diversos tipos de ensinamentos que contribuíram para o desenvolvimento das nações africanas. No entanto, muitas culturas africanas tiveram seu processo da tradição interrompido pela colonização europeia, que, além de implantar a religião cristã, impôs a sua cultura e sua escrita.

1 Tradição oral: construção de histórias, saberes e contribuições da memória

Conforme posto acima, a tradição oral tem um valor significativo para os africanos, pois é através dela que culturas se mantêm vivas e são perpassados seus ensinamentos. Por outro lado, Elias Justino Bartolomeu Binja (2020) afirma que a tradição europeia, no caso da escrita, nunca esteve preocupada como a tradição oral dos povos africanos; eles reduziram alguns povos ágrafos a civilizações sem culturas e sem histórias. No entanto, é importante salientar que não eram somente os povos ágrafos que sofriam preconceito por parte dos europeus, os povos africanos de modo geral foram marcados e selecionados pela *diferença colonial* como nos sugere Walter Mignolo (2003).

Sobre a tradição, Binja (2020), ainda explica que, por mais que hoje haja pouca incidência, as sociedades dominantes ainda acreditam que as etnias que se preocupam com a tradição oral não têm culturas. No entanto, ele confronta essa ideia afirmando que, mesmo não havendo escrita nos povos ágrafos, ainda assim, esses conseguem transmitir seus ensinamentos, conservam a suas histórias, seus saberes e suas variadas culturas.

Zuleide Duarte (2009), explica que a tradição oral é muito preciosa. Sua preciosidade reside no fato de ela estar na raiz das histórias orais de um povo, de uma comunidade. Porque, embora esse termo nos passa a ideia de algo estanque e envelhecido, tradição em ligeira análise é um campo de confronto entre o que

está na base da produção de um povo, suas histórias locais e o que foi produzido pela indústria cultural. Além de ser registro da memória coletiva, se configura como um santuário de expressões para o povo que as guarda. “com todo o peso e a responsabilidade que esta acarreta nos planos moral, político, religioso, social, etc. Eis o campo onde se contrastam indústria cultural e tradição” (CARVALHO, 2000). Histórias locais, tradição são conteúdos de determinados povos, por isso, demandam um lugar, sujeitos e poderes, para assim se constituir em elemento de significação para os que produzem e de negação de quem detém o poder da cultura dominante, da indústria cultural. A tradição e suas histórias, na África em especial, são geralmente contadas pelos mais velhos, que são chamados de *griots*.

Ainda se tratando de *griots*, Laura Cavalcante Padilha (2007) expõe que as histórias traduzidas pelos *griots* trazem uma:

[...] carga simbólica da cultura autóctone, permitindo-se a sua manutenção e contribuindo para que esta mesma cultura possa resistir ao impacto daquela outra que lhe foi imposta pelo dominador branco-europeu e que tem na letra a sua mais forte aliada (PADILHA, 2007, p. 35).

Portanto, os conhecimentos dos povos africanos ágrafos persistem como uma herança desses povos por meio de textos orais. Segundo o Binja (2020), “A literatura oral é a grande riqueza cultural desses povos, e que é conservada por meio de uma memória extraordinária” (2020, p. 3). É por intermédio dessa literatura oral que esses povos transmitem os ensinamentos da vida cotidiana da comunidade. Ela abrange todos os ângulos da vida. O autor explica que a tradição oral:

[...] relata, descreve, ensina e discorre sobre a vida. A tradição oral nas sociedades tradicionais africanas configura os pilares em que se apoiam os valores e as crenças transmitidas pela tradição e, simultaneamente, e é por meio dela que se previnem as inversões éticas e o desrespeito ao legado ancestral da cultura (BINJA, 2020, p. 3).

Nessa perspectiva, conforme explicitado acima, a própria tradição oral trata de prevenir as aplicações do legado desrespeitoso do colonialismo europeu nas civilizações que se consolidaram como ágrafas. Essa prevenção ajudou a consolidar o conhecimento que temos dessas sociedades atualmente, sejam elas na própria cultura, nas artes, na literatura oral, na religião e principalmente no tratamento medicinal.

No conto “Não há feitiçaria à venda”, o protagonista tenta resguardar a sua tradição, mesmo que já estivesse imerso na sociedade europeia. Gideon não mostra aos cientistas quais eram as ervas medicinais utilizadas para curar a cegueira da criança, já que se tratava de um ensinamento impregnado de valor identitário e de respeito.

Esse valor é explicitado por Binja na citação a seguir:

A história dos povos ágrafos africanos tem mais vivacidade, está mais gravada no pensamento coletivo e mais presente no cotidiano. A tradição oral está impregnada de respeito pelo passado, pelo antepassado que nos legou o presente com o devido dinamismo vital que se comunica e se prolonga no grupo e no indivíduo. A tradição oral, nas comunidades africanas ágrafas, cumpre a imprescindível função de unir os vivos aos ancestrais: as palavras que estes pronunciaram fazem-se vida na comunidade que a conserva com vigor através do tempo (BINJA, 2020, p. 5).

Assim, esse pensamento coletivo e vivo presente no conhecimento oral africano não poderia ser negligenciado por Gideon, que, depois da insistência, entrega aos cientistas qualquer planta. Na narrativa é possível perceber o valor que os nativos dão para a tradição e a relação que eles têm com a natureza, já que são os únicos que sabem manusear as plantas para a cura, conforme citação a seguir:

Esse era o tipo de história que contavam. E, sempre, com uma certa dose de exasperação, pois embora todos soubessem que nas matas africanas existiam valiosas drogas, em cascas de árvores, em folhas de aparência simples, em raízes, era impossível conhecer a verdade a seu respeito por intermédio dos nativos (LESSING, 1973, p. 34).

Nesse sentido, sabe-se que a disseminação de conhecimentos médicos fora transmitida consideravelmente pela tradição oral, não existindo quase nenhum documento a respeito. O que se sabe é que, para os povos africanos, a doença está inserida no equilíbrio da vida.

Sobre essa questão, Luís Tomás Domingos (2015), explica que para as sociedades africanas, a doença não é apenas um fenômeno que abaterá apenas um indivíduo, mas a estrutura daquela sociedade. Desse modo, a doença é tratada no coletivo, já que faz parte da comunidade. No conto, é possível perceber que Gideon se prontificou em curar a criança que ele amava, já que convivia com a família do patrão. Sentia-se pertencente àquela comunidade. “Ah, senhora, senhora, o Senhor, lá no alto, enviou essa criança; o pequenino cabeça amarela é a melhor coisa que temos aqui nessa casa. Devido a esse ‘nós’, a Sra, Farquar sentiu um caloroso impulso com relação ao seu cozinheiro” (LESSING, 1973, p. 31).

Sendo assim, segundo Domingos (2015), as técnicas de cura através da natureza não podem ser desvinculadas da cultura africana, já que o homem faz parte de um elemento do universo. Assim, “a doença implica, em última análise, as relações entre os homens e o universo sociocultural e vice-versa” (DOMINGOS, 2015, p. 172). Érica Larusa Oliveira Mascarenhas (2021) concorda com Domingos ao afirmar que as percepções do cosmo para os africanos estão intrinsecamente ligadas pelo material e o espiritual, no que diz respeito aos seus elementos racionais e não racionais, que provoquem ou não impacto na vida cotidiana.

Elisa Larkin Nascimento (2008) expõe que, desde 2800 a.C., os povos africanos já praticavam a medicina dita ocidental. Conhecimentos como a anestesia, hemostase, cauterização e a vacinação faziam parte das concepções médicas destes povos.

Para Carlos Eduardo Dias Machado (2014), foi em África que a casca do salgueiro foi utilizada para a fabricação de aspirina e AAS. O autor explica também que as mulheres africanas já sabiam tingir roupas com as tintas extraídas de algumas árvores. Os povos africanos já eram hábeis em astronomia, arquitetura e filosofia.

Ainda sobre a ciência médica africana, a teórica Machado (2014), expõe que as ciências médicas africanas já sabiam diagnosticar gravidez, adivinhar o sexo da criança, testar a esterilidade, fazer cesariana e cirurgias de câncer. Alguns desses procedimentos são realizados ainda hoje porque conseguiram se manter vivos através da tradição oral. Nascimento (2008) dirá que o povo Banto já realizava cesariana desde o século XVIII.

No entanto, Stuart Hall (2003) chama atenção para um tipo de multiculturalismo denominado corporativo, que tem como conceito a administração de questões culturais das minorias, visando o interesse dos grandes centros. É possível perceber o multiculturalismo corporativo presente no conto. A cura do menino pela medicina tradicional fez com que os patrões de Gideon quisessem divulgar o remédio milagroso em nome deles, como se lê no excerto:

O cientista explicou sobre como a humanidade poderia beneficiar-se caso a nova droga fosse comercializada; os Farquars sentiram-se ainda mais lisonjeados, eram uma gente bondosa e simples, a quem agradava pensar que alguma coisa boa estaria surgindo devido a eles. No entanto, quando o cientista se referiu ao dinheiro que poderia ser obtido, sua atitude demonstrou desconforto. O que sentiam a respeito do milagre (era assim que encarava o fato) era tão forte, tão profundo e religioso, que lhes era desagradável pensar em dinheiro. O cientista, vendo suas expressões, voltou a seu primeiro ponto, o progresso da humanidade (LESSING, 1973, p. 34-35).

Nota-se o fato que os costumes culturais que Gideon tinha não pertenciam apenas a ele, mas a um sistema colonial que o obrigava, consciente ou inconscientemente, a tratá-lo como comunitário. Hall (2003) explica que as questões propagadas pelo colonizador, no que diz respeito a diversidade, eram um pretexto para imposições de valores e costumes culturais. Estar em uma sociedade com diferenças culturais era compreendido como algo ruim para a estrutura social.

Ainda sobre isto, Hall (2016), compreende que o método de naturalização da cultura negra, sua natureza ou “diferença” faz sentido para os colonialistas. Se houvesse diferenças culturais entre brancos e negros, isso poderia ser alterado e modificado. Mas, se elas fossem naturais, como acreditavam os proprietários dos escravizados – eles estariam fora da história, e são sólidos e permanentes. “A ‘naturalização’ é, portanto, uma estratégia representacional que visa fixar a ‘diferença’ e, assim, ancorá-la para sempre” (HALL, 2016, p. 171). Desta forma, o sistema representa naturalmente a propriedade e a escravidão, mas também a animalização e a punição das pessoas.

Pode-se perceber no conto a imposição de valores religiosos. O narrador declara Gideon como cristão: “É a vontade de Deus – retorquiu Gideon, que era crente” (LESSING, 1973, p. 32). Nascimento (2008) explica que o processo colonial fez com que os povos africanos negassem a sua própria existência e da sua personalidade coletiva, fazendo com que desconsiderassem a sua cultura, para que se enquadrassem na cultura do colonizador.

No entanto, mesmo estando imerso na religião cristã, Gideon optou por curar o menino através de práticas que iam contra a sua nova fé. Percebe-se que o protagonista aprendeu com seu pai o manejo das plantas e era respeitado pelos trabalhadores da fazenda, que o consideravam um médico. O pai era curandeiro, sendo essa tradição passada para o filho.

– Perguntem ao rapaz que tem na cozinha. É médico. É um filho de um famoso curandeiro que andava por aqui e não há nada que ele não possa curar. Em seguida acrescentou, polidamente: – É claro que ele não é tão bom como o doutor branco, nós sabemos disso, mas pra nós ele é bom (LESSING, 1978, p. 37).

Segundo Amadou Hampaté Bâ (2010), a tradição africana dirá que o homem velho não conhecerá apenas as plantas, mas as suas propriedades, ou seja, se a planta é boa ou má. Também terá habilidades com as ciências médicas, agrícolas, astrologia e psicologia. Gideon sabia como manusear a planta para que pudesse transformá-la em remédio. A planta usada pelo protagonista só poderia funcionar se fosse mastigada, conforme citação a seguir:

– Não tenha medo, senhora – assegurou Gideon – Isto é para curar os olhos do Cabecinha Amarela. – Tirou as folhas da planta, deixando à mostra uma raiz branca, pequena e carnuda. Sem mesmo lavá-la, pôs a raiz na boca, mastigou-a vigorosamente e em seguida, retendo o cuspe, tomou a criança à força dos braços da Sra. Farquar. [...] Ajoelhou-se sobre a criança apavorada, forçando as pálpebras inchadas para trás até aparecer o fundo das pupilas; então cuspiu forte, primeiro num, depois no outro olho. Em seguida entregou o menino para a mãe, dizendo: “Seus olhos vão melhorar” (LESSING, 1978, p. 33).

Em se tratando de ofício, Manoel Fernandes de Sousa Neto (2005), explicita que a palavra ofício se refere às pessoas que compartilham do saber-fazer com diferentes categorias de habilidades e conhecimentos e são capazes de reproduzir objetos com base nos mesmos rituais. No conto, é possível perceber que Gideon manuseia bem as plantas e sabe utilizá-las para uso medicinal. O personagem sabe também cozinhar. Sendo assim, Gideon é artífice dentro de tais habilidades. Possivelmente, adquiriu essas competências em suas andanças pelo território da Savana e por meio de sua geração parental. O homem da Savana percorre o seu

território e tem seus cruzamentos com a memória coletiva através da terra onde habita, conforme confirma Bâ (2010)

O africano da Savana costumava viajar muito. O resultado era a troca e a circulação de conhecimentos. É por esse motivo que a memória histórica coletiva, na África, raramente se limita a um único território. Ao contrário, está ligada a linhas de família ou a grupos étnicos que migraram pelo continente (BÂ, 2010, p. 210).

Ainda sobre os aspectos do ofício, Sousa Neto (2005) continua explicando que o exercício de todo ofício supõe que o realizador domine os procedimentos que são característicos deste. À vista disso, quando Gideon manuseia a planta e utiliza de seu cuspe, ele está utilizando do domínio de um procedimento e que são característicos para que chegue a determinado fim, no caso, a cura dos olhos do menino. Talvez, a planta dada por Gideon a contragosto possa ser de fato a verdadeira, mas, sem a habilidade e a técnica específica não tem funcionalidade. Pois, o todo do processo só é efetivo se for observado cada detalhe. Uma vez que, “cada detalhe por diminuto que seja, cada gesto, ainda que automático, resulta de uma unidade em que os fragmentos só justificam sua existência por fazerem parte do todo” (SOUSA NETO, 2005, p. 250).

Souza Neto (2005) ainda afirma que a identidade dos indivíduos que operam esses objetos através de um ofício faz com que consigamos situá-los na sociedade e no momento histórico. No conto, se nota que Gideon sabe o seu lugar social no sistema colonialista, mas também no seu clã. Quando está subserviente e cozinheiro na fazenda, ele está no papel de oprimido, sem voz, mas ainda assim, cozinheiro. Mas quando pensa ou está com seu clã, ele está posição na de um dos chefes, o guardião do conhecimento e detentor dos saberes tradicionais.

Ainda no que se trata de tradição africana, Bâ (2010), elucida que os grandes depositadores da tradição oral são os “tradicionalistas”. São eles que mantêm a memória viva das tradições africanas. Nesse sentido, Gideon se encaixa como um “tradicionalista”, já que, conserva viva o que tinha aprendido com seus ancestrais. Bâ (2010), afirmará ainda que os conhecedores não eram especialistas em apenas uma área, mas em muitas, tratando-se de uma ciência prática, que o que autor qualifica de ciência da vida: “Guardião dos segredos da gênese cósmica e das ciências da vida, o tradicionalista, geralmente dotado de uma memória prodigiosa, normalmente também é o arquivista de fatos passados transmitidos pela tradição, ou de fatos contemporâneos” (BÂ, 2010, p. 188).

O autor ainda esclarece que os tradicionalistas foram muito perseguidos durante o período colonial na África, os povos europeus queriam eliminar qualquer tipo de tradição local a fim de estabelecerem suas próprias ideias. Neste cenário, o reconhecimento das diversas formas de opressão era o propósito do sistema colonial. Desse modo, Hall (2016, p. 173), explica que “para os negros, ‘primitivismo’ (cultura) e ‘negritude’ (natureza) tornaram-se intercambiáveis”. Sendo

caracterizados pelos europeus dentro dessas qualidades, os povos negros foram reduzidos à sua essência: “A preguiça, a fidelidade simples, o entretenimento tolo protagonizado por negros (*coonings*), a malandragem e a infantilidade pertenciam aos negros *como raça, como espécie*. Para o escravo de joelhos não havia mais nada, sua servidão” (HALL, 2016, p. 173). Diante dessas escolhas para caracterizar os povos negros, os brancos conseguiram consolidar ainda mais às suas ideias pelo continente africano, limitando ainda mais a participação dos tradicionalistas nas questões sociais do território.

No entanto, isso não quer dizer que os tradicionalistas tenham sido extintos, muitos deles ainda permaneceram resistentes ao sistema opressor. O personagem Gideon pode ser visto como uma representação dessa resistência. Uma vez que, mesmo que precisasse fazer parte das regras sociais da sociedade colonial, não negou o seu papel social para com sua comunidade local.

Outra perspectiva vista no conto se trata da omissão de Gideon quando perguntado onde se encontrava a planta milagrosa. Bâ (2010), mostra que os tradicionalistas abominavam a mentira, o que já fazia parte da ética africana: “A proibição atinge todos os que, tendo de exercer uma responsabilidade mágico-religiosa e de realizar os atos rituais, são, de algum modo, os intermediários entre os mortais comuns e as forças tutelares, no topo estão o oficiante sagrado do país, e, eventualmente, o rei” (BÂ, 2010, p. 189). Desse modo, a proibição da mentira se dá pelo fato de que acreditavam que se praticassem tal ato estariam corrompendo os rituais. Sendo assim, caso houvesse algum equívoco, o tradicionalista deveria relatar ao povo como uma forma de purificação, pois ele carrega o significado das palavras.

Percebe-se que Gideon não mente, mas omite a informação, o que é aceito perfeitamente pela comunidade que trabalhava na fazenda. No trecho a seguir pode ser vista a omissão do personagem: “Quando você vai me mostrar a raiz de cobra, Gideon? Gideon ria, sacudia a cabeça e dizia, um tanto desajeitado: – Mas eu já mostrei, senhora. Esqueceu?” (LESSING, 1978, p. 37). No próximo excerto se vê que os empregados também aceitaram a omissão do seu líder: “Os Farquars procuravam informações sobre a raiz entre os empregados. Por vezes recebiam de volta olhares desconfiados. Em outras ocasiões os nativos diziam: ‘Nós não sabemos. Nunca ouvimos falar de tal raiz’” (LESSING, 1978, p. 37). Assim, a omissão de Gideon foi de suma importância para que os segredos ancestrais do seu povo não fossem roubados pelos brancos colonizadores.

Aqui cabe outra perspectiva do conto, a forma como os brancos viam incapacidade do negro de produzir algo racional. Percebe-se que a família Farquars queriam o mérito pelo remédio milagroso, fazendo com que Gideon fosse irredutível ao revelar o segredo por trás do manuseio da planta. O que mostra que, a família estava imersa na visão colonialista e de superioridade branca. Nesse sentido, Achille Mbembe (2014), nos mostra que para o branco, o negro estaria impedido de produzir qualquer argumentação lógica, sendo esse o papel social do branco. Em sua crítica sobre o pensamento colonial, Mbembe problematiza a questão ao

afirmar que, para os brancos, “a raça negra, especificamente, nem teria vida, nem vontade, nem energia própria” (MBEMBE, 2014, p. 81). O delírio do branco em sobrepôr uma raça e ter privilégios, tanto no corpo, na imagem, na linguagem e na riqueza, colaboraram na construção da efetivação desse delírio, fazendo com que explorassem os povos que achavam subalternizados. A violência foi vital para que a superioridade branca se mantivesse por muito tempo.

Em consonância com o autor, Frantz Fanon (2008) argumenta que o olhar do colonizador para o colonizado não é lógico, mas totalitarista. Esse processo faz com que os povos subjugados não apenas percam o comando dos seus territórios, mas também que sejam destruídos em seus princípios e na moral de suas sociedades, animalizando-os. Essa animalização pelo corpo subjugado, principalmente do corpo negro, dar-se como um fetiche. Tudo isso é indicado pela fantasia do homem branco em dominar, que utilizou o discurso de que os africanos não tinham pensamento lógico, por isso eram animalizados e qualificados apenas como objetos sexuais, para exercer domínio sobre os povos: “Sim! A civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial” (FANON, 2008, p. 88).

Diante disso, é importante conceituar o termo raça proposto por Hall (2003), que esclarece que esta palavra, anteriormente pensada com uma categoria científica, não existe mais. No entanto, quando a autora estava imersa na escrita do conto, existia tal conceito. Nos tempos atuais, pensa-se raça dentro da categoria humana, que não tem a ver com diversos tipos de raças, mas com grupos e povos diversos culturalmente e socialmente. Hall explica ainda que a raça é uma construção política e social, que tem como sistema de exclusão o racismo, conforme pode ser percebido a seguir:

Raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza (HALL, 2003, p. 69).

Assim, para o autor, o racismo tem uma identidade própria e tenta justificar as diferenças culturais, mas também tinha a proposta de legitimar a exclusão biológica, tanto no que diz respeito aos fenótipos quanto aos conhecimentos. A percepção que o narrador tinha sobre o fato de Gideon não ceder seus ensinamentos pode ser vista nesse trecho:

Foi quando perceberam que Gideon não iria dobrar-se. A droga mágica iria permanecer onde se encontrava, desconhecida e inútil, a não ser pelo diminutivo punhado de africanos que a conheciam, nativos que poderiam estar escavando valas para a municipalidade com as camisas em farrapos e as calças remendadas, mas que tinham sido nascidos

para curar, curandeiros hereditários, sobrinhos ou filhos dos velhos bruxos, cujas horrorosas máscaras, pedaços de ossos e outros objetos toscos relacionados com a magia, eram sinais de poder e de sabedoria (LESSING, 1978, p. 35).

Mesmo considerando que apenas os nativos seriam capazes de conhecer com afinco os métodos para manusear as plantas, a visão colonialista fazia com que houvesse uma descaracterização da religião e dos seus conhecimentos, transformando-os em meros trabalhadores braçais.

No conto também é possível perceber que Gideon sabia qual era o seu lugar social dentro do sistema da fazenda onde servia. Mesmo ele amando a criança, sabia que quando crescesse compreenderia melhor sua posição social e haveria um distanciamento.

– Não vai demorar e você vai entrar para a escola, Cabecinha Amarela – disse Gideon com admiração – e então você estará crescido. Sacudiu a cabeça delicadamente. – E é assim que nossas vidas são. – Gideon parecia estar colocando distância entre ele próprio e Teddy, não por ressentimento, mas na maneira pela qual uma pessoa aceita algo inevitável (LESSING, 1978, p. 32).

Este distanciamento é visto no final do conto quando Teddy está grande e se habituou ao sistema colonialista. O próprio Gideon sabia que era inevitável que o distanciamento acontecesse, já que, se tratava de algo rotineiro na sociedade da Rodésia do Sul. A relação entre um branco e um negro só poderia ser de trabalho, conforme citação a seguir:

Depois de muitas risadas ele se poria ereto subitamente, enxugaria os velhos olhos e olharia com tristeza para Teddy, que, do outro lado da cozinha, sorria maquiavelicamente para ele. Aí diria: – Ah, Cabecinha Amarela, como você cresceu! Não vai se passar muito tempo e você já será bastante grande para ter uma fazenda própria... (LESSING, 1978, p. 37).

Nesse sentido, Hall (2006) afirma que a identidade dos indivíduos está em constante transformação. Essas transformações estão em seu meio social, fazendo com que tudo mude, a todo o tempo. São essas transformações que fazem com que o ser humano crie sua individualidade. No entanto, com a problemática de temas relevantes para a sociedade, tais como gênero, classe social e religião, os indivíduos começaram a se questionar, gerando uma crise de identidade.

Essa crise de identidade pode ser percebida tanto no personagem quanto na autora do conto. Através dela, eles analisam o seu *status* social dentro do contexto colonialista e subvertem o sistema. O próprio nome do conto, “Não há feitiçaria à venda”, já nos releva essa subversão. Gideon não revela aos cientistas a planta que salvou o menino, mantendo, assim, para a comunidade os saberes tradicionais. Do outro lado, temos Lessing, que, sendo uma voz engajada, utiliza-se das

suas experiências pessoais para mostrar a hipocrisia de uma comunidade branca no sul da África.

Lessing, no prefácio do livro *A terra do velho chefe*, onde se encontra o conto analisado, explica que, para compreender os povos africanos, é necessário primeiro se livrar da arrogância impregnada no homem branco, que, por vezes, destruiu a cultura desses povos: “Na verdade, para compreender, temos que nos desfazer da arrogância que é carga do homem branco, temos que parar de nos sentirmos superiores” (LESSING, 1973, p. 11).

Importante salientar que Lessing falava como uma mulher branca, pertencente a uma África excludente e que visava destruir a população negra, negando a eles saúde, educação, direitos e dignidade. No entanto, ela percebeu que não poderia mais participar das fissuras causadas pelo colonialismo e através da sua escrita mostrou temas como preconceito racial, misoginia e patriarcalismo. A visão da autora sobre a África vem de suas subjetividades, pois viveu na Rodésia do Sul até 1949.

A autora explica em sua autobiografia (1997), que os contos africanos são um retrato real do que viveu na Rodésia. No entanto, ela elucida que utilizou da autoficção para aproximar a realidade da ficção. Através da sua afirmação, podemos dizer que ela está presente subjetivamente em seus escritos. Por esse ângulo, Philippe Lejeune (2014), expõe que exista um pacto autobiográfico, onde mesmo que o autor não se identifique expressamente, o leitor encontra traços da sua subjetividade na obra, este é o pacto romanesco. Nesse sentido, as obras de Lessing estão carregadas de suas vivências e das relações interpessoais que a seguiram pela vida.

Lessing admite também a complexidade das culturas que as cidades dos nativos tinham e que seria impossível o homem branco compreender com afinco, já que entende a cultura africana como subalterna: “habitavam povos negros, vivendo em complexas sociedades que os brancos somente agora estão começando a estudar, quanto mais a compreender” (LESSING, 1973, p. 11). Lessing nos revela como é lamentável a perda das tradições orais pelos povos africanos: “Não sou capaz de escrever sobre o que se perdeu, o que era e é ainda hoje recordado oralmente” (LESSING, 1973, p. 11). Dirá que este é o lamento de todos os escritores brancos em África: não conseguir escrever mais profundamente sobre os nativos, já que não conseguiram despir-se da ignorância. No entanto, ela termina o prefácio afirmando que “A África dominada pelo homem branco não pode perdurar por muito tempo” (LESSING, 1973, p. 11).

Considerações finais

Durante a leitura do conto, pode-se perceber o valor dado às tradições pelos africanos, principalmente por Gideon, que prefere manter para si um saber carregado por uma oralidade que tem uma importância imensurável, perpassada pelos seus ancestrais e que se encontra viva em seu cotidiano. Essa oralidade que

é de suma importância para o convívio das comunidades tradicionais africanas, é, propositadamente, excluída, estigmatizada e até extinguida pelo colonizador para que o poder da cultura dominante se perpetue mantendo a ideia de branquitude, se sobrepondo às outras culturas. Isso está materializado nos diferentes discursos oficiais, do universo da política, da educação até os sermões religiosos. Brancos, na sua mais alta definição da cor.

Doris Lessing pode ter utilizado o título de forma irônica, já que, como branca vivendo em África, mostra o poder, a dominação, o preconceito, o racismo identitário dos brancos para com os negros. Salienta-se que o termo feitiçaria, nessa perspectiva, seria como a branquitude descreve as formas de curas praticadas pelos povos nativos. Outro sentido para se pensar o título refere-se à maneira diversa de se compreender a vida africana, já que pensamos feitiçaria de uma forma ocidentalizada, como algo ruim. Não menos, como aprendemos na escola, na igreja e na vida cotidiana em se tratando de vida e formação pautadas na cultura ocidental. Por esse ângulo, a relação que os africanos têm com a natureza, com a espiritualidade e com os saberes, diferem sobremaneira das formas de pensar, o conhecimento, pelo ocidente.

Sobre isto, Edward Wadie Said (2007) expõe que o orientalismo não fala apenas do pensamento erudito voltado aos temas culturais, mas também há uma divisão de consciência geopolítica, que tem uma série de interesses que preserva o pensamento sobre o oriente como está, fazendo com que em alguns casos, a manipulação, o controle sobre aquilo que é diferente seja manifestado:

[...] produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder, moldado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (como uma ordem colonial ou imperial), com o poder intelectual (como as ciências reinantes da linguística comparada ou anatomia, ou qualquer urna das modernas ciências ligadas a decisão política), com o poder cultural (como as ortodoxias e cânones de gosto, textos e valores), com o poder moral (como as ideias sobre o que “nós” fazemos e o que “eles” não podem fazer ou entender como “nós” fazemos) (SAID, 2007, p. 24).

O autor esclarece que as ideias do orientalismo estão ligadas a Europa. A noção comunitária do que é ser europeu em relação aos outros povos, fazia com que a identificação de superioridade se definisse na Europa: “Desse modo, o orientalismo depende, para a sua estratégia, dessa superioridade posicional flexível, que põe o ocidental em toda uma série de relações possíveis com o Oriente, sem que ele perca jamais a vantagem relativa” (SAID, 2007, p. 19). Assim, o pensamento ancestral presente na cultura africana foi deixado de lado para sobrepor o pensamento do ocidente. O que estava ligado à terra, ao território e à natureza passa agora a ser considerado algo sem valor, como é o caso da tradição oral, trocado pela escrita e a manipulação das plantas medicinais.

Lessing, como uma voz engajada, exemplifica o processo destrutivo da colonização através do desprezo e silenciamento dos conhecimentos das práticas da medicina ancestral, por parte da população branca. E nos mostra outra série de fatores que provocam a subalternização do povo africano, sendo a descaracterização das suas múltiplas identidades a principal delas. No que tange a escrita engajada, Jean-Paul Sartre (1989), elucida que escrever pressupõe escolhas por parte do autor e são essas escolhas que mostram a sua individualidade. Por conseguinte, é importante que o autor tenha um propósito na escrita. O escritor engajado confia na transformação através da literatura e na possibilidade de mudança no mundo. Assim, o escritor quando escreve se sente essencial no mundo. É pensando sobre as mazelas do mundo colonial que Lessing conseguiu se engajar socialmente e mostrar o lado do preconceito racial e da patriarcalidade, fazendo com que outras pessoas pudessem observar a sociedade de outra forma.

Nesse sentido, a autora cumpre a sua função social quando nos apresenta o lugar social daqueles que foram subjugados por um sistema excludente e preconceituoso, que tinha como premissa tomar para si todo o conhecimento preservado pela ancestralidade africana. A dominação desses corpos tinha como fatores a destruição do pertencimento identitário e cultural. Lessing então corrompe o sistema, ao colocar Gideon em um lugar de não admitir entregar os conhecimentos médicos.

NO WITCHCRAFT FOR SALE: MEDICINAL KNOWLEDGE THROUGH ORAL TRADITION IN THE SHORT STORY BY DORIS LESSING

Abstract: *The objective of this paper is to analyze the short story “No witchcraft for sale”, from theories that ground discussions about African medicinal knowledge through oral tradition (BINJA, 2020; DOMINGOS 2015; NASCIMENTO 2008). The methodological assumption includes literature research, to understand aspects related to the identity of the individual (HALL, 2006) and Eurocentric issues rooted in African knowledge (HALL, 2003; Fanon, 2008; Mbembe, 2018). The research is also qualitative. The main character in the fiction is Gideon, a black man, a cook, who knows how to handle medicinal herbs to treat diseases. He cures the son of his bosses, who wants to know the name of the plant in order to deliver it to the scientists. However, Gideon keeps the knowledge of the plant to himself. Doris Lessing lived in Africa, with most of her works being set in it. The author talks about issues such as the subordination of white women in African society, the prejudice of whites against blacks, as well as African identity and customs. In this short story the author subverts the system by analyzing the colonialist context through African tradition. The domination of these bodies had as factors the destruction of the identity and cultural belonging of the community. Lessing then puts Gideon in a place of appropriation, not admitting the surrender of medical knowledge.*

Keywords: *Medicinal knowledge; Oral tradition; Doris Lessing; Africa.*

Referências

BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

BINJA, Elias Justino Bartolomeu. Tradição oral em África: valores, movimento e resistência. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA: distopias dos extremos: sociologias necessárias, 3., 2020, São Cristóvão. **Anais** [...]. São Cristóvão: UFS, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13866/2/TradicaoOralAfrica.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

CARVALHO, José Jorge. O lugar da cultura tradicional na sociedade moderna. *In*: CARVALHO, José Jorge. **O percebejo**. Rio de Janeiro: UNIRIO; PPGT, 2000.

DOMINGOS, Luís Tomás. A dimensão religiosa da medicina Africana tradicional. **Anais as SOTER**, 2015.

DUARTE, Zuleide. A tradição oral na África. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 15, p. 181-189, 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Trad. S. R. Netz. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Tradução de: José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. Lisboa: Passagem, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP e A editora, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de: Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Tradução de: Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

LESSING, Doris. **A terra do velho chefe**. Distribuidora Record de Serviços de Imprensa. Rio de Janeiro, 1973.

LESSING, Doris. **Por debaixo de minha pele**: primeiro volume da minha autobiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. História da ciência, tecnologia e inovação africana e afrodescendente. *In: Centro de Formação Educação Popular, Cultural e Direitos Humanos*. Centro Gaspar Garcia *et al.*, 2014.

MASCARENHAS, Érica Larusa Oliveira. **Produção científica africana e afrocentricidade**: beleza, saúde, cura e a natureza holística da ciência africana. 133 f. Dissertação – Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34894/3/Disserta%
c3%a7%c3%a3o_vers%c3%a3o%20final.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34894/3/Disserta%c3%a7%c3%a3o_vers%c3%a3o%20final.pdf). Acesso em: 26 jul. 2023.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de: Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MIGNOLO, Walter **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: significado e intensões. *In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). A matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008.

PADILHA, Laura Cavalcante. **Entre voz e letra**: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX. Niterói: Ed. UFF, 2007.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Editora Companhia das Letras, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é literatura?** Tradução de: Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Editora Ática, 1989.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. O ofício, a oficina e a profissão: reflexões sobre o lugar social do professor. **Cadernos Cedex**, v. 25, p. 249-259, 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/ccedes/a/
Cwf9njhMD9TfxmCvnZFhvNy/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Cwf9njhMD9TfxmCvnZFhvNy/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 24 ago. 2023.

Recebido em 21 de outubro de 2023

Aceito em 07 de novembro de 2023

“NÃO SE RESSOCIALIZA QUEM NÃO QUER”? UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE TEXTOS JURÍDICOS SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS PRESAS

Alcides Gomes Oliveira¹

Rodrigo Oliveira Fonseca²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a narrativa da função ressocializadora da pena de prisão e explorar as formações imaginárias em torno do discurso jurídico de ressocialização no espaço prisional. Foram mobilizados textos jurídicos em que o processo de ressocialização aparece sob alinhamento, suspeita ou contradição em relação à Lei de Execução Penal (LEP). A abordagem teórico-metodológica é a da Análise de Discurso de linha materialista (AD), apoiada em um estudo do arquivo histórico, jurídico e político em torno da função ressocializadora da pena de prisão. A análise demonstrou, ao final, uma dupla condenação das pessoas privadas de liberdade, contrariando as premissas ressocializadoras assumidas pela LEP.

Palavras-chave: Pessoas presas; Discurso; Lei de Execução Penal; Ressocialização.

Introdução

No ordenamento jurídico brasileiro a pena tem dupla finalidade: por um lado, busca punir indivíduos (todos eles?) que, por razões diversas, infringem a lei, sendo cerceados do seu direito básico de “livre circulação” na sociedade para garantir a segurança e ordem para os demais indivíduos “livres”;³ por outro lado, a pena se reveste de finalidade ressocializadora para uma readaptação posterior desse indivíduo na sociedade da qual foi retirado de circulação. Ou seja, ao mesmo tempo que a pena busca um castigo proporcional ao delito praticado ela também tem o condão de “melhorar o indivíduo”, buscando reinseri-lo aos comportamentos sociais, a fim de que possa retornar ao convívio da sociedade.

1 Graduado no Bacharelado interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e graduando em Direito pela mesma instituição, Porto Seguro, Bahia, Brasil. E-mail: alcidesoliveira140@gmail.com

2 Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio e professor da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. E-mail: rodrigo.fonseca@cpf.ufsb.edu.br

3 Com as aspas não buscamos efeito de ironia, mas a relativização do estatuto de liberdade em uma formação social regida pelo processo de acumulação de capital.

Uma das finalidades da pena cumprida nas instituições carcerárias relaciona-se com a ideia de “ressocialização” das pessoas. No entanto, o isolamento social do indivíduo para posteriormente inseri-lo na sociedade constitui uma violência contra a pessoa. Para Baratta (2007 [1990]) a ressocialização funciona como uma postura passiva do detento e ativa das instituições. O autor argumenta que essa ideia é resquício da velha criminologia positiva que compreendia a pessoa condenada como anormal e inferior às pessoas “livres” e “sociáveis”.

As práticas legiferantes, no mesmo sentido, em torno da política de ressocialização de pessoas presas, são calcadas em um imaginário comum: os sujeitos anômalos. Mas a verdadeira anomalia presente no sistema carcerário é permanecer preso (BARATTA, 2007 [1990]). Se por um lado a busca pela efetiva ressocialização no sistema carcerário gira em torno das normas, por outro, entretanto, a prática contradiz a teoria (ASSIS, 2007).

A partir disso, a proposta do presente trabalho é analisar criticamente a narrativa da função ressocializadora da pena de prisão e explorar as formações imaginárias em torno do discurso jurídico de ressocialização no espaço prisional.

Em sua pesquisa de doutorado desenvolvida em um presídio de gestão privada em Sergipe, Aline Passos de Jesus Santana traz à baila o seguinte enunciado: “não se ressocializa quem não quer” (SANTANA, 2019, p. 43), conforme evidenciado nas falas dos entrevistados em razão de o presídio contar com serviços voltados à reinserção social das pessoas presas e disciplina rigorosa. Dessa forma, atribuíam à pessoa presa, quase que exclusivamente, a responsabilidade de se ressocializar e ignorando quaisquer fatores de ordem social, como o processo sócio-histórico de criminalização. Assim, decidimos usar esse enunciado como parte do título dessa pesquisa, transformando essa afirmação em pergunta.

A presente pesquisa é de natureza bibliográfica e de caráter documental e, após essa introdução e a seção sobre a abordagem teórico-metodológica, no campo da análise do discurso, apresentamos outras três seções. Na terceira seção discutimos a desumanização das pessoas presas, com a pergunta: Preso (condenado ou provisório) é pessoa? Na quarta seção apresentamos uma análise histórica do surgimento da ressocialização na prisão como uma forma de reinserir o ex-apanado na sociedade. Por fim, na última seção antes das considerações finais, trazemos os recortes e suas análises discursivas.

1 Preso (condenado ou provisório) é pessoa?

Os direitos e os deveres dos indivíduos privados de liberdade são previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988 e pela Lei de Execução Penal (LEP), dentre outras normas. A CRFB de 1988, norma superior, em seu art. 5º, inciso XLIX, prevê que “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral” (BRASIL, 1988). Dessa forma, pretende-se respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana, contido no inciso III do art. 1º da CRFB. Na legislação

específica, a LEP dispõe de um conjunto de direitos infraconstitucionais (direitos que não constam na CRFB) que protegem o condenado até mesmo depois do cumprimento de sua pena. No seu capítulo II, “Da Assistência”, são listados deveres do Estado que objetivam “prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”: assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. E, nesse mesmo capítulo, a sua oitava e última seção é aquela que apresenta os deveres do Estado com o egresso do sistema penal (LEP, 1984).

Formalmente, as normas proíbem qualquer ato que atente contra a integridade física, psicológica e econômica da pessoa presa. No entanto, em verdade, a situação precária dos presídios, por si só, vai investir contra os indivíduos. Por outro lado, o tratamento diferenciado dado a um indivíduo cuja liberdade foi retirada e foram limitados os seus direitos, dele também foi retirado seu caráter de pessoa (ZAFFARONI, 2007). A privação de liberdade de uma pessoa, mesmo que garanta parte dos seus direitos como indivíduo pertencente à sociedade, não é suficiente para garantir a sua condição de pessoa, por mais coerente que seja o ato de limitar os direitos da pessoa presa. Argumenta Zaffaroni (2007, p. 21, *itálico do autor*) que:

A negação jurídica da condição de pessoa ao *inimigo* é uma característica do tratamento penal diferenciado que lhe é dado, porém não é sua essência, ou seja, é uma consequência da individualização de um ser humano como *inimigo*, mas nada nos diz a respeito da individualização em si mesma.

Assim, todo sujeito praticante de crime tipificado gravíssimo (ou não) é considerado *inimigo do Estado* e não pode mais dispor dos mesmos direitos e garantias que lhe garantem *status* de pessoa, um *status* imaginariamente reservado aos que cumpririam os seus deveres com a sociedade.

A categoria do inimigo, quando mobilizada para o criminoso, tem profundas consequências políticas e desdobramentos que sempre podem ser piorados. Vejamos uma declaração de Bolsonaro em entrevista cedida em 2017 cuja chamada é “Sem tiro de advertência: primeiro na testa”:⁴ referindo-se inicialmente ao enfrentamento ao “terrorismo” da esquerda durante o regime militar Bolsonaro diz que “em combate, em guerra, não tem regra. É regra não ter regra”. Por essa razão, e aí temos o desdobramento discursivo, proprietários rurais devem ter fuzis para atirar na testa de sem-terras, pois estes seriam terroristas e não adversários políticos. Seriam piores do que inimigos, já que com esses se deve travar uma “guerra convencional”.

Outro desdobramento discursivo da individualização/subjetivação do preso como inimigo, para além da suspensão da lei, das regras instituídas de “combate” ao crime, é a anulação do corpo do preso, que segundo a analista do discurso

4 GODOY, Marcelo. ‘Sem tiro de advertência: primeiro na testa’. *Estadão*, 2 abr. 2017. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/politica/um-fantasma-ronda-o-planalto/entrevista>. Acesso em: 28 set. 2023.

Luciana Vinhas (2021, p. 35-36) gera uma *calamidade subjetiva* e uma vulnerabilidade ainda maior do preso.

Ser encarcerado parece significar, para o discurso jurídico, que o sujeito preso não possui corpo. A Psicanálise se revolta com a afirmação, compreendendo a relação íntima entre somático e psíquico como determinante da constituição subjetiva. Ora, não ter corpo é ser objeto do poder do Estado através de uma vigilância daquilo que resta, uma dessubjetivação dos encarcerados no processo de punição sádica imposta pelo Estado como forma de conter a criminalidade em seu território, como forma de conter a criminalidade executada contra aquela parcela que pode ter corpo. Em outras palavras, há uma parcela que pode ser sujeito, mesmo que seja um sujeito livre para ser submetido ao Estado (VINHAS, 2021, p. 34-35).

Esse sujeito que não é livre nem para estar submetido aos ditames legais do Estado, fica submetido apenas à força e ao arbítrio dos agentes estatais e paraestatais, numa sequência de agressões que se iniciam desde a voz de prisão, podendo passar pelo esculacho na captura (o corpo nu no asfalto quente, o coturno sobre a cabeça, o afogamento com balde d'água ou o sufocamento com plástico e outras torturas), as próprias condições do cárcere e as provações e suspeições indelévels no pós-cárcere (LOURENÇO FILHO, 2022).

Não se considera que as prisões do modo em que se encontram hoje possam servir a algo como a “ressocialização das pessoas presas”, ainda que esse seja o seu principal objetivo assumido na contemporaneidade (FOUCAULT, 2003 [1973]; BARATTA, 2007 [1990]; BRITO; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2018). O ex-ministro Marco Aurélio Mello do Supremo Tribunal Federal, relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental⁵ de nº 347 (ADPF), apresentada mais adiante, considerou esse fato “incontestável”, dizendo ainda que pequenos delinquentes acabam sendo transformados em “monstros do crime” (BRASIL, 2015, p. 21). Também de acordo com Foucault (2017 [1975]), a prisão não transforma o indivíduo em disciplinado, “em gente honesta”, antes serve como uma fábrica de delinquentes que retornarão para a sociedade mais habilidosos a praticarem crimes do que quando entraram.

Diante disso, das mazelas em que se encontram as prisões por todo o Brasil, em julho de 2015 o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a ADPF⁶ para que fosse feito o reconhecimento do *estado de coisas inconstitucional* no sistema prisional brasileiro, dada a violação massiva dos direitos fundamentais dos sujeitos privados de liberdade frente à ação ou omissão por parte dos agentes estatais.

5 A ADPF é uma ação movida no STF que objetiva evitar ou reparar lesão a preceitos fundamentais contidos na CRFB resultante dos atos omissivos ou comissivos praticados por diferentes autoridades públicas e agravada pela indiferença contínua dessas autoridades.

6 De acordo com o art. 103 da CRFB de 1988 os legitimados para ajuizá-la são, o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional (BRASIL, 1998).

Estado de coisas inconstitucional é um instituto criado pela Corte Constitucional da Colômbia, estabelecido no Brasil por meio da ADPF com o propósito de reconhecer a violação generalizada e sistêmica de direitos fundamentais, decorrente de atos do poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário, e também nos estados e Distrito Federal) que se mostram inertes perante tais situações, a fim de que o poder público possa tomar medidas que visem a modificação do atual quadro. Por vez, de acordo com a CRFB, entre os direitos fundamentais estão: a dignidade da pessoa humana; a vedação à tortura e ao tratamento cruel, desumano ou degradante; os direitos à educação; à saúde; ao trabalho; à alimentação; aos programas de assistência social; à previdência social e segurança dos detentos que vise garantir a integridade física e moral; além da garantia ao acesso à justiça, sendo todos esses direitos assegurados pela CRFB de 1988 (BRASIL, 1998).

A propósito, em agosto daquele mesmo ano de 2015, o STF reconheceu parcialmente o *estado de coisas inconstitucional* no acórdão⁷ quando determinou a implementação das audiências de custódia em até 24 horas após a prisão e o descontingenciamento dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para a construção de novos presídios e outros gastos. Observa-se que a administração pública reconhece as condições desumanas em que as pessoas presas são obrigadas a estarem, o que por sua vez desumaniza qualquer indivíduo recluso ou que tenha passado por essa condição na prisão. Assim como analisara o Ministro Marco Aurélio Mello, relator da ADPF-347, sobre as penas privativas de liberdade no país, são “cruéis” e “desumanas” acrescentado ainda o fato de que “Os presos tornam-se ‘lixo digno do pior tratamento possível’, sendo-lhes negado todo e qualquer direito à existência minimamente segura e salubre” (BRASIL, 2015, p. 6-7).

Quando se fazem os elucidativos recortes sobre a raça, a classe social, gênero e sexualidade nas prisões, observa-se que, segundo Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), com dados no período referentes janeiro a junho de 2023, existem 839.672 pessoas privadas no sistema carcerário ou em prisão domiciliar, entretanto, existindo vagas apenas para 481.835 pessoas, tendo um déficit, no ano de 2023, de 166.717 vagas. Sendo que desse total de pessoas presas são 213.986 presos provisórios, isto é, 25,48% dessa população não foram condenadas. Vale destacar que a CRFB no art. 5º, inciso LVII, é imperativo ao dizer “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” dessa maneira, presos provisórios não podem ser considerados culpados por crime(s) imputados a eles(as) e tampouco cumprir pena por supostos crime(s) imputados. No que se refere ao gênero, 95,75% (616.930) são homens e 4,25% (27.375) são mulheres, sendo que 67,78%⁸ (397.145) se declaram pretos ou pardos (BRASIL, 2023).

7 Refere-se ao resultado de um julgamento proferido pelos tribunais de justiça. Sendo uma decisão coletiva dos juízes em que acordam (concordam) por unanimidade (ou não) com seu teor básico.

8 Essa porcentagem se refere ao número de pessoas com informação sobre raça declarada que corresponde a 585.943, ou seja, 90,94% da população total em situação de cárcere no Brasil.

Observa-se que desses sujeitos presos não somente é retirada a qualidade de pessoa como também são duplamente estigmatizados dentro da prisão e na sociedade “livre” em que, segundo se pode inferir, o padrão aceitável de pessoa é ser branco, heterossexual e de elevada classe social (DAVIS, 2018). Há, de acordo com as estruturas da sociedade, uma “seleção social” pela predileção da “sujeição criminal” de reconhecer a si mesmo e ao outro como potenciais criminosos, bandidos (TEIXEIRA, 2009, p. 51).

Dessa maneira, como descreve Almeida (2019), as instituições passam a exercer papel fundamental na perpetuação do racismo quando asseguram direitos a determinado grupo social em detrimento de outros. Dessa forma, “as instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 27). Ou seja, a prisão como instituição serve não somente para punir, mas também para criar privilégios (DAVIS, 2018) e afundar ainda mais as pessoas presas em situações deploráveis, retirando delas o seu *status* de ser humano.

No entanto, para que isso ocorra, deve-se imputar ao sujeito um crime veementemente repudiado pela sociedade, mesmo que muitas vezes não tenha praticado tal ato. Assim, é necessário criar normas para que seja legitimada a ação do Estado que, de acordo Zaffaroni *et al.* (2011) esse processo ocorre com a criminalização primária e posterior a criminalização secundária. A primária é o passo inicial que rotula um sujeito como criminoso, por meio de edição de leis penais para a proteção dos bens jurídicos estritamente definidos nesse processo e, dessa forma, cria-se a possibilidade de imputar a qualquer sujeito um ato que atente contra o bem jurídico protegido (ZAFFARONI *et al.*, 2011).

A criminalização secundária, por sua vez, é exercida por agências policiais e jurídicas penais. Tornando-se numa ação do sistema sobre determinada pessoa, diferente da criminalização primária que deve ser em um plano mais abstrato. Dessa maneira, há a seleção das pessoas tanto pela polícia quanto pela justiça que identifica um ato tipificado na lei e passa a movimentar toda a máquina pública penal para prender e julgar o ato cometido pela pessoa em concreto (ZAFFARONI *et al.*, 2011; ANDRADE, 2005).

Nesse ponto, assim como a criminalização primária, é possível haver a produção de um determinado tipo de criminoso/bandido. Em outras palavras, há uma seleção social na estrutura socioeconômica e histórica de um determinado tipo de delinquente, que se origina nas camadas mais empobrecidas. Assim, pessoas pobres correm o risco de serem identificadas como bandidos pelo sistema e pela sociedade, diferentemente do tratamento dado aos sujeitos que ocupam os estratos sociais médios e altos (TEIXEIRA, 2009).

Como analisado por Foucault (2017 [1975]), desmistificando essa ideia de que a lei é criada para todos e ninguém está acima dela, a lei não atinge a todos da mesma maneira, ela age privilegiando alguns grupos sociais e punindo outros, então seria ingenuidade acreditar em seu pleno funcionamento sem qualquer distinção entre os sujeitos da sociedade.

2 A narrativa da pena ressocializadora no espaço prisional

As prisões são instituições que sempre (ou quase sempre) existiram na história da humanidade. As primeiras instituições desse tipo tinham caráter religioso, onde o clérigo se recolhia para punir a si mesmo por um pecado que havia cometido (BITENCOURT, 2009). As prisões também eram locais nos quais os condenados ficavam detidos até receberem suas punições finais em praças públicas, que constituíam um verdadeiro espetáculo de dor, sangue, mutilação, resultando na morte da forma mais brutal possível aos olhos dos curiosos que assistiam espantados aquelas atrocidades, como analisado por Michel Foucault (1987).

No século XVIII, a prisão não se caracterizava como fim para punir aqueles que atentavam contra as normas estabelecidas, mas como um meio que se utilizava para isso. Passa por grande transformação até o século XIX, quando se torna o instrumento utilizado para punir e, ao mesmo tempo, visa tornar os indivíduos encarcerados aptos para o convívio social. Já no século XXI a prisão passou a ser vista como indispensável para a sociedade, pois como analisou Davis (2018, p. 8), não conseguimos imaginar, em nossa vida social, uma realidade da qual a prisão não faça mais parte. Ainda segundo Davis (2018), a maneira pela qual o encarceramento se tornou a principal punição adotada pelo Estado está relacionada com o surgimento do capitalismo e as novas ideologias dominantes da classe burguesa branca. Embora alguns indivíduos sejam reconhecidos como sujeitos de direito, isso não se aplica igualmente a trabalhadores, pretos, indígenas e mulheres.

De acordo com Foucault (2003 [1973], p. 95), a pena como medida ressocializadora surgiu a partir de uma ordem, a “*lettre cachet*”, concedida pelo rei francês em que dava plenos poderes para uma pessoa impor à outra a realização de determinadas tarefas ou o cumprimento de penas sem qualquer previsão de término, na tentativa de ressocializar o indivíduo. “Essa idéia de aprisionar para corrigir, de conservar a pessoa presa até que se corrija, essa idéia paradoxal, bizarra, sem fundamento ou justificação [...] tem origem nesta prática” (FOUCAULT, 2003 [1973], p. 98).

A finalidade ressocializadora da pena, vem sendo colocada ao longo dos anos como função precípua da pena, ainda que houvesse dúvidas a respeito do seu funcionamento como algo a ser utilizado para tornar o indivíduo virtuoso e disciplinado. Havia aqueles que acreditavam que, mesmo apresentando incertezas, poderia funcionar (FOUCAULT, 2003 [1973]).

No Brasil, a Lei de Execução Penal (LEP), considerada uma das mais modernas e completas do mundo, prevê em seu art. 1º que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1994). Ou seja, fazer valer a sentença condenatória e, ao mesmo tempo, tornar os indivíduos privados de liberdade aptos para o convívio em sociedade após o cumprimento da pena. Desse modo, aparentemente, a LEP tem o mesmo objetivo da “*lettre cachet*”, ou seja, o de aprisionar para corrigir. No entanto, dessa

vez, quem detém o poder de punir não são mais os cidadãos, mas o Estado, que se apoderou do controle exclusivo da vingança, da punição e da correção.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reafirma essa pretensão da pena ressocializar o indivíduo privado de liberdade, quando afirma que “o Conselho Nacional de Justiça, pelo Projeto Começar de Novo, busca reconstruir o caminho da cidadania e promover ações de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas” (BRASIL, 2012, p. 9).

No entanto, a realidade do sistema prisional brasileiro se contrapõe à própria LEP e demais documentos estatais que foram elaborados para que se tenham, no sistema prisional, condições necessárias para a ressocialização defendida. Detendo, separando, a prisão não oferece oportunidade de reinserção social às pessoas presas. Não dispondo de condições para a escolarização, não educa. Não promovendo capacitação profissional, não instrui para o mercado de trabalho formal. E sendo a maioria das pessoas presas oriundas de classes sociais precarizadas, tem-se assim um círculo vicioso que promove a ideologia de que os pobres seriam mais propensos ao crime, ideologia burguesa que busca legitimar todas essas violências cometidas contra uma parcela social que o Estado trata como pessoas *matáveis* (VINHAS, 2021).

Segundo Baratta (2007 [1990], p. 1), as discussões sobre a efetividade da ressocialização no espaço prisional ocupam dois extremos que se antagonizam. O primeiro são os idealistas que defendem e acreditam que a prisão funciona como um espaço de ressocialização. O outro extremo é ocupado por realistas que argumentam que a prisão não é capaz de ressocializar qualquer indivíduo que está preso ou que tenha passado na prisão.

Ainda, segundo o referido autor, esses dois extremos não são aceitáveis, pois, ao invés de as prisões produzirem condições para a ressocialização, na verdade, nas condições em que as prisões encontram-se, criam mais obstáculos que inviabilizam a ressocialização. Mesmo reconhecendo o fracasso da ressocialização na prisão, o autor argumenta que “a busca da reintegração do sentenciado à sociedade não deve ser abandonada, aliás precisa ser reinterpretada e reconstruída sobre uma base diferente” (BARATTA, 2007 [1990], p. 2). Dessa forma, as prisões necessitam de uma reforma e/ou uma nova forma na sociedade contemporânea, pois seu modelo atual é arcaico e não corresponde mais às necessidades da sociedade atual.

Representando outra posição Angela Davis (2018, p. 16), em seu livro “Estarão as prisões obsoletas?”, traz à baila a seguinte análise:

Por mais importantes que algumas reformas possam ser, [...] abordagens que se baseiam exclusivamente em reformas ajudam a reproduzir a ideia absurda de que não há alternativa às prisões. Debates sobre estratégias de desencarceramento, que deveriam ser o ponto principal de nossas discussões sobre a crise do sistema, tendem a ser marginalizados quando a reforma ocupa o palco principal.

Após tantos séculos, o pensamento predominante a respeito da prisão continua sendo o de punir e ressocializar, o que não é alcançado, mas para que isso ocorra seria necessário que o sistema prisional passasse a adquirir uma nova forma (ou uma reforma). No entanto, mesmo com essas mudanças, as prisões continuam exercendo seu papel, que consiste em marginalizar, ainda mais, pessoas jovens, pretas, pobres, e com baixo grau de escolaridade. Na ADPF nº 347, o PSOL argumentou que as condições em que os sujeitos privados de liberdade cumprem suas penas, aliadas à aglomeração de apenados por diferentes crimes (em contrariedade à CRFB e à LEP), tornam “uma quimera a perspectiva de ressocialização dos detentos” (BRASIL, 2015, p. 4).

Além disso, uma sociedade que ignora as condições sociais dos presos, também ignora o fato que muitos desses indivíduos, antes mesmo de serem aprisionados, já estavam marginalizados na sociedade, e tenderão a voltar a essas condições após o cumprimento da pena (DAVIS, 2018). “Esse é o trabalho ideológico que a prisão realiza — ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global” (DAVIS, 2018, p. 13). Diante disso, como é possível abordar qualquer ideologia de ressocialização, readaptação e reintegração social? Segundo Bittencourt (2009), essa ideia de ressocialização inserida no espaço prisional é utópica, pois, diante das condições degradantes que se encontram as prisões, é difícil imaginarmos a ressocialização de pessoas presas.

Pensamos que a punição e a ressocialização do indivíduo funcionam como uma espécie de controle sobre os corpos e os direitos das pessoas presas, que são reduzidas a “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 163). Processo útil no controle da força de trabalho das massas carcerárias, pois o mesmo sistema capitalista, que cria às desigualdades existentes na sociedade, busca na prisão um meio de conter esses indivíduos politicamente minoritários, o que, por conseguinte, consoma-se em um aprofundamento das desigualdades.

Como analisado por Davis (2018, p. 17) “o desafio mais difícil e urgente hoje é explorar de maneira criativa novos terrenos para a justiça nos quais a prisão não seja mais nossa principal âncora”. Entendemos que a ideia de aprisionar para ressocializar ou qualquer outra ideologia “RE” precisa ser cuidadosamente analisada e profundamente criticada, desconstruindo o pânico moral em torno do “fim das prisões” e construindo outros caminhos de responsabilização em torno dos danos e das violências sofridas, sem soluções supostamente simples e exclusivas, sem modelos, no que concordamos com Edson Passetti (2006, p. 103), pesquisador do abolicionismo penal:

Nada a discordar a respeito das atenções relativas a indenizações de vítimas ou suportes para infratores, a ênfase na conversação com base na conciliação e na compensação eficazes no direito civil, o acompanhamento

regular, o efeito destas soluções para encerrar com o processo de encarceramentos (o que não significa abrir as portas das *bastilhas*), a aposta na redução de reincidências. Mas a vida não cabe num modelo, nem em cinco nem em *n* modelos.

O abolicionismo penal promove uma agenda política necessária da qual não podemos desviar: a lógica e a seletividade do sistema penal, a naturalização do castigo como correção e a ineficácia das prisões e do punitivismo. E para que essa agenda seja encarada, é urgente a superação do cinismo predominante na questão do sistema prisional, as ideias grotescas e disseminadas de que “presídio cheio é problema de quem cometeu o crime” e de que “não se ressocializa quem não quer”. Como defende Luciana Vinhas (2021), tudo indica que estamos frente a uma “falha planejada”, a uma política de Estado, que promove um profundo cinismo em relação ao funcionamento das prisões.

3 A abordagem discursiva e as análises

Objetivando analisar as formações imaginárias (doravante FIs) sobre a ressocialização no espaço prisional foi mobilizada a Análise de Discurso de linha materialista (AD), que tem em Michel Pêcheux (1938-1983) um dos seus principais formuladores. A consideração das FIs constitui uma aposta antissubjetivista na consideração das condições de produção de um discurso: ao tomar os rituais regulares (no interior de uma relação social, numa conjuntura e formação social) de projeção de si e dos interlocutores, isto é, ao tomar as imagens que são mobilizadas em meio a relações determinadas, com suas dominâncias e estratégias, Pêcheux visava neutralizar o papel das intenções (inalcançáveis para o pesquisador e muitas vezes inconscientes aos próprios protagonistas) na consideração objetiva dos efeitos de sentido em jogo nessas relações (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 82-87). E por tratarem-se de imagens no sentido de imaginário (não do de imagem pictórica, gráfica, visual, ...) e na sua dimensão histórica e social, estas são referidas como formações imaginárias.

Na AD, quando se trabalha com as FIs busca-se compreender e mobilizar de modo produtivo um conjunto de papéis sociais que os sujeitos ocupam imaginariamente (e se cobram um dos outros) na estrutura da formação social. As FIs constituem elementos de força nas práticas discursivas, projetando atributos, ilações, hierarquias, como no clássico “quem é você para me falar disso?”. Em torno das condições de produção dos sentidos em uma escrita ou em uma fala, busca-se observar as construções discursivas sócio-históricas que são evocadas (mas nem sempre textualizadas) e que estabelecem formas de interlocução com antecipações e silenciamentos. Conforme explicado por Pêcheux (1997 [1969], p. 82-83):

O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e

ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações).

Desse modo, os sujeitos investidos “em A” e “em B” não são apenas representados pelo processo discursivo, eles também jogam entre eles no campo enunciativo, evocando figuras do imaginário social que acompanha as estruturas de poder produzidas e estabelecidas na formação social em suas diversas regiões/espacos, tais como a escola, o quartel, o tribunal, o presídio.

É interessante notar aqui que, dentre os três exemplos de FIs apresentados por Michel Pêcheux, está o daquelas atuantes em torno dos sentidos de *liberdade* na interlocução em que um diretor de prisão comenta o regulamento da instituição com um dos detentos. As outras FIs exemplificadas são, também em torno dos sentidos de *liberdade*, aquelas imagens mobilizadas e dominantes na interlocução de um professor de filosofia dirigindo-se aos seus alunos e aquelas imagens mobilizadas e dominantes na interlocução de um terapeuta falando ao seu paciente. Em cada uma dessas interlocuções as condições de produção dos sentidos (no caso, dos sentidos de liberdade) indicariam diferentes elementos dominantes: na relação pedagógica o elemento dominante seria a representação que os alunos fazem daquilo que o professor lhes designa como *liberdade*, a imagem construída desse referente nessa relação (o que é liberdade para o professor?); em meio ao discurso terapêutico, o elemento dominante do discurso sobre *liberdade* tenderia a ser a imagem que o paciente faz de si mesmo (o que o analisando entende por liberdade?). No caso da cena de interlocução prisional Pêcheux não estabelece o elemento dominante nem no polo do interlocutor, o polo da segunda pessoa (não seria a imagem que o detento faz de si em relação à sua liberdade, o que ele entende por isso não seria aí importante), nem na imagem dessa referência, a liberdade, tal como formulada pelo diretor da prisão (o que este diz sobre liberdade também não teria importância), mas sim na imagem que os detentos fazem do diretor. “Afinal, quem é ele para nos falar assim?”. Ou seja, nessa cena social, as condições de produção dos sentidos seriam afetadas por uma hierarquia autoritária e arbitrária.

A ressalva de Pêcheux de que essas formações imaginárias são compostas de *já ditos* e *já ouvidos* (resultado de processos discursivos anteriores, vindos de outras condições de produção) indica para os pesquisadores do discurso a necessidade de uma investigação dos textos e suas regularidades sócio-históricas, o que reforça a abordagem antissubjetivista da AD.

Essa abordagem analítica trabalha por meio de um movimento espiral, constituído de idas e vindas entre a descrição do material textual reunido e a interpretação dos funcionamentos discursivos, tendo em vista as condições de produção dos sentidos, em um caminho que pode ser retomado ou revisto na busca das margens semânticas sócio-historicamente investidas.

Os procedimentos metodológicos aqui mobilizados foram desenvolvidos sobre

um conjunto de documentos de políticas e projetos de órgãos públicos que ora afirmam a ressocialização de acordo com a LEP ora a contradizem. Textos em que o objetivo do proponente é regulamentar, extinguir e/ou criar normas atinentes ao sistema carcerário brasileiro.

Um apoio teórico importante no presente trabalho são as obras de Michel Foucault, particularmente os textos *“A verdade e as formas jurídicas”* (2003 [1973]), em que o autor, numa conferência no Brasil, se debruça no histórico das relações poder/saber abarcando a história da prisão e da ressocialização; e *“Sobre a prisão”* (2017 [1975]), onde Foucault compreende como a prisão está ligada a um projeto de transformação do indivíduo. Além desses textos de Foucault, trabalhou-se na presente investigação com o texto de Alessandro Baratta *“Ressocialização ou controle social: uma concepção crítica da ‘reintegração social’ do condenado”* (2007 [1990]), em que o sociólogo analisa a ideia de ressocialização na prisão e propõe uma reforma dessa ideia; e com a obra de Angela Davis *“Estarão as prisões obsoletas?”* (2018), em que a professora e ativista apresenta uma análise histórica do encarceramento estadunidense e reflete sobre a existência da prisão na sociedade.

Além dessas referências, na análise do sistema prisional utilizou-se do trabalho de Aline Passos de Jesus Santana, *“Quando a prisão é prisão mesmo: gestão privada e humanização do cárcere em Sergipe”* (2018), onde a autora faz uma análise sobre o gerenciamento privado de uma prisão naquele estado, passando da gestão estatal para iniciativa privada. Também serviram de apoio Teixeira (2009), Valente (2018), Zaffaroni *et al.* (2011), dentre outras obras.

Em relação à materialidade discursiva utilizada para o propósito de análise, montamos um arquivo a partir de textos produzidos pelo Legislativo, Executivo e Judiciário. Projetos de Leis, Leis, Decretos, e tudo o mais que, no campo jurídico, pudesse nos mostrar as formações imaginárias em torno do sujeito preso e da ressocialização a partir da compreensão das questões discursivas formadas em torno das pessoas presas e que, em alguma medida, estabelecem relação com a Lei de Execução Penal (LEP). Visando dispor de pistas iniciais, buscamos a ocorrência de alguns termos: Punição; Justiça; Irrecuperável; Reintegração; Reforma; Ressocialização.

Os seguintes textos normativos compuseram o arquivo da pesquisa nos informando acerca de já ditos/já ouvidos nas regularidades sócio-históricas em torno dos sentidos de ressocialização da pessoa presa: Lei de Execução Penal nº 7.210/1984 (BRASIL, 1984); Lei nº 7.533/1986 (BRASIL, 1986); Projeto de Lei (doravante PL) do Senado nº 580/2015 (BRASIL, 2015); Decreto nº 9.450/2018 (BRASIL, 2018); PL nº 3.944/2019 (BRASIL, 2019a); PL nº 1.029/2019 (BRASIL, 2019b); e PL nº 2.213/2021. Esses textos foram selecionados pela possibilidade de extração de sequências discursivas (SDs) capazes de desencadear/provocar indagações e questionamentos a respeito do sistema prisional, e/ou a (re)produção de um imaginário a respeito da pessoa presa. Para este artigo foram extraídas e analisadas sequências discursivas (SDs) de um decreto de 2018 do presidente Michel Temer (do MDB,

Movimento Democrático Brasileiro), o Decreto 9.450/2018, e de dois projetos de lei de 2019, PL nº 3.944 e PL nº 1.029, sendo o primeiro proposto pelo Senador Rodrigo Pacheco (do antigo partido Democratas, hoje União Brasil), e o segundo pelo Senador Major Olímpio (do antigo Partido Social Liberal, hoje União Brasil).

Na apresentação do *corpus* formado pelas SDs optou-se pelo seu ajuntamento em razão dos funcionamentos discursivos analisados. Entendemos que este é um recurso que ajuda a restituir a opacidade/materialidade discursiva incidente na textualização dos sentidos, a falta de transparência das letras da lei, retirando-as de sua linearidade, em um processo de investigação que não persegue as premissas ou fundamentos do texto jurídico, mas sim a evocação de sentidos nem sempre explícitos, mas que determinam a interpretação social – ou seja, buscamos os discursos.

3.1 Análises

Se por um lado, há um imaginário de preocupação do legislador em relação às pessoas presas para garantir os seus direitos e “recuperação social”, por outro lado, podemos identificar a existência de brechas quanto aos amparos para a re-integração do sujeito à sociedade. Passemos à descrição e análise discursiva do nosso recorte, formados por quatro SDs.

SD1 - Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.210, de 1984 – Lei de Execução Penal, com o fim de promover a efetiva reintegração social do preso, internado e egresso. (PL 3944/2019)

SD2 - [...] visando garantir efetividade aos programas de integração social e de inserção de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional... (Decreto 9450/2018)

SD3 - Com efeito, é sabido que bandidos perigosos presos são os mais hábeis em se travestirem de disciplinados para, assim, obterem os benefícios da progressão de regime e outros, como os “saídões”. (PL 1029/2019)

SD4 - Não é incomum, portanto, muitos saírem nessas ocasiões para nunca mais voltarem. Situação frequente, também, é aproveitarem tais saídas para cometerem novos crimes, geralmente sob a máscara de que não delinquiriam em ocasião tão propícia, pois “estão presos” (PL nº 1.029/2019).

Entendemos que o emprego, na SD1, do adjetivo *efetiva* (reintegração social efetiva do preso), é uma “sutura” discursiva para a interpretação de que não existe reintegração social. Em SD2 temos o mesmo para os programas de ressocialização, com a diferença de que ali a textualização é substantivada: garantir que sejam efetivos, garantir a sua efetividade (pois não são). É o funcionamento imaginário e discursivo da antecipação conforme abordado por Pêcheux (1997 [1969]), posto que as condições de produção do discurso de ressocialização são fortemente determinadas pelo *já ouvido* e *já dito* da falha nos processos e programas de reintegração social dos presos.

É interessante cotejar com o funcionamento de “efetivar” no texto da LEP, onde o primeiro artigo diz que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984). Na LEP, a busca por efeitos, *realização, efetivação*, é uma referência às disposições da sentença, enquanto que naquilo que propriamente diz respeito à reintegração social (do preso, internado ou egresso) o verbo é *proporcionar*, que pode ser lido e parafraseado como criar condições.

Na SD3 utiliza-se de uma estratégia discursiva, um subterfúgio de engajamento do interlocutor na FI, pela construção *é sabido*, que traz/simula um saber universal, do tipo “todos sabemos que X”, “nós vemos que X”, “como todos podem ver, X”, dentre outras formulações possíveis acerca dessa FI, a sordidez do preso mais perigoso que ludibria as autoridades para simular a ressocialização e assim poder voltar a cometer crimes. Dessa forma, imaginariamente isso seria de conhecimento de todos, constituindo um saber universal de que pessoas presas não devem retornar à sociedade, o que implicaria em prisão perpétua, algo que não pode ser dito, apenas evocado lateralmente, por entrar em conflito aberto com as normas existentes.

Outro ponto que merece destaque é a designação de *bandido*. Esse substantivo masculino é utilizado para caracterizar determinadas pessoas que têm condutas reprováveis, perigosas e/ou gravíssimas na sociedade, como as do “traficante”, “assassino”, “ladrão” e “estuprador” ou crimes comumente dolosos contra a vida, excluindo dessa incumbência muitos outros transgressores das normas, como corruptos, agressores de mulheres, criminosos ambientais, criminosos de colarinho-branco e dentre outros diversos agentes de crimes. Parece haver dessa forma na FIs que separa quem é o “cidadão de bem”, que eventualmente se “perde” por um instante, e o sujeito que já nasce como delinquente e irrecuperável.

Essa prática discursiva não somente imputa a determinadas pessoas a condição de potenciais criminosos como também legitima e privilegia a ação truculenta das polícias, o que resulta em altas taxas de aprisionamentos e de execuções “em combate”. Fato que, dessa forma, segundo Mbembe (2018), instaura-se um ‘Estado de exceção’, isto é, a adoção de políticas que envolvem a suspensão dos direitos assegurados por lei, o controle dos meios de sobrevivência de um determinado grupo e a criação imaginária de um suposto ‘inimigo’ da sociedade, como os criminosos. Nesse sentido, cabe observar o trabalho na linguagem com a formação e produção de um inimigo imaginário, como na SD3, cuja textualização investe no imaginário desse inimigo da sociedade como um sujeito mascarado, dissimulado, capaz de fazer e dizer tudo aquilo que lhe é solicitado enquanto uma forma de sobrevivência e perseverança em sua essência marginal/perigosa à sociedade.

Tratando da liberdade condicional, o ex-detento e escritor Samuel Lourenço Filho (2022, p. 36) afirma que “a ressocialização é a busca pelo dolo existente no preso sagaz que alguém não percebeu”, a criação de oportunidades para que o

preso deslize, trazendo à tona aquilo que ele supostamente soube esconder com sagacidade. O preso é um sujeito marcado.

Por fim, em SD4, a partir do uso do pronome indefinido *muitos*, produz-se um efeito universalizante e indeterminador (angustiante) quanto aos riscos implicados em eventuais saídas das prisões. Imputando a eles o fato de serem irrecuperáveis, não sendo possível de reintegração à sociedade, mostrando como são perigosos para todos. Como analisado por Foucault (2017 [1975]) é absolutamente necessário construir sujeitos perigosos, anormais na sociedade, pois eles são tanto úteis para o plano econômico vigente quanto para fins políticos e a manutenção da ordem na estrutura social.

Ainda, o uso de um pronome indefinido serve como uma forma de produzir um apagamento das pessoas presas, na medida em que eles não são identificados como pessoas, embora tenham praticado um fato que infringe as normas, que ocupa um lugar na estrutura da sociedade. Ou seja, são indivíduos diversos, mas ali na prisão tornam-se apenas um único sujeito perigoso para sociedade.

Dessa maneira, a prisão estaria ligada quase que desde a sua origem à transformação dos indivíduos presos em delinquentes que, após o cumprimento da sentença, o recluso sofre dificuldades em se adaptar à sociedade “livre”, em virtude da sua apropriação da cultura do cárcere e transformações imposta a ele, que não encontrará outro caminho senão o do “mundo do crime”, tornando-se desse modo um sujeito visto como irrecuperável. Se *aproveitam tais saídas para cometerem novos crimes*, então a prisão serve apenas como uma fábrica de novos criminosos afundando ainda mais as pessoas presas na criminalidade (FOUCAULT, 2017 [1975] p. 75), transformando indivíduos (alguns sem sentença condenatória) em verdadeiros “monstros do crime”.

Existe uma repetição constante da ideologia no discurso de culpa individual, numa tentativa de abrandar as obrigações do Estado/sociedade, como *geralmente sob a máscara de que não delinquiriam*. Ou seja, ao mesmo tempo que indetermina e dissemina a transgressão da norma pelo advérbio *geralmente*, atribui a responsabilidade de ressocialização e o fracasso dela unicamente ao indivíduo.

Ao examinarmos as sequências discursivas, constatamos que a discursividade em torno da ressocialização aponta ora para o fracasso da LEP, ora para uma espécie de justificativa impronunciável para esse fracasso, o “fato” de que a pessoa presa não merece confiança e oportunidade, dado o seu caráter infame, traiçoeiro, perigoso.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar criticamente a narrativa da função ressocializadora da pena de prisão e explorar as formações imaginárias em torno do discurso jurídico de ressocialização no espaço prisional. O recorte analisado deve ser compreendido como um observatório do sucesso-fracasso do sistema prisional na reiteração dos problemas que imaginariamente visa resolver.

O discurso analisado em suas textualizações aponta para tentativas de reformas desse sistema, tomando a ressocialização dos indivíduos presos como principal objetivo. Ora afirma-se que há necessidade de uma efetiva ressocialização do sujeito preso, ora coloca-o como sendo irrecuperável, não reintegrável na sociedade, e por isso deve ser mantido longe dos demais indivíduos “livres”.

Os sujeitos proponentes dos projetos de lei referidos atribuem as responsabilidades de ressocialização quase que unicamente ao indivíduo preso, condicionando a sua vontade de se auto ressocializar e imputando o problema da criminalidade como problema individual.

Nesse sentido, tem-se o que Andrade (2005) denominou de “eficácia invertida”: o sistema não busca, em verdade, o combate ou redução da criminalidade, nem proteger os bens jurídicos assegurados pelas normas como invioláveis, salvo em casos específicos explícitos por leis, ou tampouco a efetiva ressocialização do preso. Ao contrário, busca predispor de instrumentos seletivos que estigmatizam e reproduzem desigualdades sociais. Sendo assim, apenas de forma imaginária a pena tem caráter ressocializador e educativo nos textos legais.

Se por um lado a pena serve como meio de retribuir o mal causado, sob o argumento da ressocialização da pessoa presa, por outro lado observa-se que há um desdobramento da pena, numa segunda “finalidade” desta: além da pena oficial, imposta pela justiça, existe uma pena social, tácita, caracterizada pela estigmatização da pessoa presa. Desse modo podemos falar de uma dupla condenação.

É urgente a discussão ampla sobre a ideia de aprisionar para corrigir dado que nosso país ocupa a terceira posição dentre as maiores populações carcerárias do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e a China. Essa população, por sua vez, tem demarcadores sociais como, raça, gênero e condições socioeconômicas bem definidas. Ou seja, em sua maioria são oriundas das camadas empobrecidas da sociedade.

Por fim, enfatizamos que o trabalho com a investigação histórica crítica e a análise do discurso não buscam o esgotamento do problema aqui investigado, que segue aberto para novas abordagens, retomadas e considerações. Todo direcionamento dos sentidos, todo processo discursivo, insere-se em uma teia discursiva que o analista recorta e que segue aberta a revisitações, complementações e ajustes.

“ONLY THOSE WHO DON’T WANT TO ARE NOT RESOCIALIZED”? A DISCURSIVE ANALYSIS OF LEGAL TEXTS ABOUT THE RESOCIALIZATION OF PRISONERS

Abstract: *This article aims to critically analyze the narrative of the resocializing function of the prison sentences and explore the imaginary formations surrounding the legal discourse of resocialization in prisons. Legal texts were mobilized in which the process of resocialization appears under alignment, suspicion, or contradiction in relation to the Penal Execution Law (PEL). The theoretical-methodological approach is the materialist Discourse Analysis (DA), based on a study of the historical, legal,*

and political archives surrounding the resocializing function of the prison sentence. In the end, the analysis showed a double condemnation of people deprived of their liberty, contrary to the resocializing premises of the PEL.

Keywords: Prisoners; Discourse; Penal Execution Law; Resocialization.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos*, p. 71-102, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15185>. Acesso em: 9 jun. 2023.

ASSIS, Rafael Damaceno de. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. *Revista CEJ*, p. 74-78, 2007. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/949>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BARATTA, Alessandro. Resocialización o control social: por un concepto crítico de “reintegración social” del condenado. In: SEMINÁRIO CRIMINOLOGÍA CRÍTICA Y SISTEMA PENAL, 17 a 21 set. 1990, Lima. *Anais [...]*. Tradução para o espanhol de: Mauricio Martínez. Lima: Comisión Andina Juristas; Comisión Episcopal de Acción Social, 1990. Disponível em: http://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/articulos/a_20120608_01.pdf. Acesso: 28 maio 2023.

BARROS, Raphael da Costa Estevam de. *Progressão de regime: uma análise da inconstitucionalidade de sua vedação*. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/9794>. Acesso: 28 maio 2023.

BITTENCOURT, César Roberto. *Falência da pena de prisão*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 jul. 2023.

BRASIL. *Cartilha da pessoa presa*. 2. ed. Conselho Nacional de Justiça, 2012. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cartilha-da-pessoa-presa/>. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018*. Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o disposto no inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34027085/do1-2018-07-25-decreto-n-9-450-de-24-de-julho-de-2018-34027061. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. *Lei de execução penal*. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. *Lei nº 7.533, de 2 de setembro de 1986*. Autoriza o Governo do Distrito Federal a constituir uma Fundação com a finalidade de amparar o trabalhador preso, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17533.htm. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 1.029, de 2019b*. Revoga os arts. 122, 123, 124 e 125, da Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal, extinguindo a possibilidade de saída temporária. Brasília, DF: Senado Federal, 2019b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135402>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 2.213, de 2021*. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer como condição necessária para a progressão ao regime aberto e da concessão do benefício da saída temporária a aplicação do exame criminológico. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2287304>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 3.944, de 2019a*. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para promover efetiva reintegração social do preso, internado e egresso. Brasília, DF: Senado Federal, 2019a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137639>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 580, de 2015*. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123021>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. *Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional*. Atualização – período de janeiro a junho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347*. Distrito Federal (DF). Relator: Min Marco Aurélio. 2015. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347*. Distrito Federal (DF). Relator: Ministro Marco Aurélio Mello. 2015. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRITO, Rafael Giordano Gonçalves; RIBEIRO, Jose Roberto Ferreira; OLIVEIRA, Tarsis Barreto. A ressocialização do apenado por meio da participação da sociedade: o trabalho como instrumento no processo de reintegração. *Revista Vertentes do Direito*, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.2359-0106.2018.v5n1.p190-21>. Acesso em: 16 set. 2023.

COUTO, Alexis. *Execução penal*. 6. ed. Pinheiro: Saraiva, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619504/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução de: Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, [1944]/2018.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de: Roberto Cabral de Melo e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU, [1973]/2003.

FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão. Tradução de: Marcelo Marques Damião. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017. p. 74-81.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

LOURENÇO FILHO, Samuel. *Ressocializado na cidade do caos*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2022.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. *Execução penal*. 15. ed. Barueri: Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771127/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

PACHECO, Luciana Botelho. *Como se fazem as leis*. 3. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/arquivos/como-se-fazem-as-leis>. Acesso em: 20 set. 2023.

PASSETTI, Edson. Ensaio sobre *um* abolicionismo penal. *Verve*, n. 9, p. 83-114, 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5131>. Acesso em: 28 set. 2023.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Tradução de: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. “Análise Automática do Discurso - AAD-69”. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3. ed. Campinas: Unicamp, [1969]/1990.

SABIDO. In: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sabido>. Acesso em: 13 maio 2023.

SANTANA, Aline Passos de Jesus. *Quando a prisão é prisão mesmo: gestão privada e humanização do cárcere em Sergipe*. 2021. 311 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14772?fbclid=IwAR3nY87gVKDb4q-wAOIuin3Mkot_bgRgvenhCNm6lhZx7z8r5ZXl-aLirNQ Acesso em: 16 fev. 2022.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. *A construção social do “ex-bandido”: um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp093402.pdf> Acesso em: 6 fev. 2023.

VALENTE, Rodolfo de Almeida. *Luta antiprisional no mundo contemporâneo: um estudo sobre experiências de redução da população carcerária em outras nações*. São Paulo: Pastoral Carcerária, 2018. Disponível: https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/09/relatorio_luta_antiprisional.pdf. Acesso em: 1º mar. 2023.

VINHAS, Luciana. *O impossível da existência: prisão, mulher e classe*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no Direito Penal*. Tradução de: Sérgio Lamarão. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

Recebido em 22 de outubro de 2023

Aceito em 25 de novembro de 2023